



PSICOLOGIA SOCIAL E SEUS MOVIMENTOS:
30 ANOS DE ABRAPSO

Editora
Universitária  UFPE

ABRAPSO | 2011

Sobre a ABRAPSO | www.abrapso.org.br

A ABRAPSO é uma associação sem fins lucrativos, fundada durante a 32ª Reunião da SBPC, no Rio de Janeiro, em julho de 1980. Fruto de um posicionamento crítico na Psicologia Social, desde a sua criação, a ABRAPSO tem sido importante espaço para o intercâmbio entre estudantes de graduação e de pós-graduação, profissionais, docentes e pesquisadores. Os Encontros Nacionais e Regionais da entidade têm atraído um número cada vez maior de estudiosos da Psicologia e possibilitam visualizar os problemas sociais que a realidade brasileira tem apresentado à Psicologia Social. A revista *Psicologia & Sociedade* é o veículo de divulgação científica da entidade.

Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO

www.abrapso.org.br

CONSELHO EDITORIAL

Profª Drª Ana Maria Jacó-Vilela (UERJ)
Profª Drª Andréa Vieira Zanella (UFSC)
Profª Drª Angela Maria Pires Caniato (UEM)
Prof. Dr. Benedito Medrado (UFPE)
Profª Drª Dolores Galindo (UFMT)
Me. Edna Granja (Fiocruz)
Prof. Dr. Eduardo Augusto Tomanik (UEM)
Prof. Dr. Henrique Caetano Nardi (UFRGS)
Profª Drª Irme Salete Bonamigo (UNOCHAPECÓ)
Prof. Dr. Jefferson Bernardes (UFAL)
Prof. Dr. Jorge Lyra (UFPE)
Profª Drª Juliana Perucchi (UFJF)
Profª Drª Juliana Sampaio (UFPB)
Profª Drª Kátia Maheirie (UFSC)
Prof. Dr. Lidio de Souza (UFES)
Profª Drª Luciana Kind (PUC/Minas)
Profª Drª Luciene Alves Miguez Naiff (UFRRJ)
Profª Drª Neuza Maria de Fátima Guareschi (UFRGS)
Prof. Dr. Ricardo Pimentel Mélo (UFC)
Prof. Dr. Sérgio Aragaki (UFT)
Profª Drª Sueli Terezinha Ferreira Martins (UNESP)
Profª Drª Vera Mincoff Menegon
Profª Drª Zeidi Araujo Trindade (UFES)

Benedito Medrado e Wedna Galindo
Organizadores

**PSICOLOGIA SOCIAL E SEUS MOVIMENTOS:
30 ANOS DE ABRAPSO**

1ª edição

ABRAPSO
Recife/PE
2011



Recomendamos a reprodução, total ou parcial, desta obra,
desde que não haja fins de lucro e que seja citada a fonte.
Licença: <http://creativecommons.org/licenses/by>

Projeto gráfico: Turla Aquete | www.qaqmultimedia.com

Esta publicação foi produzida a partir da parceria com o Fórum Permanente
Universidade Sociedade do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Federal de Pernambuco/UFPE.

Catálogo na fonte:
Bibliotecária Joselly de Barros Gonçalves, CRB4-1748

P974 Psicologia social e seus movimentos : 30 anos de ABRAPSO / Benedito Medrado e Wedna Galindo, organizadores. – 1.ed. – Recife : ABRAPSO : Ed. Universitária da UFPE, 2011. 373 p. : il.

Conferências proferidas no XVI Encontro Nacional da ABRAPSO, realizado de 12 a 15 de novembro, em Recife.

Inclui referências
ISBN 978-85-7315-957-8 (broch.)

1. Psicologia social. 2. História social – Séc. XX. 3. Política social. 4. Tecnologia – Aspectos sociais. 5. Relações raciais. 6. Saúde pública. 7. Psicologia educacional. I. Medrado, Benedito (Org.). II. Galindo, Wedna (Org.).

302

CDD (22.ed.)

UFPE (BC2011-148)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Benedito Medrado e Wedna Galindo 11

PREFÁCIO

Ricardo Pimentel Mélllo e Jefferson Bernardes 17

1. MEMÓRIAS, TEMPOS, LUTAS E TRILHAS

ABRAPSO 30 anos: narrativas e memórias de futuro

Pedrinho Guareschi 21

Da consciência à potência de ação: um movimento possível do sujeito revolucionário na psicologia social laneana

Bader Burihan Sawaia 35

Psicologia social, arte e política: breves incursões pelas trilhas da Abrapso

Andréa Vieira Zanella 53

Brasil e a questão racial: entre mitos, ideologias e lutas

Claudia Mayorga 71

Os movimentos sociais no tempo. Os tempos dos movimentos sociais

Taciana Gouveia 97

Psicologia social e divulgação científica: rupturas e pontos de contato

Adriano Roberto Afonso do Nascimento 111

2. DESFOCANDO PARA VER MELHOR

- História da psicologia no projeto educacional dos primórdios da Primeira República
Francisco Teixeira Portugal e Leonardo de Oliveira 123
- Avaliação na graduação e na pós-graduação em psicologia: convergências e divergências
Oswaldo H. Yamamoto, Ana Ludmila Costa e Pablo Seixas 139
- Contribuições da psicologia social para a saúde como direito e construção de cidadania
Magda Dimenstein 161
- Psicologia social e saúde: reflexões impertinentes sobre a produção de conhecimento sobre qualidade de vida em saúde
Gustavo Correa Matta 183
- Transformaciones del trabajo y procesos identitarios en el “nuevo” capitalismo. Notas para una discusión en el contexto latinoamericano
Antonio Stecher 207
- Psicologia e trabalho: focalizando as “profissões ignoradas”
Leny Sato 233

3. LINHAS, CURVAS E OLHARES EM MOVIMENTO

- Carpe codex: etnografia ubíqua entre aldeia e metrópole
Mássimo Canevacci 253
- Os fios e os nós: um ensaio sobre jovens e temporalidades na contemporaneidade
Mónica Franch 273
- Indisciplina: apontamentos de um (etno)psicólogo clínico sobre as políticas do saber no campo psi (e adjacências)
Luis Felipe Rios 295

Micropolíticas de inclusão-exclusão escolar: a disciplina como analisador

Marisa Lopes da Rocha e Nair Iracema Silveira dos Santos 317

Gênero, sexo e corpo travesti: abjeções e devires

Maria Juracy Filgueiras Toneli e Marília dos Santos Amaral 339

Politizar o abjeto: dos femininos aos feminismos

Berenice Bento 357

SOBRE OS/AS AUTORES/AS 373

APRESENTAÇÃO

Benedito Medrado e Wedna Galindo

Presidente da Abrapso Gestão 2010-2011 e Associada da Abrapso - Núcleo Pernambuco

*Vida, minha vida
Olha o que é que eu fiz*
Chico Buarque, Vida, 1980.

Brasil, 1980, ano de fundação da Associação Brasileira de Psicologia Social. A discreta abertura política se iniciava no país e, por conseguinte, começava a colocar *em movimento* projetos, sonhos, ideais da sociedade brasileira que os anos de ditadura militar insistiam em silenciar.

Exilados políticos estavam regressando ao país, desde o ano anterior, em nome da anistia proclamada pelo governo Figueiredo. Partidos de esquerda foram fundados, como o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Também em 1980, como que expressando o *movimento* inseguro das mudanças em curso, a ditadura militar prorroga mandatos de prefeitos e vereadores por mais dois anos, além de prender por um mês o então líder sindical, Luís Inácio da Silva juntamente com 14 companheiros seus (Vida, 2010).¹

¹ *Vida/* Abril Coleções. São Paulo: Abril, 2010. 48 p.: il; 14 cm + CD - (Coleção Chico Buarque: v. 9)

A peça *Calabar, o Elogio da Traição*, de Chico Buarque e Ruy Guerra, foi liberada pela censura após sete anos. A inspiração da peça era

colocar em julgamento a figura de Domingos Fernandes Calabar, um mulato pernambucano que tomou partido dos holandeses quando estes invadiram o Nordeste brasileiro. Capturado pela Coroa Portuguesa após a batalha do Arraial do Bom Jesus, em 1635, Calabar foi condenado à forca e esartejado (Calabar, 2010).²

Escrita em 1973, *Calabar...* denunciava a truculência do regime militar da época, a partir de episódio concreto passado há quase 300 anos, no Brasil. As artes, e a música em especial, tentaram driblar os rigores da censura assumindo, pela função estética, a tarefa de expressar, interpretar, criticar a dura realidade de então. Em *Fado Tropical*, música que compõe *Calabar...*, Chico e Ruy anunciam, dentre outros versos:

Sabe, no fundo eu sou um sentimental
Todos nós herdamos no sangue lusitano
uma boa dosagem de lirismo... (além de sífilis, é claro) *
Mesmo quando as minhas mãos estão
ocupadas em torturar, esganar, trucidar
Meu coração fecha os olhos e sinceramente chora...
* [este trecho, entre parênteses, foi vetado pela censura]

Ainda que *Calabar...* tenha sido liberada, o show de Chico em São Paulo, em 1980, foi proibido. Iniciávamos assim, um período de abertura com ainda manutenção de repressão, *movimento* no qual a Abrapso surge, como parte das várias iniciativas que apostavam na radical ruptura com convenções forjadas em nome de propostas universalizantes e individualistas de fazer ciência.

Como associação de pesquisadores implicados com o projeto democrático, a Abrapso desde aqueles primeiros anos tem pautado seu *fazer* em postura crítica (que insiste em perguntas que vão além da simples “apreensão da realidade”) tanto na formulação teórica como na formação de profissionais e na

² *Calabar, o Elogio da Traição ou Chico Canta*/ Abril Coleções. São Paulo: Abril, 2010. 48 p.: il; 14 cm + CD - (Coleção Chico Buarque: v. 12)

proposição de posturas interventivas que considerem a realidade brasileira e latino-americana como cenário, ponto de partida e horizonte.

Tal como Chico Buarque se indagava em 1980 sobre sua *Vida* (2010) e concluía: “toquei na ferida/ nos nervos, nos fios/ nos olhos dos homens/ de olhos sombrios/ mas, vida, ali/eu sei que fui feliz”, esperamos manter a Abrapso comprometida e convocando-nos a refletir sobre o que temos feito e para onde pretendemos dirigir nossos projetos de sociedade e de vida.

Envolvidos/as pelo clima de celebração dos 30 anos da Abrapso apresentamos esta coletânea como instrumento a serviço do fortalecimento do projeto democrático brasileiro e da manutenção da postura científica crítica da Psicologia Social em seus diálogos com a sociedade. O livro reúne textos dos/as convidados/as a participar dos Simpósios e Fóruns³ que compõem a agenda de atividades do XVI Encontro Nacional da Abrapso, realizado de 12 a 15 de novembro, em Recife.

Os textos, inspirados pelo tema do encontro – *A Psicologia Social e seus Movimentos: 30 anos de Abrapso*, colocam também o livro em movimento. Como num caleidoscópio, esses textos compõem arranjos plurais que leitores e leitoras podem apreciar desde o seu próprio olhar. Assim, sem a pretensão de esgotar a multiplicidade de leituras e arranjos possíveis, ousamos dispor o material em três blocos.

O primeiro (*Memórias, tempos, lutas e trilhas*) transita entre memórias, conceitos e objetos diversos, tendo como bússola ou (como ampulheta) os últimos 30 anos. O texto de Pedrinho Guareschi (UFRGS) apresenta referências históricas da constituição da Abrapso, inscrevendo-a no contexto de desenvolvimento da própria Psicologia Social no Ocidente e no Brasil. No segundo capítulo, Bader Sawaia (PUC-SP) toma como ponto de referência a obra de Sílvia Lane para questionar-nos

³ Alguns/mas convidados/as optaram por produzir textos em coautoria

sobre a noção de sujeito, tendo por base contribuições de Espinosa, Agamben e Lukács, reafirmando a Psicologia Social como ciência crítico-transformadora da realidade. No texto seguinte, Andrea Zanella (UFSC) trata da (oni)presença, na contemporaneidade, de tecnologias de informação e comunicação e seu impacto em processos e relações que envolvem os seres humanos. No capítulo seguinte, Claudia Mayorga (UFMG) trata da questão racial no Brasil, pautando as reflexões em aspectos históricos e jurídicos, destacando a necessidade de analisar discursos que se repetem do passado, na contemporaneidade. Os movimentos sociais são discutidos por Taciana Gouveia como sujeitos, no processo de democratização da sociedade brasileira, nas últimas décadas. Fechando este bloco, Adriano Nascimento (UFMG) convoca-nos à tarefa de sistematização e publicização de nossos fazeres, em Psicologia Social, como estratégia de divulgação desse campo, e, por conseguinte, de disputa com outros saberes, como as neurociências, por exemplo, que terminam por ocupar espaços das mídias, cujos resultados de pesquisa *informam* sobre comportamento humano.

O segundo bloco aborda contribuições em torno de temáticas gerais, a partir de leituras críticas que buscam dar visibilidade a processos menos óbvios e, para isso, é preciso muitas vezes trocar as lentes ou simplesmente desfocar. Denominamos, não à toa, este bloco como *Desfocando para ver melhor*. O primeiro capítulo deste bloco, de autoria de Francisco Portugal e Leonardo Oliveira (UFRJ), (des)focaliza a temática *educação*, apresentando uma análise da *Revista Pedagógica* (publicada na Primeira República), em cujas relações entre educação e psicologia, identificam discursos naturalizantes sobre o ser humano. No capítulo oito, Oswaldo Yamamoto, Ana Ludmila Costa e Pablo Seixas (UFRN) discutem a avaliação de cursos de graduação e pós-graduação, no Brasil, que mesmo ancorada num mesmo sistema, o SINAES, vem apresentando diferenças significativas nos dois níveis de ensino, coerentes com os contextos específicos de cada um. (Des)focalizando o campo da *saúde*, Magda Dimenstein (UFRN) aborda a inserção da psicologia na saúde pública, destacando contribuições da psicologia social para este campo. No texto

seguinte, Gustavo Matta (Fiocruz) problematiza o uso da noção de qualidade de vida nos debates em torno da saúde. Os dois últimos capítulos deste bloco têm como foco a temática *trabalho*. Antonio Stecher (Universidad Diego Portales-Chile) expõe argumentos em defesa de duas teses que podem ser norteadoras de pesquisas sobre identidade e trabalho nas sociedades contemporâneas: a fragilidade do trabalho como suporte identitário e a defesa de um novo perfil para o trabalhador, mais flexível e empreendedor. Leny Sato (USP), por sua vez, destaca os espaços criativos de trabalho, aqueles que escapam às organizações formais, convocando a psicologia social a dialogar com o tema.

O terceiro bloco (*Linhas, curvas e olhares em movimento*) agrega leituras críticas acerca de controvérsias contemporâneas. No capítulo treze, Máximo Canevacci (UFSC) aborda culturas digitais, indicando aspectos teórico-metodológicos para se considerar a realidade a partir de tal perspectiva. A relação entre tempo e juventude na sociedade é tratada por Mônica Franch (UFPB), no texto seguinte, com ilustração de trabalhos etnográficos. Luís Felipe Rios (UFPE) tece reflexões sobre o campo da saúde coletiva, com ênfase na intervenção, tomando como fio condutor de suas ideias, sua trajetória de formação como (etno)psicólogo clínico. No capítulo dezesseis, Marisa Rocha e Nair Santos (UFRGS) tomando a (in)disciplina como analisador, discutem o ambiente de escolas de ensino fundamental e modos de subjetivação. Juracy Toneli e Marília Amaral (UFSC) abordam corpos travestis a partir de perspectiva crítica na abordagem de gênero, sexualidade e a própria constituição de sujeitos. Finalizamos este bloco com o provocante texto de Berenice Bento (UFRN) que, ao rejeitar a restrita relação feminino-mulher, destaca a violência e a diversidade de vivências do feminino, que inclui além de mulheres, *gays*, travestis, transexuais.

Em linhas gerais, os textos que integram esta coletânea, como se percebe na breve descrição acima, apostam na plasticidade de modos de fazer psicologia social, que se expressa em fundamentos éticos, políticos e conceituais particulares e em escolhas

metodológicas diversas, bem como focos e lentes de interesse variados.

Assim, constitui-se a psicologia social e seus movimentos, não na busca de consensos ou propostas universalizantes e hegemônicas, mas na defesa produtiva da diversidade de modos de fazer ciência; que reconhece o olhar como parte do objeto pesquisado e que, portanto, reconhece a si também como objeto da investigação científica.

Desejamos que a leitura do livro contribua para manter a psicologia social *em movimento*, inspirando ideias e fazeres, mobilizando pesquisadores/as, profissionais e estudantes, em uma roda gigante que insiste em mover(-se), resistindo aos *moinhos de vento* e às *rodas vivas*, porque, como diz a música,⁴ *A gente quer ter voz ativa / no nosso destino mandar (...) A gente vai contra a corrente / Até não poder resistir / Na volta do barco é que sente / O quanto deixou de cumprir / Faz tempo que a gente cultiva / A mais linda roseira que há (...) A gente toma a iniciativa / Viola na rua a cantar (...)*

Desejamos a todos/as uma agradável leitura.

⁴ A música Roda Viva fez sucesso no festival de 1967, interpretada por Chico Buarque e pelo grupo MPB-4. No início de 1968, a peça “Roda viva” estreou no Rio de Janeiro, sob a direção de José Celso Martinez Corrêa. A obra se tornou um dos símbolos da resistência contra a ditadura militar, quando, naquele ano, o Teatro Galpão, em São Paulo, foi invadido pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC), que espancou artistas e destruiu o cenário da peça, gerando indignação e reação da classe artística e militantes contra a censura e à repressão.

Por uma Psicologia Social sempre em Movimento (Prefácio)

Ricardo Pimentel Mélló e Jefferson Bernardes

Integrantes da Direção Nacional da ABRAPSO (Gestão 2010-2011)

*A gente quer ter voz ativa,
no nosso destino manda*
Chico Buarque

Em outubro de 1979, em reunião ocorrida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), uma comissão formada por pessoas participantes do Seminário “Psicologia Social e Problemas Urbanos”, formulou a primeira proposta de criação da ABRAPSO e depois a divulgaram enviando para vários cursos de Psicologia, Sociologia e instituições de pesquisa.

Mas, quase um ano depois, durante a Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência-SBPC, ocorrida no dia 10 de julho de 1980, às 12h30min, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), é que psicólogos e outros profissionais se reuniram para fundar a Associação Brasileira de Psicologia Social-ABRAPSO. Eram ao todo 53 pessoas.

Na reunião da SBPC foi escolhida a primeira diretoria da ABRAPSO, por meio de votação: Marília de Andrade (PUC-Campinas), Sílvia Lane (PUC-SP), Wanderley Codo (USP-Assis) e José Roberto Malufe (PUC-SP).

A ABRAPSO já emergia plural, uma vez que, a proposta descrita em sua ata de fundação era enfática na necessidade de reunir “não somente psicólogos de diferentes áreas, mas também outros cientistas sociais que estivessem interessados no desenvolvimento da Psicologia Social no Brasil”. Também emergia uma associação crítica: “na defesa de ampla liberdade para a atividade científica” e organizando reuniões que propiciem “a discussão sobre a postura social do psicólogo e sua formação profissional”.

Fizemos 30 anos em 2010 comemorados em nosso XVI Encontro Nacional. Durante todo esse tempo de vida da ABRAPSO alguns temas deixaram de ser debatidos e outros despontaram por conta da vida humana sempre em fluxo, por conta do mundo que gira de muitos modos e em diversas direções.

Dando continuidade ao princípio fundador da nossa Associação, o XVI Encontro Nacional reafirma uma ABRAPSO que resiste à cristalização. Uma pequena amostra disso são os textos aqui reunidos que aliam diversas experiências de ensino, pesquisa e atuação profissional envolvidas no debate atual sobre problemas sociais e políticos do nosso país. São textos que ousam desafiar a Psicologia, em especial a Psicologia Social, a entrar na roda viva dos cotidianos das nossas sociedades, não com uma voz disciplinadora e final, mas com seu coro de vozes plurais (sim!), ao mesmo tempo uníssonas, no incessante denunciar de práticas e racionalidades não libertárias.

Vida longa à ABRAPSO... sempre em movimento. Afinal, como dizia a música:

*Olha nós outra vez no ar.
O show tem que continuar*
Arlindo Cruz

Parte 1

Memórias, tempos, lutas e trilhas

Abrapso 30 anos: Narrativas e Memórias de Futuro

Pedrinho Guareschi⁵

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Muito já se investigou e se escreveu sobre a Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso), sua história, o papel que desempenhou na Psicologia Social do Brasil e os importantes avanços por ela trazidos na construção da Psicologia no Brasil. Gostaríamos de enfatizar, nesse espaço, apenas três pontos que, penso, poderão somar para melhor compreensão do significado da Abrapso no campo da produção de conhecimento psicossocial no Brasil:

1. O contexto mais amplo da história e desenvolvimento da assim denominada “Psicologia Social moderna”. Olhando em retrospecto e após examinar a história da Psicologia, dou-me conta de que, para se entender a Abrapso, é preciso considerar a Psicologia Social no Ocidente e no Brasil.
2. Num segundo ponto pretendo iluminar um pouco mais o momento específico em que surgiu a Abrapso. Que fatores foram relevantes para que se criasse uma nova Associação? Pretendo referir-me de modo especial à pessoa de Sílvia Lane e ao grupo de estudiosos que se reuniu a seu redor na década de 1970.
3. Ao final, muito brevemente, gostaria de lançar um desafio aos colegas sobre a responsabilidade que temos em fazer com que, a exemplo do que aconteceu na criação da

⁵ Professor e pesquisador da UFRGS; E-mail: pedrinho.guareschi@ufrgs.br

Abrapso, que veio responder a determinados “Sinais dos Tempos”, nós também pudéssemos (possamos) nos deter no exame e escrutínio dos “Sinais dos Tempos” presentes e continuássemos (continuemos) corajosamente, a construir nossa psicologia comprometida e corajosa. A Abrapso deve permanecer fiel à sua prática e continuar a inovar continuamente, como fez desde o seu início.

O contexto histórico e social do surgimento da Psicologia Social

Um entendimento mais claro do que a Abrapso significa não pode prescindir de uma rápida reflexão sobre as próprias origens da Psicologia, em geral, e da Psicologia Social, em particular. Isso porque os pressupostos presentes no surgimento da Abrapso rompem com a compreensão de uma psicologia (social)⁶ que teve sua origem com Wundt, no século XIX e que, para ser considerada “ciência”, tinha de obedecer a determinados princípios, isto é, os valores da modernidade. A Abrapso representa algo absolutamente novo no cenário acadêmico brasileiro, que se ressentia fortemente da influência dos Estados Unidos. Apesar de a contribuição da Abrapso não poder ser considerada totalmente inovadora, pois bebeu, em parte, de influências europeias, ela inovou, contudo, em alguns pontos, especificamente com a incorporação da dimensão do compromisso social e da ética.

Como surgiu a Psicologia como “ciência”? Retomo aqui a discussão que organizei num trabalho anterior (GUARESCHI, 2007), em que mostro com mais detalhes os pressupostos presentes nas origens da Psicologia (Social) como “ciência”. Como veremos, a grande “surpresa” dos cientistas modernos (empiristas ingleses, positivistas franceses) foi a “descoberta” da existência de leis subjacentes à realidade cósmica que regulavam e governavam esse mundo. A ciência passou a ser nada mais que a identificação dessas leis implícitas, subjacentes e ocultas. O segundo passo,

⁶ Tenho para mim que não há psicologia que não seja “social”. A partir já do próprio Freud (1921, p.95) e como também sustentava a fundadora da Abrapso, Sílvia Lane (Lane e Codo, 1984). Uma discussão mais ampla desse ponto pode ser vista em Jovchelovitch (2007).

dado por Comte, Durkheim e outros sociólogos, foi mostrar que a sociedade também era regulada por leis subjacentes; o social era uma “coisa”, como qualquer outra, e a sociedade era um sistema fechado, governado por leis determinantes e determinadas. Wundt, para os que o aceitam como o fundador da psicologia, não fez nada mais que dar o terceiro passo dentro dos pressupostos da modernidade: se o mundo é regido por leis constantes e determinadas; se assim acontece também com a sociedade; nada mais consequente e lógico do que afirmar que o ser humano deve também ser compreendido e investigado como uma simples máquina regulada por leis fixas e absolutas. Vamos colocá-lo dentro de um laboratório e descobrir suas leis implícitas. A questão toda resumiu, a partir daí, em fazer experimentos para descobrir tais leis. E esses experimentos estão sendo feitos, por muitos, até hoje!

Devemos a Robert Farr (1998), e a seus 25 anos de pesquisa ininterrupta, honesta e escrupulosa, o esclarecimento e a crítica mais aprimorada e metódica sobre as origens de nossa Psicologia Social. Principalmente em seu capítulo 2 (p.37-59), ele nos mostra como essa ideia parcial de ciência (experimental) tomou conta da psicologia como um todo, de tal modo que, na sua expressão, para os experimentalistas, “a pele forma o limite de estudo” (FARR, 1998, p. 41).

Essa concepção de psicologia como uma ciência experimental passou, automaticamente, para a Psicologia Social. A Psicologia “científica”, isto é, fisiológica e materialista, se desenvolveu a base de experimentos; mas experimentos “fisiológicos”, materiais, biológicos, comportamentais, que não iam além da pele. A Psicologia Social, como a Psicologia *tout court*, passou a fazer parte das Ciências Naturais [*Naturwissenschaften*]. Como diz Farr (1998, p. 59), “a herança de Wundt foi uma psicologia experimental que não era social”. Mas, “se a psicologia se tornou por primeiro uma ciência experimental na Alemanha, foi a Psicologia Social que se tornou depois uma ciência experimental nos Estados Unidos”.

Watson e seus seguidores fizeram uma cruzada sistemática com o objetivo de livrar a psicologia de toda referência à consciência, à

mente ou ao self. Para eles, só valia o observável, o externo, o material. O próprio Watson afirmava que a introspecção deveria ser banida da psicologia. Para quem lê o Manifesto Behaviorista, coordenado por Watson, fica evidente essa “materialização” do psicológico, pressuposto do materialismo cientificista de que estamos falando.

Descartes, para se livrar do psíquico (imaterial, simbólico, representacional), cindiu o ser humano ao meio: a ciência se ocuparia apenas do material, do biológico e a filosofia do imaterial. Acontece, contudo, que não é por um ato voluntarista que se elimina uma realidade que durante séculos preocupa a humanidade. Por isso, o fantasma de Descartes continua a assombrar os estudos modernos. O behaviorismo, longe de enterrar esse fantasma, é apenas uma das faces desse dualismo cartesiano. Na herança cartesiana, o psíquico, o self, pertence à filosofia mental. O self só poderia se tornar acessível através da introspecção. Mas isso, para os comportamentalistas, não era ciência. Essa é a natureza do dualismo cartesiano que herdamos na psicologia. Quando ela se tornou uma ciência do comportamento exterior apenas, ela não avançou para além do dualismo cartesiano.

Temos de reconhecer, contudo, que o predomínio dessa visão não foi absolutamente unânime. Para George Herbert Mead, por exemplo, a mente era um fenômeno puramente natural. Já para Watson, ela era apenas um fenômeno sobrenatural. Jovchelovitch (2007) discute com clareza as consequências desse dualismo cartesiano e mostra que tal dualismo não se sustenta diante de uma crítica bem fundamentada. Watson reduziu a racionalidade humana à racionalidade dos ratos. Mead comparou a psicologia de Watson à Rainha, em *Alice no País das Maravilhas* - sem cabeça, sem nada acima da espinha dorsal.

Minha experiência mostra que muitos estudantes, ao tomar contato com uma disciplina e suas diferentes teorias, onde sempre estão implícitos pressupostos metafísicos ou epistemológicos, não se dão conta de que, nas diferentes origens, ou tradições dessa ciência, estão presentes pressupostos, ou “eixos”, bem distintos.

Um desses eixos é o “materialismo cientificista” que estamos discutindo aqui. Para ele, não existe nada além da matéria, do biológico. Destutt de Tracy, por exemplo, ao discutir a ideologia, coloca-a no campo da zoologia. Por quê? Porque a zoologia trata dos animais; um desses animais é o ser humano; o ser humano possui cérebro; e as ideias são emanções desse cérebro. Ora, sendo a ideologia o estudo das ideias, e estando elas no cérebro, que é parte do homem, que é um animal como qualquer outro - ... logo, a ideologia deve ser classificada no campo da zoologia. Se nosso pressuposto é o materialismo cientificista, e não existe nada além do material e físico, vamos, conseqüentemente, tirar as conclusões lógicas disso. Na Alemanha, na época de Wundt, essa era a discussão, entre as *Naturwissenschaften* e as *Geisteswissenschaften*. Para os primeiros, a “ciência” se fundamentava nesse pressuposto ontológico e epistemológico do materialismo. E como derivação disso, a metodologia era quantitativista, tentando medir essa matéria. Tudo o que não pudesse ser “apalpado”, medido, pesado, não tinha valor e não existia. O social, para eles, tinha o estatuto ontológico de “coisa”. Por insistência de uma mentalidade positivista, as ciências sociais tinham de tomar como modelo as ciências naturais. Daí a importância do laboratório. Uma pergunta que ainda poderia ser feita: até que ponto esse pressuposto não está ainda presente na “mente” de muitos de nossos “cientistas”?

Há outro pressuposto da modernidade, contudo, tão ou mais importante que o materialista da modernidade, que penetrou e ainda está fortemente presente na psicologia e, evidentemente, na Psicologia Social: é o pressuposto do individualismo. Essa dimensão nós a devemos buscar em Descartes. Interessante notar que na famosa afirmação de Descartes *cogito, ergo sum* (penso - eu -, logo existo), a Psicologia não foi buscar apenas o “racional”, a racionalidade instrumental implícita do termo “cogito”, mas igualmente o fato de ela ser formulada tendo como sujeito a primeira pessoa do singular: penso, isto é, eu penso. E essa foi a segunda marca presente na Psicologia Social, quase que um paradoxo: como o social poderia se reduzir ao indivíduo?

O individualismo, com suas raízes no humanismo renascentista, era a ideologia dominante dentro da cultura ocidental, principalmente dos Estados Unidos. Diversos pensadores do final do séc. XIX e início do séc. XX tinham-se defrontado com a questão do social, que eles denominaram, contudo, de “coletivo”. O próprio Wundt, como vimos, chegou a escrever dez volumes sobre o que ele chamou de Psicologia Social. Foi, contudo, solenemente ignorado. Mas foi o individualismo cartesiano que venceu a batalha, e tudo o que fosse coletivo, “social”, ou mesmo cultural, passou a ser considerado surpreendentemente como irracional. Isso está claro em *Le Bon*, para quem todo coletivo era perigoso e devia ser evitado. Conotações negativas dessa “cultura” podem ser entrevistas nas obras de Freud, para quem a “civilização” devia mais ser aturada do que aceita. Moscovici (1961, 1985) discute essa questão da psicologia das massas e mostra como os psicólogos sociais acadêmicos se distanciaram desse campo por acharem que esses estudos eram mais “populares” que científicos. Ele também aponta os perigos desse desinteresse. Ernest Gellner, um filósofo que discute a poderosa influência do individualismo cartesiano nas ciências, faz um forte comentário ao mostrar como tudo o que fosse social, ou cultural, devia ser rejeitado. E qual a razão? “Deve ser rejeitado porque é uma cultura. Sua origem social e comum é sua mácula fatal” (1992, p.18). Isso é o que Moscovici chama de “o escândalo do pensamento social” (GELLNER, 2002, p.167). Morton Prince, professor de psiquiatria de Harvard, convidou, em 1921, Floyd. H. Allport, jovem instrutor em Harvard, a colaborar como coeditor do *Journal of Abnormal and Social Psychology*. O título já nos dá uma indicação avaliativa do que se pensava do “social” e da “cultura” da parte de determinados segmentos acadêmicos: o social não andaria longe do anormal.

Esses são alguns dos pressupostos que estão presentes na história e nas origens da Psicologia Social. Quando ela migrou e lançou fortes raízes no resto do mundo, principalmente nos Estados Unidos, ela se transferiu com esses dois pressupostos bem nítidos do materialismo positivista e do individualismo cartesiano. E, pode-se até dizer que, em grande parte, eles influenciam ainda os dias de hoje. Com essa compreensão mais nítida das origens da

Psicologia Social, torna-se mais fácil entender o aparecimento da Abrapso. Vamos tentar ver como essa discussão foi feita na década de 1970, que antecedeu a fundação da Abrapso.

O ambiente polêmico e propício da criação da Abrapso

Essa psicologia social, individualista e experimentalista, migrou a outros continentes, como a América Latina e a Europa. Com respeito à Europa, foi montada uma espécie de “Plano Marshall acadêmico”, numa investida conquistadora de implantar a psicologia de viés americano. Apesar de se mostrar soberana e poderosa, aparentando mostrar grandes êxitos, tal investida começou a sofrer, a partir do final da década de 1950, principalmente por parte de Moscovici (1972), na França, fortes reações. Ele começou a estranhar e a questionar principalmente sua tendência individualista e a duvidar que ela pudesse dar verdadeiramente conta do “social”. Inicia fazendo uma avaliação geral da situação da Psicologia Social na Europa. Em seu trabalho de 1972, “Sociedade e Teoria em Psicologia Social”, ele confessa a terrível situação em que eles se encontravam na Europa com respeito à Psicologia Social: “Em frente de nós, atrás de nós e ao nosso redor, havia - e ainda há - ‘a Psicologia Social americana’” (2002, p. 111). E continua dizendo que, apesar do respeito que tinham por ela, sua aceitação estava se tornando progressivamente mais difícil, pois seus princípios “nos são estranhos, nossa experiência não condiz com a deles, nossa visão de homem, de realidade e de história é diferente” (p.112).

E ele vai assim desfilando, exemplo atrás de exemplo, as características dessa “Psicologia Social da ingenuidade”, que não dava conta do “social”, e que excluía a contradição. O que faltava à Psicologia Social, segundo ele, eram as contribuições de Marx, Freud, Piaget, Durkheim: a questão das desigualdades, o fenômeno da linguagem, a força das ideias na construção da sociedade, a realidade social. Ela deveria ser uma ciência mais do movimento, do que da ordem. E ainda: “a ciência é uma instituição social e, como tal, é um objeto de análise como qualquer

outro, da mesma forma que os experimentos e seus sujeitos estão engajados na interação social, como todos os demais;... qual a finalidade da comunidade científica: apoiar a ordem, ou criticá-la e transformá-la?" (MOSCOVICI, 2002, p.112).

As reflexões de Moscovici trouxeram novas luzes à compreensão do que seja o "social". Superando a concepção individualista, em que "social" era apenas a soma de individuais, ou onde a ênfase era dada ou ao sujeito, ou ao objeto, ele questiona teórica e epistemologicamente esses enfoques e mostra como tudo tem a ver com tudo, não há nada "isolado", indiferenciado: "uma relação triangular complexa, em que cada um dos termos é totalmente determinado pelos outros dois... o triângulo Sujeito-Outro-Objeto é crucial para essa discussão, pois é o único esquema capaz de explicar e sistematizar os processos de interação" (MOSCOVICI, 2002, p. 152-3). Duas décadas depois, Bauer e Gaskell (1999), a partir desse esquema, acrescentam a dimensão do tempo, em que esses triângulos vão se sucedendo, formando, o que eles chamam de "modelo do Toblerone": tempos dialéticos que se sucedem.

Ao discutir a relação entre indivíduo e sociedade, Moscovici diz (2002, p.157): "a sociedade não é vista como um produto dos indivíduos, nem os indivíduos vistos como produtos da sociedade... o problema das relações entre ser humano e sociedade se relaciona intrinsecamente com ambos os termos do rapport". O social, nesse novo entendimento, passa a ser compreendido como uma relação, isto é, algo que não pode ser considerado sem outros; ele implica, em sua própria definição, outros. Possui, pode-se dizer, um direcionamento intrínseco, do próprio ser, em direção a outro(s). É singular e, ao mesmo tempo, múltiplo. É esse o social que constitui o processo de mediação na complexidade entre o mundo interno e externo, entre o individual e o coletivo, entre o psíquico individual e a realidade psíquica social externa. Ele é o "entre" de todos esses processos. Esse conceito de social=relação é útil, do mesmo modo, para o entendimento do que sejam os grupos: eles se constituem a partir de relações; são as relações a matéria prima de um grupo (GUARESCHI, 2004).

O comportamento simbólico foi, muitas vezes, confundido com os processos psicológicos gerais chamados de “cognitivos”. Com isso, mascara-se a distinção entre os dois termos. É bem diverso, contudo, o entendimento do “simbólico”. Os aspectos fundamentais do comportamento simbólico consistem de suas manifestações verbais e não-verbais, que são compreendidas e se tornam “visíveis” somente em relação aos significados comuns que eles adquirem para os que recebem as mensagens e para aqueles que as emitem. Comportamento simbólico é fundamentado e torna-se possível pelas normas sociais e regras e por uma história comum que reflete o sistema de conotações implícitas e pontos de referência que, invariavelmente, se desenvolvem em todo ambiente social.

Por isso, a Psicologia Social é uma ciência do comportamento somente se isso for entendido como significando que seu interesse consiste em um modo muito específico deste comportamento - o modo simbólico. A grande diferença é que o simbólico é sempre social; não existe simbólico individual. Psicologia Social trata do simbólico que é um psíquico social.

Essa é a Psicologia Social que foi tomando corpo a partir do final da década de 1950, e é essa a Psicologia Social que começou a tomar pé no Brasil na década de 1970. Papel destacado nessa tarefa ocupou o curso de Psicologia da PUC de São Paulo. Ele era coordenado pela Prof^a. Sílvia Lane e foi criado a partir dos cursos de psicologia da Sedes Sapientiae e da Faculdade São Bento. O grande desafio então foi superar o viés fortemente clínico e individualista da psicologia. Com o Prof. Alberto Abib Andery, começaram a ligar psicologia com o movimento operário, principalmente em Osasco. Tais iniciativas marcam os inícios da Psicologia Comunitária. Começam a ter influência as ideias de Paulo Freire e os pressupostos do conceito de “libertação”, presentes tanto na Teologia da Libertação, como na Filosofia e na Pedagogia da Libertação (GUARESCHI, 2009). Essas ideias ganham proporções latino-americanas, onde a questão da opressão era clara. Passam a responder a um momento histórico específico.

A reflexão e a investigação iniciadas por Sílvia Lane na PUC-SP caminhou, como disseram alguns de seus orientandos de doutorado e depois seus colegas de ensino, “pela crítica à psicologia social predominante em nosso meio. Era a psicologia social norte-americana, de base experimental e positivista, que falava de mecanismos psicológicos universais e abstratos, desconsiderando o conteúdo histórico e social presente na constituição do homem” (BOCK et al., 2007, p.49). Nas próprias palavras de Lane (2000, p.4):

“A Psicologia Social no Brasil era um 'zero à esquerda', não interferia em nada, não ajudava em nada, quer dizer, era um saber que estava lá, que partia das teorias americanas para explicar a realidade brasileira. Era preciso compreender como o latino-americano singulariza o universal na constituição particular de sua existência”.

Foi dentro desse clima dos intensos anos de 1970 e 1980, que, como afirmam Sawaia e Lane (2002, p.66) “ocorreu a construção da ABRAPSO (...) reunindo professores da PUC-SP, orientandos do programa de pós-graduação e outros profissionais e professores de outras escolas”. A pessoa que congregou todos esses esforços foi Sílvia Lane, após muitos contatos e articulações. Já existia, nessa época, a ALAPSO (Associação Latino-americana de Psicologia Social), mas era uma entidade sem representatividade, que servia apenas de espaço de projeção para alguns poucos que nela se mantinham, sem qualquer esforço de construção de uma Psicologia para a América Latina. Foi por isso que em 1979, num encontro da SIP (Sociedade Interamericana de Psicologia) no Peru, foi aprovada a proposta de criar associações nacionais que poderiam substituir a ALAPSO. Foi assim criada a AVEPSO (Associação Venezuelana de Psicologia Social) e ainda em 1979, ao retornar ao Brasil, Sílvia Lane organizou um Encontro de Psicologia Social e realizou reunião para debater a criação da Abrapso. Na narrativa de Sawaia e Lane (2002, p.66), “segundo Sílvia, uma das principais realizações do encontro foi a de conscientizar os participantes psicólogos de que suas

perplexidades, percebidas até então como sentimentos individuais, eram compartilhadas por cientistas de diversas áreas”.

Assim, em 10 de julho de 1980, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), foi fundada a Abrapso, para que pudesse responder aos problemas fundamentais da realidade social, cultural, política e econômica brasileira. Sílvia Lane fica na presidência nacional até 1983.

A Abrapso, a partir daí, com muita dificuldade no início, mas firmando-se e consolidando-se aos poucos, apresentando-se como um elo unificador de várias tendências histórico-críticas e respondendo sempre às muitas e diversas aspirações da população brasileira. No início da década de 1980 Sílvia e Maria do Carmo Guedes percorrem vários países da América Latina para examinar in loco as atividades dos psicólogos sociais e para buscar inspirações para o ensino e pesquisa em Psicologia Social. Ajudou nisso também seu pós-doutorado na *École des Hautes Études* em Paris, com Moscovici e Jodelet, em meados da década de 1980. Traz de lá as reflexões e críticas que estavam sendo feitas à influência de uma psicologia individualizante e experimentalista, incorporando a nossos estudos as contribuições da teoria das Representações Sociais, que tomam pé, definitivamente, em inícios da década de 1990.

3. Desafios que hoje se nos apresentam

Vemos-nos agora, passados 30 anos, diante da necessidade de nos colocarmos seriamente a pergunta: continuamos a ser fiéis às inspirações e pressupostos que levaram à construção de uma Psicologia Social compromissada com nossa realidade, que responda a nossas comunidades de maneira eficaz, crítica e libertadora, em contínua atualização? Creio que as reflexões críticas, o ensino, a pesquisa e a produção de conhecimento desses 30 anos comprovam os benefícios que essa Associação nos trouxe. Mas não podemos parar. E é nessa perspectiva que arrisco dois

questionamentos, um metodológico e outro teórico, que podem nos ajudar a crescer.

O primeiro desafio tem a ver com a eterna questão epistemológica e metodológica. A epistemologia nunca desaparecerá de nosso mundo de seres humanos que buscam compreendê-lo. Razão tem Habermas ao afirmar que se for instituído um tribunal internacional para julgar a questão mais importante que aflige os estudiosos de hoje, o tema a ser julgado seria a epistemologia, isto é, como é que nós conhecemos. Como provocação gostaria de trazer aqui uma contribuição que bebe ainda de Paulo Freire, um pensamento que sempre esteve presente na caminhada da Abrapso. Freire é conhecido pela revolução que estabeleceu na pedagogia, com seus “círculos culturais”, em que tentava mostrar que todos construímos cultura e que não há cultura, ou saberes, melhores ou piores. Não há um que saiba mais, ou menos; há saberes diferentes. Esses são pressupostos extremamente caros que inspiraram pesquisas e intervenções da Abrapso. É dentro dessa linha de pensamento que se fala hoje nos “círculos epistemológicos” (ROMÃO, 2006) que partem do pressuposto de que “todos pesquisamos juntos”, o pesquisador e o pesquisado, e que a busca de compreensão dos fenômenos pode ser feita de maneira talvez mais completa e melhor quando todos podem contribuir nessa tarefa. Nesse sentido, os problemas são discutidos por todos e todos os participantes do círculo ajudam na coleta das informações e na sua interpretação. Fica em segundo plano a importância soberana de um pesquisador que tudo sabe e que detém os instrumentos e as técnicas metodológicas seguras e infalíveis da pesquisa.

Na história das “ciências”, sempre se deu importância ao método. A tal ponto que a assim chamada “ciência” se definia e se legitimava a partir de seu método que se chamava de “científico”. Ora, que sobrou do método científico? Quem hoje, a partir da teoria da relatividade e das contribuições trazidas pela física quântica, acredita ainda que existam leis naturais, regularidades presentes na natureza, que o mundo é um relógio? E que “ciência” resumir-se-ia em descobrir tais leis? E nas ciências humanas, quem

ainda acredita que existam leis fixas que governam a sociedade e os grupos humanos, como queriam Durkheim e seus sociólogos? E agora o nosso ponto: quantos ainda podem continuar tranquilos apoiados no pressuposto de que o ser humano (seu comportamento) se guia por regularidades e constantes, sejam elas neurológicas, genéticas, sociais ou mesmo psíquicas?

Um segundo questionamento é mais teórico. Para não sermos tragados pelas conquistas que vão se naturalizando, é preciso perguntar sempre pelo que ainda nos falta. Nesse sentido, a contínua reflexão sobre a história de nossa ciência, um sério estudo do que se poderia chamar de “filosofia das ciências”, ou “filosofia dos saberes”, pode nos ajudar a não dormir sobre os louros, mas a buscar sempre esse árduo empreendimento humano de compreender o mundo e os seres humanos. Nessa questão concordo com Moscovici quando afirma que é tempo de parar com pesquisas pontuais e dar mais espaço à reflexão: “poderíamos aventurar dar a sugestão de que é tempo de parar com a coleta de informações. Como diz Poincaré, um acúmulo de fatos não constitui uma ciência, assim como um monte de pedras não se torna uma casa. Temos as pedras, não temos a casa. É preciso parar e começar a pensar” (MOSCOVICI, 2002, p.145).

Referências

BAUER, M. e GASKEL, G. Towards a paradigm for research on social representations. *Journal for the Theory of Social Behavior*, 29(2), p. 163-186, 1999.

BOCK, A., FERREIRA, M., GONÇALVES, M. e FURTADO, O. “Sílvia Lane e o projeto do Compromisso Social da Psicologia”. *Psicologia Social e Sociedade*, v.19, n.2, Porto Alegre, 2007.

FARR, R. *As Raízes da Psicologia Social moderna*. Petrópolis: Vozes, 1998.

FREUD, S. Group psychology and the analysis of the ego. In: *Civilization, society and religion*. Harmondsworth: Penguin, 1921.

GELLNER, E. *Reason and Culture: the historical role of rationality and rationalism*. Oxford and Cambridge MA: Balckwell, 1992.

GUARESCHI, P. *Psicologia Social Crítica - como prática de libertação*. Porto Alegre: Edicpurs, 2004.

GUARESCHI, P. Psicologia Social e Representações Sociais: avanços e novas articulações. In: VERONESE, M. e GUARESCHI, P. *Psicologia do Cotidiano - Representações Sociais em ação*. Petrópolis: Vozes, 2007.

GUARESCHI, P. Pressupostos Epistemológicos Implícitos no Conceito de Libertação. In: GUZZO, R. e LACERDA, F. (orgs) *Psicologia Social para América Latina: o resgate da psicologia da libertação*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

JOVCHELOVITCH, S. *Knowledge in Context - representation, community and culture*. Londres: Routledge, 2007.

LANE, S. T. M. Diálogos: Uma psicologia para transformar a sociedade [Entrevista] . *PSI Jornal de Psicologia*, São Paulo, 2000.

LANE, S. e CODO, W. *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MOSCOVICI, S. *The Age of the Crowd: a historical treatise on mass psychology*. 1985. London: Cambridge University Press, 1985.

MOSCOVICI, S. *La Psychanalyse, son image et son public*. Paris: PUF, 1961/1976.

MOSCOVICI, S. *Representações Sociais - Investigações em Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOSCOVICI, S. Society and Theory in Social Psychology. In: Israel, J. e Tajfel, H. *The Context of Social Psychology*. London: Academic Press, 1972.

ROMÃO, J. E. et al. Círculo epistemológico, círculo de cultura como metodologia de pesquisa. *Revista Educação & Sociedade*. Nº 13. Universidade Metodista de São Paulo, 2006.

SAWAIA, B. e LANE, S. *Coleção Pioneiros da Psicologia Brasileira*. Vol. 8. Rio de Janeiro, RJ: Imago, 2002.

Da consciência à potência de ação: um movimento possível do sujeito revolucionário na psicologia social laneana

Bader Burihan Sawaia

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Resumo: A proposta é analisar o movimento na teoria laneana desde o seu brado ontológico do “Homem em movimento” de 1984, passando pelo brado de 1995: “O sujeito está vivo e com ele a utopia de vida digna”, perguntando se ambos estariam esgotados, perdido a força ontológica com o movimento pós-estruturalista francês e da filosofia da complexidade e da singularidade. Recorre-se à concepção de sujeito da potência de Espinosa, e às suas noções de comum e multidão, historicizando-as à luz das reflexões de Agamben sobre o Homo Sacer e de Lukács sobre a natureza múltipla da alienação. Conclui-se que o brado de Lane trouxe uma agitação fecunda, situando o homem historicamente, valorizando o método dialético e o compromisso com a transformação social, princípios que não podem ser eliminados, mas concretizados à luz do movimento da sociedade capitalista neoliberal.

“O homem em movimento” foi o brado ontológico de Sílvia Lane, emitido em 1984 no livro que se tornou clássico, para promover uma transformação no corpo teórico da Psicologia Social e, assim, inseri-la como ciência crítico-transformadora da realidade brasileira caracterizada pela ditadura e pelo capitalismo. Um brado contra a naturalização universalista do modelo de homem sustentado por teorias importadas, mas que não rompia com princípios de universalidade histórica. Um brado contra a submissão do homem à sociedade, mas que sustenta sua inserção na materialidade histórico-dialética. Em síntese, um brado pelo sujeito da consciência capaz de refletir criticamente o mundo e

transformá-lo, ao agir sobre ele; pelo homem que é simultaneamente o sujeito individual, o sujeito sócio-histórico e a genericidade histórica por meio de seus fazeres (Hardt, 1996, p.80)

Esse brado foi esvaziado com o movimento pós-estruturalista dos anos 60 na França, um movimento anti-hegeliano que rejeitou suas duas ideias centrais – a dialética da História e o poder do homem como um sujeito autônomo capaz de dirigir seu próprio desenvolvimento – em prol de uma linguística adornada de *encantos*. O movimento teve duas direções: a do estruturalismo linguístico e a dos filósofos da singularidade, do pensamento singular, que exaltaram a multiplicidade não globalizante. Ambas tornaram o homem incorpóreo e instalado pela linguagem; e lhe retiraram o sentido, transferindo-o ou para a composição das estruturas, ou para as negociações contingenciais, ou para as técnicas de subjetivação.

Com esse movimento ontológico e epistemológico, cabe perguntar: estaria o brado de Sílvia pelo “homem em movimento” realmente esgotado, teria ele perdido a força ontológica?

Não há dúvidas de que as ilusões suscitadas pelo sujeito do Iluminismo, ilusões messiânicas de uma razão capaz de eliminar as injustiças sociais, foram dissipadas ao longo do século XX: de um lado, pelos assujeitamentos sem precedentes do homem aos dispositivos de manutenção da ordem capitalista; de outro, pelos descaminhos do humanismo e da razão.

No instante mesmo em que a democracia e a razão parecia haver triunfado sobre seus adversários e atingido seu apogeu, elas se revelaram incapazes de salvar da ruína sem precedentes a liberdade e a felicidade da vida, a cuja realização havia se dedicado. A razão, na qual se esperava encontrar a própria libertação, se tornou um dispositivo do poder.

Mas assim como as ilusões do sujeito do Iluminismo foram dissipadas, também o foram as ilusões estruturalistas e desconstrucionistas do sujeito. Os anos recentes questionaram a fluidificação da matéria, tanto quanto a noção de objetividade

pura, do ponto de vista teórico e também histórico. Na visão da História, assiste-se à decadência da democracia moderna e ao seu progressivo convergir com os Estados totalitários. Segundo Agamben (2002), importante pensador italiano,⁷ as sociedades ocidentais modernas integram, em proporções sem precedentes, técnicas de individualização subjetivas e procedimentos de totalização objetiva, de modo a tornar nossas vidas naquilo que deve ser incluído por meio de uma exclusão. Ele faz tal afirmação para denunciar a indiferenciação crescente entre inclusão e exclusão, entre externo e interno, e entre violência e direito.

Não há mais diferença, há consenso. Não há mais confronto, há negociação. Tem-se ampla liberdade de expressão e inúmeros canais para expô-las, mas uns e outros dizem a mesma coisa, o que, como afirma Castoriadis ao denunciar a pouca diferença entre os discursos de políticos, pode gerar a “insignificância da política” (2001, p.25-26), conforme aponta Magalhães de Souza (2008:14).

Preocupada com esse cenário ideológico-político, Sílvia, em 1995, lança novo brado atualizando o anterior – “O sujeito está vivo e com ele a utopia de vida digna” –, um brado com o objetivo de reafirmar, num mundo em que tudo parecia se desconstruir, a concepção de essência humana como conjunto de possibilidades históricas. O sujeito aparece como uma intenção emancipatória e prática, ou melhor, como elemento de interpretação ética do mundo capitalista.

De lá para cá, a história sofreu modificações em face do desenvolvimento das forças produtivas, com algumas ações de resistência ao capitalismo neoliberal, como o movimento bolivariano na América Latina, os movimentos dos LGBT, MST e dos ambientalistas, e como a multidão tomando as ruas no Egito para pedir a substituição da ditadura. Mas as ações não conseguiram estancar ou negar o desenvolvimento das poderosas estratégias de cooptação das resistências na direção da privatização, do acúmulo de capital e dos dispositivos alienantes penetrando em todos os gestos e detalhes da vida.

⁷ Italiano contemporâneo, cujos mestres são Benjamim, Espinosa, Nietzsche, Foucault e Deleuze.

Nesse momento em que foram dissipadas não só as ilusões suscitadas pela construção do sujeito do Iluminismo, como também aquelas que orientaram sua crítica e negação, a ideia de sujeito ressurgiu. Concordo com Safatle quando ele afirma⁸ que o resultado dessas duas desilusões não é distinto. Elas procuram negar duas das mais influentes teorias do século XX, a psicanálise e o marxismo, e suas concepções de sujeito. No seu lugar aparece o homem defensor de valores liberais e pragmáticos, livre do obscuro desejo de transformação social, um homem que não suspeita mais de si, nem da sociedade. Em termos teóricos, assiste-se ao prenúncio de um giro organicista com suas técnicas adaptativas da terapia cognitivo-comportamental.

A História nos mostra, contudo, que a negação dialética do sujeito gerou uma afirmação igualmente poderosa: a produtividade do ser e sua produtibilidade, isto é, sua aptidão para produzir e ser produzido (Hardt, 1996, p.17). Em outras palavras, a concepção de História como processo sem sujeito revelou a força ética revolucionária do sujeito.

Nesse giro dialético – que parte do sujeito, o nega e retorna a ele transformado –, aprendemos muito desde o primeiro brado de Sílvia em favor do homem com materialidade histórico-dialética. O movimento iniciado nos anos 60 do século passado contra o sujeito do Iluminismo trouxe uma agitação fecunda, ampliando o campo da argumentação e quebrando fronteiras teóricas. Mas trouxe riscos.

Aprendemos a desconfiar dos pressupostos definitivos, mas corremos o risco de uma recaída na pura coleção de fatos e crônicas pobres. Aprendemos a desconfiar do Direito que legitima a exclusão/inclusão, da judicialização contemporânea, mas não sabemos o que colocar no lugar. Aprendemos que o poder não emana de um único lugar, mas nos arriscamos a tornar o social um conjunto de micropoderes infinitos que não deixam a possibilidade de reconstruir uma ação política e de reconhecer que é possível ter

⁸ No artigo “O fantasma de Sigmund” – *Folha de S. Paulo* de 12 de junho de 2011, caderno Ilustríssima.

autonomia. Aprendemos que o sujeito é assujeitado por poderosas práticas de subjetivação, nas quais a linguagem tem papel fundamental, mas corremos o risco de expedi-lo para os limbos da pura subjetividade ou da pura biologia.

Em síntese, não só a Academia, mas a sociedade como um todo, aprendeu a importância da dimensão subjetiva da ação social, tanto de resistência quanto de reprodução, atribuindo assim à Psicologia Social o lugar que já foi da Sociologia e da Antropologia, mas com risco de cair no individualismo e na subjetividade naturalizada.

Considerando esses movimentos, intelectual e histórico, cabe perguntar: Atualmente, qual seria o brado de Lane?

Eu me arrisco a afirmar, baseando-me no movimento de sua obra em torno da preocupação sempre atualizada de transformação social da realidade brasileira, que seria um brado espinosiano, em favor do sujeito da potência de ação, e também um apelo à dialética. Pois Sílvia acreditava que a diferença não dialética é o trabalho do negativo que perdeu sua força política e a possibilidade de manter o passado na História.⁹ Inspirada em Vigotski, ela defendia a dialética como método da Psicologia para superar as dicotomias e os falsos conflitos entre as concepções de sujeito e sua relação com a sociedade. Nesta concepção, razão e imaginação, contingência e necessidade, pensamento e emoção não são pares exclusivos e antagônicos, mas funções que se transmutam umas nas outras.

O homem da modernidade perdeu o corpo, a afetividade e a imaginação para a razão triunfar, enquanto o da pós-modernidade perdeu a si mesmo para a linguagem. O homem de Espinosa recupera o corpo desejante e memorioso, bem como a individualidade. Ele é movido por paixões, mesmo quando orienta sua vida pelos ditames da razão. A etapa primeira é onde impera o desejo de manter o seu ser e a sua máxima expansão. Desejo para Espinosa não é falta, é a força que impulsiona e inclina o ser a algo

⁹ Ver Hardt, 1996, p.13.

que compõe com seu corpo, de forma a expandir sua potência de vida. É este sujeito que a dialética histórica requer, um sujeito capaz de criação e de uma espécie de memória. Caso contrário, a negação dupla não resultará em algo novo, apenas voltará, tal como na lógica formal, ao ponto de partida.

Outra justificativa em favor da atualidade da filosofia espinosana é a centralidade ético-política que ocupa a felicidade. Ao contrário de Descartes, Espinosa não pergunta como é possível chegar à verdade, mas como é possível chegar à felicidade. Desenvolveu sua filosofia da alegria para combater a filosofia do ressentimento e da redenção da Idade Média, que, segundo ele, seriam superstições que mantêm a servidão pelo sistema afetivo do medo e da esperança. Recuperar essa filosofia hoje, na civilização da mitologia eudemonista – isto é, da ideologia da felicidade neoliberal individualista ou da *infantilização coletiva feliz*, na concepção de Bove (2010, p.50), é um ato de resistência ideológica.

Não há felicidade em estado puro. Afetividade tem estatura ontológica e, ao mesmo tempo, política, pois há equivalência entre ser e viver. A alegria é criação, poder de agir e não meramente reagir ao outro.

Outro argumento em favor do brado espinosano é que, à semelhança de Vigotski, a preocupação científica predominante de Sílvia era estudar pessoas como pessoas. Segundo Newman e Holzman (2002, p.68), Vigotski compartilhava com Freud “o ímpeto por descobrir o exclusivamente humano”, que na visão freudiana era “a mente inconsciente e a necessidade social de recalá-la”, enquanto para Vigotski e Marx “era a fundamentalidade da atividade revolucionária e a necessidade social de exprimi-la” (ibidem). Na visão de Espinosa, o exclusivamente humano era a potência de vida e a necessidade social de expandi-la, isto é, o devir ativo.

A passagem de Marx e Vigotski a Espinosa não rompe a ontologia materialista dialética que orienta a obra de Lane. Segundo Deleuze (2002), a ontologia de Espinosa não subordina o ser ao pensamento, nem coloca o pensamento como a forma suprema do

ser, mas une corpo e mente numa mesma substância, e a coloca na existência histórica.

Marx e Espinosa encontram-se na proposição de que a essência do ser é potência em ato, em mudança contínua que depende dos outros para existir. Portanto, só há sujeito ante o outro, agindo no mundo. Assim, eles confluem na apresentação de uma essência histórica, material e viva, uma essência que nada tem a ver com as estruturas ideais e transcendentais, que pode se apresentar como um princípio sobre o que vale a pena viver, sem fundamentalismo e ideologismo, em um momento histórico de relativismo. O cenário favorece, de um lado, a banalização dos direitos e sua fabricação em linha de montagem, que são tantos e se multiplicam em ritmo tão veloz que fica difícil conhecer quais os direitos que temos, nos beneficiarmos deles e fiscalizarmos seu cumprimento. De outro lado, favorece o conservadorismo cultural, mesclado com messianismo, como, por exemplo, a afirmação de José Maria Aznar, ex-Primeiro Ministro da Espanha, comemorando a derrota socialista nas eleições:¹⁰

Não sou relativista, defendo os meus valores: liberdade, democracia, pluralismo, tolerância, igualdade entre os sexos. Sempre que tivermos a chance de inocular esses conceitos em outras regiões, devemos aproveitá-la (...). Não considero que nossas ideias sejam equivalentes às de outros países ou sistemas culturais. Nossas sociedades são melhores. Nossos valores são melhores. O principal problema da Europa hoje é que o continente está perdido em meio a tanto relativismo.

Não é uma novidade histórica o relativismo cultural, nem a preocupação que ele gera. O primeiro grande auge do relativismo cultural, segundo Heller (1987, p.178), foi no final do século XIX, quando não se distinguia o superior do inferior, o autêntico do inautêntico na arte. Essa atmosfera cultural preocupou o jovem de Lukács, especialmente porque se juntava ao seu entorno imediato, caracterizado pelas intenções frenéticas de assimilação por parte

¹⁰ Publicada na revista *Veja* de junho de 2011, p. 146.

da burguesia judaica de Budapeste. Tal preocupação motivou-o à busca de um universal histórico para tirar a cultura do abismo de um relativismo cínico: uma universalidade que não regulasse os direitos humanos, mas fosse constitutiva dele.

Outro argumento em favor do sujeito espinosano é que ele nos lembra que as pessoas com quem trabalhamos em nossa prática profissional é o sujeito de carne e osso, que sofre dores físicas e da alma, impostas pelo capitalismo.¹¹ Sofrimento intenso que eles buscam minorar na especificidade de sua singularidade, e não apenas como “o pobre”, uma categoria sociológica que precisaria minimamente ser mantida viva e sentir-se livre nas suas funções animais, no comer, no beber, no sexo, no ter uma casa, na saúde corpórea, desconsiderando as funções humanas.¹²

O ser, portanto, é potência na essência e atualidade da existência, e é aí que se encontra a dialética do sujeito espinosano. Para trazer essa ideia à práxis, convém lembrar a divisão que Aristóteles faz entre potencialidade e atualidade, indicando ser possível trabalhar na atualidade a potência alienada.

Sabemos, todavia, que não basta atuar no psicológico, pois a potência dos homens depende das possibilidades concretas para o gênero humano em cada momento histórico. Nossa competência é trabalhar com o que se convencionou chamar de (inter)subjetividade.

Estaria, aqui, o paradoxo da Psicologia Social? Como pensar e agir com esse homem sem abandonar o paradigma do trabalho e da produção da mais-valia? Como dar conta da natureza exploradora e alienante da sociedade atuando na esfera do espaço vital, do cotidiano, e da singularidade das necessidades, emoções, vontade, dor? Enfim, como atuar na atualidade a potencialidade alienada?

¹¹ Sofrimento ético-político é o sofrimento da potência negativa, são as afecções que marcam a atividade de um corpo, que diminuem a potência de ação e nos mantêm na servidão em todas as esferas da vida.

¹² “O resultado é que o homem (o trabalhador) se sente livre somente nas suas funções bestiais (...) e nas suas funções humanas se sente apenas mais um animal. O animal se converte em humano e o humano no animal” (Marx, 1984, p.109).

Espinosa nos oferece uma ideia reguladora para essas reflexões, a qual está sendo recuperada por Agamben, Hardt e Negri. Trata-se do “comum”, do que se convencionou denominar de “o caráter social do homem”, aquilo que une em uma mesma substância o individual e o social, a razão e a emoção, o político e a ética.

O comum e a governabilidade

Comum¹³ não é coletivo, nem a criação de vínculos ou laços externos; é relação, compartilhamento, significação e sentimento (Nancy, 2009, p.146). O comum leva os homens a unirem esforços, emularem sentimentos, fazerem-se “um”, nesse esforço conjugado do múltiplo de obedecer a um direito vital de cada um: conservar-se e expandir-se.

Comum não é consenso entre as consciências, é uma racionalidade operante no real. É ela que leva os homens a reconhecerem que têm características comuns, o que lhes permitirá reconhecer que cada um só se conservará se puder conviver com os outros em paz e concórdia. Como fala Espinosa na *Ética* (1957), “nada é mais útil a um homem do que um outro homem”, pois nosso poder de agir se dá pela composição com outro corpo. É uma racionalidade, mas que aparece no terreno dos afetos e dos significados. Quando entramos na posse de nosso poder de agir – o que significa que nosso corpo e alma formam uma ideia da relação comum partilhada pelo meu corpo com outro corpo –, a afecção alegre deixa de ser passiva e se torna ativa. Com essa concepção de *comum*, Espinosa passa da ideia de “ser parte de”, como parte separada das demais, para “ser parte de um todo” em que as partes coexistem. Assim, ele retira a vida em comum da política, como uma responsabilidade do Estado, e a insere na ontologia, indicando que o ser é necessariamente “ser com”, é “ser em comum”.

¹³ Abordo, aqui, a noção de comum do livro IV da *Ética* (1957), que abre a possibilidade de uma ação. No livro II, a noção de comum em Espinosa dá a chave para o conhecimento racional.

Uma das teses da política espinosana é a de que os homens se dispõem a viver em comum não porque desejem por fim a seus conflitos, ou mesmo pela falta, mas porque se dispuseram a fortalecer o seu *conatus*¹⁴. Desta forma, o comum é o fundamento ontológico da democracia e, por seu turno, a democracia permite o comum.

Cabe, todavia, ressaltar que o agir em comum não significa abdicar de seus direitos naturais de pensar e julgar individualmente (Chauí, 2003, p.243), ou que a realização individual siga um modelo único. Para além do que existe de comum a todos, há algo de essencialmente distinto em cada um, a individualidade de nossa condição comum (Nancy, 2009, p.150).

A noção de comum não é antagônica à singularidade, tampouco é antagônica à multiplicidade do devir, mas é assim que ela aparece em nossa modernidade, pois, como afirma Espinosa (1957), a essência só se realiza na existência. E no existir sob o capitalismo todas as variações do comum são alienadas.

Acabei de falar em variações do comum para destacar uma reflexão importante e recente de Hardt (2009, p.135). Ele nos alerta sobre a necessidade de distinguir três variações, pois todas são objeto de estratégias neoliberais específicas: a primeira designa a terra e todos os recursos associados a ela, ou seja, água, campos, ar (terrenos de uso comum); a segunda se refere aos resultados do trabalho e da criatividade humana, tais como linguagem, ideais, afetos. Assistimos, hoje, mais do que nunca, à privatização neoliberal das duas, porém não mais na forma clássica. Na primeira variação do comum, ela ocorre, por exemplo, com a permissão às multinacionais de acesso aos diamantes de Serra Leoa, ao petróleo de Uganda. Em relação à segunda, presenciamos as estratégias neoliberais de privatização, por exemplo, na forma de direitos autorais e da biopirataria. Em síntese, o capital realiza a

¹⁴ *Conatus* é a força interior para se conservar, para perseverar na própria existência, um esforço de resistência que Espinosa (1957) chama também de apetite e de desejo (*cupiditas*), quando o apetite é consciente.

expropriação do comum, não pela privatização do objeto, mas pela privatização da renda.

Já a terceira variação do comum, conforme apresentada por Espinosa, que ultrapassa os elementos materiais e põe em relevo os aspectos psicossociais, é alienada pela privatização da vida, pela expropriação da própria humanidade, na forma de individualismo, reclusão ao privado e recusa do público, embora também sofra a alienação pela privatização da renda, como ocorre quando o capitalismo coopta movimentos sociais e os torna mercadoria lucrativa, a exemplo da bem-sucedida passeata LGBT.

A negação dialética do neoliberalismo deve abranger, portanto, a negação da essência de trabalhador no capitalismo como incapaz de criar, incapaz de imaginar, incapaz da felicidade pública e de ver a si e ao outro como homem, conforme apresenta Marx na definição do comunismo (1984, p.143):

O comunismo como superação positiva da propriedade privada enquanto auto-alienação humana, e por ele como apropriação real da essência humana pelo homem e para o homem, é a completa restituição do homem a si mesmo como um ser social, quer dizer humano.

Essas variações de privatização do comum demonstram a pertinência da reflexão lukacsiana sobre a natureza múltipla da alienação (no item IV do seu livro *A ontologia do ser social*, 1979). Segundo Lukács, existem alienações diversas que são enfrentadas diferentemente no plano singular e social. Somos alienados em conexão com nossas especificidades ou modos de ser. Enquanto se combatem umas, se aceitam outras sem opor resistência, numa contradição aparente, já que na maioria das vezes há umnexo causal entre tais linhas de complexos alienantes. Um exemplo disso é um fato frequente no movimento operário, de homens que lutam com paixão e sucesso contra a alienação dos trabalhadores, mas na vida familiar alienam tiranicamente suas mulheres,

terminando, assim, por alcançar uma nova alienação de si mesmos.¹⁵

Não basta, portanto, superar a alienação em determinados aspectos da vida, mantendo-se alienado em relação a outros, fenômeno muito frequente que impede a elevação à genericidade, conduzindo as pessoas a uma rigidez interna muitas vezes corporativista. A luta contra a alienação é múltipla, não deve ser dirigida apenas contra os impulsos alienantes que derivam do outro e das estruturas jurídico-políticas, mas também apontar em direção à própria potência.

Homo Sacer: metáfora da alienação do comum na nossa modernidade

Agamben apresenta uma forma de expropriação do comum e da humanidade do homem que está se disseminando rapidamente hoje (2002, p.125-90). Para tanto, usa uma figura do direito romano arcaico, a do *Homo Sacer*, como prova viva das formas hegemônicas de vida no neoliberalismo, nas quais a vida humana é incluída no ordenamento unicamente na forma de sua exclusão, isto é, de sua absoluta matabilidade.

O *Homo Sacer* não tem vontade nem de viver, nem de morrer: uma vida que está simultaneamente dentro e fora do ordenamento jurídico, uma vida sem valor ou indigna de ser vivida, que foi excluída da esfera política e religiosa. Além disso, como qualquer um pode matá-lo sem cometer homicídio, sua existência inteira é reduzida à vida despojada de direitos. A face subjetiva do *Homo Sacer* é a humilhação, o horror e o medo ceifando toda sua potência de vida até a mais absoluta apatia. Ele não é excluído apenas do contexto social e político, mas do futuro, cujo norte mais próximo é a morte.

¹⁵ Reflexões realizadas sobre a obra de Lukács – *Para a ontologia do ser social*, cap. IV sobre *Alienação* –, elaborada por Macedo Costa (2007).

Agamben ressalta, ainda, que nesse homem a vida se confunde com a norma, seu corpo não é nem privado, nem público. E é essa zona de indiferença que constitui a base da nova política, um processo de exclusão/inclusiva sustentado pelo aparato jurídico, em outras palavras, um processo de captura da vida no direito.

A grande violência contra o Homo Sacer é, portanto, a de não ser reconhecido como sujeito, tirando de seu corpo a capacidade de afetar e ser afetado nas relações interpessoais e políticas. E, o que é importante ressaltar, uma vez que não há sujeito capaz de afetar e ser afetado, o Estado vem com a lei. Daí termos atualmente lei para tudo, intervindo nas relações privadas, decidindo sobre o que passa pela ética e sobre nossos sentimentos e pensamentos.

Multidão e o direito de guerra: insubmissão e ingovernabilidade

Para completar a ideia de comum e em paralelo a ela, Espinosa (1977) faz da noção de multidão o conceito político da potência constituinte da resistência à servidão, ao contrário de Hobbes, que usa essa noção de maneira pejorativa. Assim como o comum, o “multidão” é espaço político de atualização da vida humana, portanto, de resistência ao capitalismo. É também composta do desejo de cada um de não ser dirigido por seu igual. Portanto, a resistência à dominação é afetiva, lógica e necessária, o que impossibilita sua eliminação.

Espinosa traz a noção de multidão associada à ideia de resistência e guerra. Não é por ter cultivado a alegria e ser contra o terror e a imposição do medo como base para a transformação da sociedade que ele era contrário à revolução. Segundo o filósofo, paz não é ausência de guerra. O regime de paz verdadeiro se apoia, paradoxalmente, no direito de guerra (*jus belli*) da própria multidão, como direito de resistência à dominação.

Na ausência de adequação entre a vontade do soberano e a da cidade, o corpo político entra em regime de guerra implícito, que manifestar-se-á segundo a capacidade de revolta da multidão em

face da violência do poder soberano. A guerra ocorre para dizer sim à vida, e não ao terror e à morte. Uma população que vive em paz por medo ou por inércia não vive numa cidade, mas na solidão. E esta cidade não é habitada por homens, mas por um rebanho solitário. Esta cidade não tem o culto pela vida, apenas procura escapar da morte, afirma Espinosa no *Tratado político* (1977, Cap. V, § 6).

Concluindo o círculo dialético que começa e retorna ao homem em movimento de Lane

Para finalizar, nunca é demais reafirmar o que todos sabemos: que a prática psicológica ocorre em um contexto ideológico de manutenção da hegemonia burguesa e de reprodução das formas de alienação produzidas pelo capitalismo contemporâneo. Sabemos dos riscos de nossas ações, como sabemos que não há efetiva libertação no capitalismo neoliberal e que é preciso lutar contra ele, não podemos nos imobilizar.

Vivemos um período contrarrevolucionário exterior e interior da história da humanidade. A revolução saiu do horizonte histórico. O clima intelectual é adversário às teorias revolucionárias. Muitas vezes, bem intencionados, passamos de falsas a falsas participações que não têm efeito político.

A história precisa mais que nunca de sujeitos do desejo de manter a vida e expandi-la. Para eles a dissolução do sistema capitalista é uma questão vital, porque transforma os homens em autômatos privados do mundo comum e do poder de construí-lo, o que é fundamental ao fortalecimento de sua potência de ação.

A ação do indivíduo não é zero neste processo, embora nunca isolada. Por isso temos que potencializar o comum e, quando necessário, o multitudes, atuando nas múltiplas formas da alienação do homem – lembrando, como diz Lukács (1979, p.84), que toda individualidade expressa a consciência histórica de uma época, mas conserva uma individualidade.

Para aquecer esta reflexão, termino o texto me referindo a um trecho elaborado por Hardt (1996, p.87) com base no romance de Nanny Balestrini, que apresenta o comum como afeto de alegria impulsionando o movimento operário, denominado *Queremos tudo* (*Vogliamo tutto*, 1971). O livro conta a história de um trabalhador da Fiat que se envolve com o movimento operário dos anos 60. É o esforço de um homem contra o estabelecido, buscando criar novos valores para a existência humana. Inicialmente, ele ataca o trabalho e a si próprio como trabalhador, e só ganha potência real para levar adiante seu projeto destrutivo quando reconhece sua comunalidade com os outros trabalhadores.

O reconhecimento dos desejos coletivos alimenta a expansão da prática coletiva, como as greves e os conflitos violentos que envolvem grandes áreas da cidade. Com a expansão da expressão coletiva, que é proporcional à expressão da vontade, começa a surgir no personagem o desejo de lutar, não por causa do trabalho, não porque os chefes eram maus, mas porque ele e os companheiros existiam. Em outras palavras, o que começa a surgir é a demanda imperiosa pelo poder.

Finalmente, essa expressão coletiva destrutiva, momento de intensa violência da multidão, abre possibilidade para a alegria e a criação. “Mas agora a coisa que o impulsionava mais que a raiva era a alegria. A alegria de ser finalmente forte. De descobrir que essas demandas e que essa luta eram as demandas de todos, que era a luta de todos” (apud Hardt, 1996, p.88). Esse é o clímax do romance, o ponto em que a luta se transforma multidão movida pelo ódio contra os chefes e o trabalho em alegria dos trabalhadores ao experimentarem a potência do comum. Nesse ponto, a luta é transformada de negação em afirmação, e eles são capazes de descobrir terrenos de criação e ação.

Hardt conclui afirmando que seria expressar de forma muito pobre dizer que esses trabalhadores se tornaram poderosos porque se uniram – “isso implicaria um cálculo de sacrifício pessoal para obter o bem coletivo extrínseco” (p.89). A potência do operário e sua alegria se baseiam no fato de que ele e os demais desejam e

agem juntos, formando um comum poderoso para alcançar o momento de alegria e criação.

Acredito que essa alegria do comum poderoso tem como correlato a ideia de “felicidade pública”¹⁶ de Hanna Arendt (2001), criada para se referir à felicidade que é obtida no espaço público, na participação dos negócios públicos. É o desejo de participar na esfera pública e não simplesmente de reivindicar a libertação da miséria, do medo, da exclusão e da discriminação. Também não é só a busca do poder de interferir nas políticas. A motivação vem da paixão pela liberdade, da preocupação com todos, do gostar da companhia do outro e do interesse pelos negócios públicos.

Referências

- AGAMBEN, G. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- ARENDRT, H. *Sobre a revolução*. Lisboa: Relógio D'Água, 2001.
- BALESTRINI, N. *Vogliamo tutto*. Milão: Feltrinelli, 1971.
- BOVE, L. *Espinosa e a Psicologia Social: ensaios de ontologia política e antropogênese*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- CASTORIADIS, C. *Post-scriptum sobre a insignificância: entrevista a Daniel Mermet*. São Paulo: Veras, 2001.
- CHAUI, M. *Política em Espinosa*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- DELEUZE, G. *Espinosa: filosofia prática*. São Paulo: Escuta, 2002.
- ESPINOSA, B. *Ética*. 3.ed. São Paulo: Atenas, [1677] 1957.
- _____. *Tratado político*. 2.ed. Lisboa: Estampa, 1977.

¹⁶ Estas reflexões são desenvolvidas por Antonio J. R. Brito em sua tese *A felicidade pública no enfrentamento ao Homo Felix*, defendida em junho de 2010 na PUC-SP.

- FERREIRA, M.L.R. *A dinâmica da razão na filosofia de Espinosa*. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1997.
- HARDT, M. *Gilles Deleuze: um aprendizado em filosofia*. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- _____. Lo común en el comunismo. In HOUNIE, A. (Comp). *Sobre la idea del comunismo*. Barcelona: Paidós, 2009.
- HELLER, A. Lukács y la sagrada familia. In: FEHÉR, F. e HELLER, A. (Ed.). *Dialéctica de las formas: el pensamiento estético de la escuela de Budapest*. Barcelona: Península, 1987.
- LANE, S.T.M e CODO, W. (Eds.). *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- LUKÁCS, G. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MAGALHÃES DE SOUZA, R. *O discurso do protagonismo juvenil*. São Paulo: Paulus, 2008.
- MARX, K. *Manuscritos Economia y Filosofia*. Madrid: Alianza Editorial, 1984.
- NANCY, J.-L. Comunismo, la palabra. In: HOUNIE, A. (Comp.). *Sobre la idea del comunismo*. Barcelona: Paidós, 2009.
- NEWMAN, F. e HOLZMAN, L. *Lev Vygotsky: cientista revolucionário*. São Paulo: Loyola, 2002.
- SAFATLE, V. O fantasma de Sigmund. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 jun. 2011. Caderno Ilustríssima.

Psicologia social, arte e política: breves incursões pelas trilhas da ABRAPSO

Andréa Vieira Zanella¹⁷

Universidade Federal de Santa Catarina

*O passado não reconhece o seu lugar:
está sempre presente*
Mário Quintana

Introdução

Participar deste evento em que comemoramos os trinta anos da ABRAPSO é uma oportunidade ímpar: são três décadas de experiências singulares cunhadas e entretecidas com as experiências de colegas de variados lugares deste nosso vasto país. Pessoas com interesses, formações e características diversas, distantes geograficamente, porém próximas, em virtude de uma proposta de Associação. A compor o solo que fertilizou essa aproximação e de certo modo a sustenta estão acontecimentos econômicos, políticos, acadêmicos e culturais, em princípio considerados locais, mas cuja distância espaço-temporal possibilita reconhecê-los como eventos de uma complexa rede a qual podemos atribuir a alcunha, com Marshall MacLuhan, de aldeia global.

O convite para discutir os trinta anos da ABRAPSO é, nesse sentido, um grande desafio, pois significa não somente revisitar a história dessa invisível rede da qual faço parte e ativamente

¹⁷ Professora associada da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), bolsista em produtividade do CNPq. E-mail: azanella@cfh.ufsc.br

participo, mas fundamentalmente a reescrever: trata-se de um passado presente, como diz Mário Quintana na epígrafe deste texto, um passado que se move com as possibilidades que temos de resignificá-lo. E o fazemos não para contar uma nova versão do que foi, mas como condição de inteligibilidade do que é e um exercício de imaginação do que pode vir a ser. Um modo de fotografar o presente e, a partir da leitura da imagem produzida, imaginar futuros possíveis.

A fotografia que apresento, importante esclarecer, é breve, uma faceta a revelar, ao invés da realidade em si, um olhar implicado, social e historicamente cunhado e entretecido com a própria histórica da Psicologia Social da ABRAPSO. Também é despreziosa, posto sua condição de ensaio: deixo para outro momento o esforço analítico que me levaria a perscrutar ao menos alguns dos vários fios que entretecem e compõem essa complexa teia. Uma aproximação ao tema deste Fórum, portanto, é a condição desta escrita, movida pelas minhas afecções, algumas angústias e, fundamentalmente, os bons encontros com ricas pessoas que conheci por intermédio da ABRAPSO.

The bird of *electronic man*!

Com esse título disseminou-se via redes sociais, em maio de 2011, uma mensagem convidando internautas de todo o mundo a participarem de uma performance global: a proposta era de criação de um corpo conectivo, possibilitada via doação de uma emoção a ser escolhida entre um rol disponibilizado ao internauta. Caso não houvesse identificação com as 24 opções oferecidas – ecstasy, joy, serenity, vigilance, disgust, admiration, entre outras –, ao internauta era facultado acrescentar outra emoção a essa lista, a expressar a sua condição afetiva em relação à possibilidade de conexão eletrônica global em rede.

A performance tinha como objetivo produzir uma sinestesia virtual, destituída de fronteiras de qualquer tipo: internautas de

lugares indeterminados do planeta poderiam participar da criação desse corpo digital global via inclusão de uma emoção que o conecta a outros corpos.



Figura 1: Imagem disponibilizada on-line para reprodução de *Electronic Man* (<http://electronicman.artisopensource.net/index.php?i=1>)

A proposta integrava uma série de atividades em comemoração ao centenário do nascimento de Herbert Marshall McLuhan (1922-1980), filósofo e educador canadense que compreendeu a importância e a irrefreável condição interconectiva impulsionada pelas Tecnologias da Informação e da Comunicação, em especial da World Wide Web. Mais que disseminadoras de ideologias e, no seu rastro, constituintes de massas populacionais consumidoras de discursos alienantes avessos à compreensão das complexas contradições sociais em que vivemos, McLuhan ressaltava a dimensão corpórea a emergir com as condições comunicacionais cada vez mais velozes e onipresentes. Corpos outros emergiam das condições sociais, sendo os efeitos dos avanços tecnológicos inegáveis na constituição de novos corpos.

Com essa leitura, McLuhan anteviu uma característica que hoje podemos reconhecer como cada vez mais inegável: a onipresença das tecnologias de informação e da comunicação na vida de todos,

direta ou indiretamente. A facilidade com que atualmente dispomos de computadores, portáteis ou não, televisões de variados tamanhos e configurações, Tablets, I-Pods, I-Phones, Palms, Pen-Drives, entre tantos outros indispensáveis dispositivos, está diretamente relacionada à dificuldade de se viver sem eles.

A onipresença desses dispositivos vem transformando aceleradamente as possibilidades de estarmos em relação com outros, os modos de conviver e, fundamentalmente, de ser: “Sem saber, estamos todos nos transformando em cyborg. De um lado, estendemos o nosso sistema nervoso central para fora do nosso cerebelo nas memórias digitais, nos esquemas audiovisivos, nos depósitos de informações on-line... e de outro o reabsorvemos de modo dilatado na nossa pele por meio de dispositivos portáteis como os celulares, os Palms, os leitores de MP3, as microtecnologias e os chamados Wearable Computer” (Bardainne, C. e Susca, 2008, p.45)

As TIC transformam os corpos, como destacam Bardainne e Susca, se constituem como suas extensões e, concomitantemente, transformam as atividades psicológicas caracteristicamente humanas: a memória se expande com os Gigabytes e Teras disponibilizados pelos equipamentos cada vez mais potentes e ao mesmo tempo leves e diminutos. A atenção e percepção são provocadas com a incessante sobre-exposição de imagens e informações, ao ponto de se dispersar a atenção para direções imprevistas, ao passo que a percepção se desloca ao ritmo das afecções produzidas por imagens e informações que selecionamos, de modo não necessariamente consciente. A linguagem é reinventada incessantemente com a velocidade exigida pela comunicação com os tantos outros com os quais é possível estar concomitantemente conectado. O pensamento, por sua vez, interconectado à memória, linguagem, percepção e outros processos psicológicos superiores, é provocado a assumir a velocidade, dispersividade e infinitas possibilidades características das conexões em rede. A amalgamar essas transformações promovidas pelas TIC em nossos corpos e nas atividades psicológicas estão as emoções, posto que “constituem em todo o

universo o único fenômeno da vida comum do espírito e do corpo” (Vygotsky, 2004, p.144/145).

Não por acaso as emoções são justamente eleitas como o componente a impulsionar a interconexão global do *Electronic Man*! Um corpo conectivo a conectar múltiplos corpos outros, com a pretensão de ao mesmo tempo dar visibilidade à condição global em que vivemos e provocar o sentido de estarmos juntos. Com a possibilidade de experimentar a criação de um corpo conectivo, por sua vez, os idealizadores do *Electronic Man*¹⁸ provocam os internautas a perceberem a própria condição de estarem conectados: eis a dimensão política dessa performance que, ao mobilizar pessoas de variados cantos do planeta com uma proposta inventiva, as provoca a reconhecer o lugar de artífices que assumem em um contexto onde essa dimensão é cada vez mais destacada, porém relacionada à condição de consumidor. Vejam-se os apelos das propagandas de produtos os mais variados à possibilidade de escolha do consumidor que altera o sabor do cigarro, customiza seus equipamentos, suas roupas, os produtos que consome atendendo aos apelos de personalização que, mais que comprometidos com possibilidades de singularização, respondem às necessidades de aquecimento do próprio consumo e afirmação da lógica do capital.

Electronic Man é, pois, ao mesmo tempo comunicação e arte, arte e política, comunicação e proposta de subjetivação. Não é propriamente arte política, demarcação bem ao gosto das categorizações de uma lógica moderna que territorializa produções estéticas demarcando suas fronteiras e possibilidades em relação às leituras que podem vir a provocar. Considero a performance *Electronic Man* conectiva desses variados campos de saber/fazer porque concordo com Rancière quando afirma que “A arte participa da política de muitas maneiras: pelo modo como constrói formas de visibilidade e de dizibilidade, pelo modo como transforma a prática dos artistas, pelo modo como propõe meios

¹⁸ *Electronic Man* foi concebido por Salvatore Iaconesi, Oriana Persico e outras pessoas, a partir da inspiração e direção de Derrick de Kerckove (<http://electronicman.artisopensource.net/index.php?i=1>)

de expressão e ação a quem estava desprovido deles, etc. O que é politicamente relevante não são as obras, mas a ampliação das capacidades oferecidas a todos e a todas de constituir de outro modo seu mundo sensível” (Rancière, entrevista concedida a Amador Fernández Savater).

A performance em questão tem na dimensão do sensível justamente sua força motriz, posto que provoca as (in)visibilidades e (in)dizibilidades da condição conectiva característica da contemporaneidade e das práticas psicossociais que nestes tempos se engendram. É arte que me afeta não porque propõe um outro mundo sensível, mas fundamentalmente porque dá visibilidade e me move a pensar sobre um processo que, de modo invisível, imprevisível e indeterminado, vem transformando ao mesmo tempo os corpos das pessoas, a vida em sociedade e o modo de se fazer política. E esses são temas caros à psicologia social característica da ABRAPSO.

Incursões em Circuitos Ideológicos 1: Projeto Coca-Cola

O próprio título da obra de Cildo Meireles “Incursões em Circuitos Ideológicos 1: Projeto Coca-Cola”, para além da obra em si, é impregnado de sentidos a orientar o leitor em relação ao que pode encontrar. Trata-se de uma incursão do artista em determinado circuito marcado pela conotação ideológica de seus discursos e práticas, e que com a intervenção estética ele pretendia tensionar. Não uma inserção qualquer, aleatória, mas sim uma inserção crítica, política, embrenhada em sistemas de circulação identificados pelo artista ao mesmo tempo como de consumo e informação, pautados por uma lógica homogeneizante.

Suas incursões, portanto, visavam a “inserção de informações ruidosas no campo em que as mercadorias circulam e se trocam” (Paes, 2008, p.35), produzindo com essa inserção alguma dissonância. As incursões que praticava consistiam ao mesmo

tempo em possibilidade de sua protagonização e convite a pessoas de variados cantos do país a também o fazerem.

Esclarece Paes (ibid, p.35) que esse projeto estético “consistia da impressão, em garrafas vazias de Coca-Cola, que nessa época¹⁹ eram feitas de vidro e retornáveis ao fabricante para reaproveitamento, de mensagens como o conhecido *slogan* de repúdio à intervenção econômica, política e cultural norte-americana, *Yankees, go home*. Esse trabalho continha instruções sobre como o público deveria proceder para inserir as próprias opiniões críticas no espaço consagrado onde vivia e do qual a Coca-Cola seria símbolo”.



Figura 2: Obra de Cildo Meireles, *Incursões em Circuitos Ideológicos 1: Projeto Coca-Cola*²⁰

Com o título e a proposta é possível compreender o contexto de enunciação dessa obra de arte: os tristes e sombrios anos da ditadura militar brasileira, tempos onde a possibilidade de expressão era violentamente reprimida. Necessário, portanto, se fazia reinventar as vias para a comunicação dissonante, para a difusão das visibilidades ocultas e dizibilidades negadas.

Ao mesmo tempo, imperava nessa época uma confiança quase cega nos projetos de modernização da economia, das diretrizes educacionais, culturais e das políticas de governo balizados pela

¹⁹ “*Incursões em Circuitos Ideológicos 1: Projeto Coca-Cola*” é obra de 1970.

²⁰ Importante se faz esclarecer que, assim como a imagem-chamada de *Electronic Man* da figura 1, a figura 2 é meramente um registro fotográfico que possibilita ao leitor compreender a obra mas não a traduz. Esclarece Costa (2009, p.52/53) que “A obra artística não é o que se nos apresenta: as [garrafas de coca-cola] que porventura estiverem expostas em galeria estão em situação potencial. Ao contrário, *Inserções* são aquelas que retornaram factualmente à circulação, e que apenas podíamos anonimamente repetir ou imaginar”.

acolhida das diretrizes norte-americanas. Não por acaso o artista cunhou sua obra elegendo como ícone para sua intervenção as garrafas de Coca-Cola, ícone da potência de um dos eixos em que o mundo se dividia naquela época. Com os escritos clandestinamente inscritos nas paredes transparentes do vidro reciclável, circulava junto com a marca onipresente as marcas de anônimas intervenções que, embora de pouca visibilidade, poderiam potencializar a condição de protagonistas da história de toda e qualquer pessoa.

Nesta obra, dita primeira porque outras incursões em circuitos ideológicos foram criadas pelo artista²¹, há aproximações e diferenças em relação ao *Electronic Man*, anteriormente referido. Se por um lado ambas as obras investem na inserção em circuitos de comunicação via convite à participação ativa de personagens anônimos, alçados à condição de artistas/protagonistas da própria obra, por outro as condições sociais, econômicas, políticas e culturais em que se inscrevem são significativamente diversas.

Diversas também são as possibilidades de coautoria e os efeitos que engendram, seja para as pessoas diretamente envolvidas, seja para a produção de uma partilha do sensível (Rancière, 2005), de uma redefinição das formas de ver e organizar o real. Na obra de Cildo Meireles predomina o embate entre vozes sociais a partir de diferentes lugares sociais, e a estratégia inventiva do artista produzia e se instaurava em uma fissura das práticas hegemônicas de dominação/subordinação vigentes no país. Uma possibilidade de falar e fazer falar por caminhos de difícil controle, pelas brechas criativamente talhadas nas molaridades dos sistemas de comunicação.

Em relação à proposta de *Electronic Man*, 40 anos a separam de *Inscrições em Circuitos Ideológicos 1: Projeto Coca Cola*, distância que não se apresenta somente como temporal. Esta performance global insere-se no tempo que hoje vivemos, em condições de

²¹ No Projeto Cédula, Cildo Meireles inseria mensagens em notas de dinheiro e as devolvia ao circuito monetário. A mais conhecida dessas mensagens, “Quem matou Herzog?”, tensionava a versão oficial do suicídio do jornalista nos porões do DOI-CODI.

discursividade e visibilidade potencializadas com as tecnologias da informação e comunicação de um modo cujos efeitos ainda são difíceis de precisar. Essas tecnologias são onipresentes: modificam tanto os conflitos bélicos como as lutas cotidianas. Possibilitam a difusão em tempo real de acontecimentos que podem vir a mudar o ritmo e condições de tantos outros, e também podem ser úteis dispositivos para o alheamento em relação ao entorno. Manifestações e protestos de diferentes dimensões são viabilizados via redes sociais, ao ponto de fragilizarem governos aparentemente consolidados e sem vestígios de dissolução. Ao mesmo tempo, manifestações de menor proporção, como o Mamaço Coletivo promovido por mulheres em protesto à proibição de que uma mãe amamentasse o filho no espaço de exposições do Itaú Cultural²², são possibilitadas pela difusão veloz das informações e a vigilância ativa de internautas que reinventam modos de fazer-se ouvir.

Inserções anônimas nos circuitos da comunicação em rede estão, certamente, facultadas a um vasto público, e tendem a se expandir mais e mais. Crianças e jovens estão imersos nesses circuitos e têm possibilidades de neles transitarem com cada vez maior facilidade, ainda que seja uma ilusão imaginar que as possibilidades de acesso a essas redes e condições sejam iguais para todos. As contradições produzidas pela desigual distribuição de renda não se diluem via possibilidades de comunicação e interação em rede, mas certamente as condições para dar visibilidade e protagonizar-se nessas complexas teias se expandem com a velocidade dos Gigabytes, a inscrever corpos e potenciais afecções outras. Sensibilidades reinventadas, cujos efeitos são difíceis de precisar.

²² Sobre o Mamaço Coletivo, ver:
<http://revistacrescer.globo.com/Revista/Crescer/0,,EMI232979-10585,00.html>.

Arte e Política, Psicologia Social e ABRAPSO

Optei por iniciar a discussão sobre o tema deste fórum a partir da apresentação de duas obras de arte de tempos-espacos distintos porque abrem caminho para a discussão de alguns nós górdios para a Psicologia Social que se apresentam como fundamentais para a compreensão tanto das práticas de ontem como de alguns desafios atuais. Entre esses nós, destaco, para discussão, a falsa dicotomia entre social e individual; a relação arte e vida; a condição política da arte, onipresente na práxis da psicologia social característica dos Abrapsianos.

Afirma Vigotski que “A arte é o social em nós, e se o seu efeito se processa em um indivíduo isolado, isso não significa, de maneira nenhuma, que as suas raízes e essência sejam individuais” (Vigotski, 1998, p.315). Em outra obra, este mesmo autor destaca a condição inexoravelmente relacional e alteritária de cada pessoa, considerada como “um agregado de relações sociais encarnadas num indivíduo” (Vigotski, 2000, p.33). Se de certo modo há atualmente uma compreensão da inexorável relação entre sujeito e sociedade, o modo como se teoriza sobre o tema e se desenvolvem intervenções refletem perspectivas diversas de compreender essa relação. Essas diferenças, por sua vez, são marcadas pelas entonações características dos momentos históricos em que se inscrevem, dos jogos de forças e das tensões entre as variadas vozes que compõem a polifonia da vida.

Assim como as obras aqui apresentadas dialogam com os tempos em que foram cunhadas, com suas tensões e contradições, as teorizações e práticas da Psicologia são ao mesmo tempo expressão e fundamento dos contextos e condições em que foram cunhadas. Longe estamos dos tempos em que Cildo Meireles produziu *Inscrições em Circuitos Ideológicos 1*, tempos em que a afirmação do social em oposição ao individual demarcava limites claros para a pesquisa em Psicologia Social. A produção de conhecimentos baseados em critérios estatísticos de generalidade, de certo modo hegemônicos naqueles tempos, resultou em

teorizações cuja diversidade se apresentava como excedente às curvas normais, carecendo de intervenções que as adequassem a limites aceitáveis e conhecidos.

As intervenções, por sua vez, eram priorizadas pela emergente Psicologia Social preconizada pela ABRAPSO, balizadas pelo pressuposto marxista da importância de não somente conhecer a realidade mas, fundamentalmente, transformá-la. Ainda que pautadas pela crítica às teorizações disponíveis, essas intervenções adotavam como parâmetro, no que se refere à tensão social/individual, o trabalho com grupos de variadas dimensões²³. A crença a balizar essa escolha, embora aparentemente diversa dos padrões estatísticos, era, paradoxalmente, também referenciada em indicadores numéricos. Intervenções voltadas para uma pessoa não eram reconhecidas em sua potência política, pois esta potência era compreendida como dimensão de um coletivo. No entanto, se concordamos com Vigotski (1998) que a arte é o social em nós, a força do um é potência também de todos, e os efeitos que podem vir a se produzir em intervenções COM o um – e não sobre – são imprevisíveis. Afinal, um jamais é somente um, mas um elo de uma cadeia complexa de relações que se modificam incessantemente. Os acontecimentos potencializados pelas redes sociais, cada vez mais intensos e com efeitos os mais variados, estão continuamente a nos lembrar disso.

Por sua vez, essa arte que é o social em nós “recolhe da vida o seu material, mas produz acima desse material algo que ainda não está nas propriedades desse material”. (Vigotski, *ibid*, p.307/308). Há, nessa afirmação, a vinculação da arte com a produção de algo novo. No caso das obras de arte, a produção desse novo está inexoravelmente relacionada ao diálogo com a própria arte e suas manifestações históricas, com outros artistas, críticos de arte e

²³ É possível que essa predominância do trabalho com grupos tenha resultado da leitura *ipsis literis* do que Sílvia Lane (1984, p.78) afirmou: “o grupo não é mais considerado como dicotômico em relação ao indivíduo (Indivíduo sozinho X Indivíduo em grupo), mas sim uma condição necessária para conhecer as determinações sociais que agem sobre o indivíduo, bem como a sua ação como sujeito histórico, partindo do pressuposto que toda ação transformadora da sociedade só pode ocorrer quando indivíduos se agrupam”.

fundamentalmente com o contexto histórico-social e político onde o artista recorta os fragmentos com os quais irá compor sua obra. Esse tipo de objetivação criadora – a obra de arte – provoca e convoca o leitor a dialogar com suas formas, sons, cores e texturas, e sua potência está no estranhamento que provoca em relação ao supostamente conhecido. Não há um projeto de vir a ser a balizar a leitura da própria obra, a orientar a pessoa que com ela venha a se relacionar esteticamente para um tipo de ação determinada: sua riqueza está na abertura de sentidos que provoca, na inquietação que move o *expect-ator* a admirar não somente a obra em si, mas o contexto de onde emerge e com o qual dialoga.

No caso da Psicologia Social preconizada pela ABRAPSO, em seus primórdios era evidente o horizonte proposto para a sociedade de modo geral e para cada pessoa em particular. A transformação social preconizada visava um viver comunitário e a distribuição equitativa da riqueza, tendo como bandeira de luta a crítica à lógica do capital, produtora de desigualdades e alienação. Essa crítica voltava-se à própria psicologia, reconhecida como “produto direto e dileto da transformação do homem em mercadoria, ao mesmo tempo que, como produto da divisão social do trabalho, reproduz e impulsiona esta mesma divisão” (Codo, 1984, p.150).

Se essa bandeira de luta ainda hoje é atual, posto as condições desiguais de vida que permanecem e as relações de dominação e subordinação que as sustentam, as análises a serem feitas sobre essa mesma lógica e os dispositivos que as sustentam precisam no entanto, considerar a complexidade da teia que ao mesmo tempo em que aliena, seduz, como esclarece Canevacci: “Aquilo que Marx não viu foi singular: no mesmo ano em que em Londres funda a Internacional Comunista, nasce a Exposição Universal. Aquela mesma mercadoria que favorecia a alienação como produto do trabalho de fábrica pelo operário, uma vez deslocada e atordoada na exposição assumia um outro nível de fetichismo: uma pele bem mais sutil e sedutora envolve a mercadoria e esta roupa dirigida ao consumo penetra no corpo daquele mesmo trabalhador que – transformado em cliente – ao invés de se alienar se iguala naquela mercadoria. Ela começa a dançar com o poder

imaneente dos seus novos e ambíguos fetichismos: não só estranhantes, mas também identificantes” (Canevacci, 2008, p.187). Alienação e sedução não se opõem, portanto, assim como social e singular não se constituem como esferas dicotômicas. Do mesmo modo, pesquisa e intervenção são faces de uma mesma luta política, pois se toda pesquisa transforma ao mesmo tempo o pesquisador e as pessoas com as quais trabalha no processo de produção de conhecimentos, a teorização dali decorrente, uma vez publicizada, apresenta-se como dispositivo a constituir intervenções e teorizações outras²⁴. O desafio que se apresenta à Psicologia Social hoje, por conseguinte, é compreender essa complexa relação entre estranhamento e identificação, sendo as tecnologias da informação e comunicação, reconhecidas como condições de possibilidade de *Electronic Man* e várias outras intervenções estéticas e políticas, terreno fértil para esse olhar. Afinal, “...a tecnologia não se apresenta mais como uma mera panacéia de instrumentos para resolver problemas, absorver funções ou adaptar ambientes, assumindo ao contrário as semelhanças de uma tecnomagia apta a reunir subjetividades sociais em torno de vibrações emotivas, prazeres info-estéticos e pulsações lúdicas” (Bardainne, C. e Susca, 2008, p.51).

Inevitavelmente, a discussão sobre a relação arte e vida conectou-se ao último tópico que elegi para este debate, a saber, a condição política²⁵, da arte, condição também onipresente na práxis da Psicologia Social característica dos Abrapsianos. Se de certo modo em relação aos temas anteriores é possível visualizar uma relativa distância entre as condições e práticas dos tempos de emergência da ABRAPSO e o que hoje se apresenta, no que se refere à afirmação dessa inexorável relação modificou-se a entonação, mas de modo algum o reconhecimento de sua importância.

²⁴ Sobre a pesquisa em Psicologia como processo de criação ético, estético e político, ver Zanella e Sais (2008).

²⁵ Rancière, em entrevista concedida a Flávia Natércia, estabelece uma distinção entre Polícia e Política. A primeira consiste na “configuração da comunidade como totalidade orgânica, definida de maneira exaustiva por suas funções, seus lugares e suas identidades”. A política, ao contrário, é concebida por este autor como “configuração conflituosa do comum da comunidade”

Talvez a aproximação que faço neste texto com a arte para falar da Psicologia Social da ABRAPSO nesse fórum, que tem o ontem e o hoje como foco, possa ser melhor compreendida com essa perspectiva de Rancière. A política de que fala distancia-se sobremaneira da política dos anos 80, contexto de emergência da nossa associação. Naqueles tempos a política possível se inscrevia em uma lógica dicotômica, e o eixo assumido para a transformação social preconizada era claramente identificável. Mas com a queda do Muro de Berlim e as velozes mutações que assistimos nas últimas décadas, os discursos totalizantes e a centralidade das lutas no plano molar ficaram cada vez mais fragilizados. Não que essas lutas não tenham importância, afinal, a concentração de riqueza e a produção desenfreada da miséria são características dos tempos em que vivemos e o sofrimento daí decorrente não pode ser negado. Mas é inegável a necessidade de valorização da vida em sua multiplicidade e a premência da reinvenção da existência singular e coletiva.

A polifonia e polissemia é característica da vida, da própria condição humana: vozes várias em intensa dialogia²⁶ a conotam e sua tensão constitui um campo aberto de sentidos possíveis. Há vozes-ideias dominantes, sejam estas oficiais ou oficiosas e que se mantém nessa condição com diferentes estratégias de poder. Há vozes-ideias do passado, distante ou próximo, nostalgicamente evocadas como protótipo de uma condição perdida que se quer retornar, ou como referência ao que não deve mais ter guarida ou simplesmente como registro do que foi, a fundar contra-palavras do que pode vir a ser. Consoantes com essas linhas melódicas há vozes-ideias a anunciar tempos que virão, ainda que a segurança sobre sua afirmação seja uma quimera. A existência de todos e qualquer um é, portanto, polissêmica e polifônica posto que comporta vozes várias a compor uma harmonia marcada por algumas consonâncias e intensas dissonâncias, de ritmo e melodias plurais, em constante movimento.

²⁶ A compreensão de dialogia que se apresenta como alicerce para a discussão proposta apoia-se nas contribuições de Bakhtin (2008).

Se a existência singular e coletiva se reinventa continuamente, é também premente a reinvenção da práxis da Psicologia Social da ABRAPSO a partir da crítica do que se fez, do que se faz e do que pode vir a ser feito [é isso?]. E essa é uma diretriz política que requer a discussão sobre as incertezas desse processo, pois “assumir a responsabilidade sobre o futuro não implica conhecer exatamente e de antemão a direção que este vai tomar, já que o futuro, especialmente o futuro com e para os outros, requer estar aberto e aceitar o desconhecimento” (Butler, 2005, p.319/320). Talvez o maior desafio nesse movimento seja compreender que a própria condição polissêmica e polifônica da vida é condição da própria Psicologia, sendo fundamental nesse sentido a abertura ao debate, a escuta das diferenças que esta comporta para a construção conjunta de novos possíveis, pautados pela possibilidade de acolhimento da vida em sua possibilidade de diferir.

Algumas palavras mais, à guisa de conclusão

A escrita desse texto, marcada pelas afecções que a temática provoca e balizada pela compreensão da inegável relação entre tempos e espaços distintos, pretendeu entretecer discussões sobre esses tempos, espaços e temáticas diversas que estão implicados na própria chamada deste Fórum. A Psicologia Social que ora praticamos se assenta em condições de possibilidade gestadas em tempos outros, e o que fazemos ou deixamos de fazer constituem alguns possíveis para um futuro que, tal como o passado, reinventamos incessantemente.

Esta escrita, importante ressaltar, não se refere a toda a psicologia social, mas fundamentalmente aos discursos e práticas de abrapsonianos que, com seus ditos e não ditos, consolidaram no cenário científico nacional um lugar para uma psicologia outra, marcada pelo reconhecimento da inexorável condição ética, estética e política de toda e qualquer intervenção. Esse lugar outro, aparentemente unísono e de pouca visibilidade e extensão nos tempos primeiros, avolumou-se ao longo dos anos e encorpou-se

ao ponto de atualmente difundir-se e irradiar-se para direções variadas, em uma multiplicidade de perspectivas teórico-metodológicas que compõem uma sinfonia marcada por intensas dissonâncias. Penso que essa condição plural, preservada a dimensão crítica e política que se apresenta como em comum à Psicologia Social dos Abrapsianos, é sua maior riqueza, uma condição a ser visibilizada e investida incessantemente.

Referências

BAKHTIN, M. *Problemáticas da Poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BARDAINNE, C. & SUSCA, V. *Ricreazioni: Galassie dell'immaginario postmoderno*. Roma: Bevivino Editore, 2008.

BUTLER, J. La Cuestión de la Transformación Social. Em: BUTLER, J. *Deshacer el Género*. Buenos Aires: Paidós, 2005.

CANEVACCI, M. *Fetichismos Visuais: corpos erópticos e metrópole comunicacional*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

CODO, W. Relações de Trabalho e Transformação Social. Em: LANE, S. & CODO, W. *Psicologia Social: O Homem em Movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 136-151.

COSTA, A. *Pequena coleção de obras não realizadas: obras imaginadas, projetos e instruções*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Artes da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais, 2009. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/>. Acesso em 05/05/2011.

<http://electronicman.artisopensource.net/index.php?i=1>

<http://individual.utoronto.ca/markfederma/meaningthemediumisthemessage.pdf>

<http://revistacrescer.globo.com/Revista/Crescer/0,,EMI232979-10585,00.html>

LANE, S. O Processo Grupal. Em: LANE, S. & CODO, W. *Psicologia Social: O Homem em Movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.78-97.

PAES, B. M. C. *Canteiro de Obras: deriva sobre uma cidade-pesquisa habitada por práticas artísticas no espaço público*. Dissertação de mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais, 2008. Disponível em http://www.ufmg.br/online/arquivos/anexos/Brigida_Campbell.pdf. Acesso em 05/06/2011.

RANCIÈRE, J. *A Partilha do Sensível: Estética e Política*. São Paulo: EXO Experimental Org.; Editora 34 Ltda, 2005.

RANCIÈRE, J. *El Espectador Emancipado*. Entrevista concedida a Amador Fernández-Savater. Disponível em <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=106142>. Acesso em 05/05/2011.

RANCIÈRE, J. *La emancipación pasa por una mirada del espectador que no sea la programada*. Entrevista concedida a Flávia Natércia. Disponível em http://www.corneta.org/no_101/jacques_ranciere_entrevista_art_e_politica.html. Acesso em 13/05/2011.

VIGOTSKI, L.S. *Psicologia da arte*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VIGOTSKI, L.S. Manuscrito de 1929. *Educação & Sociedade*, XXI (71), Campinas: Papirus, 2000, p.23-44.

VIGOTSKY, L.S. *Teoría de Las Emociones*. Madrid: Akal S.A., 2004.

ZANELLA, A.V. & SAIS, A.P. Reflexões sobre o pesquisar em psicologia como processo de criação ético, estético e político. *Análise Psicológica*. [online]. out. 2008, vol.26, no.4, p.679-687. Disponível em <http://www.scielo.oces.mctes.pt>

Brasil e a questão racial: entre mitos, ideologias e lutas

Claudia Mayorga²⁷

Universidade Federal de Minas Gerais

Introdução

Na história mais recente do Brasil, é a partir do final dos anos 1990 que a temática das desigualdades raciais tem adquirido progressiva relevância e reconhecimento no campo das políticas públicas. Tal problemática, desde tempos remotos, é de interesse e atuação dos movimentos de resistência à escravidão, reivindicação pela igualdade de direitos e antiracistas (movimento negro). Mas, será somente no final do século XX e início do século XXI que tal debate se institucionalizará em nível nacional, a ponto de ser criada, em 2003, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Esta Secretaria está vinculada à Presidência da República e com *status* de Ministério, com objetivo de “promover a formulação, coordenação e articulação de ações no combate à desigualdade racial e de políticas de ação afirmativa, de forma integrada com o conjunto de órgãos do governo federal” (IPEA, 2008). Vale lembrar que a lei que define o racismo como crime no Brasil data de 1988. Destacamos ainda que a pressão e a expectativa de organismos internacionais sobre uma posição mais incisiva do Brasil no combate ao racismo também vão contribuir com o estabelecimento de um momento propício para o avanço no campo das questões raciais.

²⁷ E-mail: mayorga.claudia@gmail.com

Ações e conquistas importantes da agenda da luta pela promoção da igualdade racial no Brasil têm sido realizadas, não sem dificuldades e desafios. Há um crescente reconhecimento de que o racismo opera efetivamente no país promovendo e acentuando o acesso desigual a direitos, políticas públicas, com acesso restrito a serviços e atendimentos, o que indica somente o início de um longo caminho que ainda deve-se percorrer. Entre essas ações e conquistas destacamos as que têm sido direcionadas ao campo da educação, reivindicação nada recente do movimento negro. Desde 1930 grupos do movimento negro alertam sobre a necessidade da implementação de políticas públicas que garantam o acesso à educação pela população negra. Essa luta vai atravessar grande parte do século XX e a partir dos anos 1970, o movimento negro incluirá entre as suas reivindicações, a necessidade de se estabelecer, nomeadamente, uma educação não-racista. Terminada a primeira década do século XXI, lutas, conquistas e ações pela igualdade racial caracterizam um campo efervescente, tenso e sobretudo desafiante para a efetiva promoção da igualdade racial no país.

Uma conquista considerável se refere à Lei 10.639, aprovada em 9 de janeiro de 2003 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e torna obrigatório o ensino sobre História de Cultura Afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares. O estudo da história da África e dos africanos, a luta e resistência dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e as contribuições sociais, econômicas e políticas dos negros na formação da sociedade brasileira possibilita abordar a cultura afro-brasileira de forma mais ampliada. Tal postura diverge das versões e currículos tradicionais que abordavam a cultura negra no Brasil com foco quase exclusivo na época da escravidão considerando, muitas vezes, a escravização e a inferioridade dos negros como algo natural e necessário.

Outro movimento que deve ser destacado se refere à luta por ações afirmativas no ensino superior e a instituição de programas de democratização do acesso e permanência de estudantes negros, indígenas e oriundos de escolas públicas ao ensino superior.

Iniciativas como o Programa Universidade para Todos (PROUNI) com expressivo impacto no acesso de jovens negros às instituições privadas de ensino superior; programas de educação indígena; a crescente incorporação de políticas de democratização do acesso através de cotas sociais e raciais pelas instituições federais e estaduais de ensino superior em todo o Brasil são alguns aspectos que apontam para avanços no campo da promoção da igualdade racial.

Identificamos, sobretudo, elementos que apontam para o reconhecimento de negros e negras como participantes iguais na política e na constituição da sociedade – a ação coletiva do movimento negro junto a outros atores no país questionou padrões institucionais e legais de exclusão. Hoje identificamos como esses atores, em intenso diálogo com outros setores da sociedade civil e com o estado, têm sido capazes de propor outros padrões institucionais e legais de inclusão, o que é um passo importante para a promoção da justiça social.

Contudo, os desafios são inúmeros: o combate ao racismo institucional no campo das políticas públicas; a regularização e titulação de terras para a população quilombola; o acesso igualitário a postos de trabalho; o combate à violência sexual e doméstica que incide majoritariamente sobre as mulheres e crianças negras; a violência e extermínio que atinge jovens negros das periferias, dentre outros. Mas, certamente um grande desafio é concretizar a desconstrução necessária de discursos e práticas fortemente naturalizados que tomam os negros como desiguais e inferiores a partir de parâmetros individuais, sem historicizar e analisar a dimensão das relações de poder na construção de promoção dessa inferioridade, além de mascarar essa desigualdade com a ideia do Brasil como lócus da harmonia racial. À compreensão da injustiça social e econômica que atinge os negros no país deve-se associar as dimensões cultural e simbólica, não menos importantes para a compreensão da desigualdade racial e para a promoção da igualdade (Fraser, 2002; 2008). Todas essas questões têm gerado reações e posições bastante controversas sobre a questão racial no país instituindo o debate

que recorrentemente foi evitado ou negligenciado ao longo da história do Brasil.

A preocupação com a questão racial tem (re)instaurado a discussão sobre qual sociedade queremos com a emergência ou explicitação de perspectivas bastante distintas e controvérsias calorosas. Por um lado, a temática racial possui uma inserção pública significativa através do reconhecimento da desigualdade racial como um problema que deve ser enfrentado de forma específica. Por outro, identificamos outras posições que não compartilham de tal reconhecimento como aquelas que retomarão o debate da miscigenação como constitutiva da nossa identidade de brasileiros, o que impediria, segundo tal posição, a prática do racismo, já que o seu “alvo” não poderia ser identificado; ou posições que reconhecerão na pobreza a grande questão a ser enfrentada pelas políticas públicas. Para estas, a igualdade racial é compreendida como uma consequência da igualdade sócio-econômica. Há ainda posturas apoiadas na deslegitimação do debate instaurado pelo movimento negro indicando que ao pautar o problema da desigualdade racial e do racismo no Brasil, o movimento negro estaria criando um conflito inexistente, racializando a sociedade brasileira o que seria uma ameaça para a unidade do país e para a identidade brasileira.

Para compreendermos um pouco mais acerca do complexo debate contemporâneo sobre raça no Brasil e como os discursos e interpretações sobre a questão racial foram se configurando ao longo do tempo, é fundamental recorrermos à história no intuito de fazermos uma (re)construção do conhecimento sobre o racismo e a desigualdade racial na nossa sociedade. Para tanto é necessário recorrer a campos de saberes diversos como o da sociologia, antropologia, ciência política, psicologia social e dos movimentos sociais, saberes importantes na desconstrução da monocultura do saber sobre a questão racial que predominou no Brasil. O que se busca através do diálogo com essa diversidade de vozes, é problematizar a interpretação que se apresentou como única, acerca da questão dos negros no Brasil; interpretação essa que acaba legitimando e perpetuando lugares de subalternidade de

negros e negras. Além disso, compreender as justificativas para políticas públicas em raça, exige delinear e conhecer muito bem como a questão racial foi se constituindo um problema em nossa sociedade. Somente dessa maneira, teremos explicitados os porquês das políticas públicas em raça e que não se trata de uma reivindicação por privilégios e sim por igualdade e justiça social. Claro está que tal exercício exige a desconstrução de crenças e práticas fortemente cristalizadas que perpassam o nosso cotidiano a todo momento e que dão subsídios para a institucionalização e naturalização do racismo. Afinal, muito do que propomos desconstruir aqui se refere às formas como aprendemos a entender e interpretar a sociedade brasileira - e coloca o desafio de participarmos ativamente da proposição de saberes e práticas que contribuam para a (re)construção de um Brasil menos marcado por eixos de dominação e opressão (Haraway, 1995).

Para tanto, a seguir sugerimos um caminho analítico através do qual buscaremos explicitar como o racismo e a desigualdade racial no Brasil foram se constituindo, se naturalizando e institucionalizando a partir de especificidades fortemente atreladas à dinâmica social brasileira que envolve interesses das elites, lógicas coloniais, o processo de modernização do Estado brasileiro, dentre outros aspectos. Primeiramente vamos analisar o processo de invenção das raças no ocidente e o racismo científico no Brasil até a constituição do mito da democracia racial; em seguida, destacamos as contribuições do movimento negro que foram fundamentais para o reconhecimento da igualdade racial como uma questão pública no país.

Do racismo científico ao mito da democracia racial: algumas considerações

Existem interpretações divergentes sobre o momento e circunstâncias da constituição da categoria *raça* nas sociedades ocidentais; contudo, vamos aqui destacar alguns elementos que consideramos relevantes para construirmos uma compreensão menos preocupada com o “quando começou” e mais focada na

função social, econômica, cultural e política que a noção de raça ocupou e ocupa em nossas sociedades.

Em sua análise sobre as sociedades latino-americanas no contexto da globalização, Quijano (2000, 2005, 2009) identifica que o padrão de poder que marca esse momento histórico, seria a culminação de um processo cujo início se deu com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno. Tal padrão de poder com tamanho alcance mundial consiste, segundo o autor, na articulação entre quatro eixos fundamentais, dos quais destacamos dois para o debate que queremos aqui desenvolver: *a colonialidade do poder* e o *eurocentrismo*. O primeiro deles propõe a análise de um dos elementos fundantes do atual padrão de poder, a saber, a classificação social da população de acordo com a ideia de *raça* que começou a ser empregada há mais de 500 anos juntamente com a América, a Europa e o capitalismo. *Raça* expressaria a experiência básica, mais profunda e perdurável de dominação colonial que foi imposta sobre as diversas populações no curso da expansão do colonialismo europeu. A consequência dessa ideia para formação das relações sociais seria a produção de identidades sociais historicamente novas: índios, negros, mestiços, e a redefinição de outras. Assim, como indicará Quijano (2000; 2005), termos como *português* e *espanhol*, e mais tarde *europeu*, que até aquele momento indicavam exclusivamente procedência geográfica ou país de origem, desde então assumiram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E como essas relações sociais que estavam se configurando eram relações de dominação, tais identidades foram imediatamente associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes ao padrão de dominação que se impunha.

Ao longo do tempo, os colonizadores delinearam como *cor* os traços fenotípicos dos colonizados que foi tomada como característica emblemática da categoria racial. Na América, a ideia de raça foi uma maneira de conceder legitimidade às relações de dominação impostas pela colonização; isto é, para sustentar a posição de dominação, foi necessária a construção da ideia do colonizado e tudo que lhe dizia respeito, baseada na noção de

raça: primitivo, atrasado, preguiçoso, pouco inteligente, promíscuo, saliente e outros, justificando a presença do colonizador, representante da racionalidade, da civilização e do progresso (Mayorga, Costa & Cardoso, 2010). A constituição da Europa se dará depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo possibilitará a elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela a sistematização teórica da ideia de raça, consequência da naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Não é um acaso que mais tarde, o campo das ciências da natureza seja tomado como paradigma da teorização sobre as raças, já que tal perspectiva permite análises e explicações que exclui as relações sociais do seu escopo de análise; dessa forma, as relações de dominação ou exploração não serão “visíveis” a partir dessa perspectiva. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados (Quijano, 2005). Desde então, demonstrou ser um dos mais eficazes e duráveis instrumentos de dominação social universal. Os povos conquistados e dominados foram compreendidos a partir de uma condição “natural” de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, os novos lugares de poder que se delineavam nesse momento se constituíram utilizando a noção de raça para legitimar níveis, lugares e papéis diferenciados: quem manda, quem pensa, quem obedece, quem se submete, etc. serão definidos a partir de elementos raciais configurando, portanto, a estrutura e o padrão de poder dessa nova sociedade que emerge.

O que colocamos acima nos leva ao segundo eixo característico do padrão de poder em análise, a saber, o eurocentrismo como forma hegemônica de controle da subjetividade/ intersubjetividade, em particular no modo de produzir conhecimento. Isto é, a colonialidade do poder, baseada na classificação e hierarquização dos povos, produziu e foi produzida por uma racionalidade específica, o eurocentrismo; pensamento que toma a Europa idealizada como modelo de

sociedade a ser alcançado e portanto perpetuado e difundido em nome de ideais como progresso, civilização, evolução, etc.. A ideia-imagem que predomina é da história da civilização humana como uma trajetória que parte de um estado de natureza e culmina na Europa (Quijano, 2000; 2005). Para isso, atribuiu-se sentido às diferenças entre o que era Europa e não-Europa como diferenças de natureza (de cor e racial) e não de história do poder. Tal perspectiva vai encontrar fundamento no evolucionismo e no dualismo, dois dos elementos nucleares do eurocentrismo. Dessa forma, as cisões entre mente e corpo, razão e emoção, sujeito e objeto características dessa racionalidade moderna, terão como uma de suas consequências, a cisão entre indivíduo e sociedade e a busca de uma natureza humana que ignorará elementos históricos e de poder para compreender os grupos sociais diversos. Em um contexto onde o ideal de civilização, modernidade e progresso se encontrava na Europa, restou aos “novos” povos, recém “descobertos” os adjetivos de primitivo, incivilizado, irracional que deveriam, portanto, ser civilizados e domesticados a partir da perspectiva eurocêntrica. O que chama a atenção é que o ideal eurocêntrico se tornará sinônimo de *humanidade* ao longo da história e tardiamente o etnocentrismo que marca essa posição será denunciado e problematizado (Mayorga, 2009).

É como consequência da colonialidade do poder e de sua racionalidade específica dentre outros aspectos, que o que se denominou *racismo científico* ganhará espaço e legitimidade a partir do Século XIX e que terá como um dos nomes mais expressivos Herbert Spencer (1820-1903) e suas elaborações sobre evolucionismo social. Este propõe a transferência do mundo biológico ao mundo cultural do modelo de tipologias e dos sistemas classificatórios, atualizando, a partir de outros parâmetros, a noção de diferenças entre povos e as sociedades. Para tal pensador, a sociedade seria um organismo submetido às mesmas leis dos organismos vivos. Na caracterização dos povos que fez, Spencer os classificou como superiores e inferiores, sendo que os primeiros eram brancos europeus. Classificou também as sociedades a partir das suas formas de organização e divisão do

trabalho, sendo que as sociedades industriais serão consideradas civilizadas e mais evoluídas, distinguindo-se, portanto, de outras sociedades chamadas primitivas. Outra afirmação importante do evolucionismo social se refere à ideia de que na luta pela supremacia entre os povos. De forma semelhante à natureza, a superioridade se estabelecerá de forma natural, sendo a persistência do mais forte e a subordinação do mais fraco um elemento constitutivo do processo evolutivo das sociedades.

Essa noção será “aplicada” em alguns campos do conhecimento como a Antropologia, por exemplo, que empregará a noção de superioridade cultural e que terá como foco de estudo as sociedades ditas primitivas. Assim, vai identificando nessas sociedades estágios menos evoluídos no processo de desenvolvimento das espécies humanas que era compreendido como uma série de etapas que obedeciam a uma rígida sequência constituindo os estágios de desenvolvimento (Schwarcz, 2000).

Essa forma de pensamento teve um alcance bastante significativo a partir do século XIX e foi a base do que se denominou cientificismo racista ou racismo científico. O que não podemos deixar de destacar é que esse conhecimento que ganhava força na Europa e que influenciou cientistas e intelectuais brasileiros não considerou o processo de exploração, opressão e as implicações sociopsicológicas do colonialismo. Ignorou-se o cunho ideológico da divisão da humanidade em raças e em estágios de desenvolvimento já que mascarava - a partir do arcabouço explicativo dos fenômenos sociais baseados na biologia -, as condições sócio-históricas como responsáveis pelas diferenças entre culturas, pessoas e as formas e níveis de inserção e participação na vida social (Chaves, 2003).

Essas ideias vão chegar ao Brasil em um momento crucial já que no final do século XIX, grande parte da intelectualidade brasileira discutia e compreendia as questões nacionais a partir do ponto de vista racial e individual (Schwarcz, 2000). O momento que ficou conhecido como “impasse racial” na virada do século XIX e início do século XX foi marcado pelos fortes embates abolicionistas (destacamos que havia uma movimentação política forte a favor

da abolição e uma atenção grande sobre as consequências da mesma para negros e mestiços), a implantação da República (1889) e a efetivação de aspectos legais de construção de cidadania (Menezes, 1997). Um país que havia recém abolido a escravidão e se constituído como República se perguntava sobre que país queria ser; quem deveria ser cidadão em um Estado que ganhava outros contornos, qual modernização era possível para o Brasil progredir e quais eram seus dificultadores. Com a queda da Monarquia, os poderes se reconfiguravam nesse novo cenário e a questão racial ocupará um lugar importante nessa reconfiguração.

Nesse momento efervescente, vamos encontrar entre os intelectuais e cientistas brasileiros a emergência de estudos e posições que buscarão apresentar respostas aos dilemas sociais e políticos daquele momento. As diferentes versões sobre a mestiçagem no Brasil e suas consequências para a sociedade foram a preocupação que muito traduzia o que estava em jogo ou disputa naquele momento. Se por um lado encontrávamos posições que defendiam a integração digna dos negros à sociedade pós abolição da escravatura, outras posições manifestarão sua preocupação com as consequências dessa integração. A mistura das raças através da mestiçagem se tornará, portanto, objeto de estudos, sintetizando, em grande medida, a preocupação das elites com as consequências da abolição para o Brasil.

Um pensador emblemático desse momento foi o médico diplomado pela Escola de Medicina do Rio de Janeiro, Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), posteriormente professor e pesquisador da Faculdade de Medicina em Salvador. Na amplitude de temas aos quais se dedicou em seus estudos e pesquisas incluem-se as doenças que afetavam os baianos (o beribéri); a psicopatologia de alguns segmentos da população e suas propensões a doenças; a rigorosa caracterização das raças que constituíam a população brasileira; seu estudo sobre Canudos; as investigações sobre os africanos no Brasil; a religião dos africanos, sua influência na população branca e o sincretismo religioso (Corrêa, 2001). O ponto que atravessa sua obra se refere à sua psicossociologia das raças no Brasil. Fortemente influenciado pelo

evolucionismo social de Spencer e pela psicologia das massas de Le Bon, identifica no mulato e no mameluco, oriundos das misturas entre brancos e negros e entre brancos e indígenas respectivamente, os indicativos da degenerescência da raça branca. Sua posição pode ser identificada no trecho a seguir:

Para a ciência não é esta inferioridade [dos negros e mestiços] mais do que um fenômeno de ordem perfeitamente natural, produto da marcha desigual do desenvolvimento filogenético da humanidade nas suas diversas divisões ou secções (...) A Raça Negra no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontestáveis serviços à nossa civilização, por mais justificadas que sejam as simpatias de que a cercou o revoltante abuso da escravidão, por maiores que se revelem os generosos exageros dos seus turiferários, há de constituir sempre um dos fatores de nossa inferioridade como povo (...). (Nina Rodrigues, 1977)

Para Nina Rodrigues, os mestiços não chegavam a se caracterizar como raças e foram considerados inferiores por sofrerem a influência negativa de seus ancestrais selvagens e primitivos: os negros e os indígenas. Essa inferioridade se traduzia, segundo tal pensador, nas práticas religiosas dos negros que contaminavam os brancos, já que o monoteísmo europeu era considerado mais sofisticado e evoluído, impossível de ser compreendido pelas mentes atrasadas dos mestiços; na predisposição neuropata que alguns mestiços poderiam herdar; na pouca inteligência e nas formas culturais atrasadas entre tantos outros aspectos. Em sua obra podem-se encontrar classificações e caracterizações muito detalhadas sobre os grupos sociais que ele estudou como por exemplo, a diferença entre mestiços das zonas rurais e das zonas litorâneas.

No pensamento de Nina Rodrigues, expressão do racismo científico no Brasil, ficam caracterizados os elementos que buscamos marcar até agora nesse tópico: primeiramente é possível reconhecer que o reducionismo biológico para interpretar as culturas e as relações sociais mascaram a dimensão ideológica do racismo científico que acabou por legitimar posições da elite branca em um momento de muitos “tumultos”, movimentos e

pressões onde desqualificar a inteligência, a cultura, a religião e a “qualidade” da saúde de negros e mestiços, tinha também como foco desqualificar as manifestações oriundas desses mesmos grupos ou em prol dos mesmos e garantir a supremacia de ideais brancos. Por que o estado deveria insistir na integração dos negros e mestiços libertos se estes eram considerados – cientificamente! – como a causa da degenerescência da sociedade brasileira? Por que investir nesse grupo social se sua cultura, religião, costumes poderiam degenerar a raça branca, esta sim, responsável por qualidades e por valores relacionados à civilização, progresso e modernização? Tal posição representada aqui por Nina Rodrigues não foi a mais popular entre as versões sobre a questão racial no Brasil nesse momento; os argumentos sustentados praticamente inviabilizavam o próprio país já que a miscigenação ao propiciar a relação entre “espécies” de qualidade diversa, levava inexoravelmente, segundo essa versão, à esterilidade biológica, mas, sobretudo, cultural comprometendo os esforços de civilização entre nós (Skidmore, 1976).

Vimos que no final do século XIX e início do século XX, com toda a movimentação que marcou os momentos pré e pós abolição da escravidão, o debate sobre a construção da nossa nacionalidade e de um Brasil modernizado será alvo de divergências e convergências entre alguns pensadores brasileiros, já que a diversidade racial era compreendida como problemática para a concretização desse projeto. Nina Rodrigues, mas também Oliveira Viana (1883-1951), Arthur Ramos (1903-1949), Sílvio Romero (1851-1914), Euclides da Cunha (1866-1909), Alberto Torres (1865-1917), Manuel Bonfim (1868-1932), Edgar Roquette Pinto (1884-1954), e, mais tarde, Gilberto Freyre (1900-1987) além de outros, vão se debruçar na reflexão e na construção de uma identidade étnica única para o Brasil. Tal esforço se justificava devido ao fato da pluralidade racial instaurada pelo processo colonial representar ameaça e obstáculo para a construção que associava a modernização do país a ideais brancos (Munanga, 2006). Esses autores destacados acima, como dito, vão se posicionar com algumas divergências em relação à questão racial, localizando tal divergência na explicação, caracterização e valoração que será

dada à mestiçagem que afetará as concepções sobre identidade nacional. Se Nina Rodrigues identificará na miscigenação o elemento de atraso para a sociedade brasileira, outros autores como o médico, psicólogo social e antropólogo Arthur Ramos vão ver a miscigenação como possibilidade de depuração da raça negra o que se concretizaria, segundo esse autor, pelo processo de aculturação “bem sucedido”, como fica claro no trecho a seguir:

(...) Há, além disso, outros fatores ligados à própria vida mental brasileira, no seu sentido geral. A existencia de substratos afetivos, emocionais, na nossa vida coletiva. A influencia do pensamento mágico que já analisei nas páginas do ‘Negro Brasileiro’. Não vamos responsabilizar por isto, este ou aquele grupo étnico, que contribuíram à nossa formação. Estes defeitos são uma consequencia de atraso cultural ou de desajustamentos socio-culturais advindos do trabalho da aculturação ainda não completado (Ramos, 1942).

Nessa posição a ideia de raça como uma categoria baseada na caracterização prioritariamente biológica (com consequências morais, intelectuais e cognitivas) para qualificação de grupos humanos começa a dar lugar a uma noção baseada em aspectos culturais e sociais, embora uma análise que considere as relações de poder continue sendo ignorada ou não explicitada. Assim, a miscigenação deixa de ser a grande responsável pela nossa ruína enquanto nação, raça e cultura, para se tornar um mecanismo capaz de garantir a redenção do Brasil – que poderia, enfim, resolver sua questão racial e finalmente caminhar para o progresso (Araújo, 1994). De acordo com alguns intelectuais da época, tal posição só será possível, porque a mestiçagem passa a ser considerada como um processo de branqueamento que para Skidmore (1976) consiste em uma solução tipicamente brasileira sobre a miscigenação “pelo qual se poderia assegurar um gradual predomínio dos caracteres brancos sobre os negros no interior do corpo e do espírito de cada mulato. Assim, dentro de um prazo determinado, calculado eventualmente em cerca de três gerações ou mais ou menos 100 anos, (...) acreditava-se que a herança negra estaria definitivamente erradicada do Brasil” (Araújo, 1994, p.27).

Assim, enquanto a primeira perspectiva aponta para os constrangimentos gerados pela miscigenação o que indicaria, como dito acima, quase que a inviabilidade do Brasil, a segunda perspectiva, aparentemente, aponta para a futura eliminação da herança negra. Para os dois pontos de vista, é a postulação da supremacia branca que dá sentido ao argumento (Araújo, 1994). Assim, a noção de *branqueamento* ganhará conotações distintas, mas com relações: se por um lado a perspectiva de branqueamento se refere a um fenômeno populacional que poderia sugerir uma realidade empírica, tal termo será utilizado também com o sentido de ideologia, ideia que nos ajuda a compreender como o racismo se constitui no Brasil. A ideologia do branqueamento se refere à difusão de ideais brancos e à incorporação dos mesmos entre brancos e negros que, ao assimilar seus valores, passam a se comportar, agir, pensar, projetar o passado, presente e futuro e sentir conforme os ideais da cultura branca (Domingues, 2002).

Mas há ainda uma terceira versão ou discurso sobre a miscigenação e a questão racial no Brasil. Vimos que os estudos sobre as raças e o interesse pelas consequências da mistura entre as raças, apontavam interpretações diversas sobre a questão racial. Uma delas será emblemática para a compreensão do discurso sobre o Brasil como democracia racial: a teorização que Gilberto Freyre fez sobre as relações entre senhores e escravos e escravas no período da escravidão, na sua obra *Casa Grande e Senzala* (1933). Distinguindo raça de cultura e buscando igualar as contribuições dos portugueses, dos negros e dos índios em menor escala, *Casa Grande e Senzala* ganha forças como uma tentativa de superar o racismo que foi o eixo norteador da produção intelectual no Brasil até então. Também se constituiu como uma tentativa de construir outra versão da identidade nacional, “em que a obsessão com o progresso e com a razão, com a integração do país na marcha da civilização, fosse até certo ponto substituída por uma interpretação que desse alguma atenção à híbrida e singular articulação de tradições que aqui se verificou” (Araújo, 1994). Dava-se portanto, o reconhecimento do valor da influência dos negros e índios delineando as bases de uma identidade coletiva que poderia ser capaz de estimular um inédito sentimento de comunidade pela

explicitação, caracterização e valorização dos laços até então desconsiderados ou invisibilizados entre os diferentes grupos componentes da nação.

Contudo, como nos dirá Araújo (1994), a forma como Gilberto Freyre apresenta e analisa esses laços entre portugueses, negros e índios continha um segundo significado que será responsável pelas duras críticas que a obra receberá de diversos intelectuais preocupados com a questão racial e com a discussão acerca da identidade brasileira. As críticas apontarão que, ao mesmo tempo em que essa obra busca se afastar do racismo e reconhece e valoriza a relevância de outras culturas para, compreender o Brasil, Gilberto Freyre teria construído uma imagem bastante idílica da sociedade colonial brasileira desconsiderando a violência, os conflitos, a exploração e discriminação que marcam as sociedades escravistas e coloniais. Desta forma, foi idealizando a imagem de uma democracia racial na qual senhores e escravos em um clima de cooperação e intimidade estabeleceriam relações de confraternização.

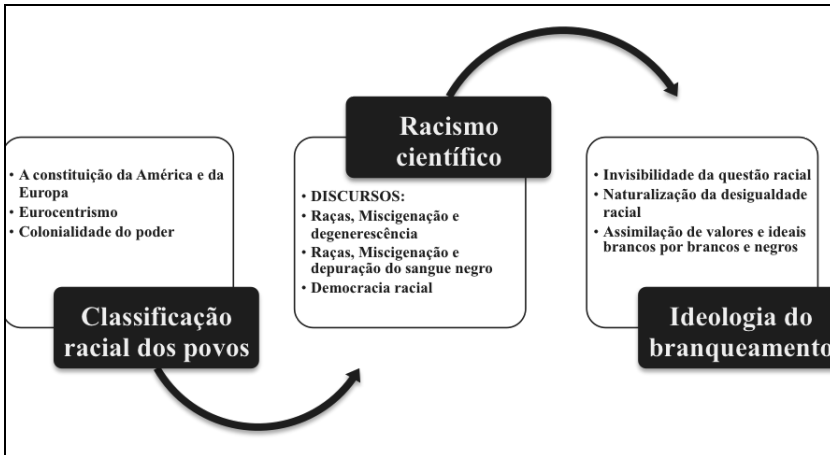
Chauí vai chamar essa perspectiva idealizada de *mito fundador* da nossa identidade nacional: os brasileiros seriam o resultado da mistura de “três raças valorosas - os corajosos índios, os estóicos negros e os bravos e sentimentais lusitanos” (Chauí, 2000). Isso faria do Brasil o protótipo da democracia racial, onde a mistura de raças e cores teria possibilitado a grande riqueza cultural do nosso país, um convívio igualitário entre esses diversos grupos e, portanto, a ausência de preconceitos e de qualquer tipo de racismo, já que o que teria fundado nossa identidade não poderia ser classificado em termos de categorias raciais puras. O hibridismo característico da mestiçagem seria a metáfora para retratar o encontro glorioso entre as raças no Brasil. Para Chauí, a ideia de mito deve ser entendida não somente no sentido etimológico do termo, isto é oriundo do *mythos* que seria a narração pública de feitos lendários de uma comunidade mas, sobretudo, em seu sentido antropológico: mito como uma narrativa utilizada para explicar ou ainda justificar determinada realidade, solução imaginária para tensões, conflitos e

contradições que na maioria das vezes não encontram caminhos para se resolver na realidade. Daí retira-se o caráter ideológico do mito já que este mascararia a verdadeira situação de uma dada realidade, no caso, as relações raciais no Brasil. O mito fundador é, portanto, compreendido como o que explica a origem ou fundação de determinado povo sendo eternizado por sua contínua ressignificação ao longo da história do povo. A difusão de tal mito, com suas conotações ideológicas mascara também a ideologia do branqueamento que consiste na assimilação de ideais brancos e eurocêntricos por brancos e também por negros e mestiços.

Cabe ressaltar que não foi a obra de Gilberto Freyre que criou tal mito; sua obra é expressão do debate e das ideias de um tempo. Mas, certamente teve uma ressonância tamanha que a noção idealizada da democracia racial foi ganhando tanta expressividade e porque não utilidade para determinados grupos, que se constituiu como a versão oficial da nossa brasilidade. O mito fundador que idealiza o encontro entre as diversas culturas e raças ao longo da nossa história esconde o que é desagradável ver e reconhecer: a relação entre colonizadores brancos, negros e índios se deu através de extermínio, violência, tortura e da difusão de miradas eurocêntricas sobre o próprio Brasil. O mito nos faz esquecer essa “triste história”, mas as consequências desse esquecimento são sérias, pois impedem que possamos conhecer, reconhecer e elaborar, enquanto nação, nossas mazelas impossibilitando a projeção de um presente e futuro que se construam a partir de uma explícita preocupação com a não repetição desse tipo de violência e autoritarismo.

Abaixo apresentamos um esquema que nos ajuda a localizar os discursos sobre raça e miscigenação no Brasil pré e pós instituição da República e suas principais influências.

Discursos sobre raça e miscigenação no Brasil



Fonte: Elaboração própria.

Foi a perspectiva sobre o Brasil como paraíso racial que justificou a realização de uma série de pesquisas no país que ficaram conhecidas como “ciclo de estudos UNESCO” (1953-1956). Terminada a Segunda Guerra Mundial e todo o horror provocado pelos genocídios ocorridos nos campos de concentração (contra judeus, ciganos, homossexuais, etc.) introduziu-se para o mundo a urgência de encontrar soluções para tamanhos conflitos - o racismo, a xenofobia e o preconceito apareciam como algo intolerável. A divulgação das ideias sobre a suposta democracia racial brasileira nos Estados Unidos e na Europa, e a presença de Arthur Ramos como diretor do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO em 1949, fez com que o mundo se voltasse para o Brasil com a esperança de que o encontro “bem sucedido” entre culturas e raças no país pudesse servir de exemplo para outras nações já que a ideia que se promulgava era que o Brasil havia, ao contrário de outros países como os Estados Unidos, resolvido, de forma cordial e sem conflitos, as diferenças entre raças e culturas. Tais estudos foram de grande relevância pois, ao contrário do que se esperava, o que o ciclo de pesquisas evidenciou foi a dimensão racista da sociedade brasileira. Além disso, permitiu a caracterização do racismo brasileiro - o “racismo cordial” marcado

por uma cortesia superficial, a não identificação dos seus agentes e pelo preconceito dos brasileiros em ter preconceito. Possibilitou ainda, o reconhecimento da democracia racial como um construto ideológico com a função de mascarar e neutralizar a realidade de dominação e exploração de brancos em relação aos negros (Fernandes, 1965). Esses estudos serão amplamente utilizados pelo movimento negro para dar ainda mais sustentação às suas lutas, já que o racismo que aparece nos estudos vinha sendo denunciado pelo movimento há bastante tempo.

Assim, de acordo com Guimarães (2002), a ideia de democracia racial ganhará conotações distintas a partir das diversas conotações históricas que lhe serão dadas e das ressignificações que tal noção vai sofrer ao longo dos tempos. O que precisa ser destacado mais uma vez é que, da forma como nossa história aconteceu, a democracia racial de um ideal a ser alcançado, tomou as dimensões de um mito que mascara, como afirmado anteriormente, as relações de dominação e poder entre brancos e negros no Brasil. Dessa forma, a dimensão ideológica do mito está colocada.

Buscamos mostrar aqui como a noção de raça ganha conotações específicas quando abordamos a sua função econômica, social e política tanto no processo de constituição da América como consequência da expansão e colonização europeia, quanto no processo de instauração da República no Brasil no qual a questão racial ganhará centralidade e seus desdobramentos nos anos que se seguiram. Refazer tal percurso ganha importância no debate sobre políticas públicas em raça, pois possibilita (re)conhecer o lugar da raça na nossa história e no pensamento social brasileiro. Essa análise nos leva à conclusão de que *raça* é uma construção social que foi tomada como natural com efeitos sociais, políticos e econômicos que justificava a inferiorização e opressão de negros e mestiços. Essa posição não se disseminou sem conflitos e fortes oposições.

Negros/as em movimentos

A noção de raça ganhará outros sentidos quando focamos nossa análise na história e formação do movimento negro no Brasil. Durante muito tempo perpetuou-se entre nós a ideia de que os negros africanos que chegaram ao Brasil, sofreram de maneira passiva todos os efeitos da escravidão e das violências sofridas. Tal crença, ou poderíamos chamar também de ideologia, é um nocivo erro histórico e se associa com o esforço de caracterização de negros e mestiços no Brasil, fruto do racismo científico como discutido anteriormente, baseada em atributos desqualificadores e que reforçavam o lugar de inferioridade natural dos negros.

O período pós Abolição da escravatura e proclamação da República foi marcado pela ausência de ganhos materiais e simbólicos para a população negra. Tal marginalização dos libertos e seus descendentes levou a uma mobilização negra no Brasil, inicialmente através da criação de dezenas de grêmios, associações e clubes pelos vários estados do país que tinham como objetivo reunir os chamados “homens de cor” em torno de atividades assistencialistas, recreativas ou culturais (Domingues, 2007). É importante, contudo, ressaltar que antes desse período, a resistência negra ao regime escravista se deu através de movimentos, rebeliões e revoltas em diversas regiões do país e a organização de quilombos.

Da mesma forma, ao longo de todo o século XX e início do século XXI o movimento negro brasileiro terá uma atuação anti-racista significativa em prol dos direitos da população negra e possui, como a mais importante conquista ao longo de todo esse percurso histórico, a introdução de ideários anti-racistas no ideário político da sociedade brasileira e a consolidação crescente de uma nova identidade racial e cultural para a população negra no país (Cardoso, 1987).

Contudo, o movimento negro brasileiro se constituirá, ao longo de todos esses anos, como uma ator político bastante heterogêneo. Foi caracterizado a partir de quatro fases distintas (Domingues, 2007):

primeira fase (1889-1937); segunda fase (1945-1964), terceira fase (1978-2000) e quarta fase (2000-?). Estamos de acordo com Prado (2002), que a constituição de uma identidade política é um complexo processo psicossocial para o qual são necessários alguns elementos. Um deles é a constituição de identificação coletiva (a constituição de bandeiras comuns e uma formação que esteja baseada, minimamente, no fortalecimento de laços de solidariedade e reconhecimento mútuo). Outro, uma interpretação das relações de subordinação como condições de opressão (para que um movimento seja identificado como político, as relações sociais devem deixar de ser compreendidas como elementos naturais para manter a sociedade “em ordem”, mas devem ser compreendidas como fruto de uma relação desigual, orientada por interesses de poder e como consequência de uma dinâmica histórica). Finalmente, a delimitação de fronteiras políticas entre “nós” e “eles” (tal processo se refere a delimitar contra quem se luta, quais as bandeiras e horizontes de mudança estão traçados, quais são os atores, dinâmicas e estruturas identificados como causadores da opressão e da violência).

Para compreendermos o caminho traçado pelo movimento negro brasileiro, devemos buscar analisar como esse ator político se configurou nas diversas fases de sua história a partir dos três elementos destacados anteriormente, com especial atenção às formas utilizadas para se inserir e interferir na esfera pública. Embora não vamos apresentar essa análise aqui, ela se faz fundamental para identificarmos os novos sentidos que a ideia de raça foi adquirindo nas interpretações sobre a sociedade brasileira e na luta política, através de um distanciamento necessário de perspectivas biologizantes, uma aproximação dos aspectos culturais e a reconstrução positiva da identidade negra. Resgatar a história e a memória dos negros (a religiosidade, a arte, a relação com o corpo, etc.) antes e depois de chegarem ao Brasil foi uma estratégia importante para essa reconstrução positiva da identidade.

A crítica ao mito da democracia racial foi uma posição predominante ao longo da história do movimento negro que

ganhou em sistematização, ao longo do tempo. As estratégias utilizadas pelo movimento serão variadas. Na primeira fase do movimento, a criação de uma imprensa negra foi tomada como algo fundamental para informar e conscientizar negros e negras sobre o “preconceito de cor” como era chamado na época, o Teatro Experimental do Negro que se utilizava de outras linguagens para mobilização de negros e negras para a questão racial. Outro ponto a ser destacado se refere às alianças político ideológicas do movimento: se nas duas primeiras fases as alianças se davam com posições políticas mais de “centro” e de “direita”, a partir da terceira, com a forte influência do marxismo, o movimento negro adotará também um postura anticapitalista.

Fica claro que grande parte do esforço do movimento negro se centra na desnaturalização da desigualdade racial e do racismo em nossa sociedade, reconhecendo lugares antes pensados como naturais e “normais” para os negros, como experiências de opressão e violência. Dessa forma, o “eles” do movimento negro tem sido, durante os últimos anos, o mito da democracia racial e também a ideologia de branqueamento. Fazer resistência ao sistema racista, colonial e patriarcal exigiu a reunião de esforços para reconstruir a identidade do negro, recusando posições, sentidos e histórias atribuídas por outros e buscando reconstruir suas histórias de resistência.

O movimento negro tem alertado a sociedade brasileira e o Estado sobre os efeitos negativos do racismo nas condições de vida dos negros no Brasil. Este mesmo movimento e grupos variados que lutam contra o preconceito racial reivindicam também uma educação democrática que trate de maneira positiva a diversidade étnico-racial, identificando no campo da educação um campo prioritário para a construção da igualdade racial.

A inserção de outros saberes, sobretudo os afro-brasileiros nos currículos escolares, torna-se urgente para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Nesta perspectiva, entendemos que a história da população negra e suas contribuições para a construção do Brasil somente poderão ser

divulgadas e repassadas às atuais e futuras gerações na medida em que forem (re)conhecidas e difundidas hoje.

Outra forma importante proposta pelo movimento negro para o combate da desigualdade racial são as políticas de Ação Afirmativa (AA)²⁸. Infelizmente, no contexto brasileiro, há muito desconhecimento acerca das políticas de AA – o debate é feito a partir de imagens muito gerais que são passadas pela mídia; é um debate em que várias vezes se dá permeado por preconceito, além de que encontramos posições que não chegam a reconhecer de fato, as desigualdades raciais que existem no Brasil. Mais uma vez fica evidente que uma grande contribuição do movimento negro para a sociedade brasileira foi inserir a igualdade racial no horizonte político da justiça social. A necessidade de abordarmos essa questão no campo das políticas públicas está colocada e o debate também.

Para concluir

Ao longo do texto buscamos apresentar diversas facetas sobre a questão racial começando com a constituição da América e da necessidade, por interesses de poder, de racializar os povos que estavam sendo “descobertos” e dominados. Analisamos os discursos sobre a questão racial no Brasil pré e pós abolição da escravidão, destacando como a questão da mestiçagem se tornou um emblema da questão racial no Brasil (em outras palavras, dentre as perspectivas analisadas, a mistura de raças ou degenera, ou deve caminhar no sentido em neutralizar a raça negra, ou ainda, deve ser valorizada em nome de uma ideologia de branqueamento). Analisamos como o mito da democracia racial

²⁸ As ações afirmativas: “podem ser entendidas como um conjunto de políticas, ações e orientações públicas ou privadas, de caráter compulsório (obrigatório), facultativo (não obrigatório) ou voluntário, que tem como objetivo corrigir as desigualdades historicamente impostas a determinados grupos sociais e/ou étnico-raciais com um histórico comprovado de discriminação e exclusão. (...) Podem ser adotadas na educação, na saúde, no mercado de trabalho, nos cargos políticos, entre outros, (...) nos setores onde a discriminação a ser superada se faz mais evidente e onde é constatado um quadro de desigualdades e exclusão” (Munanga e Gomes, 2006).

neutraliza e invisibiliza a inferiorização e violência contra negros e buscamos destacar o papel fundamental do movimento negro na transformação da questão racial como um problema público, que deve ser enfrentado também através da instituição de políticas públicas. Ao retomarmos o percurso analítico proposto pelo texto, poderíamos identificar que os discursos aos quais nos referimos sobre raça, mestiçagem e a questão racial, seguem presentes na atualidade. É necessário que busquemos identificar essas repetições do passado no tempo presente, para termos elementos que ajudem a explicitar as posições políticas sobre a questão.

Referências

Araújo, R. B. (1994). *Guerra e paz: Casa Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. São Paulo: Editora 34.

Cardoso, H. B. (1987). Limites do confronto racial e aspectos da experiência negra do Brasil. In: Sader, Emir (org.) *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo: Cortez.

Chauí, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2000.

Chaves, Evenice Santos (2003). *Nina Rodrigues: sua interpretação do evolucionismo social e da psicologia das massas nos primórdios da psicologia social brasileira*. *Psicologia em Estudo*, vol.8 no.2 Maringá July/Dec.

Corrêa, M. (2001). *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF. (Originalmente publicado em 1998).

Domingues, P. J. (2002). Negros de almas brancas? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo. *Estudos Afro-asiáticos*, ano 24, n. 3, p. 563-599.

Domingues, P. J. (2007). Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*. V. 12, n. 23, pp. 100-122.

Fernandes, Florestán (1965). *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Nacional.

Fraser, N. (2002). A Justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. *Revista Critica de Ciências Sociais*, 63, out., p.7-20.

Fraser, N. (2008). Redistribuição, Reconhecimento e Participação: por uma concepção integrada da justiça. In: Ikawa, Daniela; Piovesan, Flávia; Sarmiento, Daniel (coord.). *Igualdade, diferença e direitos humanos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

Freyre, Gilberto. (1933) [1982]. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Editora Record.

Guimarães, A. S. (2002). *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Ed. 34.

Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n.5, p. 7-41.

IPEA (2008). Igualdade racial. In: *Políticas sociais – acompanhamento e análise*. 15, março, p. 207-231.

Mayorga, C.; Costa, F. & Cardoso, T. (2010). Universidade pública no Brasil – entre privilégios e direitos. In: C. Mayorga (org.) *Universidade cindida, universidade em conexão: ensaios sobre democratização da universidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, p.19-45.

Mayorga, C. (2009). El tráfico de mujeres como problema - colonialismo y patriarcado. *Revista Electrónica de Psicología Política*, año 7, n.21, nov/ dic.

Menezes, J. (1997). Inclusão excludente: as exclusões assumidas. Em J.T. Santos (Org.), *Educação e os afro-brasileiros: trajetórias, identidades e alternativas*. Salvador: Novos Toques, pp. 9-46.

Munanga, K. (2006). Construção da Identidade Negra no Contexto de Globalização. Em: Delgado, I.G, Albergaria, E., Ribeiro, G., Bruno, R. *Vozes (Além) da África: tópicos sobre identidade negra, literatura e história africanas*. Juiz de Fora: Editora UFJF.

Munanga, K. e Gomes, N. L. (2006). *O Negro no Brasil de Hoje*, Global Ed e Ação Educativa.

Prado, Marco Aurélio M. (2002). Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v.8, n.11, pp.59-71.

Quijano, Anibal. (2000) *Colonialidad del poder, globalización y democracia*. Instituto de Altos Estudios Internacionales. Caracas: Tendencias Basicas de Nuestro Tiempo.

Quijano, Anibal.(2005) Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). *Colección Sur Sur*, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro. pp.227-278.

Quijano, Aníbal (2009). Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. In: Araújo, C. e Amadeo Javier (org.), *Teoria política latino-americana*. São Paulo: Hucitec: FAPESP, pp. 21-44.

Rodrigues, Nina. (1977). *Os Africanos no Brasil*. 4. ed.. São Paulo: Nacional.

Schwarcz, L. M. (2000). Raça como negociação. Em M.N.S. Fonseca (Org.), *Brasil afro-brasileiro* Belo Horizonte: Autêntica, pp.11-38.

Skidmore, Tomas E. (1976). *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Os movimentos sociais no tempo. Os tempos dos movimentos sociais.

Taciana Gouveia²⁹

*Palavras nunca são ‘apenas palavras’;
elas importam porque definem os
contornos do que podemos fazer.*

Slavoj Žižek (2009)³⁰

Pensar sobre as trajetórias dos movimentos sociais num dado período de tempo requer também o pensar sobre o tempo, tanto em sua acepção de Chronos quanto de Kairós. No primeiro sentido, temos a sequência linear dos fatos, o tempo medido, mensurável, o tempo contado. Já o tempo pensando como Kairós tem uma natureza qualitativa, dado que se refere a um momento de tempo indeterminado, algo que acontece, o momento certo ou oportuno. É o tempo existencial, o tempo em sua forma de possibilidade.

Cada vez mais a lógica do nosso tempo nos afasta da experiência do tempo como Kairós e nos comprime no espaço contabilizado de Chronos com seu encadeamento linear do que se sucedeu, da causalidade direta dos fatos. Mas por vezes é importante resistir à pressão do tempo corrido e tentar assumir a perspectiva de pensar um dado processo como sendo da ordem do acontecimento e, portanto, pertencente à experiência da indeterminação, escapando das causas e consequências para entender como tal processo afetou tanto o momento específico em que ele se deu, quanto

²⁹ E-mail: tagouveia@gmail.com

³⁰ Tradução livre

ressignificou fatos e experiências anteriores e, mais ainda, como aponta perspectivas futuras.

Este texto, portanto, pretende analisar a ação dos movimentos sociais e sua relação com a democratização da sociedade brasileira tanto na cronologia dos últimos 30 anos, como também no sentido de sua indeterminação temporal, de um acontecimento que se desdobra para o antes e o depois de si mesmo.

Tomando a marca dos 30 anos há nesta definição um endereçamento muito preciso aos sujeitos que se está associando a este tempo. Tempo que em verdade não é um ano específico, mas uma década, 1980. Os sujeitos a quem essa temporalidade se refere são aqueles então denominados Novos Movimentos Sociais. Esse é um aspecto interessante que revela os modos como a ação sociopolítica terminou por constituir não só os sujeitos como quase que simultaneamente os tornou um objeto de estudo com a peculiaridade de ter em sua nomeação o atributo de novidade, ainda que nenhum dos sujeitos reais se autodenominasse novos. Na verdade, os sujeitos reais naquele momento não se pensavam através dessa palavra guarda chuva - Movimentos Sociais. Cada um se denominava a partir da junção da palavra movimento com a causa que lhes funda e os põe em ação: movimento de bairro, movimento de mulheres, movimento feminista, movimento negro, movimento homossexual, movimento ecológico, movimento contra a carestia dentre tantos outros³¹.

Do ponto de vista da noção de novidade, grande parte destes movimentos não podia se pensar como novo dado que já existiam muito antes dos anos 1980, como é o caso do feminismo, ainda que não fossem nem visibilizados, nem interpretados como tais. Por outro lado, e como os demais sujeitos políticos e movimentos de caráter emancipatório, ficaram submersos pela força nos anos mais duros da ditadura militar. Desta forma, parece-me que o que

³¹ Uso aqui os termos movimento de bairro e movimento homossexual porque estas eram as denominações no período que analiso. Os termos "movimento de reforma urbana" e "movimento LGBT" que definem tais movimentos nos dias atuais surgem posteriormente.

ocorre nos anos 1980 é um ressurgimento³² destes movimentos a partir de processos sociopolíticos de várias ordens e que se desenrolaram nas décadas anteriores, em especial no período que vai de 1968 à metade da década de 1970.

Não cabe no escopo deste texto retomar todos os termos dos debates havidos nos anos 1980 sobre a natureza, origem e sentido dos movimentos sociais. Contudo, para fins da análise que aqui apresento considero importante destacar quatro dimensões que podem auxiliar na compreensão dos movimentos e seus tempos.

A primeira dimensão refere-se ao intervalo temporal entre a rearticulação destes movimentos e seu aparecimento público. Como afirmei anteriormente, nos anos mais duros da ditadura militar (1968 a 1977) não eram permitidas reuniões ou manifestações políticas. Por outro lado, as formas clássicas de organização e ação política emancipatórias – sindicatos e partidos – estavam esfaceladas e seus/suas componentes cruelmente perseguidos, presos e, em tantos casos, mortos. Entretanto, mesmo nos piores momentos da repressão havia resistências silenciosas e quase que invisíveis e que pouco a pouco foram criando processos de reorganização popular e/ou coletivos de reflexão. Estes são os casos das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), dos processos de educação popular, dos grupos de reflexão feministas e também dos grupos homossexuais. Ainda que com força e capacidade de aglutinação e influência distintas, estes e outros processos foram paulatinamente durante a década de 1970, criando suas formas organizativas e expressando suas reivindicações. Ou seja, os sujeitos dos anos 1980 foram gestados nas décadas anteriores não havendo portanto, uma ruptura radical com o campo político dos anos 1960 e 1970, o que a meu ver, diminui a ênfase de novidade imputada a estes movimentos.

³² Para maiores esclarecimentos sobre a ideia de ressurgimento dos movimentos sociais nos anos 1980, ver GOUVEIA, Taciana Repensando Alguns Conceitos: Sujeito, Representação Social e Identidade Coletiva. 1993. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFPE, Pernambuco.

Ainda com relação à temporalidade, a segunda dimensão que destaco diz respeito aos processos políticos ocorridos especialmente nos países do norte como o Movimento pelos Direitos Civis nos Estados Unidos, com ênfase nos direitos civis da população negra, que se inicia ainda nos anos 1950, mas ganha força e expressão com o aparecimento, nos anos 1960, de organizações como o *Black Power* e os Panteras Negras. Há ainda a importância dos movimentos feministas em suas várias ações e protestos, e, talvez, com um poder de irradiação menor, a batalha de *Stonewall* que se vincula ao movimento homossexual. Evidentemente, o que fica como grande marco desse período é o Maio de 1968 francês que teve um poder simbólico imenso no sentido de apontar para novas possibilidades de ação política.

Para muitos/as analistas todos esses processos podem ser identificados sob a rubrica da contracultura, ainda que para outros/as este termo se aplique com mais precisão aos movimentos *hippies*. De todo modo o que nos interessa aqui é destacar que é a partir da década de 1960 que se configuram com mais solidez as concepções que articulam o desejo de maior liberdade para os indivíduos no sentido de suas expressões e comportamentos, com a responsabilidade coletiva para erradicar injustiças e opressões. Contudo, esses desejos se estruturam em formas organizativas e em modos de protestos bastante distintos daqueles vinculados aos sujeitos políticos clássicos como partidos e sindicatos. Assim, os movimentos sociais que ressurgem no Brasil nos anos 1980 não inventam do nada uma tradição mas, em função das condições políticas impostas por um regime ditatorial, há uma espécie de descompasso no tempo, fazendo com que o submerso em silêncio forçado durante um determinado período de tempo se expresse não como ruptura, mas como prosseguimento visível do que era existente antes de sua reaparição.

A terceira dimensão se refere às modificações que se deram nas lógicas adotadas pelo Estado autoritário brasileiro, a partir dos dois últimos anos de década de 1970. Tensionado pelos já evidentes limites estruturais do chamado “milagre econômico brasileiro” e pressionado pela crescente pressão popular, sendo as

greves do setor automotivo do ABC paulista o mais forte exemplo, o regime militar reconhece que a pura repressão já não era capaz de resolver os conflitos, sendo necessário instituir novos instrumentos de legitimação do seu poder, o que o leva a reconhecer determinadas demandas de grupos e movimentos sociais. Ao mesmo tempo, vai também operar mudanças na administração pública que passará a desenvolver alguns projetos específicos para a resolução de problemas básicos como saúde, moradia e educação, criando assim um elemento indutor de novas demandas. Ou seja, é já neste momento, final da década de 1970, que começa a se instaurar um outro circuito de relações, a princípio e durante muito tempo bastante tensas, entre o Estado brasileiro e os movimentos sociais, criando assim as bases para o que irá se desenvolver como modo de atuação dos movimentos sociais na década de 1980.

Por fim, a última dimensão que destaco se refere ao campo político analítico, ou seja, aos modos como os movimentos sociais foram interpretados e localizados a partir dos anos 1980. Considero que por terem sido os mais visíveis, inclusive na relação com o aparelho de Estado, bem como por sua origem nas camadas pobres da sociedade brasileira, os chamados movimentos de bairro serviram como paradigma para a construção conceitual dos novos movimentos sociais. Mas, como está colocado na epígrafe deste texto, palavras nunca são apenas palavras e, no caso dos movimentos sociais, terminaram também por defini-los politicamente. Grande parte da produção teórica sobre os movimentos sociais nos anos 1980 se concentrava no conceito de contradições urbanas, querendo com isto se referir aos efeitos dos modos de produção capitalista na esfera da reprodução social, dado que as reivindicações dos movimentos de bairro eram por moradia, esgotamento sanitário, transporte, creches, postos de saúde, dentre outras. Assim, a articulação das ações políticas dos movimentos de bairro à esfera da reprodução social geravam questionamentos sobre a capacidade real de transformação da sociedade que a luta desses movimentos representava, na medida em que, por serem suas questões um efeito, digamos que, de superfície das relações de produção, não atingiam o cerne das

contradições de classe. Deste debate decorreu outra caracterização desses movimentos sociais como sendo pontuais, ou seja, atendida a reivindicação específica, o movimento refluía e se desarticulava.

Por outro lado e em paralelo ao questionamento do potencial transformador ou revolucionário dos movimentos sociais, alguns/as analistas postulavam o quanto esses movimentos sociais revelavam que as sociedades contemporâneas comportam múltiplos sujeitos sendo tais sujeitos a expressão dos vários pontos da estrutura de dominação.

Apesar de muitas destas características realmente serem derivadas dos vários sujeitos que se aglutinam sob a denominação de novos movimentos sociais, trata-los como um conjunto único abstrai o fato de que cada um dos movimentos como sujeitos coletivos se funda em um projeto político que tem, por vezes, sentidos muito distintos dos demais. Considero que a não atenção aos projetos políticos de cada movimento produziu não apenas uma equalização irreal, como também a atribuição *aposteriori* de objetivos que não estão necessariamente no ato que fundou cada movimento, mas que passam a defini-los. Este é o caso, por exemplo, da democracia ou democratização da sociedade brasileira.

Tais indistincões, aliadas ao lugar que o Estado ocupa na relação com os movimentos, faz com que até o presente momento esses movimentos sejam nomeados como sociais e não políticos. Não seria um paradoxo não considerar que estes sujeitos que se relacionam com o Estado são movimentos políticos? E se acrescentarmos a questão da democracia como central nas lutas dos movimentos, bem como ênfase na participação política, o paradoxo não se torna ainda mais complexo?

Para tentar compreender como este paradoxo se estrutura e quais os seus efeitos, tanto nos movimentos sociais como na sociedade em geral, começarei por analisar a articulação entre os movimentos sociais que ressurgem nos anos 1980 e a democracia.

Parece haver um princípio comum e aceito por todos/as que os movimentos sociais têm em seu horizonte utópico a sociedade democrática. Em parte esta é uma assertiva bastante correta, mas ao mesmo tempo não podemos deixar de considerar que é uma relação de mútua determinação, dado que tal regime político é o que possibilita a existência estável e mais permanente dos movimentos sociais. Tendo em vista o contexto da sociedade brasileira nos anos 1980, é impossível dissociar estes dois aspectos, pois a luta contra a ditadura requeria como elemento fundamental a democracia, e isto não apenas do ponto de vista dos movimentos sociais, como também dos partidos políticos. Contudo, não me parece possível supor que a conquista da institucionalidade democrática representasse o horizonte último dos projetos políticos dos movimentos sociais, dado que as estruturas geradoras das desigualdades contra as quais os movimentos lutavam, e ainda lutam, não se originavam no regime de governo, mas sim no sistema capitalista, patriarcal, racista e heterossexista. Portanto, a democracia é uma condição necessária, mas não suficiente para a realização dos projetos políticos dos vários movimentos. Aqui concordo com Santos quando ele afirma que:

A premissa compartilhada por muitos de que incumbe à democracia diluir as desigualdades econômicas é, não obstante, inválida. As instituições democráticas estão comprometidas tão somente com a drástica redução das hierarquias político-jurídicas e com os diferenciais de oportunidades a elas associadas. (SANTOS, 2007, p. 14).

A chamada redemocratização da sociedade brasileira terá seus pontos culminantes nos anos finais de década de 1980: a instauração da Constituição de 1988 e as eleições diretas para presidente em 1989.

Esses anos simbólicos - ainda mais 1989 com a queda do muro de Berlim marcando o fim do socialismo real existente - podem ser considerados como o fim ou o começo da década dos movimentos sociais. Definir se é o começo ou o fim vai depender da perspectiva analítica ou do projeto político que anima tal perspectiva.

A Constituição de 1988, ao consagrar um conjunto bastante importante e significativo de direitos, mais do que inaugurar um novo fazer político, institucionaliza os termos e os modos de ação que foram criados pelos movimentos durante os anos 1980, pois foi neste período que a luta política passa a usar com mais força a gramática dos direitos, ao invés dos termos que caracterizavam as lutas políticas das décadas anteriores.

Por outro lado, a institucionalização dos canais de participação, criando a chamada “esfera pública – estatal” com seus conselhos, conferências e outros instrumentos políticos jurídicos terminou, em muitos casos, por reduzir a ideia de participação política à ação nestes espaços. Além disto, em que pese os reais ganhos trazidos pela democracia participativa, esta alterou pouco o poder contido nas esferas da democracia representativa.

Em contraposição a ideia de Negri de que não há governo sem movimentos sociais, Žižek afirma exatamente o inverso: “não há movimentos sociais sem governo, sem um poder estatal que sustente o espaço para os movimentos” (2011, p. 376). Ainda que possa parecer a alguns/mas uma análise descabida ou incômoda, do meu ponto de vista ela possibilita entender duas questões anteriormente aqui colocadas e que ficaram em aberto: o aparente paradoxo dos movimentos que fazem política serem nomeados – e agora também automeados – de sociais; e, se o final dos anos 1980 inaugura ou finaliza a década dos movimentos sociais.

Considero que o centro destas questões está na própria concepção e realização do que seja a política. Como afirmei anteriormente, a década de 1990 começa sob o peso da ideia “do fim da história”, história que acabava junto com o muro de Berlim numa aparente vitória definitiva do sistema capitalista como sendo o único modo de vida possível e desejável. Seria, portanto, o fim dos projetos revolucionários restando-nos apenas melhorar as condições de vida existentes no próprio sistema capitalista. Não é à toa que a linguagem da exploração e opressão vai ficando restrita à fala de poucos movimentos, sendo substituída pela nova díade: lá onde havia dominantes e dominados/as passam a existir incluídos/as e

excluídos/as. Portanto, o eixo da ação política torna-se em encontrar os caminhos para que uma quantidade cada vez maior de pessoas possa ser então incluída.

Aqui há para mim uma tensão importante, pois na realidade todos/as estão incluídos/as no sistema capitalista, ainda que os/as denominados/as excluídos/as sejam aqueles/as que fazem “parte de parte alguma”. Se as lutas se dão para inclusão e não destruição do sistema opressor - que ainda creio ser o capitalismo patriarcal racista e heterossexista -, a política passa a ser a administração, a gestão da coisa pública e não mais a disputa de projetos de sociedade em sua radicalidade.

Nesse contexto, a movimentação social passa a se dar basicamente em relação ao Estado dado que a inclusão se dará pela ampliação e garantia dos direitos que, por sua vez, se efetivam através das políticas públicas. E este debate se dá quase que exclusivamente nos espaços institucionais da participação ou é a eles direcionado. Assim há um inegável desinvestimento do espaço da sociedade civil enquanto lócus de luta política-ideológica. Ainda que a conquista de direitos seja fundamental e os espaços institucionais da participação sejam importantes, eles terminaram por ser o espaço principal de “luta” e a defesa da inclusão tem substituído o desejo de revolução.

O desejo de revolução emancipatória requer um projeto de sociedade amplo, realmente capaz de destruir as estruturas e dinâmicas de opressão e exploração. E a movimentação sociopolítica dos anos 1980 demonstrou não haver para tais dinâmicas e estruturas um determinante único. O capitalismo não é apenas um modo de produção que gera antagonismos de classe, é um modo de vida que requer para o seu funcionamento a articulação forte com o patriarcado, o racismo e o heterossexismo. Contudo, o modo como a política foi sendo supostamente substituída pela gestão pública, fazendo com que as demandas por direitos e as políticas públicas delas derivadas fossem cada vez mais setorializadas, ainda que à revelia e com resistências frontais de alguns movimentos, contribuiu para que a ação dos

movimentos sociais terminasse por ser também dominada por essa lógica, ou seja, muitas vezes esses movimentos parecem mais com um grupo de interesses do que com sujeito políticos.

A institucionalidade democrática também foi fortemente afetada por essa lógica em que a disputa política some da cena, e se adentra no reino das opiniões e escolhas. Mesmo havendo um desenho institucional bastante participativo, ele segue sendo insuficiente para tornar a “democracia democrática” – estranha expressão que precisou ser criada para dar conta do que a democracia existente não dava. Acontece que os espaços participativos ao serem compostos a partir de algum princípio de paridade escondem que se naquele espaço e tempo específicos todos/as são iguais, nas reais condições de espaço e tempos da vida cotidiana essa igualdade se desfaz. Na verdade, há desigualdades imensas que não são de modo algum equalizadas pela simples possibilidade de participação. Os exemplos são muitos e evidentes, mas basta pensar se uma mulher negra representante de um movimento popular no Conselho Nacional das Cidades, com duas filhas pequenas e morando no Piauí está em uma situação de igualdade real de participação política com um homem branco representante do Sindicato das Empresas de Construção Civil no mesmo Conselho.

Esta desigualdade estrutural fez com que os movimentos sociais a partir da década de 1990 concentrassem seus esforços para formar tecnicamente os seus quadros de modo que eles/as minimamente pudessem entender as lógicas das políticas e da administração públicas. E assim, não mais houve tempo para o “ver, julgar e agir” que marcou politicamente a formação destes movimentos.

Contudo, por mais esforços e compromisso que os movimentos sociais tenham com suas causas, a lógica dominante oculta a si mesma e os coloca diante de escolhas que se dão a partir de suas próprias coordenadas, que variam em uma infinidade de limitações e contingências, explicações racionais e razoáveis. Não há, no discurso estatal, em geral, demandas ilegítimas; apenas impossibilidades de realizá-las. Assim, além das escolhas não

serem exatamente livres, por virem previamente determinadas, os mecanismos da democracia nas sociedades desiguais terminam por fazer a tradução de todo antagonismo em agonismo, no sentido de não se tomar o adversário como aquele que se quer destruir, mas sim uma disputa baseada na legitimidade dos argumentos e nas regras que fazem com que os/as opositores partam do mesmo ponto em comum. A questão que fica é: como em uma sociedade de antagonismos tão evidentes pode haver algum ponto em comum entre, por exemplo, o movimento feminista e os fundamentalistas religiosos?

Com isto não estou querendo afirmar que a luta dos movimentos sociais por direitos e por processos democráticos foram em vão. Reconheço as imensas conquistas que levaram a mudanças fundamentais nos modos de vida. Entretanto, tais conquistas não alteraram as estruturas da dominação.

Um bom exemplo disto é a análise que Žižek faz, baseando-se em Jean Claude Milner, sobre a forma como os novos direitos que surgem a partir do ideário de Maio de 1968 - e que naquele momento tinham o potencial de provocar uma real distribuição de poder; estando hoje garantidos em muitos casos, mas simplesmente como permissões e não como direitos. Essa é uma distinção importante, dado que o direito para se efetivar implica em mais acesso ao poder para quem não o tinha e, conseqüentemente, uma perda de poder por parte de quem já o detinha. Já a permissão não possui tal requerimento uma vez que a posição de dominação é quem a pronuncia. Milner afirma que tais permissões “contribuem para tornar a vida mais fácil. Isto é muito, mas não é tudo”³³ (Milner *apud* Žižek, 2009, p.59).

É no espaço que se abre entre o “muito” e o “tudo” que a política, compreendida como projeto de mundo, pode ressurgir ou sumir de vez. Se anteriormente apresentei como paradoxo o fato de que sujeitos que fizeram a ação política dos anos 1980 foram e seguem sendo chamados de movimentos sociais, foi por considerar que a

³³ Tradução livre

cisão entre o que é da dimensão social daquilo que pertence à esfera política é uma operação ideológica que tenta estancar o tempo da história, como algo que continua e se desdobra em seus efeitos para além da linearidade cronológica. Não há ação política transformadora que se inicie fora do fluxo cotidiano da vida. É do descontentamento com o presente e a certeza de que há futuro que todo projeto político se forma.

Os movimentos que ressurgiram nos anos 1980 fizeram uma grande revolução na concepção do que eram os temas e as questões de interesse público. Trouxeram para a política a vida real. Entretanto, algo se perdeu no caminho, no emaranhando de lógicas tecnicistas, regras do jogo, formalidades da democracia. Por isso questionei se o final dos anos 1980 havia terminado ou começado a década dos movimentos sociais. Penso que, se tomarmos o tempo como *Kairós*, esta talvez nem seja sequer uma questão, dado que os movimentos sociais e sua ação política seguirão na indeterminação do tempo, do momento certo, do acontecimento.

Assim, os movimentos sociais no tempo e os tempos dos movimentos sociais se expressam na medida em que forem preenchendo a distância ente o muito e o tudo. E para isso não há uma métrica, pois como nos diz Žižek:

Uma revolução política autêntica não pode ser medida pelo padrão de serviços de bens (até que ponto a vida ficou melhor para a maioria), ela é um alvo em si, um ato que muda o próprio conceito do que é uma boa vida e um padrão de vida diferente (mais elevado afinal) é um subproduto do processo revolucionário e não a sua meta. (Žižek, 2008, p. 496).

Referências

GOUVEIA, Taciana *Repensando alguns conceitos: sujeito, representação social e identidade coletiva*. 1993. Dissertação (Mestrado

em Sociologia) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco

SANTOS, Wanderley Guilherme *O Paradoxo de Rousseau. Uma interpretação democrática da vontade geral*. Rio de Janeiro, Rocco, 2007.

ŽIŽEK, Slavoj. *Visões em paralaxe*. São Paulo, Boitempo, 2008.

_____. *Frist as tragedy, than a farse*. London, Verso, 2009.

_____. *Em Defesa das Causas Perdidas*. Boitempo, São Paulo 2011.

Psicologia social e divulgação científica: rupturas e pontos de contato

Adriano Roberto Afonso do Nascimento³⁴
Universidade Federal de Minas Gerais

Seja porque na nossa própria formação como pesquisadores são desconsideradas as atividades de divulgação não acadêmica do conhecimento, seja porque entendemos que o próprio conhecimento produzido deve se reverter em prática social, tem sido pouco frequente entre nós, psicólogos sociais, as tentativas de divulgar, de uma maneira mais sistemática para um público mais amplo, a nossa produção. Entretanto, tradição mais consolidada entre as Ciências Naturais, o processo de divulgação do conhecimento científico apresenta-se como um campo promissor para a Psicologia Social. Primeiro, porque grande parte das questões envolvidas na divulgação científica já são, há várias décadas, objetos de estudo da nossa área (estratégias discursivas, relações intergrupo, representações sociais, atitudes, entre outros). Segundo, porque um dos pontos que mais tem marcado a divulgação científica corrente é o pressuposto da hierarquia dos saberes. Esse conjunto de motivos parece ser suficiente para demonstrar a complexidade da tarefa de transformar o discurso científico em discurso compreensível para públicos não especialistas. Buscar produzir, a partir dos compromissos científicos e políticos da Psicologia Social, um relato que seja fiel ao rigor da produção científica, apresentando-o como possibilidade interpretativa sobre a realidade e não como a verdade sobre a

³⁴ Departamento de Psicologia e Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais. Endereço eletrônico: nascimento@fafich.ufmg.br. Apoio financeiro: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais/FAPEMIG.

mesma, pode representar um desafio novo à área da Psicologia Social, trazendo contribuições não só para a divulgação da nossa produção, mas para o próprio entendimento dos processos de construção social do conhecimento. Assim, o objetivo desse relato será apresentar algumas questões recorrentes na discussão sobre as estratégias de divulgação científica e, ao mesmo tempo, sugerir caminhos a serem explorados considerando-se as possíveis contribuições que a Psicologia Social pode fornecer a essas questões.

Divulgação, educação, popularização, comunicação, alfabetização, cultura científicas. Esses têm sido alguns dos termos usados para nomear o processo de circulação do conhecimento científico para além dos círculos mais restritos de sua produção. Certamente a variação desses termos reflete a diferença de pressupostos que justificam o reconhecimento da necessidade de se fomentar tal circulação. A rigor, o ponto central para tal variação é a crença nas características do público ao qual serão dirigidas as informações provenientes do campo científico. De um lado, está a percepção do público “passivo”, que deve ser educado e alfabetizado. Do outro, o reconhecimento da atividade do receptor (cultura, comunicação). Variando de um polo ao outro, segundo quem o utiliza, está o termo divulgação. Optamos nesse relato pela utilização desse termo e esperamos que, aos poucos, o sentido que atribuímos a ele se torne mais claro.

Inicialmente, é preciso reconhecer que é grande o número de propostas de divulgação científica, em diferentes áreas, estruturadas considerando o que se tem chamado “modelo do déficit” (Sabbatini, 2004; Moreira E Massarani, 2002). Segundo esse modelo, haveria, entre os cientistas e o público leigo em ciência, uma quantidade desigual de informações científicas. Seria, então, função da divulgação científica reduzir essa desigualdade. Entretanto, é evidente que tal modelo exige a consideração tanto dos cientistas quanto do público como grupos diferentes, mas internamente homogêneos. Na verdade, como admite Lévy-Leblond (2006), “nós, cientistas, não somos basicamente diferentes

do público, salvo no campo bem delimitado da nossa especialização” (p. 32).

Apesar dessa constatação, ainda é bastante difundida socialmente a ideia de que o grupo social, real ou imaginário, constituído pelos cientistas possui elevado nível intelectual e estaria, portanto, apto a fornecer informações confiáveis sobre vários assuntos inacessíveis aos homens e às mulheres “comuns”. Essa ideia, sem dúvida, é fortemente reiterada pelos meios de comunicação.

A veiculação de notícias sobre descobertas científicas, e seus possíveis desdobramentos, ocupa grande parte do espaço destinado aos assuntos científicos nos *media*. De forma recorrente, essa veiculação, que segue a ordem da publicização de “acontecimentos” (Guimarães, 2001), apresenta essas mesmas descobertas em reportagens que tendem a mistificar o próprio trabalho científico, desconsiderando o contexto mais geral e, sobretudo, enfadonho do cotidiano da pesquisa e apresentando a ciência como espetáculo (Pechula, 2007). Associado a isso, a produção corrente desse material que objetiva a divulgação científica não considera que

um enunciado científico não pode ser verdadeiro ou falso, mas apenas verdadeiro *se...* ou falso *mas...* A ciência não produz verdades absolutas e universais; de preferência, ela fornece enunciados condicionais, e sua força vem precisamente de sua capacidade de definir suas condições de validade (Lévy-Leblond, 2009, p. 220-221).

O ocultamento desse condicional característico de toda produção científica gera, na construção de vários relatos de divulgação, um grave problema de “generalização” de resultados que, de fato, são parciais e provisórios. Essa “generalização” sugere (ou procura sugerir) que a ciência sempre busca e encontra respostas definitivas para problemas de campos tão variados como a física nuclear, a genética e a geologia.

De forma complementar, mesmo a proposição das questões a serem investigadas, ou, mais especificamente, a identificação da

importância científica de cada uma dessas questões, segue uma lógica que, muitas vezes, não corresponde aos interesses mais imediatos de uma comunidade e reafirma a diferença intelectual entre os “sábios cientistas” e o “povo inculto”. Nesse sentido, não é raro que somente aqueles objetos que despertam algum interesse de grupos específicos, entre eles os religiosos, mereçam um maior acompanhamento da mídia. É o caso, por exemplo, das pesquisas com a utilização das células-tronco.

Nesse ponto, talvez valha a pena considerarmos que uma simples olhadela em algumas revistas brasileiras que se propõem à divulgação científica (Pesquisa FAPESP, Ciência Hoje e Scientific American Brasil) pode nos fornecer algumas informações sobre o lugar que a psicologia, como campo específico, ocupa, ou não ocupa, nessa discussão. Seguindo a tendência, já referida, do acontecimento/descoberta, quase todas as matérias veiculadas atualmente sobre comportamento nessas revistas provêm das neurociências. Tal fato nos obriga a considerar que podemos ver acirrada, cada vez mais, a percepção simplista de que a uma ciência do cérebro/comportamento (neurociência) contrapõem-se uma análise opinativa sobre o humano (psicologia).

O que me parece mais urgente nesse contexto é saber se estamos preparados para reverter esse quadro, ou se temos a intenção de fazê-lo. Se a resposta for afirmativa para as duas questões, é urgente que comecemos a admitir a importância de uma divulgação mais adequada para a produção na nossa área. Poderíamos, por exemplo, reconhecer que a aprendizagem dos procedimentos de divulgação de resultados de pesquisa deve fazer parte da própria formação dos pesquisadores em psicologia.

Contudo, é sintomático que poucos manuais sobre métodos de pesquisa publicados no Brasil concedam algum espaço ao problema da divulgação dos resultados, seja nos veículos tradicionais para esse tipo de divulgação (artigos, capítulos e livros), seja naqueles dirigidos ao público não especialista. Mesmo em Psicologia Social, e não há motivos para pensarmos que deveria haver aqui alguma diferença, o próprio incentivo à prática de devolução dos resultados às comunidades pesquisadas

raramente é acompanhado do reconhecimento de que aquilo que deve ser apresentado precisa, necessariamente, sofrer adaptações segundo as características socioculturais da audiência. De fato, essa é uma das questões centrais para a divulgação científica.

Objeto da crítica dirigida aos jornalistas que escrevem sobre ciência, acusados recorrentemente de deturparem informações, por falta de conhecimento mais profundo da área sobre a qual escrevem ou por procurarem tornar a informação mais palatável para o grande público, os problemas relativos à veiculação de resultados de pesquisas científicas para um público diferente daquele formado pelos pares, não cessam pelo simples fato do próprio pesquisador assumir a tarefa dessa veiculação. Nesse sentido, mesmo em relação a esse último caso, talvez se deva mesmo reconhecer, como sugere Muller (2002), que esse processo de tradução da linguagem científica está sempre sujeito a algum grau de distorção, não importando por quem ele é efetuado.

De forma mais precisa, seria adequado considerarmos que não se trata especificamente de distorção, mas sim de reconfiguração da forma e do conteúdo da mensagem em sua migração para um novo contexto de comunicação. Essa reconfiguração, analisada, entre outros, por Moscovici (1978), no estudo sobre as Representações Sociais da Psicanálise, pode ser entendida como típica da circulação de saberes entre grupos sociais. Assim, tanto em relação à tradução da linguagem científica por cientistas, que, é claro, também integram outros grupos sociais, quanto às diferentes recepções da mensagem segundo os contextos social, psicológico e cultural de destino (Jovchelovitch, 2008), podemos considerar que “as diferenças entre as intenções da fonte e os efeitos da audiência em processos comunicativos são culturalmente significativas e não simplesmente indicadoras de um manejo deficiente da comunicação.” (Bauer, 1999, p. 252)

Fica evidente aqui que a complexidade dos processos acima mencionados aponta para a impossibilidade de mantermos a “pureza” da linguagem científica, como gostariam alguns divulgadores, mas dá à ciência e ao seu discurso, pelo menos a

princípio, o mesmo status de outros saberes que circulam socialmente.

Seria, então, no contexto mais específico de interação desses saberes que deveríamos a encarar a divulgação científica como atividade constituinte da formação dos pesquisadores em Psicologia e em Psicologia Social.

A partir dessa pequena introdução, gostaria de apresentar algumas questões mais específicas e proposições que penso merecerem ser consideradas naqueles projetos que se proponham ao desafio da divulgação científica da Psicologia e, mais especificamente, da Psicologia Social.

Por que divulgar?

A maior parte das pesquisas científicas realizadas no Brasil é financiada com dinheiro público. A divulgação dos resultados dessas pesquisas para uma maior quantidade de pessoas, além de permitir uma maior visibilidade desse tipo de investimento, pode servir como uma espécie de prestação de contas da utilização desses recursos (Oliveira, 2001). No caso específico das Ciências Humanas e Sociais, a divulgação científica seria também uma variante mais amplificada do retorno dos resultados às comunidades investigadas, possibilitando que os dados provenientes dessas investigações pudessem circular para além dessas mesmas comunidades.

A hierarquização do saberes.

Pensar em formas de divulgação científica que não reiterem a hierarquização dos saberes que circulam socialmente parece ser, na prática, um grande desafio para os projetos de divulgação científica, sobretudo porque mostrar a especificidade do conhecimento produzido no campo científico sem os qualificativos de melhor ou pior na comparação com outras formas de

conhecimento pode remeter a uma ideia de “vale tudo”, que, mais do que contribuir para o esclarecimento da dinâmica cotidiana da circulação de informações, obscurece o real avanço que a ciência tem proporcionado, por exemplo, em áreas como a dos direitos humanos. No campo mais amplo do conhecimento científico, a própria diferenciação entre as ciências “moles” e “duras” embaça, com a utilização de um único critério de hierarquização, as especificidades oriundas de diferentes pressupostos, objetos e métodos de investigação.

A hierarquização das psicologias.

As mesmas referências que servem para o questionamento da hierarquização dos saberes devem ser usadas para se questionar a hierarquização das psicologias. Aqui, como antes, vale a seguinte afirmação de Bourdieu (1983): “os conflitos epistemológicos são sempre, inseparavelmente, conflitos políticos” (p. 124). Considerar as diferenças entre as diversas áreas da psicologia também segundo seus interesses políticos não significa desprezar outros elementos fundamentais na construção e na manutenção dessas diferenças. Um projeto de divulgação científica que se propusesse à veiculação de informações sobre os diferentes discursos *psi* deveria, primeiramente, explicitar o lugar/área de onde se fala para, só então, no reconhecimento das limitações e potencialidades desse lugar, procurar veicular o discurso do outro privilegiando a sua perspectiva. É certo que tal ideal talvez fosse facilitado por uma formação que permitisse o exercício dessa mudança de perspectiva.

Formar pesquisadores/divulgadores

Com frequência, vemos psicólogos(as) sendo convidados pelos jornais para “analisar” as mais diversas situações. Também é frequente sentirmos certo mal-estar ao constatarmos que esses(as) profissionais muitas vezes aceitam esses convites para emitir opiniões. Talvez seja hora de investirmos mais sistematicamente

na nossa preparação para lidar de uma forma mais qualificada com os meios de comunicação. É indiscutível que alguém que realiza pesquisas sobre determinado tema possui mais condições de dar informações precisas sobre ele. Entretanto, é recorrente a queixa, por parte dos jornalistas, de que esses pesquisadores são inacessíveis ou são, o que é pior, “inadequados”. “Inadequados” porque não conseguem abrir mão do jargão científico. “Inadequados” porque não sabem ser diretos e concisos. O exercício de divulgação científica, ou seja, aprender a traduzir o jargão científico para outro contexto precisa deixar de significar retrocesso, simplificação, banalização. Ele não é um passo atrás. É um adiante. Ele não deve ser um monólogo.

Apostar na divulgação científica como diálogo.

Entender a divulgação científica como um diálogo pressupõe que reconheçamos a legitimidade do interlocutor. Implica na aceitação condicional daquilo que também é divulgado pelo outro e no entendimento de que a aceitação do outro também é sempre condicional.

Procurei aqui, certamente de um modo muito inicial e exploratório, apresentar algumas questões que têm norteado meus trabalhos, também iniciais, no campo da divulgação científica da Psicologia. Coordeno, há aproximadamente dois anos, um programa na Rádio Universitária da UFMG intitulado “Fora do ar: divulgando a psicologia no seu dia a dia”. É no processo de produção desse programa que tenho conseguido perceber, também na prática, a complexidade e as potencialidades do trabalho de divulgação científica.

Referências

- Bauer, M. (1999). A Popularização da Ciência como Imunização Cultural: a função de resistência das Representações Sociais. In: P. Guareschi; S. Jovchelovitch (Orgs.). *Textos em Representações Sociais*. 5ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 229-257.
- Bourdieu, P. O Campo Científico. In: R. Ortiz (Org.). *Pierre Bourdieu - Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.
- Guimarães. E. O acontecimento para a grande mídia e a divulgação científica. In: E. Guimarães (Org.). *Produção e Circulação de Conhecimento: Estado, Mídia, Sociedade*. Campinas: Pontes, 2001. p. 13-20.
- Jovchelovitch, S. *Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura*. Tradução de P. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2008.
- Lévy-Leblond, J. M. Cultura Científica: Impossível e Necessária. In: C. Vogt (Org.). *Cultura Científica: Desafios*. São Paulo: EDUSP, 2006. p. 28-43.
- _____. *A velocidade da sombra nos limites da ciência*. Tradução de M. I. Ferreira. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.
- Moreira, I. C.; Massarani, L. Aspectos históricos da divulgação científica no Brasil. In: I. C. Moreira; L. Massarani; F. Brito (Orgs.). *Ciência e Público: caminhos da divulgação científica no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Ciência - Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da UFRJ; Fórum de Ciência e Cultura, 2002. p. 43-64.
- Moscovici, S. *A Representação Social da Psicanálise*. Tradução de A. Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- Mueller, S. P. M. Popularização do conhecimento científico. *DataGramZero- Revista de Ciência da Informação*, v. 3, n. 2, p. 1-8. 2002. Disponível em: http://www.dgz.org.br/abr02/Art_03.htm. Acesso em: 20 set. 2008, 15:00:00.

- Oliveira, F. Comunicação pública e cultura científica. *Parcerias estratégicas*, v. 13, p. 201-208. 2001. Disponível em: <http://ftp.mct.gov.br/CEE/revista/parcerias13/10.pdf>. Acesso em: 20 set. 2008, 15:00:00.
- Pechula, M.R. A ciência nos meios de comunicação de massa: divulgação de conhecimento ou reforço no imaginário social? *Ciência&Educação*, v. 13, n. 2, p. 211-222. 2007.
- Sabbatini, M. Alfabetização e Cultura Científica: conceitos convergentes. *Ciência e Comunicação*, v. 1, n. 1, p. 1.1-1.14. 2004. Disponível em: http://www.jornalismocientifico.com.br/revista1artigomarcelo_sabbatini.htm. Acesso em: 24 set. 2008, 15:00:00.

Parte 2

Desfocando para ver melhor

História da psicologia no projeto educacional dos primórdios da Primeira República

Francisco Teixeira Portugal e Leonardo R. Gonçalves de Oliveira³⁵
Universidade Federal do Rio de Janeiro

A história das relações entre a psicologia e a educação no início da Primeira República brasileira aqui apresentada centra-se na análise da Revista Pedagógica (RP), publicação editada pelo Pedagogium entre 1890 e 1896. A orientação presente no periódico fazia da educação a condição para o aprimoramento do país por constituir-se como instrumento político capaz de conduzir ao aperfeiçoamento pessoal e social. A psicologia deveria revelar os modos de funcionamento do psiquismo e sustentar parte da prática pedagógica. O discurso psicológico foi naturalizante e operacionalizou uma forma de governo em que a ação sobre o indivíduo levaria à ordem social.

Nesse período em que seria excessivamente impreciso falar de uma psicologia social já instituída, houve, contudo, um investimento na psicologia como instrumento de ordenação social e uma reflexão das determinações sociais do próprio psiquismo. O livro *Pensar e dizer* de Manoel Bomfim (1923), diretor do Pedagogium durante a maior parte de sua existência, constitui um exemplo eloquente desse tipo de reflexão. Atualmente, após quase um século de psicologia social, habituamo-nos a pensar sua história como a narrativa de um objeto integralmente constituído cuja trajetória devemos remontar. A psicologia social concebida dessa forma está geralmente preocupada com sua formação como

³⁵ Francisco Teixeira Portugal, UFRJ, fportugal@ufrj.br; Leonardo R. Gonçalves de Oliveira, UFRJ, leonardorgo@gmail.com.

disciplina ou como ciência. Daí os recorrentes apelos a crises como recurso para mudança de seu curso.

Os problemas surgem para os que se ocupam da história da psicologia no momento em que selecionam (como é nosso caso) um período anterior ao que se convencionou chamar hegemonicamente psicologia social e contextos em que as universidades, os centros de pesquisa e as formas de valorização dos saberes instituídos não eram disseminadas e consolidadas como o são atualmente. Deparamo-nos na análise da RP com duas dificuldades.

A primeira diz respeito à ausência, naquele período, de uma psicologia social consensual. Como falar de psicologia social sem uma imagem já reproduzida e circulando entre grupos sociais determinados? O trabalho do historiador, mesmo do que se considera um historiador da psicologia social, não se limita a indicar alguma das imagens da psicologia social e dizer como ela esteve presente ou ausente do arquivo histórico selecionado. Importa, em um exercício genealógico, investigar as proveniências. Assim, em lugar de me prender à busca de uma protociência procurarei indicar as funções atribuídas à psicologia nas alianças que fez com a educação. Tal procedimento visa tão somente mapear alguns dos investimentos sociais que forneceram consistência para a psicologia no momento mesmo em que ela aflorava como nova ferramenta de transformação social.

O segundo relaciona-se às diferenças entre a circulação de um saber como a psicologia nos países em que instituições com grande influência na gestão social como as universidades e centros de pesquisa eram atuantes e o Brasil em que esse tipo de instituição não exercia seu poder instituinte do mesmo modo. Não pretendo fazer a história da emergência teórica ou institucional de alguma das formas de psicologia social da atualidade: psicologia social discursiva, cognitiva, comunitária, crítica, construcionista, representações sociais, etogenia, sócio-histórica, paulista, da libertação, política etc. O caminho escolhido foi avaliar, na produção discursiva da RP, a presença de argumentos que

atribuíam à psicologia uma função social e indicar a forma como essa função poderia ser implementada.

***A Revista Pedagógica*³⁶ e o Pedagogium**

A elaboração de um sistema nacional de ensino foi uma preocupação dos governos nas últimas décadas do Império e nas primeiras décadas da Primeira República ainda que, no final do século XIX, já estivesse configurado um controle municipalizado da instrução pública (Saviani, 2008). De um modo geral, coube às províncias até 1889 e, a partir daí, aos estados a efetivação da instrução pública. Apesar da difusão dessa leitura histórica, houve ações centralizadoras como a criação do Pedagogium, instituído em 1890 pela Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos cuja finalidade era ordenar a instrução pública e servir como “uma referência e modelo para a nação” (Gondra, 1997, p.377).

A história do Pedagogium, instituição marco dos projetos de educação da Primeira República do Brasil, é pautada por um desequilíbrio nas fontes documentais de que dispõem os pesquisadores. Seu período de existência – de 1890 a 1919 – pode ser dividido em duas partes no que toca a seus propósitos, a seu alcance e ao tipo de fonte documental disponível para construir sua história.

A primeira parte recobre o período de 1890 a 1896, época em que a instituição preencheu a função de Museu Pedagógico pretendendo cumprir, grosso modo, o ideal republicano de promover, pela ação do Estado e por meio de sua elite ilustrada, o progresso, a civilização e a modernidade para população brasileira (Carvalho, 2001).

³⁶ Para escrita deste texto vali-me, na parte relativa à Revista Pedagógica, de uma versão preliminar elaborada por nós e publicada no periódico Mosaico, volume 4, número 1, 2010, ISSN 1982 5471.

Nesse período a instituição contou com a RP (1890 a 1896) como órgão difusor oficial de suas atividades, foi o centro da atuação federal para a instrução pública e teve como diretor Dr. Joaquim José Menezes Vieira. Os 48 números da Revista Pedagógica constituem um farto material de investigação sobre o funcionamento do Pedagogium e da educação nos anos iniciais da República, além dos relatórios ministeriais e outros documentos acessíveis nos acervos históricos.

O período seguinte recobre os anos de 1897 a 1919, data de seu fechamento. Esse recorte é marcado por uma significativa diferença no que toca à documentação disponível, assim como a seu alcance e propósitos. Em 1896 o Pedagogium, por um ato do Governo implementado somente em 1897, restringe sua atuação ao âmbito municipal e a RP vê chegar seu fim sem que conheça um substituto à altura. O periódico Educação e Ensino - Revista Pedagógica da Instrução Pública Municipal do Distrito Federal apresentado como sucessor não cumpre esse papel. O Pedagogium, nesse novo formato, passa a ser dirigido por Manoel Bomfim, cargo que ocupará com algumas interrupções até o fechamento da instituição.

Como o acervo do Pedagogium tem destino desconhecido até o momento a Revista Pedagógica figura como material precioso para sua história entre os anos de 1890 e 1896.

A RP surgiu com o propósito, presente em seu regimento, de constituir-se como catalisadora das mudanças necessárias à instrução nacional. Dando um caráter prático a essa proposta o museu pedagógico buscava oferecer aos professores de instituições de ensino públicas e não-públicas instrumentos atualizados para realização de sua atividade profissional. Dessa forma, a RP figurava como um esforço relevante de transformação do cenário educacional no início do período republicano juntamente com alguns outros dispositivos como exposições anuais, escola primária modelo, concurso para livros.

Restringimo-nos, neste momento da pesquisa, a mapear as atribuições da psicologia presentes na publicação. A RP é

especialmente interessante pela heterogeneidade dos textos nela publicados. Esta variedade incluía decretos, homenagens, necrologias, traduções de textos considerados relevantes para o aperfeiçoamento dos professores, relatos de visitas a escolas de diferentes países, propostas pedagógicas e bibliografias em que livros eram comentados³⁷. Dessa forma, o arquivo de que nos valemos circulou por meios bastante diversificados, envolvendo desde a impressão de ações do Estado como os decretos até recomendações para as famílias como o livro das mães da seção denominada Pedagogia. Tal situação é vantajosa porque a análise destes documentos evidencia a polifonia dos agentes sociais, do legislador ao professor na sala de aula.

Como esse texto apresenta uma pesquisa em curso, voltaremos nossa atenção especialmente ao arquivo, descrevendo-o e fornecendo alguma inteligibilidade. Ainda que corra algum risco com essa opção, evitamos impor uma abordagem teórico-metodológica muito bem articulada que acaba por tornar invisível os desvios de que Certeau (2000) nos alerta ser uma prática historiográfica. Deixaremos para outro momento o debate historiográfico.

Da criança à humanidade: natureza humana e regulação social

O “entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico” foi situado por Nagle (1976) nas décadas finais da Primeira República, todavia há na RP a defesa da “Pedagogia Moderna” que faria uso do “método racional e progressivo” para implementação da educação. Tal método seria construído pela observação de seu objeto de estudo, ou seja, pela “observação da natureza humana”.

Restritos aos textos de nosso arquivo, é visível a proposta de reformar a educação tanto pela atualização dos métodos de ensino fundados nas “leis elementares do desenvolvimento infantil”, quanto pela retificação dos currículos escolares. O novo currículo

³⁷ Uma descrição detalhada da estrutura da Revista Pedagógica encontra-se em Gondra (1997, 2002).

deveria ressaltar a utilidade prática dos conhecimentos habilitando o aluno a “caminhar por si”, excluindo “todas as doutrinas puramente teóricas e de nenhuma utilidade prática, ou que só tenham importância para especialistas.”³⁸

A psicologia foi um dos meios privilegiados de realização dessa proposta prática de ensino. A “descoberta” de uma natureza da criança veio em auxílio de um projeto de ordenação social operado pela educação. “A marcha do ensino é regulada pelo desenvolvimento gradual das faculdades e a formação natural dos conhecimentos” e “a falta de ordem metódica leva necessariamente a confusão ao seu espírito”. Caberia ao educador conhecer os atributos e os funcionamentos da criança para elaborar o projeto pedagógico. Tal espírito, que algumas décadas antes remetia a uma concepção mais marcadamente religiosa (Alberti, 2003), começa a circular em um novo campo semântico que envolve uma “mentalidade infantil”, “leis elementares do desenvolvimento infantil”, “energia mental”, “leis da mentalidade infantil”, “espírito da criança”, “educação do espírito”.

Constata-se, nesse deslocamento, uma evidente consequência política do processo de psicologização da pedagogia. A defesa do método pedagógico, dito moderno nas páginas da RP, em oposição ao antigo, não decorreu somente de maior domínio técnico propiciado pela psicologia. Processo tributário de uma maior aproximação dos novos métodos à racionalidade da ciência moderna, especialmente pela infiltração da psicologia como saber prático (entendida como ciência do espírito, das energias mentais ou da mentalidade infantil) no saber pedagógico. O ponto a ser salientado é que tal racionalidade engendrou também um indivíduo cuja formação fez da prática pedagógica um instrumento político forte.

A ideia de pedagogia como instrumento político foi relacionada nas páginas do periódico às “leis naturais da ordem na

³⁸ Para que não ficarmos repetindo a referência a todo momento, informamos que todas as passagens entre aspas constituem citações da Revista Pedagógica. A grafia dos textos citados foi atualizada.

humanidade". Em consonância com o evangelho positivista registrado no lema "ordem e progresso" de nossa bandeira, a ideia de "ordem" foi concebida como necessária ao desenvolvimento do indivíduo e, conseqüentemente, à "reorganização social", pois a sociedade também era entendida como um grande organismo formado por indivíduos-células. Nesse contexto, o povo pouco instruído constituía uma sociedade desorganizada, incapaz de governar-se e, portanto, incompatível com o sistema republicano, sendo papel da escola sanar esse problema. Nesse sentido, o objetivo da aliança entre a escola e a república não se traduzia em simplesmente dar voz à vontade do povo, mas principalmente aproximar-se da ideia utópica de uma "ditadura científica", isto é, dar voz à ciência por meio de um povo bem instruído. Entenda-se por povo bem instruído aquele que aceita as "leis naturais da ordem na humanidade" e a intervenção de especialistas em suas práticas cotidianas.

A educação da criança é o caminho para a democracia, o ideário liberal da representação (Nagle, 1976, p. 97) está presente na seguinte passagem: "O nosso povo ainda por instruir merece-nos o respeito devido à criança que nos é sagrada pela sua inocência". Sendo assim, guardada as devidas diferenças conceituais, as "leis universais da ordem na humanidade" estariam para o povo como "as leis da mentalidade infantil" estariam para a criança.

Esse esforço de ordenação de uma população heterogênea e pouco educada apresentava-se como argumento para difusão da educação. A novidade foi a presença de um vocabulário psicológico que não apenas tinha valor instrumental como também inventava uma nova natureza para a infância e para o homem: "É necessário saber esperar o momento preciso para dar impulso às forças naturais da infância confiada a vossos cuidados, e não perder a oportunidade de inocular ideias e conhecimentos em cérebros juvenis no instante favorável à sua assimilação" ou "a massa da população não se achava com o preparo preciso para tomar a direção de seus negócios e muito menos para desempenhar os árduos deveres sociais, que exigem um preparo científico ou literário embora pequeno". Esse imperativo de

conduzir e corrigir favoreceu, portanto, a uma maior atenção em relação aos estudos da psicologia.

A visão tutelar da educação conectava-se com a concepção que se tinha do povo brasileiro como naturalmente dócil, bom e ingênuo como explicitado anteriormente na comparação feita entre o povo e a criança: “O povo, embora inculto, é simples e benévolo”.

Essas ideias permearam os discursos a respeito do projeto de nação brasileira na recente república, e a aliança entre a escola e o governo baseou-se na capacidade da primeira de “dar subsídios para o povo poder governar-se melhor”, de afirmar a unidade nacional por meio da transmissão do amor à pátria ou de fazer a nação “responder melhor às crises de um mundo cada vez mais complexo”.

Por isso, não raramente a educação e o professor eram apresentados como servidores da pátria pelo poder de fazer da escola um dispositivo propagador da recente república. Assim, “a execrável ignorância em reduto secular, engrossando cada vez mais seus exércitos de escravos, oferecia e ainda oferece resistência efetiva e contumaz a felicidade da pátria”.

A psicologia como saber prático para a pedagogia

A relação entre educação e desenvolvimento do indivíduo foi estabelecida por meio de uma diferenciação entre as concepções de “educação material” e de “educação formal”. A primeira foi concebida como a mera transmissão de conhecimentos enquanto a segunda envolvia o desenvolvimento de faculdades do espírito e do corpo o que incluía a força e a destreza física, a inteligência e a moral. A “educação formal” seria dirigida aos “prejuízos existentes no meio ambiente, às predisposições e heranças para defender o organismo das crianças contra a ação perniciosa dos primeiros ou estimular, modificar e corrigir ou extirpar as segundas”. A “educação formal” aproximava-se da ideia de desenvolvimento individual ultrapassando a transmissão de conhecimentos própria à “educação material”. A “educação

formal” abrangeria o cultivo de “bons-hábitos”, potencializaria a educação pela ação sobre o ambiente em função de um conhecimento das tendências e dos traços herdados. Ela levaria a “um desenvolvimento integral e harmônico de forças e de faculdades da alma e do corpo” ou permitiria desenvolver “em cada indivíduo toda a perfeição de que é suscetível” ou, ainda, “contrair bons hábitos e em dirigir a vontade para o bem”.

A participação da psicologia na educação ocorre pela objetivação de categorias como “hábitos” e “faculdades da alma” e ordena ações cotidianas do funcionamento escolar. A prescrição para que se adote o registro de observações psicológicas (“atenção, memória, som, expressão das emoções, caráter, inteligência, resistência ao trabalho intelectual e excentricidades”) dos alunos do jardim de infância em uma folha biográfica orienta a atenção do professor e gera material para novas análises.

O indivíduo como unidade de análise e intervenção esteve presente nesse projeto ordenador ao ser produzido um discurso sobre os desviantes (indivíduos com “inteligências refratárias” e deficientes físicos como cegos e surdos-mudos). Esse discurso foi outro importante elemento de articulação entre a história da psicologia e da pedagogia. Seu eixo consistia na ideia de bom funcionamento individual e social ditado, no âmbito individual, pela “natureza humana” e, no âmbito social, pelas “leis naturais da ordem na humanidade”. Assim, a educação deveria aproximar o máximo possível os indivíduos-células dessa norma natural para assim conseguir superar supostos defeitos “de constituição” e conseguir um melhor funcionamento do organismo social.

A divergência a respeito de como esse objetivo poderia ser alcançado de forma mais efetiva nos casos de indivíduos desviantes, gerou práticas divergentes. É possível encontrar textos onde se prescrevem estabelecimentos especiais para crianças “pouco desenvolvidas ou desequilibradas”, “idiotas” ou de “inteligências refratárias” sob a alegação de que estas crianças perderiam “capacidade mental” ao frequentarem uma escola regular ou não especializada. Por outro lado, encontra-se também a orientação de que se adapte a escola regular ao cego, propondo

que os professores aprendessem braile e fizessem tantas perguntas ao aluno cego quanto ao vidente, sob a alegação de que a escola primária deveria ser “a sociedade em miniatura” e que, com a socialização do cego desde pequeno, ele não se tornaria “um inútil, um imprestável” na sociedade.

Essa divergência é bem retratada em um debate em relação à adoção da “linguagem de sinais” ou da “linguagem articulada” para os surdos-mudos. Os defensores da linguagem articulada, ou seja, os que apoiavam o uso da leitura labial e da articulação de sons mesmo para surdos-mudos de nascença alegavam que “a única maneira de trazer o surdo-mudo para a sociedade, era ensinando-os a ler e se expressar verbalmente”. Em contraposição, os defensores na linguagem de sinais alegavam que o método da linguagem articulada seria excludente, pois seria contraindicado para surdos-mudos de nascença que teriam enorme dificuldade em reproduzir sons que nunca ouviram.

Porém, apesar do discurso a respeito da existência de uma norma natural para o homem e para a humanidade que deveria ser confirmada pelo avanço das ciências, o calor dos debates deixava de lado esse procedimento metódico e a norma era frequentemente obtida pela referência a países como Alemanha, França e EUA. No debate sobre as vantagens da linguagem de sinais ou articulada, por exemplo, usava-se como argumento decisivo o fato de um método ser utilizado pela França (linguagem de sinais) ou pela Alemanha (linguagem articulada).

Não raramente, as ideias relacionadas ao “desenvolvimento de faculdades do espírito” aparecem relacionadas a consequências morais positivas e em benefícios para a sociedade. Para exemplificar, um método frequentemente citado como meio eficaz para atingir os objetivos da educação formal é o “Trabalho Manual”, método que consiste na fabricação de objetos como bancos e cestos. Entre as recomendações, observa-se uma preocupação em favorecer a coletividade a partir da ação sobre os indivíduos.

O nexo entre as ideias de desenvolvimento individual e desenvolvimento social pode ser mais claramente entendido à luz da noção, já apresentada anteriormente, de organismo social formado por indivíduos-célula.

Comentando uma reforma escolar na Argentina, seu autor chama a atenção para a importância do âmbito individual e social na existência de um ser humano e para a necessidade de intervenção da educação que deveria “preparar os seres humanos de tal modo que possam cumprir seu tríplice fim comum na existência individual, social e universal”. Assim, as chamadas “predisposições e heranças” da criança desencadeariam uma sequência de consequências que atravessariam o desenvolvimento individual rumo à “vida coletiva” até atingir o objetivo último que seria a instituição do “império da fraternidade universal e da civilização”. Ou seja, a educação deveria gerar “confiança no auxílio próprio” e, ao mesmo tempo, deveria “estimular os sentimentos superiores altruístas por meio da simpatia, desenvolvida gradualmente na vida coletiva em favor do desenvolvimento intelectual e estético e em favor da tendência histórica da humanidade até a extirpação de toda a injustiça e barbárie e ao império da fraternidade universal e da civilização”.

Quando se evoca uma “tendência histórica” ou “tendência natural” da humanidade o sentido da proposição *retificar as “predisposições e heranças” das crianças* é significativamente alterado. O novo sentido, ao reorientar um indivíduo para um “caminho correto”, não implica questionar os problemas referentes ao livre-arbítrio, já que ele não foi imposto de forma arbitrária nem resultou do exame de consciência. O caminho “natural” funciona como a estrela guia fornecendo parâmetros para a conduta das crianças, dos adultos e dos educadores. O deslocamento semântico diminui a relevância das discussões no âmbito religioso e valoriza o esforço individual ainda que orientado por determinadas naturalidades instituídas.

O caminho natural. A aliança da psicologia e da pedagogia como instrumento para a formação moral

O uso da pedagogia como instrumento para a formação moral se fundamenta, da mesma maneira que a ideia da psicologia como técnica de desenvolvimento pessoal, na divisão do projeto educativo em duas partes complementares: a “educação material” e a “educação formal”. A educação material, é bom lembrar, foi definida como mera “passagem de conhecimento” ou “instrução” e a “educação formal” como algo que visa o desenvolvimento de “bons-hábitos”. Nela, “A escola não é considerada somente como centro de instrução, mas como a sociedade das crianças, miniatura da sociedade dos adultos, o pequeno mundo em que, não só elas têm em comum o trabalho da sua instrução, como toda a atividade por dever ou por prazer que o homem tem que exercer com o concurso de seus semelhantes, ao que precisa habituar-se desde criança”.

Nesse contexto, a escola se incumbe de ensinar “as boas doutrinas, os bons hábitos e as boas maneiras” sempre atribuindo ao “bom” o valor de natural. Ou seja, a escola não tornaria os alunos “sectários de uma crença ou adeptos de uma doutrina”, mas procuraria respeitar a “natureza humana e [d]os direitos do homem, representado na criança, procurando-se dar à mesma natureza o mais completo desenvolvimento, a fim de tornar possível o pleno exercício de todos aqueles direitos”. Operação própria ao especialismo resultante da aplicação das ciências para ordenação dos indivíduos. Ao executar uma ação normalizadora, nega-se sua finalidade política pela evocação de uma natureza ou de um bem maior.

A educação moral na escola torna a aparecer em outra divisão binária da educação presente na RP: a “Educação do Corpo” ou “Física” e a “Educação do Espírito” ou “Psíquica”. A Educação do espírito se subdividiria em “educação moral” e “educação intelectual”. Cabia e esta última “o ensino e a prática da religião, o ensino e prática dos deveres morais, inspirando-se o amor do bem e formando-se o hábito de praticá-lo.”

A educação foi dividida em dois pólos complementares: algo que seria da ordem da pura instrução chamado de educação material ou educação intelectual e algo que seria da ordem dos hábitos, das “virtudes”, das “aspirações”, que se relaciona com “dirigir a vontade” e seria conhecido como educação formal ou educação moral. Embora as virtudes e as aspirações ainda circundem a categoria vontade, a transformação do espírito em psiquismo está explícita. A pedagogia podia valer-se agora de um conhecimento psicológico para orientar suas ações, em lugar de promover um exercício de consciência.

A educação no contexto da RP vem carregada de um sentido normativo. Não se trata, neste momento, de defender essa ou aquela opção moral a orientar a ação do educador. O que fornece orientação ao pedagogo, o que sustenta sua prática é a constatação de que suas propostas estão em conformidade com uma suposta “natureza humana” ou com o desenvolvimento natural do homem e da humanidade ou com as “leis naturais da ordem na humanidade”. Esse suporte em uma natureza desvelada pelas ciências emergentes orientou os princípios da “Pedagogia Moderna”.

Assim, os pedagogos debruçaram-se sobre estudos que pudessem revelar algo a respeito da “mentalidade infantil”, do “espírito”, que se relacionasse com o “desenvolvimento das faculdades” ou a “formação natural dos conhecimentos”.

Em nome dessa ordem natural, os especialistas se autorizaram a agir sobre elementos da arte e da cultura com a finalidade declarada de promover maior organização, eficiência e progresso da sociedade. Destaca-se nesse sentido o longo debate acerca da prescrição ou condenação dos contos de fadas, das fábulas e de outras histórias fantásticas para as crianças. O debate girava em torno do quão pernicioso ou benéfico para o desenvolvimento do “espírito” das crianças seriam as ideias fantásticas. A proposta de uma “educação moral”, cuja função seria orientar a vida familiar e cotidiana, decorreria de um saber especialista e seu campo de ação estende-se justificadamente sobre os lares. O “amor maternal” e a conduta dos pais para com seus filhos poderiam, com o auxílio dos

especialistas, encontrar a justa medida. “Amor maternal, em que consiste sua benéfica influência quando verdadeiramente compreendido, consequências perniciosas quando exagerado e mal compreendido”; “Em que responsabilidade para com os filhos e a sociedade incorrem os pais omissos no cumprimento de seus deveres para com o filho”.

As ideias que giravam em torno da “educação moral” são contundentemente retratadas na prática denominada “ortopedia-moral” que pretendia, por meio do uso da hipnose por um médico acompanhado de um “mestre-escola”, extirpar o “mau-hábito” nas crianças. Essa associação entre a educação e a medicina posicionou o “hábito” no campo “psico-físico” e enquanto “defeito físico” ou desvio da “ordem natural” tornar-se-ia passível de intervenções médicas sem os constrangimentos éticos referentes a razões que “não são práticas, mas abstratas e metafísicas” como, por exemplo, aquelas referentes ao conceito de livre arbítrio. A “ortopedia moral” visava apenas dar um “empurrão” na criança para o “caminho correto”.

Considerações finais

O eixo central de articulação entre a história da psicologia e o projeto educacional exposto na Revista Pedagógica gira em torno do “espírito”, da “natureza” ou das “leis elementares do desenvolvimento” na criança. Seu propósito era tanto o de buscar sustentação em alguma especialidade que desvelasse essa natureza quanto de se apoiar em técnicas oriundas desses saberes. Certamente a psicologia aliada ao saber médico preencheram essa função. Sabemos como a medicina cumpriu de forma intensiva esse papel no período que se segue à Revista Pedagógica (Gondra, 2002). Em um momento em que as instituições de psicologia ainda não haviam se implantado no Brasil, que suas práticas se confundem com a medicina e que seu saber, constituído alhures, ainda se encontra descolado das práticas locais, o papel da psicologia ficou restrito a apoiar um sentido mais geral de ciência como saber especialista sobre o qual pautar ações pedagógicas. As

principais formas de ação da psicologia no século vindouro já marcam uma nova forma de atuação desse saber.

Pode-se constatar, pela análise da RP, uma influência recíproca entre a psicologia e a pedagogia na construção de um ambiente propício para os discursos naturalizantes a respeito do indivíduo. Esses discursos caminharam, na revista, pelo campo doutrinário da “natureza humana” e se projetaram no plano dos argumentos para o âmbito social, apoiados, na maior parte das vezes, na concepção de um organismo social formado por indivíduos-células. O discurso do periódico acompanhou a emergência de uma gestão indivíduos-células, ação cujo fim seria ordenar o organismo social.

Documentação consultada

Revista Pedagógica. 1890-1896.

Referências

Alberti, S. (2003). *Crepúsculo da Alma. A psicologia no Brasil no século XIX* (1ª ed.). Rio de Janeiro: ContraCapa.

Bomfim, M. (1923) *Pensar e dizer. Estudo do símbolo no pensamento e na linguagem*. Rio de Janeiro: Casa Electros. [Reeditado em 2006 pela editora Casa do Psicólogo patrocinado pelo Conselho Federal de Psicologia, Disponível em <<http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks/bomfim.htm>>. Acesso em: 8 dec. 2009].

Carvalho, J. M. de (2001) Os três povos da República. In Maria Alice Rezende de Carvalho (org.), *República no Catete* (p. 61-88). Rio de Janeiro: Museu da República.

Certeau, M. de (2000). *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Gondra, J. G. (2002). "Modificar com brandura e prevenir com cautela". Racionalidade médica e higienização da infância. In M. C. de Freitas & M. Kuhlmann Jr. (Eds.), *Os intelectuais na história da infância* (pp. 289-318). São Paulo: Cortez.

_____. (2001). Ecos da República: ciclo de vida e doutrina médica da Revista Pedagógica (1890-1896). *Educação On-Line*. <http://www.educacaoonline.pro.br/>.

_____. (1997). O veículo de circulação da pedagogia oficial da República: a Revista Pedagógica. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 78 (188/189/190): 374-394.

Nagle, J. (1976). *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU.

Saviani, D. (2008). *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas, SP: Autores associados.

Avaliação na Graduação e na Pós-Graduação em Psicologia: convergências e divergências

Oswaldo Hajime Yamamoto, Ana Ludmila Freire Costa e Pablo de Sousa Seixas³⁹
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Introdução

A avaliação ocupa um lugar central na agenda das políticas de ensino superior nos dias de hoje, sendo considerada por muitos como o instrumento de implementação de uma agenda internacional de educação para os países periféricos. De acordo com diagnóstico do Banco Mundial (2002), os países periféricos, incluindo o Brasil, não conseguiram, durante o século XX, desenvolver um sistema de educação superior qualificado, ao mesmo tempo abrangente e competitivo com os mercados internacionais. Recomenda, como consequência, o direcionamento das políticas de ensino superior para uma ênfase no ensino de graduação e a criação de centros de excelência de inovação científica e tecnológica (MELO, 2006). A proposição para o Brasil é concentrar os cursos de graduação no processo de ensino, com expansão de oferta e aumento do acesso às Instituições de Ensino Superior (IES), enquanto que a pós-graduação seria regida por políticas de pesquisa, com a criação de centros de excelência concentrando a produção de conhecimento. A consequência seria a quebra da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, com o argumento de que o crescimento esperado para o Brasil, em função das demandas crescentes da sociedade para acessar o

³⁹ E-mails:
pablo.seixas@gmail.com

oswaldo.yamamoto@gmail.com;

analudmila@gmail.com;

ensino superior, aliada às constantes e mutantes demandas do mercado, resultaria em políticas focalizadas, com aparatos de regulação e controle (NEVES, 2006; VEIGA, 2004). O processo de qualificação sugerido ao Brasil prescindiu de um sistema de regulação que precisava ser amplo, com diversos órgãos integrados, que pudessem regulamentar e acompanhar as diretrizes propostas pelas agências internacionais em parcerias com os setores nacionais conservadores⁴⁰ (BARBALHO, 2007; NEVES, 2006). Essas discussões culminaram em uma estrutura de funcionamento das políticas de ensino superior centralizadas em um processo avaliativo de âmbito nacional, corporificadas na Lei nº. 10.861 de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

Criado em 2004, o SINAES agrega um conjunto histórico de discussões sobre o papel da avaliação na consecução das metas propostas pelas políticas voltadas ao ensino superior, com suas raízes no processo de liberalização iniciado na reforma universitária de 1968, e tem seu vínculo mais recente na política do Exame Nacional de Cursos (ENC) do governo Cardoso (BRITO, 2008; MARTINS, 2009; ZAINKO, 2008). Polidori (2009) apresenta uma divisão histórica das propostas de avaliação da educação superior em âmbito nacional em quatro ciclos:

⁴⁰ No final de 2002, ainda no governo do presidente Cardoso, o Banco Mundial apresentou um estudo intitulado *Higher Education in Brazil: challenges and options (World Bank Country Study)*. Estavam também presentes representantes das agências oficiais (ministro da educação, presidentes do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - e do CNE - Conselho Nacional de Educação), além de “parceiros” como Cláudio de Moura Castro, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Quadro 1. Histórico das políticas de avaliação do ensino superior em âmbito nacional

Ciclo	Principais características
Primeiro ciclo (1986 - 1992)	Várias iniciativas de organização de um processo de avaliação e existência de avaliações isoladas no país, não se constituindo em uma avaliação de caráter nacional (Programa de Avaliação da Reforma Universitária - PARU e Estudo Longitudinal da Geração Escolar - GERES).
Segundo ciclo (1993 - 1995)	Período de formulação de políticas. Instalação do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB).
Terceiro ciclo (1996 - 2003)	Período de consolidação ou implementação da proposta governamental. Desenvolvimento do Exame Nacional de Cursos (ENC) e do Provão. Algumas portarias para regulamentar e organizar a avaliação das IES.
Quarto ciclo (de 2003 até hoje)	Denominado de construção da avaliação emancipatória, com a implantação do SINAES, numa proposta de desenvolver uma avaliação formativa e que considere as especificidades das IES do país.

Fonte: Adaptado de Polidori (2009)

O SINAES é um sistema contraditório que agrega anseios de diversos segmentos sociais, em maior ou menor sintonia com os organismos internacionais. Pretende ser um sistema amplo, que visa contemplar a “análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das IES e dos cursos a ela vinculados” (PORTARIA MEC nº 2.051/04, Art. 8º). Tanto as políticas de graduação quanto as de pós-graduação são abarcadas pelo SINAES, com o foco na primeira.

Os pressupostos do SINAES são a autonomia institucional, o caráter público e democrático de seus processos, com participação de representantes das IES, órgãos de controle e sociedade civil (BRASIL, 2004). Para compor uma avaliação integral, o SINAES exige que as IES passem pelo ciclo integral, composto pelos três eixos principais: a avaliação institucional, a avaliação de cursos e a avaliação do desempenho dos estudantes. Esses eixos, no entanto, não são lineares e cada um tem seu processo interno regido pela

sua lógica-burocrática específica e coordenada por um setor dos órgãos de regulação e controle da política⁴¹.

Fazem parte do sistema as Comissões Próprias de Avaliação (CPA), órgãos internos das IES que têm a responsabilidade de organizar e coordenar as ações de avaliação em âmbito interno das instituições; as avaliações externas conduzidas por técnicos capacitados pelo INEP que realizam visitas *in loco* às IES; e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, o ENADE. Esses componentes de avaliação distribuem-se nos três eixos da seguinte forma:

Quadro 2. Organização dos componentes de avaliação do SINAES por eixo

Eixo	Componentes
Avaliação Institucional	Foco na auto-avaliação pela CPA, seguido de avaliação <i>in loco</i> pelos técnicos
Avaliação dos cursos	Avaliação <i>in loco</i> pelos especialistas da área na qual pertencem os cursos; pelo ENADE (na forma da Avaliação Discente da Educação Superior - ADES e do questionário dos coordenadores dos cursos) e pela CPA (com foco na avaliação dos professores)
Avaliação de desempenho	Prova do ENADE

Fonte: Adaptado de Brito (2008)

A avaliação da Graduação

A estrutura da avaliação da Graduação

As avaliações dos cursos de graduação no modelo SINAES foram concebidas como estratégia para produzir informações sobre a qualidade do ensino superior com ênfase na noção de qualificação discente, ou seja, no processo de oferta de ensino para a sociedade. Os cursos de graduação são avaliados segundo: a) as condições de ensino, no tocante à organização didático-pedagógica, equipe

⁴¹ Para gerir e acompanhar o sistema, foi criada a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), que objetiva atender às demandas impostas a partir do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em parceria com a Secretaria de Educação Superior (SESU).

docente e técnico-administrativa e estrutura física; b) articulação entre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projeto Pedagógico do Curso (PPC), vocação institucional e inserção regional; e c) a aderência às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). Esse processo avaliativo é parte fundamental do controle do Estado, pois é feito, sobretudo, para a regulação de características e perfil dos cursos no país (BRITO, 2008; SOBRINHO, 2010). Esse controle torna-se mais claro quando entendemos os momentos constituintes do processo, quais sejam, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento. Sempre que uma IES pede autorização para abrir um curso e depois, quando a primeira turma encontra-se na segunda metade do curso (reconhecimento), sofre avaliação *in loco* e a cada ciclo do SINAES (três anos), a partir de seus indexadores (renovação de reconhecimento), que pode ou não demandar avaliadores externos. Há de destacar também que as avaliações da graduação estão intimamente relacionadas com os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC). No modelo de articulação global da educação, os PPCs, em consonância com as DCNs, deveriam expressar não só a organização das disciplinas, mas perfil do egresso, habilidades acadêmicas, competências profissionais e projeto de sociedade (elementos que nem sempre estão presentes). Sobretudo no processo de autorização de abertura de curso, o que implica um instrumento forte de regulação, o PPC possui um papel central, que acaba configurando o processo formativo dos cursos em questão (VEIGA, 2004).

Em 2008, foram acrescentados dois novos índices avaliativos, o Conceito Preliminar de Curso (CPC) e o Índice Geral de Cursos da Instituição de Educação Superior (IGC), que interferem na lógica avaliativa das instituições e dos cursos de graduação no país. O CPC é formado pelos insumos (instalações físicas, recursos didático-pedagógicos, corpo docente - titulação - e regime de trabalho), questionário dos alunos (pergunta sobre infraestrutura e sobre plano de ensino) e Indicador de Diferença de Desempenho observado e esperado (IDD), ambos retirados do ENADE. Com a criação do CPC, as visitas *in loco* passam a não ser obrigatórias e constantes, uma vez que apenas cursos que obtêm conceitos 1 e 2

(de um total de 5) recebem visitas obrigatórias, os conceitos 3 e 4 só recebem visitas se solicitarem e os conceitos 5 tem sua renovação de reconhecimento gerada automaticamente. Para vários pesquisadores (POLIDORI, 2009; SOBRINHO, 2010), a criação do CPC é uma distorção do processo global avaliativo, uma vez que leva em consideração apenas alguns elementos dos três eixos e assume um caráter regulador com poder de credenciamento e descredenciamento. Já o IGC tem em sua composição os resultados obtidos pelos cursos de uma IES no CPC mais a avaliação da CAPES dos cursos de pós-graduação *strictu sensu*. O IGC torna-se um indicador central, na visão do MEC, para avaliação da qualidade de uma IES, retornando ao antigo paradigma de classificação e ranqueamento das instituições (GOMES, 2003; POLIDORI, 2009; SOBRINHO, 2010; VERHINE; DANTAS; SOARES, 2006).

A avaliação de desempenho dos estudantes é feita por um instrumento específico, o ENADE. Concebido para ser uma avaliação dinâmica, o ENADE objetiva medir o desempenho esperado do estudante compatível com os conhecimentos mínimos, competências e habilidades descritas nas diretrizes curriculares do respectivo curso. O ENADE é composto por questões de formação geral, que visam aferir um conhecimento de “mundo”, de forma bem diversa, e de formação específica, visando aferir habilidades acadêmicas, competências profissionais da área em questão, conteúdos básicos e profissionalizantes e questões transdisciplinares, articulados com os eixos das diretrizes curriculares dos cursos. Diferentemente da avaliação pontual do “provão”, o ENADE avalia tanto alunos concluintes quanto ingressantes, na expectativa de avaliar a trajetória do estudante e o desempenho do curso ao longo do tempo.

A despeito de ser também um exame nacional como o antigo “Provão”, a concepção do ENADE parte de outros pressupostos (o “Provão” pretendia ser uma avaliação estática e isolada) e articula-se com os outros elementos avaliativos do SINAES, gerando dados que pudessem servir de *feedback* à instituição para melhoria das condições de ensino. Na proposta original, os dados oriundos do

ENADE só fariam sentido se articulados com os dois outros eixos de avaliação, fazendo com que seus resultados fossem intrinsecamente relacionados com a realidade específica da IES, gerando assim informações de um curso que não poderia ser “comparado” com outros, evitando o ranqueamento (SOBRINHO, 2010; VERHINE; DANTAS; SOARES, 2006). No entanto, a partir de 2008 (com a criação dos novos índices, CPC e IGC), o MEC passou a adotar os *rankings* (com base na indicação de níveis de qualidade prevista na lei do SINAES) e publicá-los anualmente tal qual era feito no período do terceiro ciclo, o do ENC.

Os resultados da avaliação da Graduação em Psicologia

Os cursos de Psicologia no país datam do final da década de 1950 e coincidem com o período da regulamentação da profissão de psicólogo (ANTUNES, 2004; PEREIRA; PEREIRA NETO, 2003; PESSOTTI, 1988). Na época da regulamentação, havia quatro cursos de graduação no país e, desde então, vem se expandindo exponencialmente, ultrapassando quatro centenas de cursos (Tabela 1).

Tabela 1. Distribuição de abertura de cursos de graduação em Psicologia por período de criação

Período de criação	Número de cursos ⁴²	Frequência acumulada
1958-1979	69	69
1980-1989	17	86
1990-1999	83	169
2000-2010	272	441

Fonte: <http://emec.mec.gov.br/>

A expansão dos cursos de Psicologia no país acompanha o crescimento do ensino superior no Brasil, sobretudo no tocante ao desenvolvimento do setor privado. A primeira explosão de cursos de ensino superior no país ocorre na época da reforma universitária de 1968 (MARTINS, 2009), seguido por mais dois grandes ciclos de crescimento, correspondendo às mudanças nas políticas de ensino superior pós LDB em 1996 e às novas políticas

⁴² Dos cursos pesquisados, 19 não continham a informação do ano de abertura.

de expansão do governo Lula em 2003 (BARBALHO, 2007; NEVES, 2006).

O Quadro 3 apresenta uma síntese do quadro atual dos cursos de graduação:

Quadro 3: Síntese das características gerais dos cursos de psicologia no país

Características	Dados relevantes
Distribuição Geográfica	Sul/Sudeste: 69,1%
Concentração Geográfica	Interior: 62,8%
Organização Acadêmica	Universidade: 47,6%
Natureza Jurídica	Privada: 83,3%
Turno de funcionamento	Noite: 53%
Oferta de Vagas	82% ofertam acima 60 vagas 24% ofertam acima 200 vagas

Fonte: <http://emec.mec.gov.br/>

Como se pode perceber, há nos dados obtidos uma concentração dos cursos nas regiões Sul-Sudeste, atestando uma distribuição desigual, que reproduz a concentração de renda no país. Ademais, a expansão operada no governo Lula, conquanto fundada nas teses da democratização e descentralização do ensino superior, não somente não tem revertido a lógica privatista, como também vem promovendo uma expansão do mercado pela intensificação da interiorização dos cursos de Psicologia no país.

Esse mesmo processo pode ser percebido nas outras informações contidas no Quadro 3, uma vez que os cursos são eminentemente privados, com uma oferta muito grande de vagas, sobretudo, no turno noturno. Bastos, Gondim e Rodrigues (2010) identificaram recentemente algumas dessas características e ressaltam que o processo de interiorização apontado pode ter um impacto na configuração da profissão para os próximos anos, uma vez que a Psicologia é caracterizada habitualmente como uma profissão urbana. A despeito da maior parte da graduação em Psicologia ocorrer no setor privado, uma parte considerável é ofertada por universidades que, pressupõe-se, apresentam uma melhor qualidade de ensino, além de uma articulação com a pesquisa e a extensão (YAMAMOTO; SOUZA; SILVA; ZANELLI, 2010).

Os cursos de Psicologia passaram, desde a época do ENC, por seis avaliações nacionais distintas, cujos resultados são apresentados na Tabela 2:

Tabela 2. Resultado da avaliação nacional dos cursos de Psicologia no país por período avaliativo (n e %)

	Conceito (ENC)	Cursos (n)	%
ENC 2000	A	15	12,4
	B	21	17,4
	C	45	37,2
	D	29	24,0
	E	11	9,1
	Total cursos	121	100
ENC 2001	Conceito (ENC)	Cursos (n)	%
	A	14	10,9
	B	17	13,3
	C	79	61,7
	D	10	7,8
	E	8	6,3
Total cursos	128	100,0	
ENC 2002	Conceito (ENC)	Cursos (n)	%
	A	13	9,2
	B	19	13,5
	C	93	66,0
	D	7	5,0
	E	9	6,4
Total cursos	141	100,0	
ENC 2003	Conceito (ENC)	Cursos (n)	%
	A	17	10,8
	B	24	15,2
	C	96	60,8
	D	9	5,7
	E	12	7,6
Total cursos	158	100,0	
ENADE 2006	Conceito (ENADE)	Cursos (n)	%
	Sem Conceito	87	41,2
	1	7	3,3
	2	22	10,4
	3	26	12,3
	4	60	28,4
	5	9	4,3
Total cursos	211	100,0	
ENADE 2009	Conceito (ENADE)	Cursos (n)	%
	Sem Conceito	125	31,6
	1	5	1,3
	2	35	8,8
	3	150	37,9
	4	63	15,9
	5	18	4,5
Total cursos	396	100,0	

Como se pode observar, corroborando a análise de Lisboa e Barbosa (2009), durante o período do Provão, a maior parte dos cursos avaliados ficou com conceito médio. Mesmo com o conjunto de críticas feitas ao modelo Provão, sobretudo ao seu caráter estanque, os resultados obtidos à época chamaram atenção para a qualidade ofertada nos cursos de Psicologia no país e as possibilidades de mudança na formação. Os resultados do ENADE 2006 apontam para uma ligeira melhoria, com a predominância do conceito 4, tendência revertida na última avaliação realizada, em 2009. O resultado do ENADE 2009 para os cursos de Psicologia traz uma novidade: pela primeira vez, quatro instituições privadas atingiram o conceito máximo (5) e, dessas, duas são faculdades. No entanto, o peso do resultado do ENADE 2009 para a avaliação dos cursos de graduação foi amenizado com a criação do CPC (que leva em consideração também os insumos e a avaliação dos discentes sobre as IES), gerando assim uma nova classificação (Tabela 3), na qual apenas dois cursos atingem o conceito 5, nenhum deles da rede privada de ensino.

Tabela 3. Distribuição dos Cursos de Graduação em Psicologia no Brasil em 2009 quanto ao Conceito CPC (n e %)

Conceito CPC	Cursos (n)	%
Sem Conceito	130	32,8
Conceito 5	2	0,5
Conceito 4	51	12,9
Conceito 3	166	41,9
Conceito 2	46	11,6
Conceito 1	1	0,3
Total cursos	396	100,0

A avaliação da Pós-Graduação

O Sistema Nacional de Pós-Graduação e o processo de avaliação

As raízes do sistema nacional de pós-graduação estão fincadas no Estatuto das Universidades Brasileiras na década de 1930, embora

a sua sistematização formal somente tenha tido lugar com o Parecer 977/65 do Conselho Federal de Educação, (Parecer Sucupira) e sua implementação e estruturação de modo efetivo, com a Reforma Universitária (consentida) de 1968, quando a universidade passou a ser concebida como um espaço de articulação entre produção de conhecimento e ensino (MOROSINI, 2009; SANTOS, 2003). O modelo de pós-graduação implantado no país, com os níveis de mestrado e de doutorado, foi resultado de uma conjunção de vetores, destacando-se a consolidação das instituições universitárias e o conseqüente reconhecimento da necessidade de capacitação docente para suprir tais quadros. Adicionalmente, a produção de conhecimento científico era considerada condição para a superação da dependência econômica do país e a efetivação do projeto de construção de uma nação desenvolvida e autônoma.

Com a regulamentação desse sistema, na década de 1970, o país experimentou um período de proliferação dos cursos de pós-graduação, o que fez emergir uma preocupação com a qualidade dos programas propostos como também a necessidade de planejamento para uma distribuição mais objetiva de recursos (ARAGON, 1998; MARCHINI; LEITE; VELASCO; 2001; PEREIRA; 2005). Isso decorreu, em parte, do aumento significativo de bolsas de estudo concedidas que tornou inviável a seleção direta dos pós-graduandos⁴³, levando a descentralização dessa tarefa às instituições que abrigam os programas de pós-graduação que, por sua vez, precisaram ser selecionados para receber os auxílios.

Coube à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) a responsabilidade pela implantação de uma sistemática de avaliação, assim como o provimento de apoio à formação e ao aperfeiçoamento de pessoal de nível superior⁴⁴

⁴³ A título de ilustração, o número de bolsas concedidas passou de 1043 em 1971 para cerca de 8000 em 1981 (CASTRO; SOARES; 1983).

⁴⁴ Fundada ainda em 1951, como Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a CAPES emergiu em um período de aparelhamento administrativo e institucional no país, com a também criação do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), que durante os anos 1960 e 1970 adquiriram papel estratégico na política de pós-graduação, vinculada à política de

(SOUZA; PAULA; 2002). O objetivo da avaliação da pós-graduação brasileira consistiu, assim, em promover a melhoria desse nível de ensino no Brasil e subsidiar decisões relativas aos programas de apoio à pós-graduação.

No período 1976/1977, a CAPES implantou um sistema de avaliação, que desde então tem passado por mudanças periódicas, com alterações nos indicadores utilizados e nas informações coletadas.

Atualmente, a avaliação, cujos resultados são considerados conjuntamente com os demais indicadores no SINAES, é trienal, a partir de dados anualmente fornecidos pelos Programas de pós-graduação e complementados por eventuais visitas. O conjunto de atividades relacionadas às diversas áreas do conhecimento nas quais a pós-graduação está estabelecida é conduzido sob a responsabilidade de um Coordenador de Área, indicado pela CAPES após consulta aos Programas da área.

Cada Programa de pós-graduação é avaliado como um todo, isto é, considerado seu corpo docente e infraestrutura com duas possíveis saídas para seus alunos (mestres ou doutores) e recebe um dos conceitos numéricos que variam de 1 a 7. Os programas classificados como 1 e 2 não são reconhecidos pela CAPES e aqueles que receberam nota 5 e são compostos por mestrado e doutorado são novamente avaliados, com vistas a serem considerados de excelência (podem ascender a 6 ou 7), em nível de competição internacional.

Importante ressaltar que a sistemática de avaliação da pós-graduação é definida pela CAPES como fornecendo orientações gerais, que em alguma medida, devem ser seguidas pelas áreas, conferindo um nível de autonomia a estas. Atualmente, a instituição conta com nove Grandes Áreas que agrupam 68 áreas/subáreas, sendo que a Psicologia faz parte do grupo Ciências Humanas.

desenvolvimento científico e tecnológico. Contudo, conforme Córdova (1996), sua consolidação ocorreu somente na década de 1970 (quando se tornou Coordenação) e imprimiu importante movimento para o desenvolvimento da pós-graduação brasileira.

A avaliação da Pós-Graduação na área da Psicologia

Na última avaliação trienal da área de Psicologia, em 2010, foram avaliados 63 Programas, sendo 62 cursos de mestrado e 41 de doutorado. A Tabela 4 apresenta um quadro evolutivo dos Programas da área:

Tabela 4. Distribuição dos cursos de pós-graduação de Psicologia por período de criação.

Período de criação	Cursos de mestrado (n)	Cursos de doutorado (n)
1960-1979	12	2
1980-1989	6	7
1990-1999	12	9
2000-2010	32	23

Fonte: www.capes.gov.br

Observa-se que foi somente a partir da reformulação da pós-graduação em meados da década de 1980 que os mestrados e doutorados de Psicologia se multiplicaram, seguindo os rumos da já citada expansão das pós-graduações no país como um todo. A Tabela 5 apresenta a distribuição geográfica atual dos Programas:

Tabela 5. Distribuição dos programas de pós-graduação de Psicologia quanto à natureza administrativa e localização geográfica (2011)

	Norte	Centro-oeste	Sul	Nordeste	Sudeste
Privadas	0	3	3	2	10
Públicas	4	5	7	10	22

Fonte: www.capes.gov.br

Percebe-se que, dos atuais 66 Programas de pós-graduação em Psicologia no país, aproximadamente 50% estão localizados no Sudeste, o que atesta o peso do desenvolvimento econômico nas políticas científicas. Sabe-se que tais índices de concentração estão progressivamente diminuindo, mas ainda trata-se de uma questão difícil de ser equacionada. A centralização ocorre também quanto à natureza administrativa, reproduzindo largamente o que acontece nas demais áreas no cenário nacional. Mais de 70% das IES que sediam os Programas de pós-graduação da Psicologia são

públicas, sejam elas federais ou estaduais. A Tabela 5 apresenta o desempenho dos Programas na última avaliação trienal por quesitos⁴⁵:

Tabela 5. Distribuição dos programas de pós-graduação de Psicologia segundo o conceito obtido em cada quesito avaliado.

Conceito	Quesito 1	Quesito 2	Quesito 3*	Quesito 4	Quesito 5
Fraco	-	-	-	-	1
Regular	9	5	5	15	19
Bom	17	25	25	23	23
Muito Bom	37	33	27	25	20

Fonte: www.capes.gov.br

* 6 programas não foram avaliados nesse quesito pelo fato de não terem cumprido um triênio.

O quesito com quantidade maior de Programas bem-avaliados (com conceitos “Bom” ou “Muito bom”) refere-se às características do Corpo Docente, o que indica a qualidade, diversificação e experiência dos docentes da pós-graduação da área. Por outro lado, a Inserção Social foi aquele no qual os Programas tiveram pior desempenho, sendo o único que teve um curso classificado com conceito “Fraco”. Isso pode ser decorrente da recenticidade da inclusão deste item na avaliação, que ainda carece de definições mais claras tanto por parte das Comissões de Avaliações quanto pelos próprios Programas, mas pode, igualmente, indicar um indesejável isolamento da pós-graduação.

A Tabela 6 apresenta dados sobre a nota final obtida pelos cursos em 2010:

Tabela 6. Distribuição dos programas de pós-graduação de Psicologia segundo nota final obtida na Avaliação Trienal de 2010

Conceito	Programas (n)
3	16
4	25
5	18
6 ou 7	4

Fonte: www.capes.gov.br

⁴⁵ A avaliação é composta por cinco quesitos, com pesos diferenciados: Proposta do Programa (peso zero); Corpo docente (peso 15%); Corpo discente, teses e dissertações (peso 35%); Produção intelectual (peso 35%); e Inserção social (peso 15%).

Observa-se que aproximadamente 1/3 dos Programas avaliados obtiveram a nota final máxima (conceito 5), o que representa qualidade significativa da pós-graduação em Psicologia no país. Contudo, também é importante ressaltar que dos 63 Programas avaliados, apenas 4 tiveram o reconhecimento do nível de excelência internacional, indicando ainda haver esse desafio na área.

Quanto aos resultados gerais do trabalho realizado no triênio, os Programas da área da Psicologia titularam 2.901 mestres e 821 doutores, e publicaram 4.807 artigos em periódicos científicos (média de 25 artigos/Programa/ano e 1,93 artigos/docente permanente/ano) e 3.227 livros e capítulos de livros (média de 16,8 itens/Programa/ano e 1,3 itens /docente permanente/ano).

Questões sobre a avaliação da Psicologia

Embora componham, em tese, o mesmo sistema (SINAES), as avaliações da graduação e da pós-graduação guardam consideráveis diferenças, como assinalamos nas seções precedentes. São diferenças nos contextos nos quais se inserem, nas premissas com as quais operam, nas demandas que atendem, nos procedimentos adotados e, evidentemente, nos resultados que alcançam.

A avaliação da graduação incide sobre uma realidade marcada pelo amplo predomínio das IES do setor privado, com proporções diametralmente opostas às da pós-graduação. Não se trata de uma constatação trivial: a avaliação da graduação refrata diretamente nos interesses econômicos da rede privada, um dos *lobbies* mais fortes atuantes no legislativo brasileiro, dando margem a ingerências externas no processo. A pós-graduação tem sido objeto de atenção da rede privada em alguns campos, mas estes não incluem a Psicologia. De fato, há poucas instituições privadas recomendadas pela CAPES e, dentre elas, a maior parte é de instituições universitárias confessionais, com larga tradição no ensino. Os resultados das avaliações refletem os contextos aos

quais nos referimos: as IES da rede privada apresentam, ao longo dos anos e com sistemáticas cambiantes de avaliação, resultados em geral pífios, ao passo que não se observam diferenças na avaliação da pós-graduação pela dependência administrativa⁴⁶.

Correlacionado, ou não, com esta diferenciação do campo, a realidade é que os procedimentos adotados nos dois níveis apresentam características diversas. Duas das marcas da avaliação da pós-graduação são significativas e a distanciam da graduação: a condução pelos pares e o caráter declaratório da base de dados. Embora haja participação dos pares na avaliação da graduação, o peso é consideravelmente diverso. Quanto à natureza dos dados, embora a coleta e a organização dos dados na graduação seja feita pelas CPAs das IES, a auditoria faz parte do processo. As visitas da pós-graduação dificilmente podem ser consideradas como fazendo parte da tarefa de auditar, mas sobretudo, de acompanhar e orientar os Programas.

Conquanto existam diferenças expressivas, é importante assinalar que, como parte do mesmo sistema de avaliação, as premissas fundamentais nos dois níveis de ensino estão conectadas aos interesses das políticas de governo em cada momento histórico. No caso da graduação, as definições emanam das políticas educacionais que, por sua vez, perfilham as teses dos organismos internacionais; na pós-graduação, os interesses definidos no âmbito das políticas científicas exercem papel preponderante na definição dos rumos do sistema⁴⁷. E, evidentemente, o núcleo da avaliação dos dois níveis reflete em grande medida as definições de ordem estratégica emanadas pelas políticas de governo. Não é casual, certamente, a ênfase na produção de conhecimento na avaliação da pós-graduação.

⁴⁶ Comentamos a presença de IES privadas pela primeira vez entre as de melhor avaliação no último ENADE, no que diz respeito à graduação. Quanto ao ensino pós-graduado, não somente o curso mais tradicional do país pertence à rede privada (confessional), a Psicologia Clínica da PUC-Rio, como dentre aqueles que estão no topo da avaliação da área, figura um Programa de instituição privada (Universidade São Francisco, SP, com conceito 6).

⁴⁷ Veja-se, por exemplo, a sintonia entre a ênfase na produção de conhecimento que domina a avaliação da pós-graduação e os preceitos do III Plano Nacional de Pós-Graduação (1986-89).

Embora o grau em que se opera a fiscalização difira nos dois níveis, sendo muito mais acentuada na graduação, a avaliação da pós-graduação é igualmente vital para a própria sobrevivência do sistema, de uma forma diversa: a ela estão atreladas definições concernentes ao seu financiamento, seja direta ou indiretamente, pelas agências de fomento.

No que tange ao conceito subjacente de avaliação nos dois sistemas, a ideia de *processo* não é, exatamente, o seu núcleo. Os ranqueamentos promovidos em períodos trienais ou quadrienais impactam fortemente o funcionamento dos cursos, eventualmente, promovendo a sua inviabilização. No caso da pós-graduação, o acompanhamento anual, *quando ocorre*, é um diferencial importante, na medida em que permite uma retroalimentação do sistema antes que os ranqueamentos produzam seus efeitos. Contudo, o efeito da avaliação na pós-graduação é imediato: a atribuição de conceito abaixo de três significa o descredenciamento automático do Programa. Os processos de fechamento de cursos de graduação, quando ocorrem, são processos mais lentos e mediados.

É importante assinalar, para finalizar, que não se coloca em questão a necessidade e a importância do monitoramento do sistema, como uma das condições para assegurar a qualidade dos cursos. Os questionamentos – que não são poucos – incidem em maior (graduação) ou menor (pós-graduação) grau nas premissas, critérios e impactos do processo avaliativo. Mesmo no sistema que é visto mais positivamente pela comunidade acadêmica da Psicologia, a da pós-graduação, existem críticas que tocam questões de fundo, como a ênfase na pesquisa em detrimento da formação que, além de desviar o foco de atenção da missão primordial da pós-graduação, que é a formação de docentes e pesquisadores, estaria levando a uma “escalada produtivista” que, tendencialmente, estaria desvirtuando a pós-graduação⁴⁸. São alguns dos desafios que precisam ser enfrentados pela área.

⁴⁸ Trata-se de uma longa e interminável discussão. Para duas opiniões diversas, dentre muitas, recomendamos Castro (2010) e Macedo e Sousa (2010).

Referências

ANTUNES, M. A Psicologia no Brasil no Século XX: Desenvolvimento Científico e Profissional. In: Massimi, M.; Guedes, M.C. (Orgs.), *História da Psicologia no Brasil: novos estudos*. EDUC/Cortez, São Paulo p. 109-152, 2004

ARAGON, V. A. A avaliação da pós-graduação na América Latina - necessidades e tendências. *Infocapes*, Brasília, v. 6, n. 4, p.6-19, 1998.

BANCO MUNDIAL. *Higher Educational in Brazil: challenges and options* (World Bank Country). Washington, D.C.: World Bank Association, 2002. 196p.

BARBALHO, M. G. C. A Educação Superior: tendências e estratégias de expansão na América Latina e no Brasil. In: CABRAL NETO, A.; CASTRO, A. M.; FRANÇA, M; QUEIROZ, M.A. (Orgs.). *Pontos e Contrapontos da política Educacional: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais*. Brasília: Líber Livros, 2007. p.51-84.

BASTOS, A. V. B., GONDIM, S. M. G., RODRIGUES, A. C. A. Uma categoria profissional em expansão: quantos somos e onde estamos?. In: BASTOS, A. V. ; GONDIM, S. M.. (Org.). *O trabalho do psicólogo no Brasil*. Porto Alegre: Artmed. p. 32-44, 2010

BRASIL. *Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2004.

BRITO, M. R. F. de. O SINAES e o ENADE: da concepção à implantação. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 13, n. 03, p.841-850, 2008.

CASTRO, C. de M.; SOARES, G. A. D. Avaliando as avaliações da CAPES. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 23, n. 3, p.63-73, 1983.

CASTRO, L. R. de. Privatização, especialização e individualização: um outro mundo (acadêmico) é possível? *Psicologia & Sociedade*, Florianópolis, v. 22, n. 3, 2010.

CÓRDOVA, R. de A. A brisa dos anos cinquenta - a origem da CAPES. *Infocapes*, Brasília, v. 4, n. 2, p.9-20, 1996.

GOMES, A. M. Exame Nacional de Cursos e Política de Regulação Estatal do Ensino Superior. *Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas)*, São Paulo, n.120, p.129-149, novembro, 2003

LISBOA, F. S.; BARBOSA, A. J. G. A Formação em Psicologia no Brasil: um perfil dos cursos de graduação. *Psicologia Ciência e Profissão*, v.29, n.4, p.718-73, 2009

MACEDO, E.; SOUSA, C. P. A pesquisa em educação no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 43, p. 166-202, 2010.

MARCHINI, J. S.; LEITE, J. P.; VELASCO, I. T. Avaliação da Pós-Graduação da CAPES: homogenia ou heterogenia? *Infocapes*, Brasília, v. 9, n. 4, p.5-14, 2001.

MARTINS, C.B. A Reforma Universitária de 1968 e a abertura para o Ensino Superior Privado no Brasil. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009

MELO, A. A. S. Avaliação Institucional do Ensino Superior: controle e condução de política educacional, científica e tecnológica. In: SIQUEIRA, A.; NEVES, L. M. (Orgs.). *Educação Superior: uma reforma em processo*. São Paulo: Xamã, 2006. p.125-146.

MOROSINI, M. C. A pós-graduação no Brasil: formação e desafios. *Revista Argentina de Educação Superior*, Buenos Aires, v. 1, n. 1, p.125-152, 2009.

NEVES, L. M. W. A Reforma da Educação Superior e a Formação de um novo intelectual urbano. In: SIQUEIRA, A.; NEVES, L. M. (Orgs.). *Educação Superior: uma reforma em processo*. São Paulo: Xamã, p.81-106, 2006

PEREIRA, G. G. *Avaliação da CAPES: abordagem quantitativa multivariada dos programas de Administração*. 108f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, USP, São Paulo, 2005.

PEREIRA, F. M., e PEREIRA NETO, A. O Psicólogo no Brasil: notas sobre o processo de profissionalização. *Psicologia em Estudo*, v.8, n.2, p.19-27, 2003

PESSOTTI, I. Notas para uma história da psicologia brasileira. In: Conselho Federal de Psicologia. (Org), *Quem é o psicólogo brasileiro?*. Edicon, São Paulo. p. 17-31, 1988

POLIDORI, M. M. Políticas de avaliação da educação superior brasileira: provão, SINAES, IDD, CPC, IGC e...outros índices. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 2, p. 253-266, jul. 2009

SANTOS, C. M. Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 83, p.627-641, 2003.

SOBRINHO, J. D. Avaliação e Transformações da Educação Superior Brasileira (1995-2009): do Provão ao Sinaes. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 15, n. 1, p.195-224, 2010.

SOUZA, E. P.; PAULA, M. C. S. Qualis: a base de qualificação dos periódicos científicos utilizada na avaliação CAPES. *Infocapes*, Brasília, v. 10, n. 2, p.6-24, 2002.

SPAGNOLO, F.; CALHAU, M. G. Observadores internacionais avaliam a avaliação da CAPES. *Infocapes*, Brasília, v. 10, n. 1, p.7-34, 2002.

TOURINHO, E. Z.; BASTOS, A. V. B. *Relatório de avaliação 2007-2009 trienal 2010*. Disponível em <www.capes.gov.br>. Acessado em 16 de setembro de 2010.

VEIGA, I. P. A. *Educação Básica e Educação Superior: Projeto Político-Pedagógico*. Campinas: Papirus, 2004. 240p.

VERHINE, R. E.; DANTAS, L. M. V.; SOARES, J. F. Do provão ao ENADE: uma análise comparativa dos exames nacionais utilizados no Ensino Superior Brasileiro. *Ensaio: avaliação de políticas públicas educacionais*, Rio de Janeiro, v. 14, n.52, p.291-310, 2006.

YAMAMOTO, O. H., SOUZA, J. A. J., SILVA, N., e ZANELLI, J. C. A formação básica, pós-graduada e complementar no Brasil. In: BASTOS, A. V. ; GONDIM, S. M.. (Org.). *O trabalho do psicólogo no Brasil*. Porto Alegre: Artmed. p. 45-65, 2010

ZAINKO, M. A. S. Avaliação da Educação Superior no Brasil: Processo de Construção Histórica. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v.13, n .3, p.827-831, nov.2008.

Contribuições da Psicologia Social para a saúde como direito e construção de cidadania

Magda Dimenstein⁴⁹

Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN

Nos últimos 20 anos a psicologia expandiu significativamente seu campo de atuação na área das políticas sociais. A saúde pública tem sido um espaço privilegiado de absorção desses profissionais no Brasil, contando atualmente com mais de 40 mil profissionais vinculados ao Sistema Único de Saúde/SUS de acordo com o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde/CNES⁵⁰. O processo de consolidação do SUS baseia-se nos princípios da integralidade, equidade e universalidade, estabelecendo a saúde como direito do cidadão e dever do Estado.

O SUS apresenta diferentes níveis de complexidade, cujas estratégias de promoção, tratamento e reabilitação se ancoram na qualificação do processo de trabalho e funcionamento dos serviços, bem como visam o enfrentamento das desigualdades sociais, das necessidades específicas de saúde e à constituição de processos democráticos e de participação social. De acordo com Carvalho (2009), a questão da cidadania no SUS tem uma “profunda interseção com os temas da gestão, da atenção, da micropolítica do trabalho e da humanização das práticas de saúde” (p.39). Nessa direção, saúde extrapola a ideia de ausência de doença, de conservação da vida ou manutenção da sobrevivência, passando a ser entendida como um processo singular e subjetivo de negociação permanente de sentidos em um

⁴⁹ E-mail: mgdimenstein@gmail.com

⁵⁰ http://cnes.datasus.gov.br/Mod_Ind_Profissional_com_CBO.asp?VEstado=00&VMun

campo social, processo de construção e desconstrução de normas para o enfrentamento da realidade e qualificação da vida.

O encontro da psicologia especialmente com os serviços de atenção primária à saúde, bem como de saúde mental tem aproximado nossa profissão de uma realidade ainda distante da que comumente conhecemos e discutimos em nossa formação e conseqüentemente da que lidamos nos clássicos lugares de atuação. O encontro com comunidades, em geral de baixa renda, tem contribuído para o questionamento das nossas ferramentas de trabalho, do nosso aparato teórico-técnico e da efetividade de nossa atuação em um campo que demanda intervenções interdisciplinares por meio de equipes multiprofissionais. O trabalho nesses contextos nos coloca em contato direto com pessoas expostas a um cotidiano de miséria, desproteção e violência e nos põe face a face com nossos limites. Assim, somos lançados em experiências abismais, encontramos realidades estranhas que marcam definitivamente nossa sensibilidade. Mas, apesar de todos os questionamentos já operados em relação às práticas dos psicólogos nesses contextos, seja em serviços técnico-especializados, em estabelecimentos ou programas de cuidado à saúde e proteção de direitos, seja nas demais atividades gerenciais e de regulação dessas políticas, ainda se mantém vigoroso o clássico *modus operandi* de atuação no campo social.

Como operadores de uma micropolítica cotidiana, à medida que interferimos na forma como as pessoas vivem, pensam, sentem, sofrem e se relacionam, estamos em nosso trabalho constantemente enredados em algumas encruzilhadas. Ora fazemos o jogo da reprodução de modelos de forma a serializar e fixar identidades a partir de modos de vida hegemônicos, ora experimentamos modalidades de ação que favorecem novas configurações que agenciam processos de luta e singularização, mesmo que provisórios. Ao longo da minha trajetória profissional e acadêmica foi possível acompanhar o desenrolar de tensões afetivas entre os psicólogos inseridos na saúde pública: um mal-estar em atuar nesses espaços com sensações de estranhamento, medo, frustração e o ressentimento por não conseguir atuar

ancorados em certezas e na perspectiva da estabilidade. Tal mal-estar deriva em parte da falta de suporte teórico-técnico e gerencial para desenvolver suas funções nesses espaços e da precarização das condições de trabalho (questões salariais, falta de estrutura física, de capacitação e autonomia para o desenvolvimento das atividades).

É possível observar também um claro desconforto entre os psicólogos em relação à realidade social que atuam, assim como em termos da clientela. Os psicólogos se sentem como meros espectadores frente ao sofrimento de pessoas e famílias que procuram os serviços pelas mais variadas razões: crianças e adolescentes com problemas de comportamento na escola ou em casa; problemas de saúde mental (depressão, ansiedade, pânico, psicoses, uso abusivo de álcool e outras drogas), ou de saúde de uma forma geral (gravidez na adolescência, hipertensão, obesidade, tabagismo). Entendem que muitas dessas demandas estão relacionadas à falta de emprego, pobreza, criminalidade, violência, à falta de condições mínimas de sobrevivência, de equipamentos de suporte social, situações que independem da nossa intervenção.

Tudo isso produz uma sensação de impotência frente a essa complexa realidade, que, sem dúvida, exige um tipo de atuação diferente, mais coletiva, ética-política, além de problematizadora das condições sociais e das relações de forças que se (re)produzem nesses espaços. Muitos profissionais se resguardam no saber técnico/especialista como forma de se manterem seguros frente a um território diverso e problemático. Nesse sentido, a realidade cotidiana se configura como geradora de grandes incertezas e sofrimento seja pelo fato de não terem claro as fronteiras/papel da psicologia nesses contextos, seja por não possuírem certas competências para responder às demandas concretas da população, seja por não conseguirem se reconhecer enquanto trabalhadores vinculados às políticas sociais. Tais espaços de trabalho desterritorializam não só os saberes e práticas profissionais hegemônicas da psicologia, como também suas próprias verdades pessoais e a identidade profissional. Para onde

aponta tudo isso? Para o fato de que o campo da saúde coletiva opera em três dimensões que estão fortemente articuladas, conforme figura abaixo. Buscaremos indicar algumas contribuições da Psicologia Social Crítica para cada uma dessas dimensões.



Contribuições da Psicologia Social Crítica para o SUS

Formação Acadêmica

Os limites da nossa formação para abarcar a complexidade dos contextos sociais e diversidades que compõem a saúde pública é uma realidade inquestionável tal como aponta a vasta literatura especializada. O psicólogo é um dos profissionais que apresenta mais dificuldades em termos de sua formação para o trabalho no SUS, pois desprovido de ferramentas críticas, desconhecedor dos aspectos organizacionais e institucionais do campo da saúde pública, treinado para uma prática super especializada e enviesada, o psicólogo de hoje chega à rede de saúde com pouca bagagem para encarar os enormes desafios clínico-institucionais colocados à sua frente.

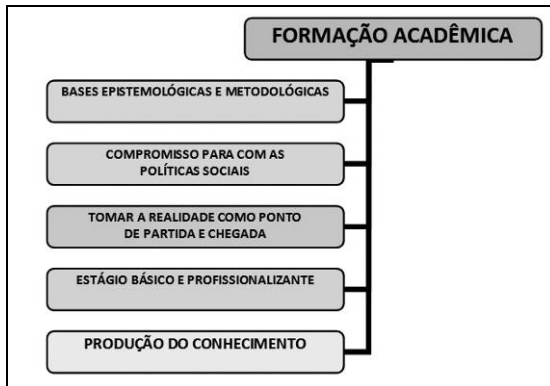
Imaginem esse cenário agregando outro elemento: o fato de que vivemos um forte movimento de crescimento e interiorização da Psicologia, reflexo de um processo de abertura de cursos que vem se dando em todo o país, impulsionado tanto pelos projetos,

programas e serviços ligados às políticas públicas (saúde, saúde mental, assistência social e instalação da rede de proteção de direitos, etc.) quanto pelo fortalecimento das cidades médias. Temos um contingente enorme de profissionais engajando-se na agenda política dos movimentos sociais e nos debates em torno das políticas públicas, com pouca preparação advinda de uma formação que sustenta a viabilidade de se estudar descomprometidamente, como se nada tivéssemos a ver com o mundo e que defende a não implicação do pesquisador com a problemática que está trabalhando. Em outras palavras, produzimos uma cultura profissional desde a universidade cuja maquinaria nos leva à asfixia e não à escapadas e à dilatação do estabelecido. Trabalhadores que possam interceder em suas realidades, ser um instrumentalizador para outros intercessores, provocadores do instituído, isso não parece ser motivo de nossas preocupações.

Entretanto, entendemos que a formação do trabalhador em saúde é um dos aspectos mais importantes para a sustentabilidade da política, que a mesma deve ser pautada em diretrizes alinhadas aos princípios do SUS, sendo um elemento fundamental da valorização do trabalhador e aporte de novos conhecimentos, habilidades e modos de atuação. No caso da Psicologia, inúmeros desafios estão postos pelas exigências que o SUS impõe aos trabalhadores, desafios que dizem respeito tanto às propostas político-pedagógicas dos cursos no país, quanto ao plano das competências e habilidades para o enfrentamento das necessidades e demandas que surgem nas situações concretas de trabalho. Espera-se do trabalhador em saúde capacidade de vinculação, de responsabilização, de tomada de decisões, de fazer pactos, de compartilhar saberes, de produzir e fomentar autonomia/fortalecimento comunitário, de gerir serviços, de produzir e prestar cuidado à população, como também de construir redes sociais. Nota-se que são muitos os deslocamentos, rupturas e movimentos que os psicólogos são convocados a operar. Como aponta Rivero (2010), essa provocação impacta intensamente na categoria porque nos convoca a sair do

imobilismo, a desconstruir referências identitárias, a lidar com a diversidade, a sermos eternos aprendizes.

A Psicologia Social Crítica vem configurando-se como um referencial importante nesse sentido, problematizando os compromissos históricos da Psicologia e sua inércia conservadora em termos do que é forjado como “normal”, “verdade”, “saúde”, “qualidade de vida”, bem como em relação aos modos como as populações devem ser governadas em suas formas de viver e morrer (Spink et al, 2007; Dimenstein et al, 2009a; Guareschi et al, 2010; Guzzo e Lacerda, 2009; Martín-Baró, 1998). Várias são as dimensões da formação acadêmica discutidas:



A contribuição dessa perspectiva teórico-metodológica em relação a cada uma dessas dimensões é ampla. Aqui ressaltamos algumas como:

- Conhecer a conjuntura ou o campo de forças em operação na compreensão dos problemas, necessidades e demandas da população fazendo operar a perspectiva da integralidade.
- Reconhecer o caráter histórico das pessoas e coletividades operando uma desnaturalização da vida coletiva e individual.
- Tomar os acontecimentos da vida cotidiana com foco da análise e intervenção, desconstruindo a tendência em

privilegiar a vida intimizada à margem do social e da história.

- Investir na construção estratégias de ação/intervenção que sejam participativas, inclusivas e colaborativas.
- Garantir uma formação de forma transversal articulando política, teoria e prática, rompendo com o modelo técnico, super especializado, aplicável a realidades estáticas.
- Enfrentar o reducionismo psicologicista, individualizante e objetificador, o modelo liberal de atuação, a racionalidade biomédica, enfim, os fundamentalismos presentes na formação do psicólogo.
- Redimensionar os currículos na ampliação de habilidades e competências necessárias para se atuar no campo da saúde pública e da saúde mental, segundo as diretrizes da Reforma Sanitária e da Estratégia de Saúde da Família, da Política Nacional de Humanização/PNH, da Reforma Psiquiátrica e da Estratégia da Atenção Psicossocial.
- Oferecer mais possibilidades de estágios curriculares, bem como de residências multiprofissionais em instituições públicas de saúde, abrindo espaço para a modulação de novas formas de atuação que superem o modelo clínico tradicional dominante no campo.
- Considerar especificidades regionais/territorialidade quando da organização de serviços de saúde, dialogando com diferentes áreas do conhecimento e com o saber popular.
- Estimular a prática da pesquisa participativa no campo das políticas públicas de saúde que fundamentem a mudança nas práticas desenvolvidas e novas formas de trabalho ancoradas nos princípios e diretrizes do SUS.
- Estimular a produção de conhecimento como uma das práticas fundamentais na formação do psicólogo.
- Quanto a esse último aspecto, porque a produção é um desafio para o fortalecimento da Psicologia no SUS?

- A produção reflete as práticas que vêm sendo desenvolvidas em um determinado campo. Indica também que problemas, temáticas, são valorizados por um campo de saber e grupo profissional.
- Pode ser propositiva de novos modelos de cuidado. Serve para orientar mudanças no modelo acadêmico hegemônico para que estejam em consonância com o ideário do SUS, bem como nortear a discussão sobre os limites e alcances do instrumental teórico-prático da psicologia para as ações do campo da saúde pública e conseqüentemente, o desenvolvimento de mediações que possam fundamentar sua inserção nesse contexto específico.
- Pode questionar a manutenção de modelos importados entre nós e nossa postura de sermos consumidores acrícos de conhecimentos gerados em outras realidades que produzem saberes sobre o outro e são tomados como verdades absolutas. Nesse sentido, a produção do conhecimento em psicologia voltada à saúde pública pode se configurar como um dos eixos importantes de sustentação do projeto político da Reforma Sanitária e Psiquiátrica (Dimenstein e Macedo, 2007).

Práticas Profissionais em Saúde

Um dos maiores focos de discussão na saúde coletiva refere-se ao campo das práticas ou ao modo de produzir ações em saúde. O tema vem sendo tratado na perspectiva de que as estratégias para alcançar uma maior qualificação da atenção em saúde implicam em uma mudança na cultura de atenção aos usuários e da gestão dos processos de trabalho (Santos-Filho e Barros, 2007; Santos-Filho, 2007; Merhy e Franco, 2003; Merhy, 2002). A aposta se faz na engrenagem entre elementos cuja lógica é de enfrentamento à fragmentação do cuidado, à unidimensionalidade e reducionismo da compreensão tecno-científica e à concepção de gestão restrita à organização do trabalho. Busca-se ampliar o acesso e resolutividade do sistema que deve ter como referência o interesse

dos usuários, favorecer a diversificação das ofertas terapêuticas, o aumento da co-responsabilização dos trabalhadores, usuários e familiares, bem como o estabelecimento de vínculos e redes de suporte em um determinado contexto territorial e subjetivo.

A produção do trabalho em saúde, cujo propósito é intervir em necessidades sociais de saúde historicamente definidas e incidir sobre as “causas” (condições de vida, trabalho e lazer), ou seja, no modo de vida das pessoas e dos diversos grupos sociais⁵¹, é constituída por diferentes vetores que são inseparáveis: sujeitos (desejos, necessidades, interesses), poderes e saberes (Barros e Barros, 2007, p. 62). Isso significa que o campo da saúde está permanentemente em estruturação e conflito, que existem diversos interesses em jogo e diferentes níveis de compromisso e investimento no trabalho, fazendo com que haja uma inserção absolutamente diferenciada dos trabalhadores nesse campo, seja no âmbito das relações institucionais, seja do cuidado aos usuários. Mais ainda: “os modos de trabalhar são indissociáveis dos modos de subjetivar, pois os trabalhadores são gestores de si e da realidade de trabalho que criam” (Barros et al, 2007, p.107). Em outras palavras, produzir sujeitos implicados com a produção de saúde, entendida em seu sentido ampliado, significa considerar:

1. O ato de cuidar como uma trama de ingredientes macro (recursos, infraestrutura, etc) e micropolíticos (afetos, relações, etc), cuja articulação favorece ou não que o mesmo seja produzido de forma criativa, prazerosa, compartilhada e comprometida com o usuário.
2. A inseparabilidade entre modos de gestão e de atenção, compreendendo que são mutuamente influenciados e determinados. Isso significa que a construção de espaços democráticos e participativos, onde o poder circula entre os diferentes atores, potencializa a produção de ações em saúde por sujeitos ativos do ponto de vista da capacidade analítica e do protagonismo das ações (Merhy, 2002).

⁵¹ Teixeira, C. F. *Modelos de atenção voltados para a qualidade, efetividade, equidade e necessidades prioritárias de saúde*. <http://www.gices-sc.org/SubteCNSModeAten.html>

3. Os interesses e poderes diferenciados precisam ser negociados para que o trabalho coletivo seja viável, isto é, para que haja “sinergias coletivas”, valorização das potencialidades e dos diferentes perfis, fazendo com que trabalhem juntos (Santos-Filho e Barros, 2007, p.127).
4. A transversalização de saberes, poderes e afetos na ação cotidiana dos serviços e das práticas de saúde possibilita a horizontalização das relações, a ampliação de perspectivas e formulação de projetos geradores de autonomia sem, contudo, negar especificidades e singularidades de cada sujeito e contexto;
5. Há protagonismo em todos os atores sociais e que os mesmos são capazes de acionar vontade e desejo de mudança coletiva e individual, construindo redes de co-responsabilização, espaços de convivência e de criação de laços afetivos. Ou seja, há sempre desejo de escapar ao instituído, superar posturas legalistas, de desmanchamento de certos mundos e a formação de outros (Rolnik, 2006).



Entretanto, para produzir uma atenção integral e resolutiva nesse contexto, onde negociar e fazer pactos é imprescindível, faz-se necessário o manejo de certas ferramentas e dispositivos que favoreçam novos arranjos de trabalho, que valorizem o potencial inventivo dos diversos atores, que propiciem o encontro, os vínculos solidários e a co-responsabilização com as mudanças

desejadas. Para a atuação do psicólogo na atenção primária e saúde mental, falta, muitas vezes, orientação e direcionalidade ao trabalho que apontem em um sentido diverso daquele já conhecido e desgastado. Destacamos algumas estratégias nesse sentido, as quais buscam ativar no cotidiano, espaços de diálogo, troca e compartilhamento de experiências e saberes, facilitar o enfrentamento dos problemas e potencializar a produção de saídas singulares. O manejo desses recursos é desconhecido para a maioria dos psicólogos, que trabalha ainda de forma muito limitada, em se tratando de instrumentos e modos de operar, ou seja, de tecnologias para o conhecimento e intervenção na realidade.



1. Apoio Institucional: suporte para que os coletivos alterem seus processos de trabalho, tornando-os mais democráticos e criativos, dotando-os de maior capacidade de acolher e resolver necessidades de saúde e ampliando o grau de realização dos trabalhadores da saúde (Vasconcelos e Morschel, 2009; Barros e Dimenstein, 2010). O AI opera com:

- Manejo cotidiano de casos e tentativa de resolução efetiva dos problemas;
- Transferência tecnológica, valorizando especialmente os aspectos intersubjetivos, comunicativos, conhecidos como tecnologias leves ou relacionais (Ayres, 2001);

- Ação intersetorial no sentido de articular um conjunto de saberes, práticas, atores, serviços e redes sociais de apoio.

2. Matriciamento: arranjo organizacional visando qualificar a atuação no campo da saúde; apoiar a ampliação da clínica (capacidade de intervenção/resolutividade), bem como favorecer a interlocução na rede de saúde (Dimenstein et al, 2009b, Dimenstein et al, 2009c, Bezerra e Dimenstein, 2008). Trabalha a partir da:

- Co-responsabilização (flexibilizando as perspectivas clássicas de referência e contra-referência, o uso de protocolos rígidos e de centros de regulação, pois a perspectiva é da operação em rede);
- Regulação de fluxo e reorientação das demandas para as áreas especializadas;
- Avaliação de riscos, necessidades e vulnerabilidades, em um trabalho de detecção precoce dos problemas em um determinado território;
- Favorecer a articulação entre os profissionais na elaboração e desenvolvimento de Projetos Terapêuticos Singulares com a participação do usuário;
- Gestão do trabalho e da clínica.

3. Educação Permanente: formação dos trabalhadores do SUS no sentido do enfrentamento dos problemas cotidianos e da mudança das práticas em saúde. Supera a ideia de desenvolvimento tecnológico e do trabalhador como recurso, para o investimento em habilidades para o trabalho em equipe, para construir novos pactos de convivência, ser um diagnosticador do presente (Foucault, 1979), cuja implicação ético-político do trabalhador é o centro do processo pedagógico.

4. Continuidade de Cuidados: objetiva assegurar uma atenção integral a partir da organização e coordenação dos diferentes recursos sanitários e sociais disponíveis em um determinado território, garantindo a integração dos serviços de tratamento, reabilitação e suporte social. Tem a função de garantir a manutenção dos cuidados tanto longitudinalmente (ao longo da vida de um usuário) quanto transversalmente (entre os serviços de uma rede), de favorecer a adesão ao tratamento, promover alternativas de atenção à crise, reduzindo a necessidade de hospitalização e, de melhorar o funcionamento social dos pacientes e suas famílias. Para tanto, possui algumas características: flexibilidade na oferta de cuidados, sem exigências de adaptação a padrões fixos; trabalho em equipe, aposta na participação ativa do usuário no processo de elaboração do seu plano individual de cuidados e o apoio à integração social com foco na reabilitação psicossocial. Esse plano individualizado envolve o acolhimento, avaliação, definição das estratégias de derivação para outros dispositivos de saúde e da rede substitutiva e seguimento dos processos em curso, inclusive, definindo critérios para a alta.

5. Terapia Comunitária (Barreto, 2005; Barros e Dimenstein, 2010):

- Está centrada na construção de laços solidários e na partilha de experiências de vida e saberes entre as pessoas.
- Entende que todos são co-responsáveis na busca de soluções e superação dos desafios do cotidiano.
- Trabalha visando à ampliação da capacidade de análise das equipes por meio da reflexão acerca das dificuldades do cotidiano, bem como da circulação de afetos, de desejos, de interesses e da constituição de vínculos.

6. Movimentos Sociais: investimento no empoderamento e protagonismo dos atores sociais por meio:

- Recuperação da memória histórica e dos saberes populares;
- Potencialização das virtudes das populações (criatividade, inventividade, solidariedade, sentido comunitário);

- Invenção de estratégias participativas, desenvolvimento de competências coletivas no cotidiano dos serviços;
- Fomento de redes de intercâmbio e compartilhamento de experiências entre trabalhadores e destes com a comunidade (Guzzo e Lacerda, 2009).

Processos de Subjetivação e a micropolítica do cotidiano

Como assinalado anteriormente, o campo da saúde demanda mutações subjetivas, outros modos de ser trabalhador, novos jeitos de trabalhar. Isso implica em estar alerta aos especialismos, às naturalizações e em um esforço permanente de ruptura com a lógica que persegue verdades inquestionáveis, modelos padronizados e estereotipados.

A produção de novas realidades, de novas sociabilidades e sentidos de pertencimento, a busca de respostas aos problemas cotidianos levando em conta os saberes e recursos disponíveis (singularidade das situações vividas), o enfrentamento do fatalismo ou desesperança, das práticas e discursos que apostam no imobilismo (não há mudança possível) e na falência dos coletivos (não vale a pena se organizar), da descrença na reconversão dos processos de socialização, assim como dos processos de mortificação e cansaço comumente identificados entre os trabalhadores de saúde, dependem de uma intrincada rede que articula elementos como gestão do trabalho, modos de operar e de subjetivar. Ou seja, o trabalho tido “como espaço concreto de reinvenção de regras e “usos de si” para transformar as coisas e a si próprio” (Santos-Filho e Barros, 2007, p.127).



Em 1979 Basaglia proferiu uma série de conferências no Brasil abrindo um campo amplo de questões para o processo de reforma psiquiátrica que se iniciava em nosso país. Passados mais de 30 anos desse momento onde pontuou a questão fundamental “*Contra o pessimismo da razão, o otimismo da prática*”, vivemos o desafio não só de prosseguir na construção das condições propícias à transformação da realidade manicomial, bem como do enfrentamento daquilo que ele tomou como prioridade na sua experiência: as tensões abertas no campo profissional e os problemas que emergem num contexto de reordenamento das práticas, dos poderes e das subjetividades. Basaglia (1979) insistia em dizer que: “não nos restringimos a problemas técnicos” quando se trata de produzir uma realidade social distinta. É necessário investir no não cumprimento do mandato social que nos torna operadores da exclusão e da violência.

O desafio basagliano parece cada vez mais presente e vivo na contemporaneidade, porém escamoteado na lógica do perfeccionismo técnico, estéril e limitado em seu alcance político. Os rumos do “revolucionismo institucional” proposto pelo psiquiatra italiano se dissipam em tempos de biopolítica cuja sutileza está em interferir em nossa capacidade coletiva de compreender as modalidades de relação com as diversas instituições que nos atravessam, nossas implicações e seus efeitos no cotidiano. Nos tempos atuais, esse poder, denominado de biopolítica, participa ativamente da fabricação de modos de subjetivação, da produção do cotidiano das pessoas, sujeitando-as

a verdades normativas que prefixam sua vida e suas relações. Nesse jogo, várias estratégias são colocadas a serviço da construção da serialização, da homogenização, da não implicação, ou seja, de mecanismos cada vez mais sutis de dominação e de poder que gerenciam as existências e nos tornam cada vez mais cansados e conformistas. Nossos cursos de psicologia e a categoria profissional se colocam, muitas vezes, como poderosos aliados dessas forças, como zonas cegas de crítica, como territórios de reprodução dos saberes e poderes estabelecidos.

Atualmente, a maneira de gerir as profissões sob o signo da autonomia, da responsabilidade e da excelência técnica se apresenta como um elemento do fenômeno que o Gilles Monceau (2008) vem chamado de “universitarização das profissões”, o qual vem produzindo, dentre outras coisas, a objetificação da nossa ação técnica. Isso pode ser visto claramente na tendência à protocolização do cotidiano com a proliferação excessiva de guias, de procedimentos e instrumentos de normatização das práticas de cuidado. Burocratização, engessamento do cotidiano, inversão de prioridades dando-se mais importância e dedicando-se mais tempo à produção desses enquadramentos do que ao encontro direto com o usuário, familiares e seu entorno. Esse modo de operar é amplamente valorizado pelas gestões e desejado pelos profissionais como indício de confiabilidade e qualidade, quando, muitas vezes, reflete apenas um perfeccionismo estéril com forte impacto em termos das relações de forças entre técnicos e usuários pela invisibilidade e naturalização dos processos de captura postos em curso.

No campo da Reabilitação Psicossocial, por exemplo, a tendência atual em vários países da Europa como Inglaterra, Itália, Portugal, Grécia, bem como na Espanha, é atribuí-la “dignidade” técnica, concebendo-a como um procedimento metodológico mensurável e reprodutível. Cada vez mais se observa as propostas de reabilitação psicossocial associadas às práticas baseadas em evidência, a uma perspectiva de recuperação/*recovery* psicologizada, sintonizada com o intimismo individualista típico das sociedades contemporâneas, a uma perspectiva de

empoderamento limitado à esfera individual, cada vez menos articulado à vida coletiva, à transformação dos micro-fascismos cotidianos e à produção de novas formas de sociabilidade. Reabilitação como estratégia biopolítica que tem a função de ordenar o cotidiano do “enfermo” mental e de suas famílias, de gerenciar tudo o que escapa à normalidade e ao moralmente aceitável por meio da imposição de disciplina e práticas de vigilância no interior dos serviços sanitários e sociais visando produzir o “doente mental” bem comportado, obediente e trabalhador.

Basaglia (1985) ressaltava: “O perigo no momento atual é querer resolver o problema do enfermo mental através de um aperfeiçoamento técnico” (p.126), que é a tônica dos discursos acadêmicos atuais, especialmente na psiquiatria e psicologia de tendência biologicista. Aperfeiçoamento via reconversão dos velhos manicômios em modernas estruturas hospitalares, por meio de teorias aparentemente neutras, de manuais assépticos como o DSM IV, da crença na eficácia intrínseca das técnicas, seja individual ou grupal, em planos de cuidados ou projetos terapêuticos individualizados em que os usuários não participam de sua elaboração, enfim, por meio de práticas que mantêm o lugar do especialista preservado e sua dimensão tutelar intocada. Basaglia dizia que quando desempenhamos nosso papel numa instituição, ou seja, quando cumprimos nosso mandato social sem questionar o fato de que ainda permanecemos presos à contradição de adaptar os excluídos à sua exclusão, isso se trata de uma violência técnica. E aí nos perguntamos: esse modo de operar está restrito apenas às velhas estruturas manicomialis? Faz parte de um passado já superado? Por acaso não observamos essas relações de poder e violência nas famílias, escolas, nas organizações, nos CRAS, no mundo acadêmico, ou seja, em todos os espaços onde circulamos e que somos chamados a falar como especialistas?

E o que dizer dos novos dispositivos de cuidado em saúde mental como CAPS, Residências Terapêuticas, etc, que mantêm essencialmente intactas as conhecidas estruturas de poder, a supervalorização dos medicamentos, o valor do aparato

psiquiátrico, o medo e o estigma de lidar com a experiência da loucura, a falta de clareza quanto à direção da luta antimanicomial, as identidades profissionais cristalizadas? Ou seja, o que dizer das práticas que reafirmam o manicômio que transcende o hospital psiquiátrico? Da intolerância e até de hostilidade camufladas sob o discurso da proteção e do cuidado?

Hoje, portanto, é necessário inventar formas de resistência, talvez menos heroicas do que aquelas que iniciaram a Reforma Sanitária e Psiquiátrica no país. Entretanto, a questão é:

- Como construir e sustentar uma agenda pós-manicomial em tempos de uma psiquiatrização generalizada da vida e de hegemonia das ideologias científicas que nós mesmos produzimos?
- Como recusar uma demanda cada vez mais intensa de resposta médica/psicológica ao sofrimento cotidiano, à evidente renúncia das pessoas à autonomia e à capacidade crítica de eleger os rumos da própria vida sem se refugiar na palavra do especialista?

Definitivamente não é uma tarefa fácil. Não se trata somente de conhecimento técnico, mas de um desafio ético-político em termos da produção das práticas psicológicas na contemporaneidade. Diz respeito às formas de governo da vida e ao uso de “tecnologias de equilíbrio social” (Bernardes, 2010, p.212) postas em operação por um tipo de psicologia que se integra ao campo da saúde intensificando a supremacia do indivíduo privado, responsável por seu próprio adoecimento, bem como o valor do *expert*, que vem salvaguardar/tutelar os “incapazes” por meio de uma racionalidade técnica. Trata-se dos micropoderes, da sutileza dos mecanismos de controle e gestão da vida, da patologização e medicalização indiscriminada no cotidiano, da política de extermínio das diferenças, da crença na naturalidade da pobreza, da injustiça e da violência.

A Psicologia Social Crítica vem questionar tudo isso, especialmente a nossa cumplicidade com a manutenção das

profundas desigualdades sociais, das formas de opressão e da ordem instituída. Paulo Freire (1998) dizia o seguinte: “o humanismo é um compromisso radical com o homem concreto. Compromisso que se orienta no sentido de transformação de qualquer situação objetiva na qual o homem concreto esteja sendo impedido de ser mais” (p.22). Em função disso, é uma área do conhecimento que se ocupa a pensar e propor estratégias que viabilizem mudanças, que favoreçam a organização de coletivos, que nos coloque em condições de produzir deslocamentos, novas formas de ação política que rompam a violência do nosso mandato social, tal como posto por Basaglia (op.cit), nesses tempos de cinismo, oportunismo e desencanto com os modos intensivos e insubordinados de vida.

Referências

- AYRES, J. R. C. M. Sujeito, Intersubjetividade e Práticas de Saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, v.6, n.1, 2001, pp.63-72.
- BARRETO, A. P. *Terapia comunitária passo a passo*. Fortaleza: LCR; 2005.
- BARROS, M. E. B. et al. O desafio da humanização dos/nos processos de trabalho em saúde: o dispositivo “programa de formação em saúde e trabalho/PFST”. In: SANTOS-FILHO, S. B. e BARROS, M.E.B. (Orgs.): *Trabalhador da saúde: muito prazer! Protagonismo dos trabalhos na gestão do trabalho em saúde*. (pp. 99-121). Ijuí: Editora Unijuí, 2007.
- BARROS, R. B. & BARROS, M. E. B. Da dor ao prazer no trabalho. In: SANTOS-FILHO, S.B. e BARROS, M.E.B. (Orgs.): *Trabalhador da saúde: muito prazer! Protagonismo dos trabalhos na gestão do trabalho em saúde*. (pp. 61-71). Ijuí: Editora Unijuí, 2007.
- BARROS, S. C. M. & DIMENSTEIN, M. O Apoio Institucional como dispositivo de reordenamento dos processos de trabalho na Atenção Básica. *Estudos e Pesquisas em Psicologia (Online)*, v. 1, p. 48-67, 2010.

- BASAGLIA, F. *A Instituição negada*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- BASAGLIA, F. *Psiquiatria Alternativa: contra o pessimismo da razão, o otimismo da prática*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1979.
- BERNARDES, A. G. Psicologia e o sistema indivíduo de saúde. In GUARESCHI, N. M. F. et al. (Orgs.): *Psicologia, formação, política e produção em saúde* (pp. 206-220). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.
- BEZERRA, E. N. R. & DIMENSTEIN, M. Os CAPS e o trabalho em rede: tecendo o Apoio Matricial na Atenção Básica. *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 28, p. 632-645, 2008.
- CARVALHO, S. R. Reflexões sobre o tema da cidadania e produção de subjetividade no SUS. In Carvalho, S., Ferigato, S. e Barros, M. E (Orgs): *Conexões. Saúde Coletiva e Políticas de Subjetividade*. (pp. 23-41). São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2009.
- DIMENSTEIN, M. (Org.). *Produção do Conhecimento, agenciamentos e implicação no fazer pesquisa em Psicologia*. Natal, RN: Editora UFRN, 2009^a.
- DIMENSTEIN, M. et al. O apoio matricial em unidades de saúde da família: experimentando inovações em saúde mental. *Saúde e Sociedade*, 8 (1), 63-74. 2009^b.
- DIMENSTEIN, M. et al. O Apoio Matricial na perspectiva de coordenadoras de Equipes de Saúde da Família. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, v. 4, p. 37-48, 2009^c.
- DIMENSTEIN, M., & MACEDO, J. P. Desafios para o fortalecimento da psicologia no SUS: a produção referente à formação e inserção profissional. In Spink, M. J. P. (Org.): *A psicologia em diálogo com o SUS: prática profissional e produção acadêmica* (pp. 207-234). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FREIRE, P. *Educação e Mudança*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

- GUARESCHI, N. M. F. et al. (Orgs.). *Psicologia, formação, política e produção em saúde*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.
- GUZZO, R. S. L & LACERDA Jr, F. (Orgs.). *Psicologia Social para a América Latina - O resgate da Psicologia da Libertação*. 1. ed. Campinas: Editora Átomo & Alínea, 2009.
- MARTÍN-BARÓ, I. *Psicología de la Liberación*. Madrid: Editorial Trotta, 1998.
- MERHY, E. E. & FRANCO, T. B. Por uma composição técnica do trabalho em saúde centrada no campo relacional e nas tecnologias leves. Apontando mudanças para os modelos tecnoassistenciais. *Saúde em Debate*, v. 27, n.65, p.316-23, 2003.
- MERHY, E. E. *Saúde: a cartografia do trabalho vivo*. Hucitec, São Paulo. 2002.
- MONCEAU, G. Implicação, sobreimplicação e implicação profissional. *Fractal Revista de Psicologia/UFF*, v.20, n.1, 2008, pp. 19-26.
- RIVERO, N. E. E. Entre o zumbi e o fantasma: o paradoxo das formações profissionais. In GUARESCHI, N. M. F. et al. (Orgs.): *Psicologia, formação, política e produção em saúde* (pp. 141-158). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.
- ROLNIK, S. *Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina, Editora da UFRGS. 2006
- SANTOS-FILHO, S. B. Um olhar sobre o trabalho em saúde nos marcos teórico-políticos da saúde do trabalhador e do HumanizaSUS: o contexto do trabalho no cotidiano dos serviços de saúde (pp.73-96). In: SANTOS-FILHO, S. B. & BARROS, M. E. B. (Orgs.): *Trabalhador da saúde: muito prazer! Protagonismo dos trabalhos na gestão do trabalho em saúde*. Ijuí: Editora Unijuí, 2007.
- SANTOS-FILHO, S.B. & BARROS, M. E. B. A base político-metodológica em que se assenta um novo dispositivo de análise e intervenção no trabalho em saúde. In: SANTOS-

FILHO, S. B. e BARROS, M. E. B. (Orgs.) *Trabalhador da saúde: muito prazer! Protagonismo dos trabalhos na gestão do trabalho em saúde*. (pp.123-42). Ijuí: Editora Unijuí, 2007.

SPINK, M. J. et al. A inserção de psicólogos em serviços de saúde vinculados ao SUS: subsídios para entender os dilemas da prática e os desafios da formação profissional. In: Spink, M. J. (Org.): *A psicologia em diálogo com o SUS: prática profissional e produção acadêmica*. (pp. 53-79). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

VASCONCELOS, M. F. F. & MORSCHER, A. O apoio institucional e a produção de redes: do desassossego dos mapas vigentes na Saúde Coletiva. *Interface (Botucatu)*, Botucatu, 2009. Available from
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832009000500024&lng=en&nrm=iso>. access on 15 May 2011. doi: 10.1590/S1414-32832009000500024.

Psicologia Social e Saúde: Reflexões impertinentes sobre a produção de conhecimento sobre qualidade de vida em saúde⁵²

Gustavo Correa Matta⁵³

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – FIOCRUZ

“Na sala de aula, o professor John Keating aparece sentado em sua mesa. Ele solicita que os rapazes abram seus livros na página 21 da introdução. Ele diz:

– Sr. Perry, leia o parágrafo inicial intitulado “Entendendo Poesia”.

Perry começa a ler em voz alta:

– “Entendendo Poesia do Sr. J. E. Pritchard, PHD.” Para entender poesia, deve-se dominar sua métrica. Figuras de linguagem, rima e fazer 2 perguntas: 1) Como o objetivo do poema é expresso? 2) Qual a importância desse objetivo? A primeira avalia a perfeição do poema. A segunda, sua importância. Com essas perguntas respondidas torna-se relativamente fácil determinar a grandeza do poema. Se sua perfeição é representada horizontalmente num gráfico e sua importância verticalmente calculando-se a área do poema chega-se a medida de sua grandeza. Um soneto de Byron pode ser ótimo verticalmente, mas só médio horizontalmente. Um soneto de Shakespeare é

⁵² Este trabalho é uma versão ampliada e atualizada de um capítulo de minha tese de doutorado (MATTÁ, 2005).

⁵³ Psicólogo. Pesquisador em Saúde Pública da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – FIOCRUZ.

ótimo tanto horizontalmente como verticalmente. com uma área considerável revelando ser o poema bom. Ao ir lendo este livro pratique este método. A medida, que crescer sua habilidade de avaliar crescerá seu gosto por poesia e sua compreensão dela.

Perry chega ao fim do texto. Keating vira-se vagarosamente de frente para os rapazes e após uma pequena pausa diz:

1. Excremento! É o que penso do Sr. Pritchard. Não estamos medindo poesia. É poesia! Não é um programa de calouros: "Gosto do Sr. Byron. Dou-lhe nota 42, mas não dá para dançar". Quero que arranquem essa folha. Arranque a folha toda."

Dead Poet's Society by Tim Shulman (1989)

Apresentação

Este trabalho tem como objetivo discutir a construção e o uso da noção de qualidade de vida no campo da saúde a partir de uma leitura da Psicologia Social de perspectiva construcionista, evocando o tema proposto pela organização do XVI Encontro Nacional de Psicologia Social da ABRAPSO - Psicologia Social: disciplina, interdisciplinaridade ou indisciplina.

Ao longo do texto analisaremos a construção da noção de qualidade de vida como uma estratégia retórica para condensar a complexidade e dimensões da vida dos sujeitos, grupos sociais e populações sobre um indicador que vá além do foco sobre a doença e a sobrevivência dos indivíduos. Esta operação discursiva resulta num dispositivo biopolítico que produz, no plano argumentativo, os ideais representados nas concepções interdisciplinar e ampliada de saúde e engendra uma estratégia de governamentalidade para a avaliação e proposições de políticas e ações de saúde no mundo. (Foucault, 1979)

Para realizar essas análises foi empreendida uma pesquisa bibliográfica sobre o tema qualidade de vida relacionada à saúde.

Após identificar autores e títulos mais utilizados como referência teórica e metodológica foi realizada a análise dos principais argumentos e estratégias de construção de conhecimento, instrumentos/indicadores e políticas de avaliação de sistemas e ações de saúde.

Psicologia Social: crítica e construcionismo social

Partindo de uma perspectiva construcionista da realidade, seguindo as trilhas abertas por Mary Jane Spink, a construção dos conhecimentos científicos tem sido alvo de inúmeras pesquisas e discussões acaloradas. A ideia de que o conhecimento científico é construído socialmente e é subordinado às contingências históricas e culturais está presente na obra de diversos autores e constitui o ponto de partida metodológico deste trabalho. (SPINK, 2000)

Ao discutirmos a construção do conhecimento científico estamos tratando de implicações e imbricações nas relações entre ciência e sociedade. Neste sentido, não se trata de uma abordagem representacionista frente aos referentes empíricos científicos. Não se trata de um espelho mental no qual somos capazes de representar a natureza das coisas (Rorty, 1997), mas sim da impossibilidade de pensar, dizer e fazer algo que não seja fruto de nossas práticas sociais. (Spink, 2004)

A “verdade científica” seria então o resultado de uma operação retórica, em que os enunciados científicos se produziram a partir de acordos sociais, fruto de relações institucionais e de crenças e interesses em disputa. Esta operação retórica se daria numa arena onde determinadas regras do que é ciência e como fazê-la são compartilhadas por um grupo social em busca de reconhecimento, financiamento e influência, e formam o que Bourdieu (1994) chama de campo científico.

Spink (2004), comentando Hacking (1999), aponta para dois elementos fundamentais na pesquisa construcionista. O primeiro diz respeito à construção de ideias que por sua vez constroem objetos. E o segundo elemento, é que as ideias emergem de uma

matriz, de um conjunto de elementos formados, por exemplo, por instituições, artigos, políticas, médicos, estatísticos, doenças e psicólogos a partir dos quais são construídas as ideias sobre qualidade de vida.

Queremos enfatizar que, a partir da postura construcionista, consideramos que a noção de qualidade de vida em saúde é uma construção histórica das relações entre ciência, medicina e políticas de saúde globais que se materializam em instrumentos, medidas, propriedades psicométricas, discursos e programas políticos de governos e agências internacionais (Matta, 2010).

Minayo et al. (2000) apontam para uma arqueologia da noção de qualidade de vida na sua relação com o campo da saúde que remonta à medicina social, através da noção de condições de vida na Europa do século XIX. Neste sentido, mais voltada para as classes trabalhadoras urbanas e para formulação de políticas públicas e sanitárias.

No campo da saúde, o discurso da relação entre saúde e qualidade de vida, embora bastante inespecífico e generalizante, existe desde o nascimento da medicina social, nos séculos XVIII e XIX, quando investigações sistemáticas começaram a referendar esta tese e dar subsídios para políticas públicas e movimentos sociais. (Minayo et al., 2000:9)

Os autores enfatizam a preocupação dos discursos da medicina social, da saúde pública e da saúde coletiva, com as condições de vida da população, a prevenção e a promoção da saúde, e também com os determinantes não-médicos das relações entre saúde e doença. Contudo, o termo qualidade de vida parece ter sido forjado apenas recentemente, sendo desde então recorrentemente citado em publicações, discursos, e como uma ética da assistência nas instituições de saúde.

Apesar do excelente estudo desenvolvido por esses autores, nossa pesquisa aponta para duas perspectivas diferentes. A primeira é que a constituição de um campo científico sobre as medidas de qualidade de vida relacionadas à saúde teria suas origens nas

últimas décadas do século XX. E a segunda é que o surgimento desses indicadores produziram um duplo corte epistemológico no campo das avaliações em saúde.

O Surgimento de um novo Campo: Qualidade de Vida Relacionada à Saúde

O surgimento de um campo de estudo e investigação específico que tem como finalidade a criação de indicadores de avaliação de qualidade de vida, unindo num único instrumento itens objetivos e subjetivos do processo saúde/doença é uma criação recente e seus múltiplos desdobramentos é um dos objetos desse trabalho.

Nossa pesquisa indica a significativa presença de estudos que utilizam a expressão qualidade de vida no campo da saúde e a avalanche de instrumentos compostos a partir da década de 70. (McHorney, 1999)

Para se ter uma ideia da difusão recente do termo Qualidade de Vida no meio médico, realizamos uma pesquisa exploratória no MedLine, via internet, que mostra claramente a entrada dessa noção no imaginário da medicina nas últimas décadas. Inserindo-se unicamente o termo qualidade de vida como uma opção de busca por assunto, encontramos a publicação de 32.962 artigos no período de 1970 à 1999. Deste total, 26.224 artigos foram publicados somente na década de 90, e até 2004 foram publicados 31.414 artigos.

Portanto, aproximadamente 80% dos trabalhos foram publicados na última década, demonstrando a influência recente dessa noção na literatura médica. Ainda seria necessário realizar uma classificação desses trabalhos, uma vez que os artigos foram selecionados pela presença do tema qualidade de vida em suas chaves de indexação ao MedLine. Quando inserimos a busca pela expressão qualidade de vida no título dos trabalhos, encontramos resultados semelhantes, com 6.392 artigos publicados na década de 90 contra apenas 983 na década de 80.

Não se trata simplesmente de um marco no tempo, mas principalmente uma convergência de interesses, investimentos e disputas entre pesquisadores que dão forma e sentido a este novo campo.

Aqui vale à pena lembrar Bourdieu (1994) e a constituição do campo científico com suas lutas pela competência, pelo investimento e pelo monopólio do conhecimento. Neste sentido, inaugura-se um campo específico de lutas por um instrumento de mensuração de qualidade de vida hegemônico, reconhecido pelos seus pares e passível de desenvolvimento e superação (Kuhn, 1996).

A partir desses estudos que relacionam qualidade de vida e saúde, um novo movimento/campo discursivo e político tem sido observado: O “Health-related quality of life” (HRQL):

... é o valor atribuído à duração da vida quando modificada pela percepção de limitações físicas, psicológicas, funções sociais e oportunidades influenciadas pela doença, tratamentos e outros agravos, tornando-se o principal indicador para a pesquisa avaliativa sobre o resultado de intervenções (Minayo et al., 2000:12).

Nesses estudos, é determinado um gradiente quantitativo crescente para definir as condutas terapêuticas e as políticas para o setor, as quais proporcionariam mais qualidade de vida para o sujeito ou a população. A qualidade de vida seria então o resultado da avaliação dos domínios que compõem as áreas do comportamento ou da experiência em estudo, por exemplo: capacidade funcional, dor, aspectos psicológicos, redes sociais e econômicas, religião, entre outros (Guyatt et al, 1993). Cada domínio será composto por itens, que em última instância são questões relativas ao domínio relacionado, e submetido a escalas que oferecem ao indivíduo pesquisado uma padronização de respostas hierarquizadas, representando os diferentes graus de satisfação.

Os domínios, chamados também de dimensões, esperam abranger os diversos aspectos que determinam a relação do indivíduo com seu corpo, suas emoções e o mundo que o cerca. A avaliação dessas dimensões fornecerá um índice, através de recursos metodológicos psicométricos.

Os instrumentos de qualidade de vida têm sido classificados em genéricos e específicos. Os instrumentos genéricos dizem respeito à mensuração da qualidade de vida de uma população, voltada para a avaliação da assistência e/ou das políticas de saúde. Os instrumentos específicos têm o objetivo de avaliar o impacto de uma doença, procedimento ou condição na qualidade de vida dos indivíduos envolvidos.

Outros instrumentos foram criados como a própria pesquisa bibliográfica descreve, mas o que esses estudos indicam é o desenvolvimento e a consolidação de dispositivos de mensuração de qualidade de vida que exercem sua influência sobre as escolhas terapêuticas, a avaliação e discriminação de subjetividades e grupos sociais, e a prescrição de instrumentos para a avaliação e criação de políticas.

O duplo corte epistemológico: avaliando sistemas de saúde e intervenções

A segunda perspectiva em que pretendemos contribuir é que ao surgir como um novo campo, os indicadores de qualidade de vida relacionados à saúde sofrem um duplo corte epistemológico. Um que provocará o alargamento dos elementos que compõem os indicadores de saúde populacional, e outro com a principal função de avaliar o resultado ou as consequências de intervenções médicas, servindo como um método complementar aos tradicionais ensaios clínicos.

No primeiro corte, a noção de qualidade de vida tem o efeito de abordar os diversos determinantes que influenciam a saúde da população, no sentido da sua coletividade, e serve para orientação dos sistemas de saúde e monitoramento das políticas de saúde.

Até então as medidas populacionais de saúde eram resumidas às taxas de mortalidade e morbidade. Com a necessidade de estabelecer novas formas de avaliar as ações de saúde, no conjunto das estratégias de desenvolvimento das políticas sociais, qualidade de vida foi tomando diversas formas neste contexto: Expectativa de vida ao nascer (QALY), carga de doença (Burden of Disease), anos de vida ajustados pela incapacidade (DALY), entre outros.

Em todas essas expressões é clara a intenção de ampliar o foco da avaliação dos processos saúde/doença, permitindo uma melhor avaliação da relação custo-efetividade, das repercussões da carga de doença para os sistemas de saúde e possibilitando uma convergência entre informações de saúde e critérios demográficos.

Segundo Murray (2002), a necessidade de criar uma medida populacional é fundamental para a avaliação dos sistemas de saúde, servindo como um indicador privilegiado para os ajustes políticos, econômicos e gerenciais. Os indicadores de saúde populacional teriam as seguintes aplicações:

- comparar a situação de saúde das populações entre os diversos países e regiões;
- monitorar as mudanças do status de saúde de uma população;
- identificar e quantificar as iniquidades em saúde nas populações;
- promover o controle adequado dos efeitos das doenças não fatais em toda a população;
- determinar as prioridades de distribuição e planejamento dos serviços de saúde;
- determinar as prioridades de pesquisa e desenvolvimento;
- promover a atualização dos currículos para a formação e treinamento dos profissionais de saúde;
- analisar os benefícios das intervenções em saúde para o uso em análises sobre custo-efetividade.

Como se pode observar na descrição acima, o objetivo desses estudos não é avaliar a saúde da população propriamente dita,

mas a performance dos sistemas de saúde através da saúde da população, ou melhor, a qualidade de vida relacionada à saúde. Os problemas tratados nesses estudos são de distribuição de recursos, financiamento, acesso aos serviços de saúde, o custo social das enfermidades e a comparação das performances dos sistemas nacionais de saúde.

O segundo corte epistemológico se dirige ao campo mais específico da avaliação das intervenções e procedimentos médicos sobre a qualidade de vida do indivíduo. É o oposto do que ocorre no conjunto de indicadores identificados no corte anterior. Aqui o foco não é o sistema de saúde, nem a população, e podemos dizer, nem o indivíduo, mas sim a relação entre doença, tecnologia médica e seus resultados.

A maioria dos trabalhos identificada como parte integrante dos estudos sobre Qualidade de Vida Relacionada à Saúde tem o objetivo de avaliar os efeitos de intervenções, doenças e terapêuticas sobre a qualidade de vida dos indivíduos. (Bowling, 1997; Berlim e Fleck, 2003; Muldoon et al., 1998)

Nesse campo não se enquadram apenas os instrumentos genéricos, mas também os específicos, que têm por objetivo avaliar a qualidade de vida em relação a uma doença ou a condições de vida específicas. Há instrumentos para os mais diversos tipos de doenças, principalmente doenças crônicas ou incapacitantes. Câncer, acidente vascular encefálico, doenças coronarianas, dor, hemodiálise e, recentemente AIDS são algumas doenças que são objeto de diversos instrumentos.

Além de doenças, atualmente há a preocupação em desenvolver avaliações de qualidade de vida em algumas etapas da vida, como a terceira idade e a adolescência.

Alguns autores criticam o desenvolvimento desses instrumentos, alegando que ainda são indicadores centrados na doença, e que não teriam uma concepção positiva de saúde. (Cohen et al., 1996; Bowling, 1997)

Um elemento fundamental desses estudos é que os instrumentos são construídos para possibilitar a visão do indivíduo sobre a sua qualidade de vida, o tratamento e a doença. Isto é, qualidade de vida então partiria da percepção do indivíduo, caracterizando uma medida subjetiva.

Qualidade de Vida em Saúde: Retórica social, ética e política?

Segundo Armstrong e Caldwell (2004) foi durante a década de setenta que os estudos sobre qualidade de vida surgiram na literatura médica. O autor identifica três determinantes fundamentais que justificariam a construção de indicadores.

O primeiro seriam os dilemas do progresso social. Em função do desenvolvimento tecnológico, diversas consequências sociais como o aumento populacional e a degradação do meio ambiente foram afetando a qualidade de vida da população dos grandes centros urbanos. Surge então, no interior dos discursos médicos uma política que o autor chama de "quase-eugênica", no sentido de indicar o controle da natalidade através da esterilização e a interrupção de gestações indesejadas em defesa da qualidade de vida.

For some medical commentators such as Flowers (1970) the solution to the first problem was a quasi-eugenic policy of eliminating unwanted pregnancies and the liberal use of sterilization that would lead to an improved quality of life. This eugenic theme was echoed by Abrams, Daugherty, Abrams et al (1971) who viewed the national situation as 'serious' due to the effects of poverty on 'prenatal and paranatal abnormalities, low birth-weight babies, increased infections, neurologic deficits, apathy, emotional immaturity, lack of self-esteem, negative self-image, reduced social mobility, identity confusion, high infant mortality, (and) environmental and cultural deprivation' (1971: 412). Again the solution was seen as massive political programs to improve 'the quality of life'. (Armstrong e Caldwell, 2004)

Qualidade de vida então seria a única medida capaz de avaliar o “real” progresso da sociedade e a medicina, através de sua tecnologia e das estratégias de educação em saúde, poderia ser um importante aliado para a promoção da qualidade de vida da população.

Neste momento, não há a utilização de um instrumento de qualidade de vida em saúde, mas a presença de uma ideologia liberal que dá voz e sentido ao uso retórico da noção de qualidade de vida no meio médico.

Este primeiro uso da noção de qualidade de vida nos remete às noções totalitárias de vida, saúde e desenvolvimento. Em vários momentos da história recente do mundo ocidental, a medicina lançou mão de políticas e intervenções em nome do progresso e da defesa da sociedade e sua moralidade. Um dos maiores exemplos que podemos citar é o nascimento da psiquiatria e toda a estruturação do modelo asilar nos séculos XVIII e XIX. (Amarante,1995)

O segundo elemento apontado por Armstrong e Caldwell são as consequências éticas do desenvolvimento tecnológico.

Durante as décadas de 50 e 60 houve um grande avanço nas tecnologias médicas, marcado principalmente pelo surgimento da hemodiálise, o transplante renal e as novas terapias para o tratamento do câncer. Essas terapêuticas, quando não levavam o paciente à morte, proporcionavam dor, sofrimento e limitações importantes aos sujeitos.(Matta, 2000)

Neste sentido, era necessário avaliar o custo dessas intervenções sobre a vida das pessoas, promovendo uma discussão ética importante sobre os efeitos do processo tecnológico no campo da saúde, da importância do consentimento informado na relação médico-paciente e das dimensões não-médicas do tratamento. A quantidade de vida proporcionada pela medicina e avaliada pelas taxas de sobrevivência e mortalidade não eram suficientes para avaliar a qualidade de vida dos sujeitos submetidos a intervenções tecnológicas de alta complexidade. Um novo indicador deveria ser

criado, ampliando a possibilidade de avaliação e consequente utilização de procedimentos e sua dimensão ética.

O terceiro e último elemento apontado por Armstrong e Caldwell seria a relação entre doença crônica e a qualidade da assistência.

Com o desenvolvimento da medicina e a diminuição das taxas de natalidade em todo o mundo, houve um aumento da população idosa, que muitas vezes apresenta limitações importantes quanto à locomoção, co-morbidades e necessidade de institucionalização. Neste caso, e também de algumas doenças crônicas como a esclerose múltipla, deficiência física e transtornos mentais crônicos, a noção de cura, ou as medidas de mortalidade não se aplicavam como critérios válidos para a avaliação terapêutica. O interesse se volta então para a qualidade da assistência no sentido de promover qualidade de vida para esses sujeitos. Assistência deve, por exemplo, estimular a independência e autonomia dos pacientes a partir de programas de reabilitação física e psicossocial. Qualidade de vida seria então o resultado da qualidade da assistência.

Uma preocupação muito importante que obteve um desenvolvimento marcante nos últimos anos foram as estratégias de promoção da saúde do idoso. Estas estratégias frequentemente lançam mão da retórica da qualidade de vida para justificar suas ações.

Uma das maiores conquistas deste século foi a ampliação do tempo de vida. Agora é hora de se adicionar **qualidade** a estes anos a mais que serão vividos, promovendo a integração e o respeito de toda a sociedade com o cidadão idoso (Veras, 1995).⁵⁴

Sem negar a importância ética e humana dos programas de atenção ao idoso, é importante registrar que o grande incentivo político para o desenvolvimento da saúde do idoso no Brasil e no mundo, foi o alto custo financeiro representado pelas frequentes internações e intercorrências durante a velhice e a necessidade de

⁵⁴ Grifo nosso.

maior controle das doenças crônicas tão presentes na terceira idade. Esses custos, em longo prazo, produziriam um colapso nas contas dos sistemas nacionais de saúde (Lima-Costa e Veras, 2003).

Neste sentido, qualidade de vida não só possui um atravessamento ético importante quanto a organização dos serviços e a necessidade de ampliação da rede de cuidados, mas também uma retórica humanamente contundente para a necessidade de contenção de custos.

O autor concluiu que a noção de qualidade de vida possui uma importante função retórica no debate do campo médico e terapêutico, abordando questões sociais e políticas por trás de seus indicadores e medidas.

As três dimensões propostas pelo autor colocam em discussão a articulação do uso de indicadores de qualidade de vida e o surgimento e identificação de crises sociais, éticas e políticas no campo da medicina e das políticas de saúde. Seus vários sentidos convergem para o debate em torno das demandas e lutas políticas por uma concepção ampliada de saúde que produziu polêmicos debates em diversas partes do mundo nas décadas de 70 e 80.

A título de ilustração poderíamos citar o programa Saúde para Todos no ano 2000 da OMS, o início das campanhas de controle de natalidade e planejamento familiar encabeçadas pela UNICEF e o pelo Banco Mundial, o surgimento da bioética e dos conselhos de pesquisa envolvendo seres humanos e o movimento da reforma sanitária brasileira que culminou na construção do Sistema Único de Saúde.

É claro que alguns desses movimentos surgiram de lutas democráticas originadas pelas reivindicações populares como a reforma sanitária brasileira. Por outro lado, outras ações como os programas de controle da natalidade do Banco Mundial, constituíram políticas verticais que respondiam aos interesses de grandes grupos econômicos internacionais. Portanto, continuamos a oscilar entre movimentos que fazem usos retóricos distintos da noção de qualidade de vida. Movimentos que também podemos

chamar, junto com Boaventura Santos, de hegemônicos e contra-hegemônicos (Santos, 2002).

Oferecendo um contraponto à leitura de Armstrong e Caldwell, a noção e o uso dos indicadores de qualidade de vida, não teriam uma função retórica de crítica e reflexão no campo da saúde, mas, segundo nosso estudo indica, haveria o oposto: o uso retórico da noção de qualidade de vida e seus indicadores é instituído pelos discursos e práticas do campo da saúde, no sentido da construção de argumentos que implementam procedimentos, intervenções e políticas. Seu sentido retórico não implica em questionar ou criticar, mas sim em justificar, avaliar, persuadir a comunidade científica e os gestores na adoção de protocolos, intervenções e programas, que afinal, promovem a qualidade de vida dos seus usuários.

A intenção que percebemos nesses estudos é a de descrever a qualidade de vida não como um construto subjetivo, uma representação social, mas sim um construtor de realidades, de intervenções e de políticas.

Esquartejando e Medindo: A Mecânica da Qualidade de Vida em Saúde

As teorias estatísticas possuem uma forte articulação entre ciência e governamentalidade e o surgimento das teorias e técnicas psicométricas, no sentido da mensuração dos fenômenos psicológicos, as quais tiveram um avanço vertiginoso nos últimos 40 anos, formam um conjunto de saberes que procuram esquadriñar, mensurar e normalizar cada milímetro da vida humana.

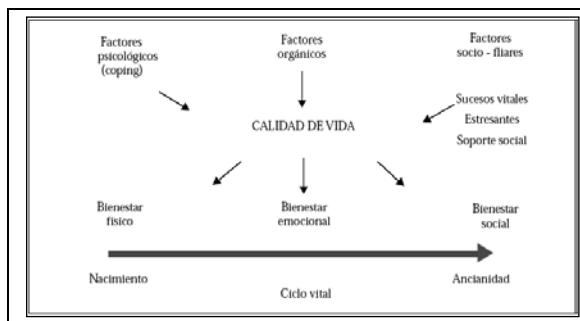
Para exemplificar o que estamos afirmando, os estudos sobre os elementos selecionados que envolveriam as repercussões da doença sobre a qualidade de vida apresentam esquemas e quadros bastante amplos que pretendem cobrir as diversas dimensões da qualidade de vida.

O âmbito da qualidade de vida proposto por Schwartzmann (2003) é amplo e envolve diversas dimensões, que atuam em três domínios distintos do processo saúde/doença. A doença (disease) que envolveria a equipe de saúde, o doente e seu padecimento (illness), e a sobrecarga social e familiar (burden).

Domínio	Enfermar "Disease" Equipo de salud	Padecer "Illness" Paciente Calidad de vida	Soportar "Burden" Familia
Físico	Morbilidad Mortalidad	Funcionamiento Percibido Dolor	Enfermedades Familiares por Stress
Mental	Síntomas y signos neuro-psiquiátricos	Sentimientos Estados de ánimo	Sentimientos Preocupaciones de futuro
Social	Red social Funcionamiento en roles asignados	Soporte social Satisfacción con los roles o cambios de rol	Soporte social Satisfacción con los roles o cambios de rol
Salud general	Severidad de la enfermedad Nivel de salud	Salud percibida Necesidad de servicios sanitarios	Salud percibida Necesidad de servicios sanitarios

Fonte: Schwartzmann, 2003: 12

Os planos esquemáticos vão se desenvolvendo tentando abarcar as diversas dimensões que envolvem a vida e suas possibilidades de mensuração, como um eixo sincrônico que deve ser considerado em função das características de cada faixa etária na sua relação com o tempo.



Qualidade de Vida Relacionada com a Saúde (Schwartzmann, 2003:18)

Os esquemas para tentar compor uma avaliação de qualidade de vida totalitária, no sentido de uma concepção "holística", em que todos os elementos que compõem uma dinâmica vital deverão

estar presentes, representam uma descrição mecânica da vida, captando instantâneos, formando um grande quebra-cabeça da vida na sua relação com a saúde, ou melhor, a doença.

O esquema de trabalho organizado pela OMS demonstra claramente a complexidade do construto que se pretende avaliar.

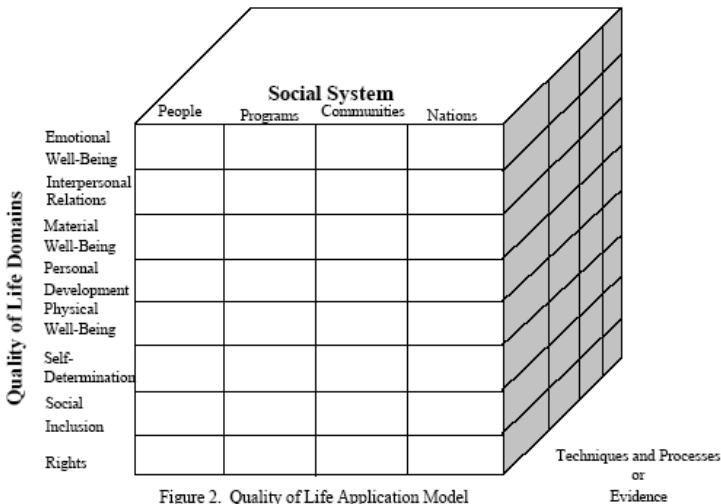


Figure 2. Quality of Life Application Model

WHO-IASSID, 2000:26

A escolha de objetos gráficos para ilustração dos modelos conceituais de qualidade de vida é comum nos textos metodológicos e representam uma importante estratégia, retórica não só nos estudos sobre qualidade de vida, mas em toda a formação e exercício da medicina.

As imagens remetem à realidade empírica sem sê-la jamais, o que explica o papel fundamental que elas ocupam no ensino médico, uma vez que este procura sempre identificar o seu discurso com uma apreensão direta do mundo físico (Pinto, 2000: 42).

Este modelo ontológico-dinâmico, segundo o qual a vida é distribuída em objetos recortados da experiência, do comportamento e do tempo, representados em domínios de qualidade de vida e mensurados, apresenta-se como uma complexa operação retórica.

Há dois processos fundamentais em luta por reconhecimento e que exigem uma grande estratégia de persuasão. Um, interno ao campo dos especialistas em HRQL, na busca de uma metodologia e um instrumento dominante para mensurar a qualidade de vida. E outro, externo às querelas metodológicas e psicométricas, na produção da necessidade, confiabilidade e uso desses indicadores para a avaliação de políticas, procedimentos e terapêuticas. De um lado, o auditório particular dos especialistas, pesquisadores, a comunidade científica dos HRQL; de outro, um auditório mais amplo formado por políticos, gestores, profissionais de saúde e a comunidade de ajuda ao desenvolvimento.

Em busca de uma definição de Qualidade de Vida

Segundo um trabalho realizado por Gill & Feinstein (1994), a maioria dos artigos pesquisados por eles fazem referência à importância da qualidade de vida sobre as investigações clínicas, notadamente a avaliação das intervenções terapêuticas e a definição de políticas para o setor saúde, principalmente nas relações custo-benefício. Os autores avaliaram 75 artigos que tratavam da descrição de instrumentos de mensuração de qualidade de vida, dos quais listaram nada menos que 159 instrumentos.⁵⁵ Em apenas 11 % dos artigos foi encontrada alguma definição do que estava sendo medido, ou seja, qualidade de vida. A maioria dos artigos investigados utilizava qualidade de vida como sinônimo de capacidade funcional e de “health status”. (op. Cit.: 619)

Apesar de críticos em relação à “falta de clareza e a inconsistência do significado e dos instrumentos de qualidade de vida” (op.cit.: 619), os autores reduzem seus argumentos à carência de rigor científico (isto é, estatístico / psicométrico) na criação, aplicação e validação desses instrumentos e à necessidade de deixar a cargo de “experts” essa tarefa.

⁵⁵ No site da International Society for Quality of Life Research - ISOQOL constam atualmente mais de 1.000 instrumentos registrados (<http://www.isoqol.org/>).

Todos os trabalhos que pesquisamos ratificam a dificuldade da definição de qualidade de vida e sua relação com o desenvolvimento dos instrumentos.

Schwartzmann (2003) acredita ser necessária uma concepção de qualidade de vida hegemônica e que possibilite identificar através de dados empíricos confiáveis e comprováveis a mensuração da qualidade de vida relacionada à saúde.

As origens da noção de qualidade de vida para a autora apresentam diversas influências importantes e que constituiriam a base histórica e disciplinar desse campo de investigação. Entre elas estariam:

- os dilemas éticos de situações limites como as unidades de terapia intensiva e suas repercussões para a qualidade de vida do paciente;
- as repercussões dos progressos tecnológicos e as transformações sociais do mundo globalizado nas condições de vida dos povos;
- a necessidade de estabelecer avaliações centradas no paciente e não da doença e seus sintomas;
- necessidade da transformação dos processos de atenção à saúde, principalmente dos aspectos comunicacionais da relação médico-paciente;
- necessidade de identificar os fatores que influenciam na adaptação do paciente ao tratamento;
- promover intervenções psicossociais que produzam o maior bem-estar possível;
- possibilitar formas de avaliação de políticas e procedimentos alternativas às avaliações puramente financeiras.

As influências teóricas apontadas pela autora para o surgimento de indicadores de bem-estar e qualidade de vida na literatura médica e psicológica contemporâneas seriam:

As ciências sociais

A construção de indicadores nas ciências sociais procuraria identificar os determinantes sociais e econômicos do bem-estar social. Esses estudos, segundo a autora, apresentariam uma permanente divergência entre a mensuração de fatores objetivos e apreciações subjetivas a partir de metodologias qualitativas. Entre os fatores objetivos estariam o domínio das necessidades fisiológicas (alimentação, água, saneamento, entre outros) e entre os fatores subjetivos, a necessidade emocional com outras pessoas, necessidade de adaptação social e necessidade de realização e sentido.

A definição de saúde da OMS

Segundo a autora, a OMS foi pioneira no desenvolvimento da qualidade de vida relacionada à saúde através da definição de saúde contida em seus princípios constitucionais. "*Health is a state of complete physical, mental and social well-being and not merely the absence of disease or infirmity.*" (WHO,1946) Para Schwartzmann a definição era muito avançada para a época e não passou da expressão dos desejos de seus criadores, afastando-se da prática médica e dos critérios de avaliação das políticas de saúde.

A investigação da felicidade

A autora aponta para os estudos psicológicos realizados na década de 50 nos EUA, que afirmavam ser a felicidade um construto psicológico passível de investigação.

Estudios posteriores evidenciaron la independencia de los afectos positivos y negativos relacionados con el bienestar. Estudios como los de Costa y Mc Crae (1980) y Abbey y Andrewes (1985) mostraron la relación del afecto positivo con el control interno, la tendencia a la acción, el apoyo social y la extraversión, mientras los afectos negativos muestran mayor asociación con el estrés, la depresión y la neurosis. La demostración por parte de los psicólogos de que las respuesta subjetivas (sentimientos, deseos) podían

evaluarse de modo confiable y válido, a través de tests, contribuyó a jerarquizar este campo del conocimiento y llevó al desarrollo importante de la psicometría como soporte técnico de las evaluaciones (Schwartzmann, 2003:14)

A dificuldade reside em encontrar uma definição de qualidade de vida que sirva aos propósitos de mensuração e avaliação.

Considerações Finais

Os princípios evocados para discutir as origens da noção de qualidade de vida nos artigos estudados vão desde Platão através da ética da boa vida até os conflitos e dificuldades do mundo globalizado. Porém, quando os pesquisadores se defrontam com a necessidade de definir um construto que servirá a propósitos psicométricos e estatísticos, a filosofia e a metodologia não formam uma substância homogênea.

A tentativa de Schwartzmann em criar um modelo conceptual abrangente que ao mesmo tempo ultrapassasse o modelo biomédico e proporcionasse indicações para a melhoria da qualidade de vida da população de natureza interdisciplinar, ilustra bem essa estranha alquimia entre o conceito de qualidade de vida e sua mensuração.

La verificación empírica de este modelo permitiría contar con la evidencia científica para pasar del modelo biomédico que apunta fundamentalmente a los aspectos biológicos de la enfermedad (signos, síntomas) a un modelo integral bio-psico-social que, además de tomar en cuenta todos los aspectos clínicos relevantes, basados en la mejor evidencia disponible, agregue la consideración de los factores psicosociales, a través de intervenciones que, apuntando a mejorar el soporte social y flexibilizar mecanismos de afrontamiento, permitan promover la mejor calidad de vida posible, recordando la frase de Bacon con la que comenzamos este artículo: “El oficio de la medicina no es sino tocar la curiosa arpa que es el cuerpo humano y restituirle su armonía. (Schwartzmann, 2003:20)

Os ideais sociais e políticos contidos na discussão filosófica em torno da noção de qualidade de vida que permitem alusões poéticas e musicais a pesquisadores criteriosos e positivistas, parecem se opor à operação de esquarteramento e metrificacão da vida empreendida pela metodologia dos estudos de HRQL.

É nessa matriz formada por psicólogos, técnicas psicométricas, medicina, sistemas de informação em saúde e as demandas do mundo globalizado, que surgem os instrumentos de avaliação de qualidade de vida.

Os usos da noção de qualidade de vida nos últimos trinta anos apontam para uma dimensão avaliativa da organização social e econômica do mundo globalizado, que reúne sobre a rubrica qualidade de vida noções como desenvolvimento humano, condições de vida e outras. Este uso está centrado em estratégias de governamentalidade que organizam, metrificam, detalham e preparam o solo de evidências populacionais para a formulação e planejamento de políticas e ações globais.

Atentar para a qualidade de vida durante a vigência de doenças e suas limitações, mesmo numa perspectiva multidimensional, não significa a criação de novas políticas que empreendam um sentido ético, estético e humano no cuidado em saúde. Pelo contrário, a medida de qualidade de vida, como nosso estudo demonstra, é apenas mais um indicador na avaliação clínica de doenças e na prescrição de procedimentos e terapêuticas.

Talvez a qualidade de vida em saúde represente um “retorno” ao método clínico da medicina do século XVIII, ampliando as variáveis de observação do fenômeno doença, em que a qualidade de vida é mais um dos "sintomas percebidos pelo olhar" (Foucault, 1987). E também uma representação de uma nova anatomia-patológica, que ao invés da dissecação e esquarteramento dos cadáveres, agora realiza uma minuciosa operação da dissecação da vida, objetivando-a, esquarterando e medindo dimensões, facetas e itens.

Descrever qualidade de vida como uma concepção mecânica, métrica e universal da vida nas suas relações com os processos

saúde/doença é excluir toda a possibilidade de emancipação política, de reconhecimento das especificidades sociais, culturais e históricas, que nos fazem seres eticamente e esteticamente tão diversos. É reduzir nossa percepção a um universo restrito de percepções indexadas por escores quantitativos de objetividade, de comportamento e de satisfação.

Uma psicologia social crítica tem a capacidade e o dever de denunciar a operação retórica que transforma vida, interdisciplinaridade e saúde em peças a serem medidas separadamente, gerando um índice numérico único que pode abstrair os sujeitos, suas culturas, seus territórios e trajetórias.

Nossa intenção neste trabalho foi provocar uma reflexão que nos ofereça alternativas emancipatórias e mais solidárias com as práticas sociais participativas, com as demandas regionais, com as lutas pela democratização do acesso à saúde como direito, com práticas políticas que empreendam a promoção da cidadania e o respeito à diversidade dos sujeitos morais.

Referências

AMARANTE, P.(Coord.) *Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1995.

ARMSTRONG, D. & CALDWELL, M.A. Origins of the concept of quality of life in health care: a rhetorical solution to a political problem. In: *Social Theory & Health*, Volume 2, Issue 4 (361-371), November 2004.

BERLIM, M.T. & FLECK, M.P.A. "Quality of life": a brand new concept for research and practice in psychiatry. In: *Rev Bras Psiquiatr*, 25(4):249-52, 2003.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: Ortiz, R.(Org.) *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ed. Ática, 1994.

BOWLING, A. *Measuring health: a review of quality of life measurement scales*. Philadelphia: Open University Press, 1997.

COHEN, S.R. et al. Defining Quality of Life. In: *European Journal of Cancer*, 32A(5):753-754, 1996.

FOUCAULT, M. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1987.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GILL, T.M. & FEINSTEIN, A.R. A critical appraisal of the quality-of-life measurements. in: *JAMA*, August 24/31, 272 (8), 619-626, 1994.

GUYATT, G. et al. *Measuring Health-related Quality of Life*. *Annals of Internal Medicine*, 118(8): 622-629, 1993

HACKING, I. *The social construction of what ?* Cambridge: Harvard University Press, 1999.

KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1996.

LIMA-COSTA, M. F. e VERAS, R. Saúde pública e envelhecimento. *Cad. Saúde Pública*, vol.19, no.3, p.700-701, jun. 2003.

MATTA, G.C. Da Doença Renal ao Renal Crônico. In: *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 10(1): 65-100, 2000.

_____. *A medida política da vida: a invenção do WHOQOL e a construção de políticas de saúde globais*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro: 2005.

_____. Processos de Globalização e Saúde: Uma leitura a partir da obra de Boaventura Santos. In: REIS, José Roberto; RIBEIRO, Cláudio Gomes. (Org.). *Temas de ensino médio: política, ciência e cultura*. 1 ed. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, 2010.

McHORNEY, C.A. HEALTH STATUS ASSESSMENT METHODS FOR ADULTS: Past Accomplishments and Future Challenges. In: *Annu. Rev. Public Health*. 20:309-35, 1999

McHORNEY, C.A. *Reflections and tensions between scientific canons and proprietary interests in item banking and computerized adaptive testing (CAT)*. Apresentação Powerpoint. Disponível em:

<http://outcomes.cancer.gov/conference/irt/presentations/mchorney_irt.pdf> Acessado em 14 de janeiro de 2005.

MINAYO, M.C.S. et al. *Qualidade de Vida e Saúde: Um debate necessário*. in: *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(1): 7-18, 2000.

MULDOON, F.M. et al. What are quality of life measurements measuring? In: *BMJ* 316:542-545, 1998.

MURRAY, C.J.L. A critical examination of summary measures of population health. In: MURRAY, C.J.L.(Ed.) *Summary measures of population health : concepts, ethics, measurement and applications*. Geneva: WHO, 2002.

PINTO, P.G.H.R. Saber ver: recursos visuais e formação médica. In: *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 10(1): 39-64, 2000.

RORTY, R. *Objetivismo, Relativismo e Verdade: Escritos Filosóficos I*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

SANTOS, B.S. Os processos de globalização. In: *Eurozine - The netmagazine*. Disponível em: <<http://www.eurozine.com/article/2002-08-22-santos-pt.html>> acessado em 28 de janeiro de 2005. Publicado em 2002.

SPINK, M.J. *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez, 2000.

SPINK, M.J. *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano*. Porto Alegre: EDPUCRS, 2004.

SCHWARTZMANN, L. Calidade de vida relacionada con la salud: aspectos conceptuales. *Ciencia y enfermeria* IX(2): 9-21, 2003.

VERAS, Renato P. *Terceira idade: um envelhecimento digno para o cidadão do futuro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UnATI/UERJ, 1995.

WHO. *Constitution of the World Health Organization*. WHO, 1946.

WHO-IASSID. *Quality of life: Its conceptualization, measurement and application*. WHO-IASSID WORK PLAN, August, 2000.

Transformaciones del trabajo y procesos identitarios en el “nuevo” capitalismo. Notas para una discusión en el contexto latinoamericano⁵⁶

Antonio Stecher⁵⁷

Universidad Diego Portales (Chile)

Introducción

La pregunta por las articulaciones entre el trabajo y las identidades personales y colectivas en el contexto de las transformaciones socio-productivas y socio-culturales experimentadas por la región en las últimas tres décadas, ocupa un lugar destacado en las agendas de investigación social en América Latina (Battistini, 2004; Chalfin, 2009; De la Garza, 2000; Nardi, 2006; Soto, 2008; Titto, 2007).

Teniendo como trasfondo los acelerados procesos de modernización política, cultural, económica y tecnológica, y la progresiva consolidación en la región de un nuevo tipo societal “mercado-centrado” que ha reemplazado la matriz “estado-céntrica” y el modelo nacional-desarrollista de sustitución de importaciones, numerosas investigaciones han buscado comprender el modo en que los procesos de reestructuración productiva ocurridos desde los años 80 en distintos sectores de la economía –con cambios a nivel de los patrones tecnológicos, la organización del trabajo, las estrategias de gestión y organización

⁵⁶ Parte importante de este texto fue elaborado en el marco de nuestra participación en el Programa de Estudios de Doctorado en Psicología Social de la Universidad Autónoma de Barcelona. Agradezco a mi tutor Josep M. Blanch, así como a las instituciones de las que fui becario: Fundación Carolina (España) y CONICYT (Chile).

⁵⁷ Programa de Estudios Psicosociales del Trabajo; Facultad de Psicología, Universidad Diego Portales (Chile). E-mail: antonio.stecher@udp.cl

empresarial, las relaciones laborales - han impactado en las experiencias y los procesos identitarios de los sujetos que trabajan (Antunes, 2001; Boyer & Freyssenet, 2003; De la Garza, 2000; Domingues, 2009; Garretón, 2000; Neffa, 1998).

Una de las principales conclusiones que es posible extraer de estos estudios vistos en su conjunto, es la necesidad de considerar la histórica heterogeneidad estructural de la matriz productiva y sociocultural de los países de la región, al interior de los cuales coexisten hoy en día mundos del trabajo profundamente diferenciados y desiguales (Infante & Sunkel, 2009). De este modo, cualquier intento serio por comprender las configuraciones identitarias de los sujetos que trabajan exige atender a la profunda heterogeneidad de las experiencias y escenarios laborales dentro de la región, los cuales varían significativamente en función de aspectos tales como: los contextos nacionales; los sectores económicos y las ramas de actividad; el tamaño de las empresas; su lugar en los encadenamientos productivos y en la generación de valor en el marco del nuevo patrón de acumulación capitalista; su inscripción dentro del sector público o privado; el patrón productivo predominante (artesanal, taylorista-fordista, post-fordista); su pertenencia al sector informal o formal de la economía; su pertenencia al estrato de productividad moderno, intermedio o tradicional; y el perfil socio-demográfico (género, clase, etnia, generación) de la mano de obra empleada, entre otros.

En ese territorio laboral complejo y fragmentario uno de los focos privilegiados de la investigación psicosocial sobre *trabajo e identidades* ha sido el de las medianas y grandes empresas de alta productividad, pertenecientes al estrato moderno y formal de la economía y conectadas a los circuitos económicos globales. En estas empresas sería posible observar con mayor claridad la implementación relativamente consistente y permanente de los principios del nuevo paradigma productivo flexible o post-fordista, el que constituye el núcleo micro o socio-tecnoproductivo del nuevo modelo de desarrollo capitalista. Modelo socioeconómico que se viene consolidando desde fines de los años 70 como respuesta a la crisis estructural del modelo capitalista

taylorista-fordista, y que puede ser entendido como la articulación y ensamblaje de un nuevo *régimen de acumulación* del capital de tipo global, informacional y flexible, y de un nuevo *modo de regulación sociopolítica* de tipo neoliberal o de liberalismo avanzado (Castells, 2001; Harvey, 1998; Lipietz, 1987; Neffa, 1998).

De un modo esquemático es posible plantear que la implementación de este paradigma productivo flexible o postfordista en las grandes empresas de la región ha supuesto a) la introducción de *nuevas formas de organización y gestión empresarial* (empresa red, descentralización productiva, evaluación y adaptación continua al entorno, cultura de la excelencia y satisfacción del cliente, programas de fidelización de los empleados, sistemas de evaluación constante y de remuneración fuertemente individualizados y ligados al cumplimiento de metas, etc.); b) el desarrollo de *nuevas modalidades post-tayloristas, toyotistas o flexibles de organización del trabajo* (polivalencia, equipos de trabajo semiautónomos, círculos de calidad, rotación y ampliación de puestos, movilización de destrezas cognitivas y emocionales, autorregulación de los trabajadores, sistemas justo a tiempo, mayor autonomía y posibilidad de decisión en ciertos ámbitos, formación permanente, intensificación del trabajo y reducción de costos y tiempos muertos, etc.); c) el uso cada vez más masivo y permanente, en el marco de las reformas neoliberales a la legislación laboral, de *formas flexibles o atípicas de empleo* (contratos a plazo fijo, temporales, de practicante, trabajadores suministrados, subcontratados, jornadas part-time), las que permiten la reducción de costos, la adaptación a los flujos cambiantes de la demanda y el acceso a servicios especializados; y, por último, d) importantes procesos de innovación tecnológica y utilización de *nuevas tecnologías computacionales de información y comunicación* que son el soporte de las nuevas formas de gestión y organización en red y que permiten acelerar, automatizar, adaptar e interconectar a escala local y global los procesos productivos de bienes y servicios (Neffa, 1998; Ramos, 2009; Stecher, Godoy & Toro, 2010).

Tomando como foco este núcleo de grandes y modernizadas empresas, distintos investigadores en la región han buscado comprender el modo en que las tendencias de cambio socio-productivo señaladas (flexibilización empresarial, flexibilización del trabajo, flexibilización del empleo y modernización tecnológica), en conjunto o cada una de ellas por separado, conllevan transformaciones importantes en las experiencias cotidianas, los procesos identitarios y las modalidades de subjetividad laboral de los hombres y mujeres empleados en dichas empresas⁵⁸.

Desde la perspectiva de la Psicología Social, uno de los aspectos más interesantes de estos desarrollos investigativos, es el modo en que han problematizado la noción misma de identidad, proponiendo nuevos modos de conceptualización capaces de aprehender el carácter procesual, discursivo, tensional, relacional, dinámico, históricamente situado y contextualmente arraigado de los procesos identitarios. Se observa, así, en parte importante de las investigaciones sobre *“Trabajo, Identidades y Subjetividad”* realizadas en los últimos años, un esfuerzo por desarrollar (o utilizar) marcos teóricos y abordajes metodológicos que permitan capturar, más allá de los tradicionales reduccionismos psicologistas o estructural-funcionalistas, esa elusiva y compleja dimensión de la vida social que son las identidades, ese entramado socio-simbólico, experiencialmente encarnado y biográficamente inscrito, en que se anudan y actualizan, de formas heterogéneas y singulares, las relaciones de poder, el carácter constrictivo de las instituciones, los discursos sociales hegemónicos, y la capacidad

⁵⁸ Es importante considerar que incluso dentro de las grandes y modernas empresas los procesos de reestructuración no son lineales, homogéneos y totales. Como señalan los estudios empíricos los cambios en la gestión de la empresa, la organización del trabajo, las relaciones laborales y el patrón tecnológico no necesariamente se dan simultáneamente, ni con la misma intensidad, ni se expanden por igual en todos los ámbitos y niveles ocupacionales de la empresa, ni suponen necesariamente la anulación total de lógicas productivas anteriores (tradicionales, tayloristas-fordistas), las que coexisten y se articulan de formas complejas con los principios del nuevo paradigma productivo. El modo como esas distintas tendencias de cambio se han ido articulando y dando lugar a específicas configuraciones socio-técnicas en los diferentes sectores y ramas de las economías nacionales debe ser materia de investigación empírica (De La Garza, 2000; Ramos, 2009; Stecher et al., 2010).

de agencia, creación de sentido y resistencia de las subjetividades individuales y colectivas (Battistini, 2004; Dubar, 2002; De La Garza, 2006).

Dentro de este amplio campo de debates, estudios y problematizaciones que hemos reseñado brevemente, nuestro propósito específico en este artículo es presentar y discutir dos tesis o líneas argumentales que están a la base de buena parte de la investigación sobre la articulación entre trabajo e identidades en las sociedades contemporáneas⁵⁹. Si bien son tesis originalmente planteadas pensando en la realidad europea y estadounidense, han tenido una expansión e influjo no menor en distintos países de América Latina, sobre todo en relación al estudio de la realidad de los trabajadores asalariados del sector moderno y formal de la economía. Estas dos tesis han operado, más o menos explícitamente, como marcos de referencia de la investigación social, y han sido movilizadas (por separado o en conjunto) como hipótesis de trabajo de diversos estudios, los que han buscado dar cuenta del modo en que dichas hipótesis se ajustarían, o no se

⁵⁹ Interrogarse por las articulaciones entre el trabajo y las identidades implica, entre otros aspectos, explorar el modo en que los individuos significan el trabajo, se definen a sí mismos en tanto trabajadores y dotan de sentido su experiencia laboral, lo que siempre implica (aunque no se reduce a) la apelación a un conjunto de identidades colectivas. Esto pues los individuos definen lo que son en tanto trabajadores a partir de reconocer su pertenencia a ciertos colectivos o categorías propiamente socio-laborales (sindicatos, profesiones, oficios, empresas, clase, sectores económicos, nivel ocupacional, etc.) pero también extra-laborales (género, grupos familiares, religión, etnia, estilos de vida, etc.). Estos colectivos operan como soportes identificatorios, matrices simbólicas, espacios de pertenencia y fuentes de sentido para la experiencia laboral (Larraín, 2005). Un concepto útil en el estudio de las articulaciones entre identidades y trabajo es el de "identidad laboral", la que puede ser entendida, siguiendo a Dubar, como una producción simbólica articulada narrativamente que expresa las modalidades específicas en que un trabajador entiende y vive su espacio laboral, significa a los otros con que se relaciona en el trabajo y se define a sí mismo como un actor singular al interior de ese escenario social (Dubar, 1998, 2002). A partir del análisis de las narrativas identitarias de los trabajadores es posible reconstruir el modo singular en que un actor responde, en un momento dado y en un contexto específico, a las preguntas de -en tanto trabajador- ¿quién he llegado a ser? ¿quién soy actualmente? ¿quién quiero llegar a ser? ¿quién soy para los otros?. Dichas narrativas identitarias son el resultado del trabajo simbólico de un actor social sobre sí mismo, suponen complejos juegos de reconocimiento, identificación y diferenciación con otros en el marco de particulares interacciones sociolaborales y contextos institucionales, y son elaboradas a partir de la movilización de los recursos narrativos y los materiales simbólicos (ideales de sujeto, formas narrativas, discursos hegemónicos, etc.) disponibles en la cultura (Stecher, 2009).

ajustarían, o se ajustarían de un modo parcial y localmente modulado, a la realidad socio-laboral de los países latinoamericanos. En la siguiente sección de este artículo me propongo presentar estas dos tesis para, en la tercera y última parte de este trabajo, discutir algunos de los límites y alcances de las mismas a la luz de dos consideraciones de índole empírica y teórico-conceptual.

Dos tesis orientadoras de la investigación sobre la articulación trabajo e identidades en el mundo contemporáneo

1. El desmoronamiento del trabajo como soporte identitario: Incertidumbre, volatilidad y precarización de los empleos.

Esta *primera tesis* afirma que en el actual escenario de sociedades tardomodernas y de expansión y consolidación de un nuevo modelo de desarrollo capitalista (global, informacional y en red), el espacio del trabajo va perdiendo progresivamente importancia como instancia articuladora de las subjetividades, soporte de las identidades sociales y principio rector de los procesos de integración social (Battistini, 2004; Neffa, 1998; Offe, 1985). Desde las reflexiones de Offe (1985) y Gorz (1995) en los años 80 discutiendo el fin de la sociedad del trabajo, hasta los textos más recientes de Sennett (2000, 2006) y Bauman (2000, 2001, 2003) aludiendo a la cultura del nuevo capitalismo y al fin de la modernidad sólida, esta línea argumental ha enfatizado el modo en que la crisis del modelo de desarrollo fordista-keynesiano y la emergencia de una nueva configuración societal tardo-moderna o post-fordista han conllevado un progresivo debilitamiento del trabajo como referente central de las narrativas identitarias, de los sentidos de pertenencia y de los vínculos sociales de los sujetos contemporáneos. Esto obedecería a diversos procesos de cambio cultural, político y económico, entre los cuales destacan los siguientes: Por un lado, es posible señalar la manera en que el nuevo modo de regulación “neoliberal” ha implicado una progresiva erosión de la sociedad salarial y de la relación laboral fordista, asistiéndose a una proliferación de formas atípicas de

empleo que dan cuenta (para el caso europeo) de la irrupción de lo precario, discontinuo, inseguro, heterogéneo e informal en el mercado laboral (Beck, 2000). Al interior de un mercado laboral flexible, desregulado, inestable, cambiante y precario, donde crece el desempleo, donde los sujetos transitan entre distintos puestos de trabajo, donde las carreras laborales se vuelven crecientemente discontinuas, volátiles y cambiantes, donde en un mismo escenario laboral coexisten trabajadores con condiciones de empleo muy heterogéneas, el trabajo dejaría de ofrecerse como un espacio predecible, homogéneo y estable en torno al cual construir narrativas identitarias, vínculos estables de reconocimiento y pertenencia, y fuertes identidades colectivas. Como señala Bauman (2003), la transitoriedad y precariedad del empleo despojan al trabajo de toda perspectiva firme de futuro, dejando éste de ser “un huso seguro en el cual enrollar y fijar definiciones del yo, identidades y proyectos de vida” (p. 148). En una línea similar, Sennett (2000) ha dado cuenta del modo en que no sólo los cambios en el mercado laboral, sino también los cambios en los patrones organizacionales y de gerenciamiento de las empresas, inciden en la construcción de una nueva cultura laboral basada en la transitoriedad, la inmediatez y la inestabilidad. El reemplazo de la pirámide burocrática por nuevas formas organizativas en red, las continuas políticas de reingeniería, la exigencia de polifuncionalidad, la innovación continua de procesos en el marco de mercados más competitivos y de consumidores más exigentes y ávidos de novedad, las continuas innovaciones tecnológicas, la rotación permanente de personal, las fusiones empresariales, la exigencia de ganancias en el corto plazo, el carácter global y des-territorializado del capital, la descentralización del proceso productivo, entre otros aspectos, van construyendo escenarios laborales marcados por la experiencia de la caducidad y el cambio continuo. En este nuevo contexto, y a diferencia del capitalismo industrial, las relaciones de largo plazo entre colectivos de trabajadores, y entre trabajadores y la empresa, se van debilitando. La posibilidad de planificar y proyectar un futuro, de construir lazos de confianza y reciprocidad con otros, de cultivar un oficio acotado y específico a lo largo de los años, de generar una fuerte identificación y lealtad con la empresa, de construir un relato de

mi mismo a partir de mi inserción en un escenario social estable, predecible y en el que podré compartir con otros una experiencia común, se torna algo cada vez más difícil. Esta cultura y estilo gerencial del nuevo capitalismo basada en la premisa del “nada a largo plazo” y en el valor del “cambio permanente” estaría llevando a la corrosión del trabajo como soporte de las identidades. Es en ese marco que Sennett (2000), en un tono crítico y pesimista, se pregunta “¿Cómo pueden perseguirse objetivos a largo plazo en una sociedad a corto plazo? ¿Cómo puede un ser humano desarrollar un relato de su identidad e historia vital en una sociedad compuesta de episodios y fragmentos? (...) el capitalismo del corto plazo amenaza con corroer aquellos aspectos del carácter que unen a los seres humanos entre sí y brindan a cada uno de ellos una sensación de un yo sostenible”. (p.25). Incluso, dice Sennett, argumentando de un modo similar a Bauman, en el nuevo escenario económico y empresarial tratar de construir una identidad estable y sólida en torno al trabajo, o buscar cultivar vínculos de lealtad y confianza, sería, además de inútil, algo poco adaptativo, pues estaríamos en un contexto laboral que opera justamente a través de vínculos débiles y transitorios y que exige a los sujetos “identidades” fugaces, flexibles y maleables.

Junto a los cambios recién señalados en el mercado de trabajo y en la organización de la empresa, es posible ubicar también -dentro de esta primera tesis- aquellos argumentos que han puesto el foco en los cambios culturales para explicar el debilitamiento del trabajo como soporte fundamental de las identidades y los vínculos sociales en el mundo contemporáneo. En esta línea autores como Bauman (1999, 2003), Beck (1998, 1999, 2000, 2001) y Giddens (1997) han dado cuenta del modo como la radicalización de los procesos de individualización y la expansión de la cultura del consumo estarían debilitando la “ética del trabajo” y el imaginario laboral industrial. Asistiríamos, así, al socavamiento de aquel ideal que afirmaba que -tener un empleo, cultivar un oficio o profesión encarnando sus valores y virtudes, apropiarse e identificarse con la cultura laboral propia de la posición de clase, trabajar en forma sacrificada, disciplinada y responsable

contribuyendo al esfuerzo colectivo de modernizar la sociedad, pertenecer a un colectivo laboral relativamente estable, claramente delimitado y con un rol preciso en el entramado institucional, - era la principal y única forma de integrarse y ser útil a la sociedad, transformándose en un adulto digno y valioso para uno mismo y para los otros (Blanch, 2003). A diferencia de ese imaginario e ideal propio del capitalismo industrial, la individualización daría cuenta de cómo hoy en día -en un contexto de creciente interconexión y acceso a la información, de desestabilización de las macroidentidades sociales propias de la modernidad industrial (clase, estado-nación, política, género), de pluralización de los mundos de vida, de crisis de las grandes narrativas políticas y laborales, de primacía del mercado como matriz de las relaciones sociales, de socavamiento del entramado institucional del Estado-nación y de multiplicación de los sistemas de creencias y valores- los individuos son compelidos a construir por sí mismos sus propios proyectos de vida, a ser gestores y malabaristas de su propia existencia, teniendo para ello que optar entre tradiciones, referentes de sentido y marcos culturales diversos, cambiantes y eventualmente contradictorios (Beck, 2001; Lechner, 2002). En este emergente escenario cultural se afirma como valor principal la autonomía y la autorrealización personal, y cada individuo es mandado a construir su propia vida desde su particular posición en el desigual orden social. Se expande de este modo un imaginario cultural en el que cada individuo tendría la responsabilidad de forjarse a sí mismo, la posibilidad de construir un proyecto biográfico viable y satisfactorio a partir de un proceso continuo de toma de opciones, de ponderación reflexiva de distintas alternativas, de apuestas y elecciones en un mundo incierto y cambiante que no ofrece ya, con la claridad de antaño, marcos colectivos de referencia y enraizamiento⁶⁰ (PNUD, 2002).

⁶⁰ Reconocer la expansión del imaginario cultural de la individualización no supone desconocer, como es obvio, que los actores sociales según su posición diferencial en la estructura social cuentan con recursos y capitales desiguales para responder al mandato social de construir en forma individual un proyecto de vida personal. Como hemos observado en investigaciones con trabajadores de diferentes grupos ocupacionales, los actuales procesos de individualización en la sociedad chilena tienen implicancias muy distintas según los recursos con que cuentan los actores (Díaz, Godoy, Stecher, 2005). Para una élite de sujetos incluidos y protegidos en diversas redes laborales, de consumo,

Así, el tradicional lugar y sentido del trabajo como soporte heredado, compartido, unívoco y estable de las identidades personales y colectivas se desestabiliza y se abre a un juego amplio de negociaciones y reconstrucciones de significado a la luz de los proyectos de vida y las aspiraciones de sujetos crecientemente individualizados. Junto a la individualización, la expansión de la cultura del consumo jugaría un rol importante en el socavamiento de la tradicional centralidad del trabajo como soporte identitario (Bauman, 2000; PNUD, 2002). En el marco de la expansión de un capitalismo global, de la revolución de las tecnologías de la información y comunicación, de la centralidad del mercado como agente de modernización, del creciente poder de las industrias simbólicas y las redes globales de entretención e información, la práctica y el imaginario del consumo se instituyen como el referente privilegiado de integración/exclusión, de construcción de identidades personales y colectivas, así como de articulación de proyectos de vida. La identidad del consumidor –con su carácter más fluido, cambiante, desterritorializado, hedonista, demandante, estetizado, individualizado, de vínculos más frágiles y contingentes, centrada en el presente, etc.- vendría a reemplazar a aquella identidad social anclada en el ámbito del trabajo asalariado industrial y cuyo ethos da cuenta de una constelación de sentido donde prima(ba) más bien la idea de la estabilidad, la permanencia, los colectivos y lealtades de clase, la importancia del deber y la ética del trabajo, la planificación y orientación al futuro (Lechner, 2002; Stecher, 2009).

En síntesis, la idea fuerza de esta línea argumental, es que debido a diversos cambios en el mercado laboral, en la organización de las empresas y en la cultura ocurridos en las últimas décadas,

familiares, de servicios públicos, etc. la individualización es experimentada como una oportunidad, como una ampliación de la libertad personal que llega con el alentador mensaje de “haz de tu vida lo que quieras”. Para otro grupo de sujetos, excluidos de esas mismas redes y sin acceso a formas de protección desde el Estado o el mercado, la individualización es vivida muchas veces como precariedad, abandono, desafiliación, como una amenaza que llega con el desolador mensaje de “estas solo, arréglatela como puedas” (Robles, 2005).

asistiríamos a un debilitamiento⁶¹ del lugar central y hasta cierto punto exclusivo que tuvo el trabajo asalariado en el capitalismo industrial-nacional en tanto eje articulador de las identidades personales y colectivas, y vía privilegiada para la construcción de un sentido de pertenencia, participación e inclusión en la vida social.

2. La regulación de la identidad en la empresa post-fordista: El nuevo ideal de trabajador flexible y emprendedor

La *segunda tesis*, más que remarcar aquello que se habría “perdido” o que se estaría “desmoronando” en el marco de la crisis de la sociedad salarial y del capitalismo industrial, se ha centrado en dar cuenta y remarcar la emergencia de un nuevo perfil de subjetividad laboral propio de la actual fase de desarrollo de la economía capitalista (Boltanski & Chiapello, 2002). A la hora de interrogar las contemporáneas articulaciones entre trabajo e identidad esta línea argumental, más que atender al debilitamiento del trabajo como soporte identitario y a indagar en los nuevos referentes simbólicos extra-laborales que estarían ocupando su lugar, ha buscado relevar el modo como la empresa flexible y el nuevo régimen de acumulación capitalista requiere y promueve la expansión de un nuevo imaginario laboral cargado de específicos valores, categorías e ideales respecto a la empresa, el trabajo y el trabajador. Se ha señalado así, que asistiríamos a la progresiva expansión de un nuevo ideal de trabajador que -tanto en el plano más amplio de los discursos sociales hegemónicos como en el más local de las empresas- opera como un potente vector de subjetivación laboral. Se trata de un trabajador emprendedor, autoexigente, flexible, competitivo, auto-regulado, polivalente, calculador, siempre disponible, eficiente, innovador, autónomo dentro de los márgenes establecidos, versátil, implicado física,

⁶¹ Este anunciado debilitamiento de la centralidad del trabajo suele ser valorado negativamente y narrado en un tono de pérdida y nostalgia, aunque también hay autores que destacan el carácter potencialmente liberador de ese “debilitamiento” en tanto abre la posibilidad de emanciparse de la “religión del trabajo” propia de las sociedades modernas (Meda, 1998).

cognitiva y afectivamente con la organización, leal y no conflictivo, apto para el trabajo en equipo pero teniendo como valor último la proyección personal y la negociación individualizada con su empleador, capaz de adaptarse a los cambios y comprometido con la excelencia, la satisfacción del cliente (interno y externo) y el aprendizaje continuo. Este modelo operaría como un mandato social y como principio articulador de las subjetividades labores, instituyendo una particular representación de lo que las personas deberíamos ser en tanto trabajadores, de las metas y anhelos que debemos perseguir, de las modalidades de relación con los otros que debemos cultivar, de los principios de lo correcto y lo incorrecto a los que debemos adherir, si queremos progresar, ser valorados y reconocidos en la empresa, el mercado laboral y en la vida social en general (Stecher, 2009). Al mismo tiempo, como todo ideal de sujeto, este modelo de trabajador supone un recorte de sentido que crea y requiere un dominio de alteridad, otras figuras del trabajador (el burócrata, el obrero con conciencia de clase, el apegado a una identidad de oficio claramente delimitada, etc.) que son tipificadas como aquello que se aleja del mandato social, como aquel "otro" que debe ser rechazado por arcaico, irracional, falto de sentido, anormal, perturbador del orden, y contra el cual se afirma y sostiene el ideal hegemónico del nuevo trabajador emprendedor y flexible (Butler, 2002; Portocarrero, 2001).

En esta misma línea argumental, y moviéndose desde el macro-espacio social al micro-espacio de la organización, se ha dado cuenta del modo como un rasgo distintivo de la nueva empresa flexible sería, justamente, su esfuerzo permanente por modelar la identidad de sus trabajadores a la luz de dicho ideal de trabajador flexible y de los propios valores corporativos, logrando por esa vía controlar y orientar la subjetividad y comportamiento de los trabajadores. Así, y a través de diversos dispositivos (programas de inducción, entrenamiento, comunicación, ritos cotidianos, sistemas salariales y de evaluación, actividades recreativas, políticas de entrenamiento, charlas de adoctrinamiento, etc.) la nueva empresa posfordista buscaría que sus trabajadores se identifiquen y adopten aquellas modalidades de pensar, sentir y actuar - respecto a si mismo, los otros y la organización - que sean

funcionales a los intereses del negocio. La centralidad que adquiere la regulación de las identidades como parte de las estrategias de control en la empresa posfordista ha llevado a algunos autores a hablar de un progresivo desplazamiento desde formas de control organizacional de tipo autoritaria - prototípicas del fordismo industrial y basadas en la amenaza y las recompensas explícitas - a otras de tipo normativo -características del paradigma flexible y basadas en la gestión de la cultura laboral y la modelación de las identidades de los trabajadores (Karreman & Alvesson, 2004). En el marco del nuevo paradigma productivo - que exige una disminución de los mecanismos de control directo y de los cargos de jefatura, una entrega de mayores grados de autonomía y poder decisonal a los trabajadores, así como una activa, genuina y constante implicación de los mismos en términos tanto físicos, cognitivos como subjetivos (Todaro & Yañez, 2004)- resulta absolutamente estratégico para las empresas lograr que sus empleados interioricen y se identifiquen con los intereses y valores de la compañía y con un cierto ideal de trabajador, de tal modo que sea el propio trabajador quien se autocontrole, autovigile y autoexiga permanentemente en el espacio laboral, ejerciendo su autonomía en un sentido coincidente con los objetivos de la organización (Alvesson & Willmott 2002, Du Gay 1996). La producción de este trabajador auto-regulado e identificado con los intereses y valores de una empresa que se representa a si misma como una gran familia, requiere, por cierto un esfuerzo activo por invisibilizar, debilitar, deslegitimar o derechamente eliminar otros referentes identitarios a los cuales podrían apelar los trabajadores, tales como la cultura obrera, identidades socioprofesionales, colegios gremiales, militancias políticas, memoria social de antiguos trabajadores, sindicatos, etc. (Montes, 2005). Por otro lado, la hegemonía del ideal de trabajador flexible, emprendedor e individualizado cuya primera lealtad es "la familia empresarial" tiene un efecto político no menor en tanto contribuye a diluir los límites simbólicos entre el capital y el trabajo, y a invisibilizar los conflictos de clase bajo la figura de una totalidad armónica (la empresa que tiene algunos problemas pero no grandes contradicciones), todo lo cual dificulta enormemente la construcción de los trabajadores como un sujeto colectivo

(nosotros) que tiene relaciones conflictivas e intereses antagónicos respecto al capital (los otros) (Abal, 2004).

En síntesis, esta segunda línea argumental lo que instala como idea fuerza es que a partir de los años 80, y al compás de la configuración del modelo actual de desarrollo capitalista, ha ido emergiendo un nuevo patrón de subjetividad laboral “post-fordista” ligado a la hegemonía en la esfera pública de nuevos discursos sobre el trabajo, la empresa y los trabajadores, así como al activo esfuerzo de las nuevas formas de gerenciamiento empresarial por modelar las identidades de los trabajadores.

Reflexiones finales

Gran parte del debate contemporáneo -especialmente en los países del llamado “primer mundo” pero también en América Latina- sobre las emergentes articulaciones entre trabajo e identidades se ha estructurado en torno a estas dos grandes líneas argumentativas que hemos reseñado. La primera pone el foco en los cambios en el empleo y en el mercado laboral, así como en aquellas dimensiones materiales y simbólicas propias del horizonte industrial y fordista que se han ido lentamente debilitando y extinguiendo (Castel, 1997). La segunda se centra más en los cambios a nivel de los discursos empresariales y de las formas de gestión y organización del trabajo, iluminando aquello de novedoso que ha traído el paradigma productivo flexible y la rearticulación y consolidación de una nueva fase de desarrollo capitalista. Entre estos dos polos -lo que se va perdiendo y desvaneciendo, y lo que va emergiendo y volviéndose hegemónico-, que ilustran el carácter destructor y creativo de todo proceso acelerado de modernización, se despliega parte importante de la problemática socio-simbólica de las identidades laborales en la sociedad contemporánea.

Como es sabido, ambas tesis han sido sometidas a fuertes críticas tanto en el contexto europeo (Doherty, 2009; Webb, 2004) como en el latinoamericano ((De la Garza, Celis, Olivo, Retamozo, 2008;

Larraín, 2005; Todaro & Yáñez, 2004). Se ha criticado el carácter ensayístico y general de sus afirmaciones, su falta de fundamentación empírica, su escasa sensibilidad a las particularidades de los distintos sectores económicos, así como su sesgo patriarcal que invisibiliza el modo en que el pacto social fordista-keynesiano operó sobre un modelo de relaciones de género basado en una rígida división sexual del trabajo productivo y reproductivo⁶². Se ha cuestionado también su sesgo eurocéntrico que, para el caso de América Latina, supone no reconocer el particular trayecto a la modernidad de dicha región, con las particularidades del llamado fordismo periférico y del modelo nacional-desarrollista de sustitución de importaciones; así como no atender a la ya señalada heterogeneidad estructural y cultural de los mundos del trabajo en la región (De la Garza, 2000; Domigues, 2009; Weller, 1998).

Compartiendo plenamente estas fundadas críticas, nuestra opinión es que las dos tesis o líneas argumentales siguen siendo un insumo valioso para la imaginación investigativa dentro de la región, especialmente cuando se abordan las transformaciones del sector formal de la economía y la realidad de los trabajadores insertos en grandes empresas que operan como configuraciones socio-técnicas de tipo postfordista. Más que considerarlas como representaciones acabadas y completas de las condiciones, la cultura y las identidades laborales de la región, o como respuestas definitivas y “ya listas” -que anulan más que estimulan la interrogación crítica sobre los procesos sociolaborales- el desafío es considerar dichas

⁶² El masivo proceso de incorporación de las mujeres al mercado laboral en distintos países de la región ilustra claramente un caso en que el trabajo, a diferencia de lo planteado por la primera tesis, ha asumido una creciente centralidad como soporte de las narrativas identitarias de un importante grupo de la sociedad. Como lo muestran algunos estudios en Chile, para las mujeres jóvenes de bajo nivel ocupacional el trabajo asalariado ocupa un lugar central en la autocomprensión de si mismas y supone, desde su propia perspectiva, un quiebre con muchas de las mujeres de generaciones anteriores para quienes el trabajo reproductivo, el mundo doméstico y la esfera familiar fueron los principales o exclusivos anclajes de sus identidades personales. Marcando una diferencia con esa realidad, estas trabajadoras jóvenes enfatizan la importancia de su empleo como fuente de independencia y autonomía, ámbito de realización personal y construcción de un sentido de si mismas, lo que si bien no supone la eliminación de los anclajes identitarios del mundo familiar, si implica una ampliación importante de los mismos y un tensionamiento de las imágenes más tradicionales de la identidad femenina (Díaz, Godoy & Stecher, 2005).

tesis como hipótesis de investigación. Hipótesis que deben - distinguiendo y atendiendo a sus múltiples dimensiones, matices, tensiones y declinaciones específicas en el actual y singular contexto de la modernidad en América Latina - ponerse en diálogo con estudios empíricos en diferentes escenarios y sujetos laborales. Vistas como hipótesis estas dos líneas argumentales pueden estimular el desarrollo de investigaciones que contribuyan a echar luz sobre aspectos tales como: ¿En qué medida asistiríamos en el caso del sector de trabajadores formales y actualmente insertos en la cultura del consumo a un progresivo desmoronamiento del trabajo como eje y anclaje de la sociabilidad, los vínculos y las identidades personales? O más bien ¿en qué medida estaríamos ante la emergencia de un nuevo perfil de identidad laboral basado en el emprendimiento, la individualización, la flexibilidad, la competitividad y la adhesión a los valores corporativos de las empresas?

Para finalizar este texto nos gustaría presentar dos consideraciones de índole tanto empírica como conceptual que buscan iluminar los riesgos de extrapolar linealmente las dos tesis presentadas a la realidad sociolaboral de la región. Al mismo tiempo estas consideraciones buscan dar cuenta de algunas de las mediaciones que es necesario establecer a la hora de apelar a dichas líneas argumentales para interrogar las emergentes, heterogéneas y contemporáneas articulaciones entre identidad y trabajo en nuestros países.

Del particular trayecto a la modernidad de América Latina y de la histórica heterogeneidad y precariedad de sus mundos del trabajo

Una primera consideración, ya adelantada a lo largo de este texto, dice relación con la necesidad de aproximarse a las dos tesis presentadas considerando *la especificidad de los procesos de modernización capitalista* en los países de la región a lo largo del siglo XX, así como atendiendo a *la histórica heterogeneidad* entre y dentro de los mundos del trabajo en América Latina. En primer lugar, es fundamental atender a las diferencias entre el fordismo de los países industrializados y el llamado fordismo periférico, en el cual la racionalización taylorista -de tardía implementación si se

compara con los países europeos y Estados Unidos- aparece mucho más centrada en el control y disciplinamiento de los trabajadores que en la búsqueda de una maximización de la productividad (Novick, 2000; Ramos, 2009). Así, no es posible hablar para el caso de América Latina de una matriz productiva fordista, ni mucho menos de la construcción de una sociedad salarial anclada en una universal expansión de derechos y en un fuerte Estado de Bienestar. Lo que aparece más bien en muchos de nuestros países -en el marco del llamado modelo nacional-desarrollista (1930-1970)- es la coexistencia entre, por un lado, un pujante pero restringido sector industrial que junto a una creciente masa de funcionariado público dieron paso a importantes procesos de formalización de las relaciones laborales, y, por otro lado, un amplio y mayoritario sector informal cuya participación en la producción y el empleo siguió siendo central a lo largo de todo el siglo XX (Braz de Aquino & Sandoval, 2002; De la Garza, 2000; Weller, 1998). En segundo lugar, es central atender a las singularidades de los procesos de reorganización productiva iniciados en el contexto de la fuerte crisis de los años 80 y consolidados a partir de los años 90 en distintos países de la región. Las políticas de ajuste estructural de corte neoliberal y el cambio en la matriz de desarrollo -equilibrios macroeconómicos, apertura de la economía, flexibilización del mercado laboral, privatización de empresas y servicios estatales, centralidad del mercado como agente modernizador, etc.- en el contexto de amplios procesos de modernización política, económica y cultural marcan el inicio de una nueva fase de la modernidad en América Latina, la cual si bien está obviamente articulada con los procesos de globalización y la crisis de la modernidad industrial en los países del “primer mundo”, tiene sus propias derivas y particularidades que es importante considerar. Como señala De la Garza (2000), la reestructuración productiva es un fenómeno que adquiere formas muy heterogéneas en América Latina, donde coexisten simultáneamente formas productivas prefordistas, fordistas y postfordistas; y donde la matriz neoliberal de los cambios productivos ha privilegiado los procesos de desregulación del mercado laboral (flexibilización del empleo), de intensificación del trabajo y la apertura a los mercados globales,

con unilateralidad empresarial. Por el contrario, los procesos de innovación tecnológica, enriquecimiento del trabajo, flexibilización organizativa y gerencial, estarían bastante restringidos a una minoría de grandes empresas exportadoras o del sector servicios (financieros, telecomunicaciones, retail) de alta rentabilidad, las que coexisten con una red de pequeñas y medianas empresas de funcionamiento “fordista” (o incluso familiar-artesanal) de baja productividad, y con un vasto sector de trabajo informal.

Si consideramos por ejemplo el caso de Chile, observamos que las grandes empresas de alta productividad y reestructuradas bajo los principios del nuevo paradigma productivo corresponden a menos del 5% del total de las empresas en Chile, y emplean solo a cerca del 50% de la fuerza de trabajo formal asalariada, lo que representa menos del 30% de la fuerza de trabajo del país (Dirección del Trabajo, 2009). En Chile, al igual que en el resto de los países de la región, existe un vasto sector de micro, pequeñas y medianas empresas –especialmente del estrato productivo tradicional e intermedio - donde los procesos de reestructuración productiva en las últimas dos décadas han sido escasos, donde la flexibilización suele limitarse al uso de formas flexibles de empleo para reducir costos o a la incorporación modesta de ciertas TICS, y donde muchas veces la innovación en los procesos de trabajo han tenido que ver más con el paso de formas artesanales a modalidades tayloristas-fordistas, que con la instauración de formas de organización del trabajo post-taylorista (Soto, 2008). Este escenario se complejiza aún más si vamos más allá del trabajo asalariado e incluimos a los trabajadores –la gran mayoría parte de la economía informal- por cuenta propia, los trabajadores del servicio doméstico y los trabajadores familiares no remunerados que en total representan cerca del 30% de los cerca de 7 millones de ocupados en Chile.

A la luz de esta contemporánea heterogeneidad de los mundos del trabajo, y su carácter permanente y en ningún caso novedoso en la historia latinoamericana, queda claro que, por un lado, resulta inadecuado reducir el estudio de las subjetividades laborales a lo que sucede en las más grandes y modernizadas empresas -a la que

suelen aludir, por ejemplo, los famosos estudios de Sennett o los planteamientos relativos al control de las identidades laborales por parte de las grandes corporaciones. Y por otro lado, queda claro, como ya señalamos, que no resulta posible extrapolar linealmente la tesis de un reciente desmoronamiento de la sociedad salarial para un contexto como el de América Latina donde la relación laboral normal estuvo restringida a ciertos colectivos de trabajadores, y donde históricamente y hasta el día de hoy la mayoría de los trabajadores están insertos en la economía informal (63% en datos del 2005 para América Latina, 38% para Chile) (Tokman, 2007). Parafraseando a Beck (2000), la brasileñización que amenaza a las sociedades del “primer mundo” –esto es, la irrupción de lo precario, discontinuo, inseguro e informal en el mercado laboral- ha sido y sigue siendo la condición histórica para gran parte de los trabajadores en América Latina a lo largo de su historia.

De la ampliación espacial y temporal de la mirada a la hora de interrogar los sentidos del trabajo y las identidades laborales

En segundo lugar, consideramos necesario aproximarnos críticamente a las dos tesis presentadas reconociendo, por un lado, *la enorme centralidad que continua teniendo el trabajo* en la vida de los sujetos de la región (Antunes, 2001; Battistini, 2004); así como el modo en que los sentidos que éste adquiere y las identidades que en él se forjan dependen en gran medida de cómo este *se articula y entreteje con otros espacios extra-laborales, así como con otros referentes de sentido que se han ido sedimentado a lo largo del trayecto biográfico de los sujetos*. De este modo, el estudio del trabajo y las identidades requiere tomar distancia tanto de las posiciones que anuncian categóricamente el fin del trabajo como espacio articulador de identidades sociales en el marco de los procesos de flexibilización laboral (primera tesis presentada), como de las posiciones que reducen la configuración de las identidades laborales al efecto de las estrategias de regulación de la identidad de la nueva empresa flexible en un momento de tiempo dado (segunda tesis presentada). Las narrativas identitarias que en relación al trabajo

construyen los actores sociales son construcciones simbólicas que - si bien están fuertemente ligadas a los procesos de identificación, diferenciación y reconocimiento que ocurren en el espacio laboral- dependen también fuertemente (como queda claro en el sentido diferencial que atribuyen al trabajo hombres y mujeres a la luz de su distinta y desigual ligazón al trabajo reproductivo) de los sentidos que los sujetos atribuyen a sus otros dominios de experiencia. Al mismo tiempo, dependen fuertemente de la utilización de recursos simbólicos que movilizados desde otros ámbitos (religión, vida familiar, política, cultura popular etc.) inciden en las formas de auto-comprensión de sí en tanto trabajadores y operan como matrices de sentido desde las cuales los sujetos muchas veces resisten, reinterpretan o reformulan los modelos de identidad laboral que la empresa busca imponer. Así como es necesario considerar los otros mundos sociales en los que participa el trabajador en el presente, también resulta fundamental considerar el trayecto biográfico del sujeto y el modo como a lo largo de su vida ha ido construyendo en distintos ámbitos de socialización laboral (familia, escuela, centros de formación técnica o superior, trabajos anteriores, colegios profesionales) una imagen y un proyecto de sí en tanto trabajador, el que entra en tensión o resonancia con las prácticas, el reconocimiento y los modos de interpelación (desde la gerencia, los compañeros y los clientes) con los que se encuentra en un contexto laboral dado. Se trata así de rescatar y visibilizar la centralidad que sigue teniendo el trabajo, pero entendiendo que su significación y los procesos identitarios que en torno a él se articulan sólo pueden ser comprendidos desde una "mirada de conjunto que nos permite (...) analizar las formas identitarias en la articulación de lo que pasa adentro y afuera del trabajo, y en la ligazón del pasado con el presente y futuro de los trabajadores" (p.58). (Wilkis y Battistini, 2005). Esta ampliación de la mirada analítica supone tomar distancia de aquellas perspectivas que reducen las identidades a un mero efecto o derivado de una cierta posición objetiva en el mercado laboral, en el organigrama empresarial o en el proceso de trabajo dentro de la organización, enfatizando por el contrario una comprensión de las identidades en términos del trabajo simbólico que un actor lleva a cabo para dotar de sentido su experiencia laboral en el marco de

interacciones sociales específicas, de fuertes constricciones institucionales, de interpelaciones identitarias de diversos actores y a partir de la movilización de referentes identitarios anclados en distintos espacios y tiempos biográficos, y fuertemente ligados a su condición de género, generación y clase social.

Las dos consideraciones presentadas en este último apartado han buscado dar cuenta de la necesidad de reflexionar críticamente sobre las dos tesis o líneas argumentales que hemos discutido en este texto. Contra la idea de rechazar a-priori y globalmente esas líneas argumentativas debido a su carácter eurocéntrico y a su talante más ensayístico que científico, así como contra la idea de asumirlas plenamente como representaciones fidedignas del mundo del trabajo en América Latina, hemos buscado sugerir el valor de dichas tesis siempre y cuando se las considere como hipótesis de trabajo a ser utilizadas en estudios de caso específicos y con las indispensables mediaciones conceptuales que exige el particular trayecto a la modernidad de América Latina (Domingues, 2009; Larraín, 2005).

Referencias

Abal, P. (2004). Los dispositivos de control como mecanismos inhibidores de la identidad colectiva. Un estudio de caso en grandes cadenas de supermercados. En O. Battistini (Comp.), *El trabajo frente al espejo. Continuidades y rupturas en los procesos de construcción identitaria de los trabajadores*. Buenos Aires: Prometeo Libros.

Alvesson, M & Willmott, H. (2002). Identity regulation as organizational control: producing the appropriate individual. *Journal of Management Studies*, 39 (5), 619-644.

Antunes, R. (2001). *¿Adiós al trabajo? Ensayo sobre la metamorfosis y la centralidad del mundo del trabajo*. Brasil: Cortez Editora.

Battistini, O. (Comp.). (2004). *El trabajo frente al espejo. Continuidades y rupturas en los procesos de construcción identitaria de los trabajadores*. Buenos Aires: Prometeo.

Bauman, Z. (1999). *La globalización. Consecuencias Humanas*. México D.F.: F.C.E.

Bauman, Z. (2000). *Trabajo, consumismo y nuevos pobres*. Barcelona: Gedisa.

Bauman, Z. (2001). *La posmodernidad y sus descontentos*. Madrid: Ediciones Akal.

Bauman, Z. (2003). *Modernidad líquida*. Buenos Aires: F.C.E.

Beck, U. (1998). *¿Qué es la globalización?*. Barcelona: Paidós.

Beck, U. (1999). *Hijos de la libertad*. Buenos Aires. F.C.E

Beck, U. (2000). *Un nuevo mundo feliz: La precariedad del trabajo en la era de la globalización*. Barcelona: Paidós.

Beck, U. (2001). Vivir nuestra propia vida en un mundo desbocado: individuación, globalización y política. En: A.

Blanch, J. M. (Coord.). (2003). *Teoría de las relaciones laborales. Desafíos*. Barcelona: Editorial UOC.

Braz de Aquino, C. & Sandoval, J. 2002. Significados de la ciudadanía en "sociedad no salariales". Una mirada desde América Latina. *Cuadernos de Relaciones Laborales*, 20(2), 411-432.

Castells, M. (2001). *La era de la información, Vols. I y II*. Madrid: Alianza.

Boltanski, L. & Chiapello, E. (2002). *El nuevo espíritu del capitalismo*. Madrid: Akal.

Boyer, R. & Freyssenet, M. (2003). *Los modelos productivos*. Madrid: Fundamentos.

Butler, J. (2002). *Cuerpos que importan. Sobre los límites materiales y discursivos del sexo*. Barcelona: Paidós.

Castel, R. (1997). *La metamorfosis de la cuestión social. Una crónica del salariado*. Buenos Aires: Paidós.

Chalfin, M. (2009). Sentidos do trabalho contemporâneo: as trajetórias identitárias como estratégia de investigação. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 12(2), 189-202.

De la Garza, E. (Coord.). (2000). *Tratado latinoamericano de sociología del trabajo*. México D.F.: F.C.E.

De la Garza, E. (Coord.) (2006). *Teorías sociales y Estudios del Trabajo: Nuevos Enfoques*. México D.F: Anthropos.

De la Garza, E; Celis, J. C.; Olivo, M. & Retamozo, M. (2008). Crítica de la razón Para-Postmoderna (Sennett, Bauman, Beck). *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, 13(19), 9-38.

Díaz, X.; Godoy, L. & Stecher, A. (2005). *Significados del trabajo, identidad y ciudadanía: La experiencia de hombres y mujeres en un mercado laboral flexible*. Santiago de Chile: Centro de Estudios de la Mujer.

Dirección del Trabajo (2009). *ENCLA (Encuesta Laboral de Coyuntura Laboral).Informe de Resultados*. Santiago: Dirección del Trabajo-Gobierno de Chile.

Doherty, M. (2009). When the working day is through: the end of work as identity. *Work, employment and society*, 23(1), 84-101

Domingues, J. M. (2009). *La modernidad contemporánea en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI.

Dubar, C. (1998). Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. *Educação & Sociedade*, 19(62), 13-30.

Dubar, C. (2002). *La crisis de las identidades. La interpretación de una mutación*. Barcelona: Bellaterra.

Du Gay, P. (1996). *Consumption and Identity at Work*, Sage, London.

Garretón, M.A. (2000). *La sociedad en que vivi(re)mos*. Santiago de Chile: LOM.

Giddens, A. (1997). *Modernidad e Identidad del yo*. Barcelona: Península.

Gorz, A. (1995). *Metamorfosis del trabajo*. Madrid: Sistema.

Harvey, D. (1998). *La condición de la posmodernidad*. Buenos Aires: Amorrortu.

Infante, R & Sunkel, O. (2009). Chile: Hacia un desarrollo inclusivo. *Revista CEPAL*, 97, 135-154.

Karreman, D. & Alvesson, M. (2004). Cages in Tandem: Management Control, Social Identity, and Identification in a Knowledge-Intensive Firm. *Organization*, 11(1), 149-175

Lechner, N. (2002). *Las sombras del mañana*. Santiago de Chile: LOM.

Lipietz, A. (1987). The regulation Approach and the problems of the Current Capitalism Crisis. Ponencia presentada en la conferencia " International Conference On Marxism and The New Global Society. Seúl - Corea del Sur.

Meda, D.(1998). *El Trabajo: Un valor en peligro de extinción*. Barcelona: GEDISA.

Montes, Juan (2005). Subordinación y dominación en los espacios de trabajo. Estudio sobre la disciplina y sus formas de expresión. *Athenea Digital*, 8, 50-71.

Nardi, H. (2006). *Etica, trabalho e Subjetividade*. Porto Alegre:UFRGS.

Neffa, (1998). *Los paradigmas productivos taylorista y fordista, y su crisis*. Buenos Aires: Lumen.

Novick, M. (2000). La transformación de la organización del trabajo. En E. De la Garza (Coord.), *Tratado latinoamericano de sociología del trabajo*. México D.F.: F.C.E.

Offe, C. (1985). *Work: the Key Sociological Category*. En J. Keane (editor) *Disorganized Capitalism. Contemporary Transformations of Work and Politics*. Cambridge-Massachussets: The MIT Press.

PNUD (2002). *Desarrollo humano en Chile: Nosotros los chilenos, un desafío cultural*. Santiago de Chile: PNUD.

Portocarrero, G. (2001). "Nuevos modelos de identidad en la sociedad peruana". En: G. Portocarrero, & J. Komadina. *Modelos de identidad y sentidos de pertenencia en Perú y Bolivia*. Lima: IEP.

Ramos, C. (2009). *La transformación de la empresa chilena*. Santiago: Universidad Alberto Hurtado.

Robles, F. (2005). *Contramodernidad y desigualdad social: Individualización e individuación, inclusión/exclusión y construcción de identidad. La necesidad de una sociología de la exclusión*. *Revista mad*, 12.

Sennett, R. (2000). *La corrosión del carácter. Las consecuencias personales del trabajo en el nuevo capitalismo*. Barcelona: Anagrama.

Sennett, R. (2006). *La cultura del nuevo capitalismo*. Barcelona: Anagrama.

Soto, A. (2008). (Ed.) *Flexibilidad laboral y subjetividades*. Santiago de Chile: LOM-Universidad Alberto Hurtado.

Stecher, A. (2009). *La competencia por el éxito y la búsqueda de la autenticidad: Modelos de identidad en el Chile actual*. *Psicoperspectivas*, VIII (2), 266-292.

Stecher, A; Godoy, L.; Toro, J. P. (2010). *Condiciones y experiencias de trabajo en la sala de venta de un supermercado. Explorando los procesos de flexibilización laboral en el sector del retail en Chile*. *POLIS*, 27(9).

Tittoni, J. (2007). *Trabalho, Poder e Sujeição. Trajetórias entre o emprego, o desemprego e os "novos" modos de trabalhar*. Porto Alegre: Dom Quixote Editora

Todaro, R. & Yáñez, S. (2004). *El trabajo se transforma. Relaciones de producción y relaciones de género*. Santiago de Chile: Centro de Estudios de la Mujer.

Tokman, V. (2007). *Flexiguridad con informalidad: Opciones y restricciones*. Santiago: CEPAL.

Webb, J. (2004). Organizations, Self-identities and the New Economy. *Sociology*, 38(4), 719-738.

Weller, J. (1998). *Los mercados laborales en América Latina. Su evolución en el largo plazo y sus tendencias recientes*. Santiago: CEPAL.

Wilkis, A. & Battistini, O. 2005. El valor del trabajo en las construcciones identitarias de un grupo de asalariados jóvenes, *Cuadernos de Antropología Social*, 22, 55-75.

Psicologia e Trabalho: focalizando as “profissões ignoradas”⁶³

Leny Sato⁶⁴

Universidade de São Paulo

Em recente investigação sobre o trabalho nos espaços urbanos dedicado ao exame do caso da feira livre tivemos a condição de presenciar algumas situações de trabalho que expressavam a criatividade associada ao esforço para manter a sobrevivência seguindo os cânones da ética do trabalho. Esses esforços provinham de pessoas pertencentes a segmentos pobres da população que não contavam com emprego regular, estável e nem protegido. Uma primeira cena traz um senhor de aproximadamente sessenta anos que ganha a vida conseguindo dinheiro trocado para os feirantes; a cada R\$ 10,00 em moedas/notas de R\$ 1,00, ele ganha R\$ 1,00. A segunda cena traz uma família liderada por uma mulher de cerca de quarenta anos, empregada em uma pequena empresa metalúrgica na qual trabalha como cozinheira, afastada do trabalho por ser portadora de doença do trabalho (lesão por esforço repetitivo) e que complementa o benefício acidentário, recolhendo material reciclável (caixas de papelão, em sua maioria) desprezado pelos feirantes no final da feira livre para vendê-lo. A terceira cena mostra um senhor de cerca de quarenta anos que é guardador de

⁶³ Texto apresentado no Simpósio sobre Trabalho – Encontro Nacional da ABRAPSO, “A Psicologia social e seus movimentos”, novembro de 2011, Recife (PE). Trata-se de versão modificada de paper apresentado no Seminário “Trabalho, sociabilidade e geração de rendimento no espaço lusófono”, no Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento (CEsA) – Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) - Universidade Técnica de Lisboa (28 e 29 de setembro de 2010).

⁶⁴ Instituto de Psicologia – Universidade de São Paulo – E-mail: lenysato@usp.br.

carros na feira livre e que também é empregado registrado em uma pequena empresa de confecções.

Situações como essas são muito comuns e ilustram os arranjos construídos pelas pessoas para sobreviverem seguindo a ética do trabalho; entretanto, a atenção a elas é algo recente nos estudos de psicologia que focaliza o trabalho e os processos organizativos. Por isso, pode-se dizer que essas ainda são iniciativas tímidas.

É sobre esse universo da atividade de trabalho que visa garantir a sobrevivência que pretendemos nos debruçar. Visa, sobretudo, estudar as formas adotadas para “criar” trabalho tanto individual como coletivamente e que escapam às relações de trabalho formais nos espaços urbanos⁶⁵.

A psicologia tem privilegiado o estudo do trabalho dos setores modernos da atividade econômica sob a relação de assalariamento na média e grande empresa, dedicando pouca atenção aos estudos sobre o trabalho criado pelos segmentos pobres da população.

O desemprego de longa duração, entretanto, estimulou o interesse pelo estudo de diferentes formas de se gerar trabalho e renda em contextos de precarização da vida material e social, como é o caso do trabalho do camelô (vendedor ambulante) (Salvitti e outros, 1999 e Garcia e outros, 2010). O resultado disso é um esforço de teorização sobre o trabalho e as organizações que consolida a sua dimensão psicossocial e a sua relevância na complexidade social: admite-se que analisar o trabalho no contexto contemporâneo é pensar em multiplicidade, multicausalidade, transversalidade e que, muito além dos efeitos no crescimento e no desenvolvimento dos países, o trabalho traz implicações para as identidades e para os sentidos atribuídos pelos trabalhadores àquilo que fazem.

Ilustram esta orientação, estudos como os de Spink (1996) que analisam os processos cotidianos que organizam o trabalho. Nessa abordagem, “organização” é concebida como fruto da interação simbólica dinamizada pelas pessoas - os processos organizativos.

⁶⁵ Adiante discutiremos a atribuição da qualificação “formal” e “informal”.

Tal perspectiva permite olhar qualquer “trabalho” e qualquer “organização”, incluindo o que Spink (2009) denomina de nanoeconomia, a qual congrega aquelas atividades cotidianas que visam auferir algum recurso para sobreviver, que dão corpo à economia popular e que escapam às relações de trabalho formalmente reconhecidas e reguladas pelo Estado. Incluem-se aqui as iniciativas para “criar trabalho”, como os que foram exemplificados no início desse texto. Importante referir que o trabalho é realizado em diversos contextos organizacionais, caracterizando-se por ser complexo e estruturado e, ainda, por exigir dos seus agentes, agilidade, capacidade de adaptação e criatividade, como pode ser visto em estudos de Sato (2007 e 2009a) sobre as feiras livres. Algumas dessas atividades situam-se no espectro de atividades categorizadas por Noronha (2003) como semi-econômicas, pois o “ganho monetário representa uma proporção bastante residual no orçamento individual ou em termos de motivação de sua ação” (p. 117). São, por vezes, iniciativas que visam possibilitar a inserção numa rede social e participar de um agrupamento social por meio de alguma prestação ou troca de serviço.

Além das iniciativas que Spink (2009) denomina de nanoeconomia também merecem atenção, o trabalho autônomo e o pequeno negócio, que compreendem parte significativa das situações de trabalho em países como o Brasil e que podem ser identificadas com o que a economia denomina de micro-empresendimentos.

As poucas possibilidades de nossa sociedade transformar-se, efetivamente, numa sociedade salarial, nos termos definidos por Castel (1998), contribuem para a relevância das iniciativas de formas já antigas para gerar trabalho e renda que continuam a ser praticadas por segmentos da população pobre, como o “se virar” (Guimarães, 2005). Ao mesmo tempo, as iniciativas no âmbito da Economia Solidária (que compreendem as organizações autogestionárias) também tiveram amplo espaço para se espriar com o crescimento do desemprego (conforme Singer, 2000; Albuquerque e Mascareño, 1999; Nasciutti e outros, 2003; Coutinho e cols., 2005; Oliveira e Leirner, 2009; Andrada, 2006;

Veronese e Guareschi, 2005). No Brasil, parte significativa dos trabalhadores mantém-se à margem da relação empregatícia, nunca tendo tido empregos, e são pessoas que buscam ganhar a vida sobrevivendo do trabalho em micro-empresendimentos formal e informalmente constituídos perante o Estado.

Estudo de Grassi (2003) busca compreender as práticas e estratégias de trabalho de mulheres que fazem o comércio transnacional na República de Cabo Verde, comércio este que é considerado informal. Essas mulheres são denominadas de *rabidantes*⁶⁶, e seu trabalho consiste em viajar para outros países do continente africano, em geral para o Brasil (São Paulo e Fortaleza) e Estados Unidos da América para fazer compras de artigos femininos e os vendem no mercado de Sucupira, na cidade de Praia (Cabo Verde). Grassi (2003) explica que o setor informal não é tido em conta nas estatísticas oficiais, embora produza um ajustamento em termos de desemprego, apresenta-se como a única possibilidade de trabalho para muitas mulheres, permitindo-lhes obter rendimentos e simultaneamente continuar a desempenhar a própria função de reprodução, a criação dos filhos.

Formal e informal

“Formal” e “informal” são termos comumente utilizados para categorizar o mercado, a economia, as organizações, além do próprio trabalho. Entretanto, o emprego desses termos dá-se num campo de debate que tem sido fértil na economia e na sociologia do trabalho, contando com esforços importantes. A psicologia não se juntou a essas disciplinas, pois em sua história de aproximação com as questões do trabalho, restringiu-se a reconhecer apenas uma parte desse mundo : a do trabalho assalariado em sociedades industriais e pós-industriais no contexto capitalista, em empresas públicas e privadas e, além disso, que requeressem aparato e *staff*

⁶⁶ *rabidantes* é um termo crioulo, de Cabo Verde e designa as pessoas (mulheres, em sua maioria) que fazem negócios no espaço de mercado denominado de setor informal. *Rabidante* significa “dar a volta”, “desenrascar-se”, e é utilizado para indicar alguém que é muito hábil a convencer os outros.

de gestão específicos. Por “trabalhadores” compreendia-se as pessoas que mantinham vínculo de trabalho assalariado ou que o almejassem. Veja-se, por exemplo, os conteúdos dos manuais de psicologia do trabalho, as teorias de organização tradicionalmente ensinadas e os problemas que a psicologia focalizou como próprios da disciplina.

Com isso, no Brasil, a psicologia ignorou, por muito tempo, a realidade de trabalho de segmento expressivo da população e apenas recentemente essa disciplina também começou a tratar do tema do trabalho informal, ainda que de forma tímida. Nesse contexto, a psicologia emprestou da sociologia e da economia os termos “formal” e “informal” e os tem empregado de modo algo despreocupado, sem uma reflexão mais detida sobre eles e sobre a propriedade de seu uso para estudar o trabalho e as organizações a partir da psicologia.

Ao nos aproximarmos desse debate, vemos que trabalho, mercado, economia e organizações formais e informais são temas de quantidade significativa de estudos. Um primeiro olhar sobre eles permite constatar algo em comum: apontarem o marco histórico que fundou o uso do termo “informal” no campo dos estudos do trabalho (olhar da OIT sobre a realidade de trabalho no Quênia, na década de 1970) e o fato de o termo informalidade se constituir “em um dos mais polêmicos da literatura de Economia e Sociologia do Trabalho” (Filgueiras, Druck e Amaral, 2004: 212).

Desdobram-se, a partir daí, múltiplos argumentos e tipos de estudo sobre o “fenômeno” do informal.

Segundo Estevão e Ferreira (2000), a categorização de atividades como “formais” ou “informais” foi introduzida no campo do Trabalho para designar diferentes oportunidades de rendimento, baseando-se na diferença de *rendimento-salarial* e *auto-emprego*. Na compreensão dos autores:

O aspecto central nesta diferenciação é a natureza formal (organizada) ou informal (não-organizada) do emprego.

Assim, o emprego formal é, pela natureza, próprio do setor moderno da economia urbana, ou seja, do *sector formal* da economia, onde são gerados os rendimentos formais. Todas as restantes atividades — aquelas que a generalidade dos instrumentos estatísticos não consegue captar — constituem o *sector informal* da economia e as modalidades de emprego que integra (em geral, auto-emprego) são a base dos rendimentos informais. Segundo Hart, os rendimentos salariais são apenas uma parte da estrutura de oportunidades urbanas (Estevão e Ferreira, 2000, p. 2).

Tal categorização chamou a atenção sobre os tipos de trabalho que possibilitam a sobrevivência da população em países como o Brasil, ao mesmo tempo em que evidencia as desigualdades e as injustiças presentes no campo do trabalho e que precisavam ser olhadas de frente. Tais desigualdades se expressam, dentre outras coisas, na falta de proteção social (previdência social) e na maior insegurança no trabalho, que são marcas da precariedade.

Noronha (2003) alerta para os possíveis limites do uso generalizado do termo “informal”, pois aponta para a historicidade desse termo. Em sua avaliação, o uso do termo é

por demais polissêmico para ser utilizado sem adjetivos. As ambiguidades do conceito aparecem desde sua origem, a qual não é estritamente acadêmica, mas institucional. O termo foi cunhado para retratar uma sociedade que não era tipicamente urbana e industrial. A despeito disso, o termo tem sido usado para descrever uma ampla gama de situações urbanas-industriais, bem como para classifica-las e mensura-las por meio de metodologias diversificadas de institutos de estatísticas nacionais e internacionais. (p. 116).

Ao tecer essas considerações, Noronha (2003) preocupou-se com os usos do termo “informal” para qualificar situações presentes na sociedade brasileira, na qual o processo de industrialização e de urbanização são evidentes.

É importante reconhecer a pluralidade de significados aos quais se alude quando se adjetiva um trabalho como “informal”. A ele associa-se, por exemplo, à desproteção social, ao trabalho de subsistência, à precarização, ao subemprego, à ilegalidade, ao trabalho criminoso, à atividade fraudulenta, à atividade subterrânea etc... A tal polissemia encontra-se, em comum, a ideia de que há determinadas formas de trabalho que são normais, corretas, justas e adequadas. O que escapa a essa norma recebe a denominação de informal e a OIT adotou como norma a relação de assalariamento (emprego assalariado).

E aqui também, quando se define o que é a norma (e conseqüentemente, o que é anormal), oferecem-se elementos para interpretar-se o que é considerado patológico ou marginal, e uma série de imagens, preconceitos e estereótipos são criados e vinculados a ele. Como apontam Estevão e Ferreira (2000), a própria OIT associava o setor informal à pobreza, àquela parcela da população que vive em habitações precárias instaladas em regiões periféricas das cidades.

Lima e Soares (2002) afirmam que

“Ao *estigma* da informalidade, como baixa qualidade e ilegalidade, junta-se outro elemento presente nos estudos sobre o informal, que é a mistura de atividades produtivas e comerciais, realizadas sem a observância de legislação reguladora, com atividades francamente criminais” (p. 176)

Na avaliação de Feijó, Silva e Souza (2009), a OIT reviu as características atribuídas ao “setor informal”, amenizando o estigma e o preconceito que sofrem todos os trabalhos categorizados como informais. Primeiramente, porque aponta que a “economia informal” não pode ser confundida com atividade criminosa” (Feijó, Silva e Souza, 2009, p. 334), ainda que ela também esteja presente, e que também “essa parte obscura da economia apresenta regras e regulações” (p. 334).

Tendo em conta essa multiplicidade de situações de trabalho e de significados que o termo informal confere, nossa intenção é

discutir o emprego do termo informal para aqueles trabalhos e tipos de organização criados por segmentos pobres da população seguindo a ética do trabalho. Também não se trata de discutir a “nova informalidade”, como destacou Noronha (2003)⁶⁷, ou o que vem sendo denominado de empreendedorismo, no atual contexto do neoliberalismo (Antunes,1999; Soares, 2003). É importante deixar claro de partida que não se pretende fazer a apologia do trabalho informal, romantizá-lo ou estetizá-lo, nem, tampouco, apontá-lo como alternativa a ser incentivada para substituir o emprego. Concordamos com Costa (2010) quando afirma que a informalidade do trabalho está associada à falta de atuação do Estado e à regulação do trabalho, acompanhadas da falta de proteção social, marcando as desigualdades sociais. Aqui, buscamos, tão somente, descrever como se dão as atividades que visam gerar algum tipo de rendimento, que são, em muitas situações, frutos da ação tática, que aproveita as oportunidades e as circunstâncias que se oferecem para, como diz Certeau (1994), inventar algo para sobreviver. Ao descrever tais atividades, busca-se contribuir para o reconhecimento de sua existência, dar-lhe relevo, com a esperança de que sejam vistas não como “o outro” do trabalho assalariado, o negativo do trabalho assalariado, mas como formas de trabalho que merecem ser apreendidas em sua positividade e que possam dar elementos para a montagem da proteção social que lhes falta.

⁶⁷ Noronha (2003) denomina de nova informalidade o advento de trabalhos e empregos regidos por contratos de trabalho sob o neoliberalismo e que implicou na perda de direitos trabalhistas e previdenciários. O estudo de Navarro (2006) ilustra muito bem a realidade da “nova informalidade”, aprofundando-se no caso da indústria calçadista de Franca (SP-Brasil).

No Brasil, o que é objeto de formalização?

No Brasil, há cerca de dois anos⁶⁸, foi implementada iniciativa do governo federal para “formalizar” as atividades de trabalho. A novidade era assim noticiada pela Agência Brasil de Comunicação⁶⁹:

Trabalhadores informais poderão formalizar seu negócio na Previdência, a partir de amanhã

Os trabalhadores informais do país, que tenham pequenos empreendimentos com faturamento de até R\$ 36 mil por ano, poderão formalizar seus negócios aderindo ao programa Microempreendedor Individual (MEI), a partir de amanhã (1º). Mais de 170 ocupações serão beneficiadas com o MEI, entre elas, cabeleireiras, costureiras, sapateiros, manicures, barbeiros e encanadores.

Segundo o Ministério da Previdência Social, a previsão é de formalizar mais de 11 milhões de brasileiros que vivem de pequenos negócios e prestação de serviços, que não pagam tributos e que não têm direito aos benefícios previdenciários.

O microempreendedor que aderir ao programa terá de recolher os tributos mensalmente, sem precisar pagar a contabilidade e nem emitir nota fiscal. A taxa mensal irá variar entre R\$ 51,15 e R\$ 57,15, incluindo os impostos federais, estaduais e municipais.

De acordo com o ministério, R\$ 51,15 será o valor da contribuição previdenciária, R\$ 5 de Imposto sobre Serviço (ISS) para a prefeitura (caso o empresário seja um prestador de serviço) e R\$ 1 de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviço (ICMS) para o governo estadual (caso a pessoa atue na indústria ou no comércio).

⁶⁸ 30 de junho de 2009.

⁶⁹<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/06/30/materia.2009-06-30.0169797623/view>. Acesso em 28 de Janeiro de 2010.

Ao formalizar o seu negócio, o microempreendedor terá direito a salário-maternidade, auxílio-doença, aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez e a família ficará protegida com pensão por morte e auxílio-reclusão.

Essa medida do governo brasileiro tem por base a estimativa de que cerca de 11 milhões de pessoas possam ser atingidas por ela. Além disso, o Estado brasileiro reconhece a existência de, ao menos, 170 ocupações que se situam no setor informal.

As atividades contempladas por essa medida, como exemplifica o texto acima, são aquelas em que se configura uma profissão identificável como tal e que requer algum nível de qualificação ou de especialização e cujo trabalho pode ser prestado por meio de uma pessoa física ou jurídica (empresa).

Mais recentemente, outra medida do governo brasileiro visou “formalizar” também as atividades desenvolvidas por pessoas que comercializam produtos comercializados no Paraguai, e que, em geral, escapam à cobrança de tributos pelo Estado. No Brasil, os produtos “paraguaios” são famosos no comércio popular por serem baratos e por serem, em grande parte, manufaturados na China. São as sacoleiras provenientes de vários Estados do Brasil e que viajam para a região fronteira com o Paraguai.

Formal e informal: pontos de vista e cotidiano

A polêmica sobre o formal e o informal suscita pontos de vista como o de Spring (2009):

Não há uma definição conclusiva do setor informal, embora o termo exista desde 1970. Inicialmente, argumentou-se que “ele estava enraizado na perspectiva governamental de ordem, *embora tenha sido o setor formal com seus interesses políticos e burocracia e corrupção que seja misterioso para pessoas sem poder*” enquanto o setor informal é mais acessível a eles (Schneider, 2001: 743). Informal referia-se a não registrado, não regulado e

negócios não taxados⁷⁰ que incluíam serviços de empresas, atividades de produção e vendedores de rua. Em contraste, o setor formal incluía negócios taxados, registrados e regulados (Spring, 2009: 21, grifo nosso).

Na citação acima, fica claro como o ponto de vista dos próprios trabalhadores identificados como informais não foi considerado e adiciona o fato de que o “formal” é que é estranho para as “pessoas sem poder”.

Noronha (2003) nos auxilia a pensar como o par “formal/informal” é compreendido pela economia, pelo direito e pelo senso comum. O autor nos mostra que no Brasil, influenciado pela abordagem econômica, o par “formal/informal” é utilizado coloquialmente para distinguir contratos de trabalho tendo por referência o registro do emprego na carteira de trabalho (assinada) e as posições de “empregado”, de “empregador” ou de “trabalhador autônomo”. No campo jurídico, continua Noronha (2003), o par “formal/informal” não faz sentido, mas, sim, aquele que qualifica a legalidade do contrato de trabalho, daí os termos “legal/ilegal”. Por sua vez, o senso comum tende a interpretar como “injusto” o contrato de trabalho se não houver registro na carteira de trabalho, dando sentido ao par “justo/injusto”.

Em 1997, Hugon afirmou:

Existe, há mais ou menos 20 anos, um debate semântico sobre o termo informal. Esse termo é seguramente impróprio, pois designa uma realidade negativa e supõe uma ausência de estrutura ou de forma. Ora, as pequenas atividades urbanas são organizadas e estruturadas socialmente, mesmo que sua organização não remeta à codificação e às regras oficiais ou esperadas.

O debate sobre o setor dito informal ilustra claramente o caráter polissêmico das regras, das obrigações, dos costumes, das normas ou do contrato. Se as pequenas atividades ditas informais são claramente organizadas, seu nível de estruturação pode ser apreendido sob

⁷⁰ Sobre os quais não incidiam impostos (nota tradutora)

diversos ângulos, que não se entrecortam: papel do mercado e das convenções ou contrato de trabalho, papel do direito e da regulamentação, mecanismo de regulação e regularidade dos comportamentos (Hugon, 1997, p. 36).

Por motivos que se aproximam dos apontados por Hugon (1997), Noronha (2003) também critica o uso do termo “informal” e, para isso, apresenta o seguinte argumento:

Se aceitamos a idéia disseminada entre socioeconomistas de que *o mercado é sempre institucionalizado seja pela lei, pelos acordos coletivos, seja por práticas sociais (as quais estão também repletas de normas implícitas)*, por que deveríamos nos referir à “informalidade” dos mercados? A menos que entendamos “informal” como “sem normas escritas”, o mercado será sempre formalizado. Por que precisamos de uma contraposição (formal *versus* “informal”), se esta poderia ser mais bem expressa por “legal”/“ilegal” ou, ainda, “contrato escrito” *versus* “verbal”? Acreditamos que, em primeiro lugar, deve-se separar as “informalidades” do trabalho das “informalidades” de outros contratos da economia e, em seguida, atentar para os instrumentos necessários para distinguirmos os *status* jurídico e contratual das normas do trabalho, bem como sua legitimidade (2003: 6, grifos nossos).

A afirmação de Noronha de que ao se qualificar os mercados como “informais” desconsidera-se a sua existência social é importante e vem ao encontro da ideia de que a vida social só acontece se as pessoas envolvidas fizerem acordos e negociações e compartilharem uma realidade comum, ainda que isso não se consubstancie em acordos escritos. O trabalho é uma atividade iminentemente social, que exige algum nível de acordo e de entendimento entre as pessoas, tal como afirma Michele Lacoste (1989) :

trabalhar é se concertar com outro, é ajustar sua ação à dos outros no espaço e no tempo, é também ser interrompido por acontecimentos urgentes tomando o passo sobre sua própria tarefa, é encontrar em comum

soluções para um problema, colocar questões, formular as demandas, fornecer explicações (p. 208)⁷¹.

Lacoste (1989) frisa, portanto, que o trabalho é uma atividade coletiva⁷², que para acontecer e ter sentido, requer a participação de diversas pessoas e são elas que o formalizam. Para tanto, instituem regras para acontecer, incluindo as de natureza deontológica. O Estado tem papel importante na regulação e no reconhecimento de sua existência, o que é importante para a garantia dos direitos sociais.

Para acessar a “formalização” desses trabalhos, sua substância, seus acordos e suas regras, é necessário que voltemos nosso olhar para a vida cotidiana. É nessa esfera que se expressam os fazeres do dia-a-dia e que se constrói o senso comum, entendido como o conhecimento compartilhado (Martins, 1998), construído na relação entre as pessoas e reciprocamente experimentado pelos sujeitos em interação (Tedesco, 1999).

A vida cotidiana, enfim, é o âmbito no qual o corriqueiro, o banal, o imemorável e o invisível ocorrem. Na visão de Lefebvre, “o cotidiano é a soma de insignificâncias, mas não de insignificantes” (Tedesco, 1999, p. 27). Disso decorre que, para visualizar a “formalidade” conferida ao trabalho, é necessário reter a perspectiva atribuída pelos trabalhadores e trabalhadoras diretamente envolvidos nas práticas.

O olhar para o cotidiano aponta os possíveis limites do uso de noções dicotômicas, como “formal” e “informal”, para examinar o mundo real do trabalho em no contexto urbano de nosso país (Telles, 2006). Isso porque tais noções podem não ser potentes para apreender criações táticas e astuciosas que, para driblar situações de precariedade e de incerteza, operam combinações diversas que desrespeitam os limites postos por tais categorizações.

⁷¹ Lacoste (1989) estuda a relação trabalho e linguagem, compreende o trabalho como uma atividade que exige a *concertação* entre as pessoas.

⁷² Mesmo que o trabalho seja individual e autônomo; produtivo ou improdutivo (nos termos marxistas) etc... ele só pode acontecer porque há outras pessoas envolvidas na recepção/consumo do mesmo; os que fornecem seus insumos etc.

Exemplificando: É muito comum, em São Paulo, que trabalhadores com sólidos vínculos de emprego, com carteira de trabalho registrada, também façam algum “bico”: funcionários públicos “vendem Avon”⁷³; outras fazem e vendem salgadinhos e doces para festas; outras fazem e vendem comidas congeladas etc... Tudo isso é comercializado entre os colegas de trabalho. Podemos, então, dizer que há uma “institucionalização-fora-do-Estado”. Nesse caso, muitas das atividades que são desenvolvidas na esfera do trabalho, do mercado e da economia “informal”, convivem com a esfera do trabalho, do mercado e da economia “formais”. Tal situação guarda alguma proximidade com a descrição de Florence Weber (2009) sobre os trabalhos que são realizados fora do trabalho e do emprego formais, o qual a autora denominou de “trabalho fora do trabalho”. A autora realizou uma rica etnografia mostrando a quantidade e a diversidade de trabalhos que são gerados e geridos por trabalhadores assalariados da grande fábrica de uma pequena cidade francesa. Um outro universo se abre quando se acessa o cotidiano de vida “fora do trabalho formal”, que cumpre diversas finalidades, dentre os quais de lazer e de suplementação dos rendimentos.

Spink (1989) desenvolve reflexão original sobre estruturas e dinâmicas organizativas em um breve mas denso e rico artigo com título provocativo, *A forma do informal*. Nele, o objeto não é o trabalho ou o mercado, mas sim organizações e movimentos da sociedade civil. A partir do relato de um caso, o autor mostra como a concepção hegemônica de organização “formal” está sustentada na ideia da democracia representativa e não na democracia direta, exercida por meio de redes sociais e norteadas pela ideia de anarquia como ordem negociada, que caracteriza muitas organizações e movimentos “informais”.

João do Rio (1904/2008), em uma de suas belas crônicas sobre a vida nas ruas da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX denomina de “pequenas profissões” ou “profissões ignoradas”,

⁷³ Avon é uma marca de produtos de beleza; “vender Avon” é uma expressão popular, utilizada em São Paulo (SP – Brasil) para denominar as pessoas, em geral, mulheres que comercializam produtos de beleza “de porta em porta”.

um sem-número de trabalhos que ficam abaixo do limiar de visibilidade social. Dentre essas profissões, João do Rio cita: os catraieiros, os carroceiros, os ciganos comerciantes, os trapeiros, os apanha-rótulos, os selistas, os caçadores, as ledoras. Todas essas são, também nos dizeres de João do Rio, “profissões sem academia” (1904/2008: 56). Passados mais de um século de seu registro, sabemos que muitas dessas atividades continuam ignoradas.

Dada a real existência dos bicos, do “se virar” e das “profissões ignoradas”, talvez o melhor nome para o que se denomina de trabalho informal seja outro termo menos empregado que é a de trabalho “não-regulado” pelo Estado.

Referências

Albuquerque, F. J. B. & Mascareño, R. P. (1999). Considerações não-ortodoxas sobre as cooperativas e o cooperativismo, *Psicologia & Sociedade*, 11 (2), 23-41.

Andrada, C. F. (2006). Onde a autogestão acontece: revelações a partir do cotidiano. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 9(1): 1-14.

Antunes, R. (1999). *Os sentidos do trabalho – ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial.

Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes.

Certeau, M. (1994). *A invenção do cotidiano – artes de fazer*. Petrópolis: Vozes.

Costa, M.S. (2010). Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. *Cadernos CRH*, Salvador, 23(58): 171-190.

Coutinho, M.C. e cols. (2005). Novos caminhos, cooperação e solidariedade: a Psicologia em empreendimentos solidários. *Psicologia & Sociedade*, 17(1): 7-13.

Estevão, J. e Ferreira, E.S. (2000). O fenômeno da economia informal em Cabo Verde. *Anais*, 2(1): 57-72.

Feijó, C.A.; Silva, D.B.N. e Souza, A.C. (2009) Quão heterogêneo é o setor informal brasileiro? Uma proposta de classificação baseada na ECINF. *Revista de Economia Contemporânea*, 13(2): 329-354.

Filgueiras, L.A.M; Druck, G. E Amaral, M.F. (2004). O conceito de informalidade: o exercício de uma aplicação empírica. *Cadernos CRH*, Salvador, 17(41): 211-229.

Garcia, M.R.V. e outros (2010). “Mulheres guerreiras”: identidade feminina e profissional entre vendedoras ambulantes da cidade de São Paulo. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 13(1): 27-42.

Grassi, M. (2003). *Rabidantes: comércio espontâneo transnacional em Cabo Verde*. Lisboa: ICS-UL.

Guimarães, N.A. (2005). Unemployment and occupational transition: trajectories and perceptions. In: K. Kase & K. Sugita (eds.). *Unemployed and Unemployment in an International Perspective - Comparative Studies of Japan, France and Brazil*. ISS Research Series, Tokyo, no. 19: 42-67.

Hugon, Ph. (1997). O setor informal: balanço de 25 anos de trabalho. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 18(2): 32-63.

João, do Rio (1904/2008). Pequenas Profissões. In: João, do Rio. *A Alma encantadora das ruas*. São Paulo: Companhia das Letras. (pp.54-61).

Lacoste, M. (1989). Langage et situation de travail. In: G. Drigeard, P. Fiala; M. Tournier (orgs.). *Courantes Sociolinguistiques. Seminaire de Lexicologie Politique de l'Université de Paris III*. Paris: Klincksieck (207-224).

Lima, J.C. e Soares, M.J.B. (2002). Trabalho flexível e o novo informal. *Cadernos CRH*, Salvador, no. 37:163-180.

Martins, J. S. (1998). O senso comum e a vida cotidiana. *Tempo Social*, 10(1): 1-8.

Nasciutti, J.; Dutra, F. S.; Matta, J. S.; Lima, T. R. de (2003). Cooperação e autonomia: desafios das cooperativas populares. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, vol. 6: 91-107.

Navarro, V. L. (2006). Trabalho e trabalhadores do calçado: A indústria calçadista de Franca (SP). São Paulo: Expressão Popular.

Noronha, E. G. (2003). informal, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18(53): 111-129.

Oliveira, F. & Leirner, A.N. (2009). Relações de trabalho, processos cotidianos e empreendimento de economia solidária: duas experiências do Programa Oportunidade Solidária. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*. 12(2): 243- 256.

Salvitti, A. e outros (1999). O trabalho do camelô: trajetória profissional e cotidiano. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 2 (1): 1-23.

Sato, L (2007). Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre. *Psicologia e Sociedade*, 19, Edição Especial 1: 95-102.

Sato, L. (2009a). Visitando a feira livre: notas sobre sua organização e trabalho. *Mnemosine*, v. 5, p. 227-248.

Singer (2000). Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: *A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto:11-28.

Soares, L. T. (2003). *O desastre social*. Rio de Janeiro: Record.

Spink, P. (1989). A forma do informal. *Psicologia & Sociedade*, IV (7): 99-107.

Spink, P. (1996). Organização como fenômeno psicossocial: notas para uma redefinição da psicologia do trabalho. *Psicologia & Sociedade*, 8(1): 174-192.

Spink, P. (2009). Micro cadeias produtivas e a nanoeconomia: repensando o trabalho decente. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 12(2): 227-242.

Spring, A. (2009). African women in the entrepreneurial landscape: reconsidering the formal and informal sectors. *Journal of African Business*, 10 (1): 21-38.

Tedesco, J.C. (1999). *Paradigmas do cotidiano: introdução à constituição de um campo de análise social*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

Telles, V. S. (2006). Mutações do trabalho e experiência urbana. *Tempo Social*, 18(1): 173-195.

Trabalhadores informais já podem formalizar situação na Previdência. Extraído de: *Expresso da Notícia* - 01 de Julho de 2009 <http://www.jusbrasil.com.br/noticias/1484882/trabalhadores-informais-ja-podem-formalizar-situacao-na-previdencia>

Veronese, M. V.; Guareschi, P. (2005). Possibilidades solidárias e emancipatórias do trabalho: campo fértil para a prática da psicologia social crítica. *Psicologia & Sociedade*, 17 (2): 58-69.

Weber, F. (2009). *Trabalho fora do trabalho: uma etnografia das percepções*. Rio de Janeiro: Garamond.

Parte 3

Linhas, curvas e olhares em movimento

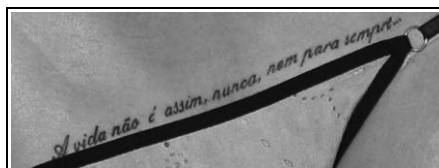
Carpe Codex: Etnografia Ubíqua entre aldeia e metrópole

Máximo Canevacci⁷⁴

Universidade Federal de Santa Catarina

*L'occasione ha i capelli sulla
fronte, ma dietro è calva*

Fedro



Este ensaio coloca-se num cruzamento flexível determinado pelas convergências diagonais ou assimétricas entre metrópole comunicacional, representações aumentadas, culturas digitais.

1) *Metrópole comunicacional*. Diferentemente da cidade moderna e das metrópoles industriais, a metrópole contemporânea se caracteriza pela dedução do trítico *comunicação-cultura-consumo* que incorpora os níveis produtivos seja da valorização material-imaterial, seja dos valores como estilos de vida, visão do mundo, crenças, mitologias. A comunicação é elemento sempre mais determinante à configuração flutuante de tal metrópole, com respeito a qual o conceito histórico de *sociedade* perde a sua capacidade “moderna” de enquadrar mutações, inovações,

⁷⁴ Massimo Canevacci: professor de antropologia cultural na Universidade de Roma La Sapienza. Atualmente é professor visitante no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSC, com bolsa CAPES.

conflitos, tensões. Tal metrópole - simultaneamente material e imaterial - tendencialmente oferece um panorama ambíguo e auroral além dos dualismos metafísicos, dos paradigmas industrialistas, das dialéticas sociológicas.

As *subjetividades multividuais* - difundidas no seu corpo-panorama (ou *body-corpse*) através de modalidades sempre mais precisas e confusas - exprimem identidades tecno-híbridas em devir procurando narrações expressivas autônomas da manifesta em primeira pessoa (histórias, visões, performances, imagens, sons). Tal *multividuo* - fluido e múltiplice, em vez de um passivo receptor dos eventos culturais outros - deseja ser parte ativa, sujeito co-criador de cada evento, um “espectattor” que entra seja nos módulos expressivos já presentes por implantá-los segundo as suas sensíveis potencialidades multi-linguísticas; seja inventor de narrações autônomas liberadas da própria vontade de auto-representação, conceito ambíguo e ubíquo que caracteriza a relação entre subjetividades emergentes e metrópole comunicacional.

As *culturas digitais* oferecem não só o suporte técnico, quanto um cenário comunicacional móbil e descentrado que determina uma verdadeira fratura em relação ao analógico; as relativas ideações, produções ou, em cada caso, atividades performáticas mais ou menos espontâneas se estendem *in between* tecidos urbanos intersticiais (nos quais inserir cápsulas temporárias de montagens inacabadas, *geofilias-das-emoções* de mapas deslocantes, ubíquos sentidos compartilhados); tecidos digitais expandidos (que enredam a comunicação contemporânea potencialmente descentrada e subjetivizada); tecidos psico-corporais dos multividuos ativados nos processos compositivos e identitários em devir sincrético.

Em tal quadro teórico de referência, sujeitos multividuos aplicam no corpo digital da metrópole comunicacional pragmáticas processuais baseadas no *design expandido - etnografia ubíqua - comunicação aumentada*: novos direitos de *cidadania transitiva* se afirmam em tais processos que movimentam instituições e cognições para metamorfoses em diálogo. Os panoramas

metropolitanos constituem tramas narrativas determinadas das montagens componíveis e decomponíveis que se concluem ou iniciam só pela autônoma e casual decisão de cada pessoa. No processo público da coisa (*res*), os diversos interstícios materiais/imateriais tornam-se hipersensíveis e trans-sensoriais: isto é, ativam excessos de sensibilidades que “aumentam” as textualidades inscritas através de códigos digitais quase invisíveis. Delineia-se um ulterior trático caracterizado por:

1. *design expandido*, no sentido de uma dilatação do conceito clássico de design além das competências profissionais tradicionais e que se estende irresistivelmente entre os fluxos comunicacionais da metrópole e do *web* da parte de cada potencial multividuo performático; acaba o design industrial, ligado ao conceito de sociedade em dissolução, repetível no modelo *standard*, e afirma-se a expansão temporária e flexível do design;
2. *etnografia ubíqua*, ou um método para fazer pesquisa empírica em tais espaços que desafia ou coloca em discussão as normas clássicas espaço-temporais; o sujeito encontra-se imerso/emerso entre coordenadas que modificam aquele que foi um *a priori* e que se dilui *antes, durante e depois* - assemblages díspares e disparados de espaço-tempo, que se produzem simultânea e subjetivamente nas trajetórias da pesquisa espontânea; a “abertura” comunicacional (*em-cada-lugar*) da experiência metropolitana digital;
3. *comunicação aumentada*, isto é, se projeta a aplicação de stickera digitais (QR Code, mash-up etc.) nas áreas intersticiais, entendendo e descentrando as potencialidades narrativas multi-linguísticas e multi-sensoriais da parte de cada sujeito-multividuo. O seu transitar nos fluxos da metrópole comunicacional deixa traças divisíveis, legíveis e modificáveis através de celulares ou PCs em que grudam (cola) suas histórias, difundem composições experimentais sem fim ou

finalidade. O aumento ubíquo e expandido da comunicação transforma a coisa (*res* = *metrópole*) em pública, isto é, em *metrópole comunicacional*.

Assim, se favorecem projetos da parte de pessoas singulares ou grupos mais ou menos formais através da (quem?) criação de ficções poético-políticas aplicáveis entre as junções web-urbanas, que aumentam as informações temporárias, contos parciais, sons interativos, imagens à assembler. A expansão de tais mini-sensores quase invisíveis (ou *anômicos* no sentido de “além das regras normativas dadas”) solicitam - “desejam” - o ser individuado, lido, observado, modificado. Tais códigos labirínticos - sem deformar o panorama urbano - criam vínculos enigmáticos, distorções sensoriais, encontros casuais, assemblagens inconclusivas. Dilata-se um corta/cola *material-imaterial* que transforma a configuração urbana através da montagens de fragmentos com significados descentrados. Estendem-se subjetividades autônomas que escolhem narrar suas visões imaginárias. Aplicam-se nos corpos intersticiais urbanos códigos que individualizam e favorecem trocas, críticas, ajustamentos entre pessoas também intersticiais que estendem suas consciências ativamente. A gente se encontra no processo do *fazer-se* *metrópole comunicacional*. A *metrópole* conta. E se conta: vira reflexiva. Exprimem-se textualidades móveis, processuais, descentradas, horizontais, autônomas, sincréticas.

A comunicação digital produz *narrações aumentadas* que redesenham labirintos temporários nos quais se assemblam tratos compositivos grudados quanto casuais. Os itinerários (*routes*) se diferenciam uns dos outros, seja no mesmo sujeito como entre multividuos diversos. As raízes (*roots*) se movem da danação de ficarem imóveis e fixadas no subsolo. Celulares sensíveis penetram e decodificam os QR Code, inserem ao bel prazer outras histórias ou visões. Itinerários e narrações interligam-se segundo lógicas impuras, pelas quais as *metrópoles* no fundo sempre se nutriram contra a “cidade ideal” idealizada demais pelos filósofos, políticos ou urbanistas. Um ângulo de uma rua vira uma sequência visual. Obra de arte (*res*) pública. Sticker como pistas/indícios por uma

caça ao tesouro que se constrói *in itinere* nos labirintos com muitas saídas possíveis. Labirintos que não fecham, mas dilatam. Imagens potenciais emergem do nada. Atratores de rua. Metamorfoses simultâneas. Sugestões de encontros, desejos deambulantes de perder-se, celulares que pescam frases ou refrãos. Panoramas improvisados emergem ou aumentam das cidades diversas entre elas conectadas. Os *plots* possibilitam cada hibridação que dilui a tirania dos lugares com identidades fixas, fixadas, estabilizadas. Plot de espaços. Paisagens sônicas. Aiku indefinidos. *Carpe diem* e *carpe sticker*.

Carpe-codex. Agarra o código. E aumenta-o ...

Auto-representações aumentadas

O poeta romano Horazio falava sobre *carpe diem*, isto é, da capacidade sensível de entender a beleza volátil de um momento vital que não é determinado pelo tempo cronológico, *Kronos*, que é colocado no calendário e subdividido regularmente em frações pra controlar a vida política e individual: e por isso precisa ser vivido intensamente quando chega. E se chega, é graças a um outro tipo de tempo, *Kairós* (1), pela ideia de enfrentar a ocasião na frente, quando rápida se apresenta nos movimentos assimétricos dos cabelos e porque atrás é careca, se pode relacionar também aos códigos digitais que precisam ser agarrados na frente, *hic et nunc*: e modificá-los. *Kairós* se incorpora nestas *narrações aumentadas*, se insere numa antropologia indisciplinada através de tensão polifônica, dialógica sincrética, conflito comunicacional entre *hetero* e *auto-representação*. Os procedimentos etnográficos segundo os quais tradicionalmente o antropólogo/a representava o outro com suas lógicas externas, com escritas e fotografias alheias, com as suas autoridades discutíveis foram – senão exauridas – ao menos atenuadas. Este trânsito está acontecendo seja sob impulsos pós-coloniais, seja graças à afirmação, mesmo que minoritária, de uma nova antropologia crítica além do monologismo imperante. Em consequência disto, parece evidente que “quem tem o poder de representar quem” está se tornando um nó central que se

emaranha no domínio do “científico” e que uma parte majoritária do Ocidente continua a exercer em direção e contra o outro.

Uma nova crítica sobre o poder da representação posiciona-se entre um impulso externo pós-colonial e um interno sobre a autoridade da escrita; entre quem entrou na autonomia construtiva do próprio eu do qual tinha sido excluído como subalterno e quem colocou em discussão as modalidades clássicas desta mesma representação. A escritura aplicada na modernidade etnográfica mostra todo o seu domínio político no sentido estrito e retórico como “gênero” linguístico não neutro.

Os limites de ambos os movimentos em trânsito podem ser resumidos nestes pontos: a questão “de-quem-representa-quem” em todas as dobras do poder retoma e amplia a crítica sobre a divisão do trabalho assim como Marx a tinha representado, tornando insuficientes as leituras dos séculos XIX e XX, baseadas na centralidade estrutural de estratificação social e processos produtivos. A atual fase pós-industrial e a aceleração das culturas digitais incluem outras “divisões” entre sujeitos pertencentes a culturas e experiências diversas: por exemplo, a divisão entre quem comunica e quem é “comunicado”, entre quem tem historicamente o poder de narrar e quem está apenas na condição de ser um objeto narrado. Tornou-se insuficiente até a clássica vocação da antropologia de “colher o ponto de vista nativo”, que pode manter uma parcial legitimidade apenas quando este mesmo nativo – individualizado e diferenciado – comunica o próprio ponto de vista.

Por isso, entre “quem representa” e “quem é representado” há um nó linguístico específico, relativo ao que chamo *divisão comunicacional do trabalho*, que precisa ser enfrentada nos métodos e nas pragmáticas. Entre quem tem o poder de enquadrar o outro e quem deveria continuar a ser *enquadrado* – para ser um eterno panorama humano – se ossificou uma *hierarquia da visão* que é parte de uma lógica dominante a ser posta em crise na sua presumida objetividade. É insuportável – política e etnograficamente – que na comunicação digital proponha-se um neo-colonialismo midiático com uma divisão hierárquica entre

quem representa e quem é representado, entre quem filma e quem é filmado, quem narra e quem é narrado, quem enquadra e quem é enquadrado.

As novas subjetividades que estão se afirmando como “outras” têm a vantagem de poder usar as tecnologias digitais que favorecem esta descentralização com um efeito de ruptura não comparável com o analógico. Facilidade de uso, redução dos preços, aceleração das linguagens, descentralização de ideação, *editing*, consumo. A divisão comunicacional do trabalho entre *quem narra* e *quem é narrado* – entre *auto* e *hetero*-representação – penetra na contradição emergente entre produção das tecnologias digitais (ligadas aos centros do poder ocidental) e uso destas mesmas tecnologias por sujeitos com uma autônoma visão do mundo. Tal divisão e tal contradição redefinem o cenário do poder no qual a antropologia da comunicação digital se dispõe para conflitar contra toda persistente tentativa de achatar e folclorizar o outro.

Tal *hetero*-representação teve e continuará a ter um papel importante, porém não mais único e muito menos central, enquanto baseada na única figura possível de um pesquisador externo ao contexto cultural. Tal continuidade de pesquisador externo não tem mais o direito de afirmar-se na sua absoluteza. Ao posicionar-se numa definida parcialidade processual que favoreça a autonomia narrativa do outro – através de uma tensão dialógica entre sujeitos diferentes não hierarquicamente caracterizados – poderá renovar não apenas as metodologias ossificadas (veja-se um certo persistente *revival* do termo “tribal”), como também as relações de poder baseadas em lógicas coloniais.

Junto, ao lado e, às vezes, contra tal poder discursivo se coloca cada vez com mais força expressiva e conceitual a *auto*-representação, ou seja, os modos também plurais através dos quais os que foram considerados por muito tempo apenas *objetos* de estudo – uma paisagem de fundo – revelam-se *sujeitos* que interpretam em primeiro lugar a si mesmos e depois também a cultura do antropólogo. Estas modalidades interpretativas não são mais relegadas à esfera investida por disciplinas institucionalizadas em procedimentos dicotômicos e hierárquicos:

estas perturbam as fronteiras da linguagem digital que está caminhando para uma inovadora *web-etnografia*. Por exemplo, o método de pesquisa na *web* como *fieldwork* não pode ser aplicado com as mesmas modalidades lógicas e compositivas dos contextos tradicionais. Veja-se a produção indígena *on-line* de fotos, vídeo, de numerosos sites INDIAnet, CDs musicais e CD-ROM. Tecnologias digitais, subjetividades “nativas”, posicionamentos críticos que trituram o “nós” compacto do Ocidente, cruzam-se e desafiam o monopólio obsoleto acadêmico ou jornalístico como único “enquadramento” legitimado a representar o outro.

Esta perturbação vale também para a *comunicação visual*. As impositões linguísticas através das quais as imagens do “outro” foram realizadas por antropólogos, jornalistas, políticos locais, turistas são reprodutoras de hierarquias. Vejam-se as indestrutíveis séries de TV tipo *National Geographic* ou os documentários amazônicos onde o entrevistador apresenta a si mesmo como um herói da TV e o outro como um panorama choroso e naturístico, ao qual deve ser dada uma aparente solidariedade para que permaneça no seu lugar “ecológico” e agradavelmente místico. Os novos códigos expressivos através dos quais podem ser narradas a cultura ou a subjetividade de cada grupo humano não estão mais centradas num saber objetivo restrito a um saber tecno-científico e icônico-expressivo: ainda hoje as lógicas museais através das quais se expõem os “nativos” são expressões de um *outro lugar* etnocentricamente considerado “primitivo” a ser preservado de qualquer mudança cultural ou tecnológica (ecologismo racista pseudo-romântico). As variadas figuras de novos pesquisadores movem-se numa perspectiva de radical ultrapassagem destas tradições obsoletas através de uma doçura racional e comunicacional que apresenta modalidades inovadoras com as quais experimentar a co-presença de mais linguagens e de mais sujeitos. Em primeiro lugar Vincent Carelli e tudo o que produziu, de *Vídeo nas Aldeias a Corumbiara*.

As novas metodologias e as novas subjetividades da comunicação visual atravessam novos processos narrativos que colocam *hetero* e *auto*-representação em cenários móveis, também de uso cotidiano,

no qual as imagens viajam em todas as direções, não mais apenas do alto (ou presumido tal) do saber antropológico-museal para um espectador congelado pelas próprias certezas “civis” ou, pior ainda, “morais”. As diferenças vivas que as culturas “nativas” exprimem dizem respeito a como as linguagens são constantemente construídas, expostas e modificadas na vida cotidiana: da sexualidade à mitologia, da cosmética aos grafismos corporais, da religião às relações entre sexos e gerações. Estas representações plurais inovam a comunicação digital, justamente porque são compostas por sujeitos que refletem de dentro das suas culturas segundo modalidades *performativas* e *processuais*.

- *performativa*: no sentido que os sujeitos nativos utilizam complexas linguagens através das quais dão sentido ao próprio ser aqui e agora enquanto pertencentes a culturas vivas;
- *processual*: no sentido que as modalidades são significativas no seu fazer, mais ainda que no produto final. Nada é dado de uma vez por todas e, portanto, a processualidade metodológica desafia a imobilidade a-temporal e a-individual com a qual durante muito tempo se (hetero)-representou o outro.

Este ensaio e a minha pesquisa colocam-se exatamente neste ponto crítico. As velhas antropologias, também as que submeteram à revisão a autoridade das escrituras, devem atravessar um *multiverso* que cruza sincretismos culturais e tecnológicos, identidades fluidas em mutação não mais fixadas num passado a-histórico. Muitas pessoas nativas da América Latina – que cruzam a sua cultura indígena com a brasileira ou peruana com a global – estão se apropriando das linguagens mix-comunicacionais, assim como das suas complexas filosofias e mitologias que coabitam muitas vezes conflitualmente nos processos de mutação e hibridação das culturas contemporâneas. Por isso ninguém – antropólogos ou não – pode permanecer tranquilo e parado nas certezas passadas: começou um tempo fantástico e fantasioso de novas modalidades através do qual desenvolver pesquisas e transformar tais experiências numa polifonia de linguagens, estilos, metodologias,

imagens, sons em constante tensão com as irredutíveis subjetividades outras.

Inter-cultura significa culturas-entre: *in-between*. Um trânsito constante e híbrido entre modelos diferentes de cruzamentos surpreendentes, como um colorido tecido *patchwork*. Inter-cultura favorece a inter-subjetividade, desenvolvendo relações paritárias entre sujeitos que exprimem a sua irredutível diferença. E esta diferença implica uma hierarquia, um alto e baixo, um inferior e superior, bem como a construção de espaços culturais baseados na multiplicidade textual e cromática. Enfim, inter-cultura libera o mix de tecnologias e comunicação.

Sincretismos culturais, pluralidades de sujeitos, polifonias de linguagens: esta é a premissa metodológica da inter-cultura.

Na nova antropologia da comunicação digital, o etnógrafo está legitimado para interpretar o outro – com ou sem fotografia, vídeo, registros variados – apenas quando está disponível para se deixar interpretar *pelo outro*. Esta é a dialógica e este o desafio para uma epistemologia *transitiva e aumentada* da representação.

Um salto compositivo e metodológico transborda numa perspectiva diferente de sentido aplicável à *hetero*-representação a partir do conceito de *hetero*-nomia, fazendo deflagrar a sua dependência do outro oposto como *auto*-nomia. O conceito de *nomos* parece já em si criticável porque define uma lei ou uma regra à qual ater-se e que legitima uma condição dada nos termos de poder e de repetição/obediência. Daí a hipótese de inserir a visão da heterônoma não como dependência subalterna do outro, onde outro significa *poder que dirige*, inatingível e indeterminável nas suas escolhas que obrigam o sujeito a uma práxis subordinada. *Heteronímia pode se tornar visão que altera o nomos*, transformando-o – de regra estabelecida ou lei imperscrutável – em módulos flexíveis, sensíveis por alteridade que normalmente são excluídas ou reprimidas pelo sujeito autônomo. Os direitos de autonomia se baseiam num conceito de cidadania que não funciona mais há

tempo especialmente na base dos processos de globalização. Se é o cidadão a ser autônomo, o outro – migrante, viajante, apolide, exilado, estrangeiro ou estranho – é excluído dos seus direitos (*nomos*). E quem é “cidadão” na metrópole comunicacional?

Heteronímia então significa inserir, atrair no seu conceito mudado a alteridade como irrecondutível num sistema de códigos dados; tornar mutável o *nomos* nas multiplicidades do outro. *Transformar-se em heterônimos* significa entrar no desafio que um poeta como Fernando Pessoa lançou nas suas escrituras. Pessoa (*nomen homin*) usa heterônimos não só pelo gosto de mudar de nome e identidade, como para dar sentido a estilos de escritura diferentes, como para sentir próxima, muito próxima a relação entre o próprio único nome – pessoa única – a identidade *una* e *um* estilo coerente de escritura ou, para permanecer nos meus termos, entre representação e composição. “Tenho o costume de andar pelas estradas / olhando para a direita e para a esquerda, / e de vez em quando olhando para trás... / e o que vejo a cada momento / é aquilo que nunca antes eu tinha visto, / sei ter o pasmo essencial / que tem uma criança se, ao nascer, / reparasse que nascera deveras.../ sinto-me nascido a cada momento / para a eterna novidade do Mundo...” (Pessoa, 1980, p.137).

Continuar a ver o que ainda não se viu, e desejar vê-lo, ver algo totalmente outro com a delicadeza sutil de sentir renascer cada momento o *eu profundo* e os *outros eus*, como é intitulada uma coletânea de poesias suas: “espírito protéico, individualidade múltipla e universal, Fernando Pessoa percorre, através de si e de seus heterônimos, a insaciabilidade ontológica de seu gênio. Ele foi muitos” (Galhoz, 1980, p. 2).

Um arquipélago de eus.

O duplo vínculo na etnografia digital

A relação entre antropologia e psicologia (ou psicanálise) inicia com Malinowski, fundador do método etnográfico baseado sobre a pesquisa direta no campo, observação participante, colher o ponto

de vista nativo. Ele elabora o método do funcionalismo, através do qual critica alguns importantes paradigmas de Marx e Freud. Sobre este último, ele demonstra como numa sociedade matrilinear, onde a transmissão geracional se dá por linha materna, a autoridade se baseia sobre o tio materno, e em consequência o complexo de Édipo no sentido universal não funciona. É um tipo de leitura, aquela freudiana, que tem uma substância relativa ao contexto europeu e a um tipo de família patrilinear e patriarcal. Nas ilhas Trobriand (onde Malinowski realizou a célebre pesquisa) o mecanismo psicológico funciona de maneira bem diversa. Nasce o relativismo cultural, outro conceito básico da antropologia. Cada elemento cultural precisa ser colocado no interior específico da sociedade e os conceitos universais, nesse sentido, *são* muito problemáticos.

Ao mesmo tempo, numa celebre fotografia Malinowski se coloca em pé, na frente do seu “objeto” de pesquisa (um jovem trobriandese), as mãos na cintura, óculos obscuro, olhar direito que prende o domínio da situação. Claramente ele nunca foi um colonialista, mas naquele tempo a inteira disciplina da antropologia (e diria das ciências humanas em geral) pertenciam a um contexto histórico caracterizado pelo colonialismo. Assim, esta foto nos sugere que as dinâmicas psicológicas no interior do pesquisador são tão importantes quanto as relações psicológicas externas dos sujeitos “pesquisados”. E a relação dialógica e conflitual entre os dois níveis, assim como se manifesta no *fieldwork*, é parte constitutiva do processo de conhecimento. Neste campo fluido de interação híbrida se coloca a aliança entre etnografia e psicologia. A geração seguinte apresenta uma determinante mutação, que assume como figura emergente um jovem antropólogo britânico que entra em crise vertical com o funcionalismo malinowskiano hegemônico.

Gregory Bateson foi discípulo dele, mas o mestre funcionalista não entendeu uma diversa metodologia focalizada sobre as emoções, o *ethos* e representações concêntricas sobre o mesmo “objeto” de pesquisa. Pelo contrário, uma parte significativa do meu trabalho é influenciada por este antropólogo nascido na Grã Bretanha e

depois cidadão Usa Gregory Bateson, tentando ao mesmo tempo identificar algumas limitações relativas ao seu contexto histórico-cultural. *Balinese Character* é o livro de Bateson que mais me impressionou: na minha opinião, é ainda hoje a melhor pesquisa etnográfica já realizada com uma câmara de filmar e fotografar. O conceito de uma sequência de imagens que define um traço cultural (por exemplo, o aleitamento) constitui a base para minha pesquisa e meu ensino sobre a comunicação visual. Esta metodologia processual de investigação é o ponto de partida para o desenvolvimento posterior de dois conceitos fundamentais: o duplo vínculo (*double bind*) e a ecologia da mente.

O primeiro conceito – o duplo vínculo – apliquei especialmente na comunicação visual, focalizando publicidade, design, mass media e internet, política e claramente as dinâmicas das famílias. Trata-se de um conceito *indisciplinado* que perpassa psicologia, etnografia, comunicação, apresentando projetos de libertação possíveis. Muitas pessoas conectadas à comunicação digital (inclusive eu) estão cheios de duplos vínculos. Fixá-los e tentar dissolvê-los criativamente é a grande lição de Gregory Bateson que tento aplicar nos fetichismos visuais atuais (Canevacci, 2008).

A minha reflexão sobre Ecologia da mente é mais articulada por muitas limitações genéricas que se tornam perversos sentidos comuns. A trama-que-conecta (patterns which connects) é sem dúvida importante, embora descambe facilmente para um *hippie* místico zen, *trip-ayuasca*, *uga-uga* e coisas tipo o filme Avatar (James Cameron, 2009) no qual alguns críticos conseguiram enxergar algo de Bateson. Isso me deixa desconfiado em relação ao seu conceito de holístico, que considero perigosíssimo quando a totalidade que evoca inclui e explica cada fragmento de diversos elementos empíricos. Em todo caso, reivindico a subjetividade – que chamo de *multivíduo* – como não unificável em uma totalidade ecológica. Este é um limite ecológico de Bateson: a ansiedade de perder a si mesmo ou unificá-lo holisticamente com o todo. Talvez a ansiedade da morte...

Bateson me influenciou na percepção da ligação entre etnografia e cultura digital: a sua participação no nascimento da cibernética

com Wiener foi muito importante. Daí a minha pesquisa sobre web-culturas, social network e sincretismos digitais. Assim, é fundamental sublinhar que a cultura digital tem uma história epistemológica que desde o início esteve interligada à antropologia. E o autor de referência nessa conexão é Bateson.

Na entrevista realizada por Steward Brand, publicada em *Per l'amor di Dio, Margaret!*, Bateson revela a escolha de colaborar com o fundador da cibernética, Norbert Wiener, no ano de 1946, quando então abandonou a "disciplina" para incluir a cibernética na área da antropologia. Ele já tinha elaborado nos anos '30 o conceito de *cismogenesis* (do Grego: *cisma* = divisão + *genesis* = nascimento) durante suas primeiras pesquisas etnográficas em Nova Guiné; para ele, os processos comportamentais e interativos no interior de um grupo em relação ao *ethos* (como uma cultura enfrenta e resolve as emoções) podem favorecer seja competição ou rivalidade, seja inibição ou submissão. Ambas poderiam ser autodestrutivas por as duas facções internas ao grupo ou resolver-se numa divisão mais ou menos dramática: por isso, se criam mecanismos de autocorreção que freiam as relações de tipo conflitual.

Quero sublinhar a importância não só conceitual mas também pragmática da relação entre *cismogenesis* e *autocorreção* por este motivo: dez anos depois e por outros itinerários epistemológicos, Norbert Wiener elabora o modelo de retroação - ou *feedback* - como afim ao modelo de *autocorreção cismogenética*. Tudo isso significa uma aliança profunda (ou conexões psico-culturais) entre *feedback* e *cismogenesis* em direção de verificar como as tecnologias podem ser aplicadas na criação projetual da primeira inteligência artificial. E justamente a *cibernética* nasce no encontro entre um pesquisador etnográfico isolado (Bateson) e uma equipe de pesquisadores informáticos (Wiener). Tal aliança entre as chamadas *duas culturas* (científica e humanística, segundo Edgar Snow) torna-se ainda mais significativa, enquanto Bateson e Wiener criticam os cientistas que isolam o *input-output* sem retroação, analisando o "objeto" ficando fora dele. Wiener e Bateson utilizam a metáfora da caixa (*box*): o cientista precisa ficar

dentro da caixa, isto é, fora da metáfora, no interior do *fieldwork* etnográfico. E este *fieldwork* apresenta afinidades (não identidade!), entre o *ethos* do Iatmul na Nova Guiné e a inteligência artificial na *cibernética*, baseadas sobre *autocorreção*.

Quero sublinhar de novo como estas metodologias etnográficas são muito parecidas àquela da psicanálise. O/a psicanalista precisa ficar dentro da relação com o paciente, não pode ficar observando ou escutando-o de fora. A caixa é também o *set* psicanalítico onde se cria uma continua retroação autocorrectiva entre os dois sujeitos envolvidos. O *feedback* envolve seja o psicanalista seja o paciente e as metodologias psicanalíticas traduzem este *feedback* nos seus próprios conceitos (por exemplo transferência e contra-transferência). Recíprocas *autocorreções* criam um complexo vínculo entre os dois durante a “interminável” análise e assim se apresenta o novo conceito elaborado mais recentemente para o qual o pensamento de Bateson virou fundamental: aquele de *complexidade*.

Von Foerster explica: “O que se precisa agora é uma descrição do *descriptor*; ou, em outras palavras, precisamos de uma teoria do observador” (apud Brand, 2004, p. 152). Isso significa uma aliança necessária, ainda mais profunda e complexa, entre antropologia e psicanálise, no contexto do desafio trans-disciplinar da complexidade. *Descrever, interpretar e transformar o descriptor*. E se um cientista “exato” fala assim, me parece que esta aliança está já profunda e praticada. O que ainda hoje precisa ser colocado na caixa é a *descrição do observador*, tanto etnógrafo como psicanalista ou epistemólogo: isto para mim significa aprender a fazer pesquisa *com* (e não *sobre*) os sujeitos envolvidos no processo empírico, seja nativo, paciente ou um sincrotone. A “descrição do descriptor” é uma mudança de cultura epistemológica, comunicacional e política que envolve no processo compositivo ou terapêutico cada sujeito da pesquisa.

Tudo isso envolve também a cultura digital. Nas conexões e infusões entre etnografia, psicanálise e *cibernética* – uma *psico-etnografia da web* – nascem as possibilidades de mudar a internet e uma “coisa” ainda mais ampla: a composição do sujeito

contemporâneo. Assim, agora se apresenta o problema não resolvido – político e epistêmico – dos *softwares* produzidos como resultado de elaborações informáticas. Uma nova elaboração de software não baseada na lógica binária poderia ser produzida a partir desta aliança da complexidade transdisciplinar. E o digital cruza etnografia, psicanálise e comunicação.

Por isso, precisamos que as disciplinas se conectem, por meio dos fluxos da comunicação digital, cuja aliança com os profissionais da informática – frequentemente fechados como muitos cientistas sociais em mundos encastelados – poderia favorecer soluções progressivas além da web 2.0 (importante pelo *social network* mas ainda centralista) em direção à web 3.0, um *software* mais descentrado e pluralista. É necessário, portanto, dissolver os poderes econômicos da web 2.0; envolver cada cibernauta nos processos elaborativos multilógicos e multissensoriais; favorecer um processo de *autopoiesi* por cada sujeito *multivíduo*. A aliança entre etnografia e psicanálise atual precisa enfrentar também – às vezes principalmente - esta nova composição do *multivíduo digital*, entre novas patologias e inovações comunicacionais libertadoras.

Naven, outro livro de Bateson que li em 1988, desde o início influenciou minha *cidade polifônica*: sua concentração de escolha metodológica foi voltar ao mesmo ritual com pontos de vista disciplinar e oticamente distintos, numa diferenciação epistêmica sem-fim, enquanto um fato empírico como um ritual nunca poderia *ser compreendido* em sua totalidade através de *um* método ou *uma* monoescritura. Em suma, a multiplicação de pontos de vista dos pesquisadores sobre o próprio *objeto* de pesquisa tem sido decisiva.

Devo dizer que, devido a isso, desenvolveu-se em mim a necessidade de ver a dimensão subjetiva do objeto, para dar voz à individualidade que a antropologia cultural, mesmo que batesoniana, silencia, ignora ou até mesmo remove. Minha intenção é encontrar a individualidade no trabalho de campo, ainda que sem nome e voz. Neste sentido, o excesso de “objetivismo” ligado ao excesso de um naturalismo *transcendente* é o seu limite. Como já introduzi, o conceito de *ethos* – de que forma

as emoções são produzidas, fixadas e modificadas culturalmente – é outra importante categoria aplicada à pesquisa e ao pesquisador. O estudo etnográfico das emoções e dos desvios patológicos comunicacionais é um dos grandes méritos de Bateson, fato que provocou a dura crítica de Malinowski bloqueado no funcionalismo e que favoreceu a sucessiva pesquisa sobre o duplo vínculo e a esquizofrenia.

Naven contribuiu para a crise da objetividade na pesquisa, para a aproximação constante a um núcleo de verdade etnográfica que sempre foge, que irá se mover cada vez para mais longe, enquanto o mesmo ritual e as pessoas que o praticam mudam, assim como o sujeito que faz a pesquisa é sempre diferente. Enfim, a etnografia é acabável e inacabável, como diria Freud para a análise. Talvez se possa afirmar que Bateson se sentisse limitado pela disciplina, motivo pelo qual teria influenciado muitas pessoas que não se tornaram antropólogas no sentido restrito. Na minha experiência, posso dizer que ele me influenciou profundamente, que a leitura e a visão atenta de *Naven*, de *Balinese Character* e de *Ecologia da mente* me formaram.

Devo mencionar também um autor contemporâneo de Bateson, totalmente diferente dele, os quais nunca se encontraram física nem cientificamente; refiro-me a Walter Benjamin. Aqui sinalizo outro aspecto metodológico inerente a ambos além de um certo “misticismo imanente”. Bateson diz no célebre posfácio de *Naven* que o método está em colocar junto os dados – o que é fundamental em toda pesquisa contemporânea, eu acho. Benjamin, mais sensível ao cinema e à tecnologia reproduzível, afirmava que o método está na montagem. Portanto, a *composição* é para mim o conceito mais adequado ao lugar da escrita, a fim de dar sentido à pesquisa de campo: uma montagem de fragmentos escritos, ensaísticos, literários, poéticos, icônicos, sônicos para a qual uma composição fluida consegue dar um sentido parcial e temporário, oblíquo e profundo.

Enfim, se manifesta uma trama que conecta uma ecologia digital/mental com os códigos da comunicação flutuante entre aldeia e metrópole. Códigos aumentados por desenhos

expandidos e por uma subjetividade multividual que agarra, transforma e dança *Kairos*...

Referências

BATESON, G. & MEAD, M. *Balinese Character. A photographic analysis*. New York: Academy of Sciences. 1942.

BATESON, G. *Steps to an Ecology of Mind*. New York: Ballantine, 1972.

_____. *Naven. A survey of the problems suggested by a compositiove picture of the culture of a new guinea tribe drawn from three points of views*. Standford University Press. 1936 (1985 ed. italiana).

BRAND, S. *Per l'amor di Dio, Margaret! Entrevista a Bateson e Mead*. In *Studi Culturali*, nº 1, 2004.

CANEVACCI, M. *A cidade polifônica*. São Paulo: Nobel, 2004.

_____. *Fetichismos Visuais*. São Paulo: Atelier, 2008.

_____. *Comunicação visual*. São Paulo: Brasiliense, 2009.

_____. *A linha de pó*, São Paulo: Annablume (em curso de tradução).

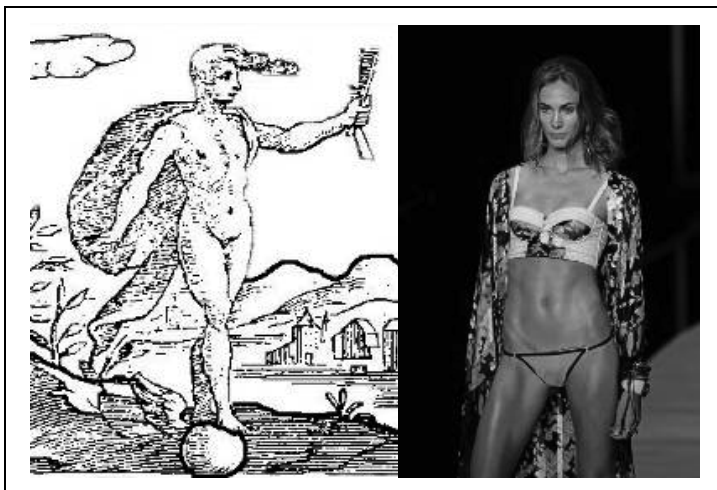
GALHOZ, M.A. *Fernando Pessoa. Encontro de poesia*, introdução ao livro de F.Pessoa *O eu profundo e os outros eus*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1980.

Nota

1. Segundo os gregos, Kairos era o deus do “momento passageiro”, de “uma oportunidade favorável que opunha o fato ao homem”. O momento deve ser compreendido como o tufo de cabelo sob a fronte da figura que foge; caso contrário, o momento se foi e não pode ser recuperado: para isso, a parte posterior da sua cabeça é careca. A imagem

de cabelo caindo sobre a testa e a cabeça careca foi associada pelos romanos à deusa Fortuna. Sobre a estátua alegórica original de Kairos original feita por Lísipo foi esculpido o seguinte epigrama de Posidippo:

"E quem é você? *O tempo que controla todas as coisas.*/ Por que se mantém sobre a ponta dos pés? *Eu não corro nunca.*/ E por que você tem um par de asas em seus pés? *Eu voou com o vento.*/ E por que tem o cabelo no rosto? *Para aquele que me encontra me levar pelo topete.*/ E por que, em nome dos céus, você tem a parte traseira de sua cabeça calva? *Porque ninguém me agarra por trás*". Um conceito análogo está tatuado sobre o púbis de uma modelo que desfilou no Rio de Janeiro (junho 2009), cuja imagem em close-up está no início e agora em "plano americano": *A vida não é assim, nunca, nem para sempre.*



Os fios e os nós: um ensaio sobre jovens e temporalidades na contemporaneidade

Mónica Franch⁷⁵

Universidade Federal da Paraíba

Final de tarde. Depois de um exaustivo dia de trabalho de campo, me preparo para deixar a comunidade. Já a caminho do ônibus, faço a última parada da jornada na casa de Marta e Maria. Debruçada no portão, Maria, a mais velha das duas irmãs, conversa com seu namorado, sob o vigilante olhar da mãe. A cena não me é estranha. Dois anos atrás, quando desenvolvia minha pesquisa de mestrado nessa comunidade, Paulo e Maria já se encontravam a cada fim de tarde naquele mesmo portão para o seu ritual de namoro. Entretanto, se a disposição dos personagens parece não ter se modificado com o passar dos anos, o tempo deixou suas marcas indeléveis num dos elementos do quadro: o corpo de Maria. De graciosa e esguia jovem, objeto de admiração, senão de desejo dos rapazes, Maria logo assumiu a aparência de uma mulher adulta, como tantas outras do bairro. O detalhe mais visível dessa mudança foi o aumento de peso, que lhe transformou a silhueta e as feições. Seus olhos amendoados, que tanto chamaram minha atenção quando a conheci, já não se destacam mais no seu rosto, de maçãs protuberantes, inchadas. Suas pernas também se avolumaram. Os quadris, antes bem contornados, arredondaram-se. Olhando Maria, vejo hoje Madalena, a mãe dela. E olhando Marta, a esperta

⁷⁵ Doutora em Antropologia pelo PPGSA/UFRJ. Professora dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia e em Sociologia da UPFB.

e também esguia Marta, vejo Maria, que me lembra a mãe e assim por diante. O corpo adolescente que tanto se exhibe numa hora, na outra já mostra que abandonou o seu frescor, rendendo-se às exigências de um ciclo de vida acelerado – para os padrões, é claro, da classe média à qual pertença, que cultua e quer eternizar a juventude para além dos marcos da idade adulta e, quem sabe, da própria velhice e da morte.

Trecho de diário de campo, 4/10/2001

Marta e Maria⁷⁶ eram duas adolescentes quando as conheci, aproximadamente em 1997, quando trabalhava numa ONG voltada ao atendimento a meninas e adolescentes “de risco” no Grande Recife. Contudo, foi somente em 1999 que tive a chance de conviver com elas duas e com vários outros jovens que moravam na mesma comunidade, uma antiga favela situada na zona oeste do Recife, onde desenvolvi minha pesquisa de mestrado sobre tempo livre e juventude de periferia (FRANCH, 2000). A casa de Maria era então parada cativa no meu roteiro habitual, sobretudo aos finais de semana, quando virava ponto de encontro de uma animada turma de adolescentes e jovens. A preferência tinha seus motivos: as duas irmãs eram bonitas e muito simpáticas, a casa tinha um pequeno quintal acessível da rua e a mãe das jovens preferia receber os amigos a ver as filhas “soltas lá fora”. Maria tinha 16 anos e Marta, 15. Quando retornei à localidade, dois anos depois para uma nova pesquisa, escrevi em meu diário o trecho que abre este ensaio. O corpo de Maria, subitamente metamorfoseado, era um convite à reflexão sobre o tempo, não o tempo filosófico da finitude, mas o tempo social do curso da vida, o tempo da sincronização e da ordem das sequências, o *timing*, enfim, das transições e de como essas transições acontecem para os diversos grupos sociais.

Neste ensaio, apresentarei algumas das ideias que venho desenvolvendo desde aquela tarde de 2001 a respeito da relação entre tempo e juventude. Trata-se de duas temáticas que se entrecruzam intimamente, e que estão no centro de transformações

⁷⁶ Todos os nomes utilizados são fictícios.

importantes nas nossas sociedades. A juventude, de um lado, parece não se adequar mais ao modelo de transição à idade adulta estabelecido na modernidade; ela se torna um “estilo de vida” que se impõe a todos nós, independentemente de nossa idade cronológica. Mas, enquanto “estilo de vida” desejável, a juventude-modelo torna problemáticas as experiências reais de jovens como Marta e Maria, que não se encaixam na imagem-valor inserida na “mágica” capitalista.

Nossa relação com o tempo, por outro lado, também está mudando. Velocidade, simultaneidade, fragmentação são palavras de ordem, chamando a atenção para o impacto que as novas mídias exercem em nosso cotidiano, e que têm nos jovens seus principais protagonistas. Paralelamente, risco e incerteza compõem o cenário em que as novas gerações do mundo inteiro constroem hoje suas biografias. De que modo isso afeta suas expectativas e suas vivências? Sua relação com seu tempo de vida? É possível dizer que essas circunstâncias também são “novas” para os jovens brasileiros, que carregam o legado de gerações inteiras construindo suas vidas em meio a imensas incertezas?

Antes de expor minhas reflexões, gostaria de situar academicamente este trabalho. A questão do tempo em relação à juventude dos grupos populares foi a temática de minha tese de doutorado em antropologia, que resultou de um trabalho de campo de tipo etnográfico, abordagem muito comum nessa disciplina (FRANCH, 2008). Contudo, ao travar contato com a temática do tempo fui continuamente desafiada a ultrapassar fronteiras disciplinares. Dialoguei, sobretudo, com referenciais da história social, da sociologia e dos estudos culturais, mas poderia também ter adentrado no campo da filosofia, da psicologia e, por que não, até da física. É com esse espírito disciplinar e, ao mesmo tempo, aberto às tão necessárias heresias que gostaria que este texto fosse apreciado pelos leitores oriundos da psicologia social – um campo que, em si, também é eivado (e estimulado) por tensões disciplinares.

Ciclos, cursos, episódios: como enxergamos a vida que passa

O chamado “tempo vital” (ADAM, 1990, p.2), ou seja, o fato de passarmos por uma série de transformações biológicas ao longo da vida até nossa morte, é objeto de investimento simbólico em todas as sociedades, podendo-se dizer que tempo e idade estão intrinsecamente ligados através das periodizações da vida. Nos estudos realizados em diversas sociedades do mundo, os antropólogos estiveram bastante atentos a essas periodizações e ao modo como elas informam a vida social. Devemos a Arnold Van Gennep (1978), já nas primeiras décadas do século XX, a primeira análise dos “ritos de passagem”, cerimônias sequenciadas em três momentos distintos (separação, margem e agregação), que marcam publicamente as mudanças de status na vida dos indivíduos⁷⁷. Posteriormente, outros muitos antropólogos mostraram como a idade atua enquanto critério organizador socialmente relevante em várias sociedades, sendo os conjuntos etários Nuer, estudados por Evans-Pritchard (1978), um dos exemplos mais conhecidos pelos praticantes desta disciplina. No Brasil, Thales de Azevedo (2004) foi um dos primeiros a estudar o “ciclo da vida”, aplicando o conceito de ritos de passagem de Van Gennep aos modos de vida das elites nacionais. Nesses primeiros estudos, a menção a “ciclos” – não apenas “ciclos da vida”, mas também “ciclos de desenvolvimento familiar”, como no conhecido estudo de Meyer Fortes (1974) – remete a uma percepção circular, cíclica ou recursiva do tempo, muito mais atenta às regularidades do que às singularidades, à reprodução do que à mudança social. Reprodução possibilitada pela constante substituição dos indivíduos de gerações consecutivas, fadados a ocuparem as mesmas posições de seus antecessores na estrutura social que lhes foi legada.

Observa-se, igualmente, que nesses estudos o tempo vital é sequenciado a partir de periodizações que não passam pela idade cronológica, critério que apenas adquire relevância no Ocidente, como um dos elementos do controle das populações por parte dos

⁷⁷ Para uma crítica à visão “etapista” das idades da vida que emerge a partir das ideias de Van Gennep, ver Johnson-Hanks (2002).

estados modernos (ARIÈS, 1986). Ao introduzir o critério quantitativo, logo, cumulativo na trilha do tempo vital, a idade cronológica parece ser mais bem apreendida enquanto “curso” do que como “ciclo”, percepção que nos retira da temporalidade cíclica e nos introduz em cheio na narrativa do progresso e da linearidade histórica. O que fazer quando essa narrativa se fragmenta, como parece estar acontecendo na pós-modernidade ou na modernidade tardia? Quando os “cursos” são substituídos por “episódios”, como parece sugerir Bauman (2011)? Podem os sujeitos viver sem uma narrativa que dê continuidade a suas experiências de vida?

As mudanças nas formas de percebermos as idades da vida relacionam-se com nossa forma de perceber o tempo – afinal, as idades da vida são feitas de tempo. Na literatura especializada, é hoje consenso que estamos passando por profundas transformações na forma como organizamos e percebemos nossa relação com o tempo. Essas mudanças se iniciaram na década de 1960, mas se aprofundaram e intensificaram nos anos 1980, fazendo parte do cenário descrito como segunda modernidade, pós-modernidade, modernidade tardia, sociedade em rede, entre outros possíveis epítetos, e que corresponde à fase atual de desenvolvimento do capitalismo (ver, entre outros, ADAM, 1995; AUGUSTO, 2007; BAUMAN, 1999; 2000; CASTELLS, 1999; HARVEY, 1992; LECCARDI, 2005b; NOWOTNY, 1989).

As transformações em curso relacionam-se com aspectos tais como as reconfigurações no mundo do trabalho, o avanço tecnológico e o acirramento da dimensão de risco nas nossas sociedades. Alguns autores afirmam que estamos vivendo um momento de compressão tempo-espaco (HARVEY, 1992) ou de aceleração do tempo (AUGÉ, 1994) porque a rapidez nos processos de circulação de mercadorias, dos fluxos de capital, das imagens e das pessoas faz com que o mundo, de certo modo, se torne menor. Além disso, as novas tecnologias produzem experiências de simultaneidade uma vez que, no mundo virtual, é possível estar em vários lugares e mesmo em vários tempos concomitantemente, experiência que desafia as representações lineares dominantes na primeira

modernidade (ADAM, 1992; AUGUSTO, 2007; LECCARDI, 2005a).

A velocidade dos processos econômicos e da circulação de informações termina nos condenando àquilo que Nicole Aubert (2003) qualificou do “culto à urgência”. Hoje trabalha-se mais rápido, come-se mais rápido, viaja-se mais rápido, dir-se-ia, enfim, que se vive mais rápido. Paradoxalmente, cada vez mais pessoas reclamam da falta de tempo, prova cabal de que a velocidade nos processos econômicos não fez valer a promessa das utopias dos anos 1970, a de um mundo cada vez mais liberado do fardo do trabalho, em que os indivíduos poderiam dedicar mais horas ao lazer e a outras atividades prazerosas. O excesso de tempo, inclusive, pode ser vivido como um estigma, notadamente entre aqueles que vivenciam as novas situações de exclusão social decorrentes das transformações no mundo do trabalho e da diminuição do papel do Estado:

O encolhimento do espaço abole o fluxo do tempo. Os habitantes do Primeiro Mundo vivem num presente perpétuo, passando por uma série de episódios higienicamente isolados do seu passado e também do seu futuro. Essas pessoas estão constantemente ocupadas e sempre “sem tempo”, pois cada momento não é extensivo – experiência idêntica à de ter o tempo “todo tomado”. As pessoas ilhadas no mundo oposto são esmagadas pela carga de uma abundância de tempo redundante e inútil, que não têm com que preencher. No tempo delas, “nada acontece”. Elas não “controlam” o tempo – mas também não são controladas por ele, ao contrário dos seus ancestrais governados pelo relógio, submetidos ao ritmo impessoal do tempo fabril. Elas só podem matar o tempo, enquanto o tempo vai aos poucos matando-as (BAUMAN, 1999, p.96).

Como se sabe, o mundo do trabalho constitui um dos principais vetores em que as mudanças nas temporalidades se originam e se expressam. Isso não apenas pelos crescentes contingentes populacionais que vivem atualmente entre o desemprego e a informalidade, mas também porque o desenvolvimento recente do

capitalismo tornou obsoletas as noções de carreira e de estabilidade, exigindo dos trabalhadores um *ethos* flexível e aberto a contínuas mudanças (SENETT, 2003). Entretanto, outras esferas da vida coletiva veem-se também afetadas pelas mudanças nas temporalidades, entre elas a instituição familiar e as relações interpessoais, que se afastaram progressivamente do modelo da estabilidade e da irreversibilidade para tornarem-se mais flexíveis e menos definitivas (BAUMAN, 2004; SENNET, 2003; VAITSMAN, 1994).

Todas essas transformações têm implicações importantes na forma como os indivíduos constroem e entendem suas trajetórias de vida, incidindo na organização social do curso da vida. Como se sabe, a percepção moderna do tempo de vida corresponde a uma sucessão de etapas claramente definidas, cada uma com seus correspondentes institucionais. À infância caberia a vivência com a família nuclear e a escola; à juventude, a preparação para o trabalho e, a partir da invenção do *teenage market*, a fruição do lazer; à idade adulta, o trabalho e a formação da família; restando à velhice o recurso à aposentadoria e uma existência recolhida, fora da esfera pública (ARIÈS, 1986; FEIXA, 1998; DEBERT, 1997; FEATHERSTON, 1994; HAREVEN, 1999).

O que se verifica atualmente é que esse modelo começa a ser enfaticamente questionado não apenas pela sua ligação a certo tipo de sociedades (países “desenvolvidos”, notadamente aqueles com um forte *Welfare State*) ou pela pouca sensibilidade à heterogeneidade de circunstâncias individuais e às condições de gênero e classe, mas enquanto consenso social a respeito das idades da vida. Isso coloca desafios especiais aos jovens, uma vez que as vias de transição à idade adulta se tornam mais diversificadas, indefinidas, complexas e instáveis.

Ser pai ou mãe antes de casar, trabalhar antes de concluir os estudos, casar antes de ter independência financeira, bem como a aparente reversibilidade de cada uma dessas passagens, são situações cada vez mais comuns que desafiam o *timing* esperado das transições. Não apenas as condições em que os jovens fazem suas transições parecem ter mudado, mas a própria valorização

desses marcos precisa ser problematizada. Deixou de ser evidente, por exemplo, que a busca por independência seja um anseio de todos os jovens. Fala-se muito no “prolongamento da juventude” (GALLAND, 2004; PAIS, 1993), porém o adiamento da transição à vida adulta pode ser não apenas resultado de constrangimentos externos, mas também uma opção diante da mudança nas relações familiares e nas expectativas das novas gerações. Por outro lado, essas ideias de eterna juventude não nos permitem entender os rápidos processos de amadurecimento social que experimentam jovens como Marta e Maria, com quem comecei este relato. Talvez seja chegada a hora de deixar de lado os modelos e prestar mais atenção aos contextos específicos de vivência das juventudes.

Risco e incerteza: o que é novo aqui?

Um aspecto importante na “atmosfera pós-moderna”, e que incide especialmente na juventude contemporânea, é a incerteza biográfica. Existem hoje indicações muito limitadas quanto ao que se espera de cada um de nós a cada momento de nossas vidas, de modo que somos chamados a construir nossas trajetórias biográficas com menos pontos de referência do que outrora. Este fenômeno, que alguns autores denominam “crise da biografia normal”, está ligado à individualização do curso da vida, ou seja, cabe a cada pessoa, individualmente, atribuir significado a suas vivências em cada momento da vida, definindo uma identidade para si (LECCARDI, 2005b; RAMPAZI, 2005). Nessa construção, a dimensão do “projeto de vida”, que foi uma peça crucial na organização biográfica da modernidade, transforma-se radicalmente e chega até mesmo a desaparecer, enquanto o futuro se torna uma dimensão inexistente ou ameaçadora. Alie-se a esta circunstância a quebra dos grandes projetos coletivos que inseriam o tempo individual num tempo coletivo, histórico, para percebermos que a individualização não diz respeito a soluções individuais, mas à própria ambiência política e social de uma época.

Apesar de atingirem as pessoas de todas as idades, tais transformações afetam e são vividas de modo diferente por cada geração. A juventude, em que pesem as expressivas diferenças

dentro dessa ampla categoria, enfrenta tarefas distintas daquelas dos adultos ou idosos, exigindo uma relação específica com o tempo. No caso da velhice, a proximidade da morte e, no caso das sociedades ocidentais, a perda de status e valor social, reenviam a reflexões sobre a finitude física e social. Os idosos são vistos também como guardiões da memória, dando-se pouca atenção à sua vivência do presente⁷⁸ e, menos ainda, a seus planos futuros. Já no que tange à juventude, é a ideia de transitoriedade que impõe o tempo como vetor importante em suas vivências. Como observam Levi e Schmitt (1996, p.8), todas as fases da vida são transitórias, mas a juventude é qualificada socialmente através desse atributo, como se a passagem fosse um apanágio da condição juvenil. A transitoriedade remete a um tempo que corre, no qual o sujeito não tem um lugar definido, encontrando-se na margem ou liminaridade entre aquilo que foi e aquilo que algum dia se tornará. E é na margem, como já sugeriu Mary Douglas, onde mora o perigo⁷⁹.

Além de uma marginalidade estrutural, atribui-se aos jovens uma relação peculiar com o tempo, que os situa numa encruzilhada entre presente e futuro – presente, pois se considera que eles têm uma maior licença para aproveitar o momento, para “curtir a vida”; e futuro, pois caberia a eles, com mais empenho do que a todos os outros grupos etários, construir os passos para os anos vindouros. Com isso, tendemos a observar os jovens como “tábula rasa” esquecendo que em suas vidas também há lugar para o passado, para a memória, tanto do ponto de vista das trajetórias individuais (memória pessoal), como das experiências coletivas (memória coletiva, muitas vezes transformada em projetos políticos, mas também em forma de tradição compartilhada com as gerações anteriores).

A dupla orientação presente-futuro pode facilmente entrar em contradição, gerando tensões que refletem, em última instância, diferentes compreensões do tempo e, conseqüentemente, do papel

⁷⁸ Essa tendência parece está sendo combatida em estudos mais recentes, como os de Alda Motta, Guita Debert e Myriam Lins de Barros.

⁷⁹ Essa temática retornará mais adiante.

atribuído à juventude enquanto fase específica da vida. É o futuro o resultado de nossas ações no presente? Vale a pena “fazer sacrifícios” pelo amanhã? Como justificar tais sacrifícios em meio a tempos de risco e incertezas? O futuro não apenas é incerto como pode também ser muito pouco atrativo, assim como a idade adulta também parece ser. A valorização da juventude como estilo de vida anda de mãos dadas com uma desvalorização crescente da maturidade enquanto “ponto de chegada” da vida – desvalorização esta mais evidente face às histórias de sucesso de pessoas muito jovens quer no mundo da informática (pensemos em Mark Zuckerberg, criador da rede social Facebook), quer na realidade, tristemente muito conhecida por nós, dos novos atores do tráfico de drogas e de outras atividades clandestinas nas periferias brasileiras.

Por outro lado, se tomarmos o termo geração em seu sentido histórico (MANNHEIM, 1982), é inegável que cada geração estabelece sua temporalidade de modo próprio, pois tomamos consciência do tempo de acordo com uma experiência que não é partilhada pelas gerações anteriores (LASÉN, 2000; LECCARDI, 2005b). Quando pensamos nas mudanças na temporalidade, isto quer dizer que os jovens não necessariamente as percebem enquanto algo diferente do passado, como mudanças, portanto. Antes, elas constituem o contexto em que lhes toca viver. Nem sempre estamos preparados para assumir essas diferentes perspectivas. Pode-se pensar que o tempo geracional é um operador de alteridade, pois apesar de habitarmos o mesmo espaço físico, nos situamos em diferentes momentos históricos, que atuam como lentes através das quais enxergamos o mundo.

Pensemos, por exemplo, nas transformações no mundo do trabalho. As mudanças que ocorreram no capitalismo tardio trouxeram como um de seus componentes mais visíveis a perda da estabilidade da mão de obra trabalhadora, em favor de formas flexíveis de trabalho – flexíveis para o empregador, pois, apesar das constantes reclamações da classe, ficou mais barato contratar e despedir; e flexíveis para o trabalhador, uma vez que são formas que não tomam totalmente seu tempo e que, sobretudo, não

comprometem seu futuro. É muito comum que os jovens contem suas trajetórias profissionais como episódios, um conjunto de experiências diversas que podem não ter um fio condutor aparente entre si. Mas, embora, no terreno afetivo, louvamos a maior flexibilidade das relações (expressa nos divórcios e recasamentos), costumamos considerar a flexibilização no trabalho como um processo negativo *a priori*⁸⁰, como se a estabilidade laboral fosse uma necessidade humana básica. Entretanto, a percepção subjetiva desse tipo de experiência pelos jovens nos desafia, mais uma vez, a não seguirmos modelos pré-estabelecidos. Não é a flexibilidade o que se coloca como problema e sim a precariedade. Não por acaso, há maior demanda de estabilidade entre jovens com poucas oportunidades do que entre aqueles que podem escolher. Mas mesmo entre os primeiros, é possível encontrar demandas por um tempo da vida que não se encerre no tempo do trabalho, questionando a tão celebrada ética protestante em favor de outras éticas, baseadas na sociabilidade, no prazer, ou na autonomia temporal. Enxergar o mundo sob as lentes de outras gerações é, portanto, um desafio em aberto, que nos obriga a questionar nossas premissas, atrás dos sinais de cada tempo.

Quando o risco vira perigo: aspectos do debate sobre juventude (e seu tempo) no Brasil

Nos anos 2000, a temática da juventude adquiriu uma notável relevância no debate público brasileiro. Foi uma década de muitas publicações e eventos científicos dedicados à temática juvenil, de implementação de políticas nacionais voltadas aos jovens, e de presença constante de matérias sobre o assunto nos diversos meios de comunicação de massas. A juventude enquanto “idade preferida” dos 2000 contrasta com o que ocorreu na década de 1980, quando a sociedade se mobilizou em torno das “crianças de rua”, culminando na formulação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ALVIM, 2002). Atualmente, apesar de percebermos sinais de um inequívoco esmaecimento do interesse em torno da

⁸⁰ Principalmente se nos situamos no campo da esquerda.

juventude, pode-se dizer que o processo de “institucionalização” dessa etapa da vida foi bem sucedido, o que pode ser atestado, sobretudo, pela existência de secretarias e coordenadorias da juventude em prefeituras e governos do Estado por todo o país.

Várias são as possíveis interpretações para entendermos os motivos que levam à visibilidade de certos segmentos etários em detrimento de outros, mas não cabe aqui analisá-las. Interessa, entretanto, perceber que o tempo tem sido um dos principais vetores de preocupação social quando o assunto é juventude. Não à toa, a mensagem escolhida para anunciar o programa federal Pró-Jovem Urbano em 2008 trazia o tempo no seu lema: “Para quem tem a vida a ganhar e nenhum tempo a perder⁸¹”. E, não por acaso, a trilha sonora do comercial de televisão do referido programa era o tema *Tempo perdido*, de Renato Russo:

*Todos os dias quando acordo,
Não tenho mais o tempo que passou
Mas tenho muito tempo:
Temos todo o tempo do mundo.
Todos os dias antes de dormir,
Lembro e esqueço como foi o dia:
Sempre em frente,
Não temos tempo a perder.*

Ecoando Renato Russo, pode-se dizer que a preocupação em não deixar o tempo dos jovens a perder atinge todos os grupos sociais, embora de diferentes maneiras. As famílias de camadas médias buscam preencher o maior número possível de horas de seus filhos com atividades produtivas para melhorar seu desempenho futuro. Aulas de línguas estrangeiras, atividades esportivas, viagens ao exterior, cursos pré-vestibular e o acesso ao maior número de mídias digitais fazem parte do “kit básico” para tranquilizar as consciências dos pais preocupados com a inserção profissional de seus filhos e com a reprodução, e, se possível, melhora, de suas condições e estilo de vida. É inegável, contudo, que tais preocupações se acirram no caso dos jovens dos grupos populares, cujo tempo vago não é apenas motivo de preocupação familiar

⁸¹ Ver dados sobre o Pró-Jovem urbano no site: <http://www.projovem.gov.br/2008/>

como também política e social. Tive ocasião de discutir algumas dessas questões em minhas pesquisas de mestrado e doutorado (FRANCH, 2000; 2008). Em conversas com as famílias e, sobretudo, com os diversos representantes das agências juvenis em bairros populares do Grande Recife (cursos profissionalizantes, grupos de igreja, organizações não governamentais, etc.), não raro deparei-me com uma representação que associa a ideia de juventude ao perigo, localizando as piores ameaças para os jovens no uso dispendioso que estes imprimiriam a seu tempo. A expressão calvinista “mente ociosa, oficina do diabo”, que recorrentemente escutei (em suas diversas variações) da boca dos responsáveis por espaços para jovens, condensa essas ideias.

Há uma vasta literatura que mostra como a juventude é tematizada, na academia e no senso comum, a partir da ideia de problema, o que é mais evidente ainda no caso dos chamados jovens das periferias que aliam à condição juvenil o estigma de pertencer às “classes perigosas”, segundo a conhecida expressão de Louis Chevalier⁸². A opinião de que os jovens pobres têm muito tempo ocioso e que isso não é bom nem para eles nem para a sociedade impregna o senso comum, transparece na mídia e informa frequentemente as intervenções voltadas para esse segmento.

Analisando as políticas e programas destinados à juventude, no Brasil, até o ano de 2003, Marília Sposito e Paulo Carrano (2003) concluíam que existe uma “simultaneidade de tempos no debate sobre a juventude” (p.4), incluindo orientações para a formação de mão de obra, outras voltadas à realização dos jovens como sujeitos de direitos e, por fim, orientações dirigidas apenas ao controle social do tempo juvenil. Os autores também observaram que boa parte destas últimas inclui ações destinadas às parcelas mais empobrecidas da população juvenil que, sobretudo nos anos 1990, passaram a ser compreendidas a partir da noção de “risco social”:

⁸² Só no Brasil, ver ABRAMO, 1997; ALVIM; PAIM, 2000; FRANCH, 2000; SPOSITO; CARRANO, 2003.

Problemas reais identificados, principalmente, na área de saúde, da segurança pública, do trabalho e emprego dão a materialidade imediata para se pensar as políticas de juventude sob a égide dos problemas sociais a serem combatidos. Nesse processo, é possível reconhecer que, em muitas formulações, a própria condição juvenil se apresenta como um elemento problemático em si mesmo, requerendo, portanto, estratégias de enfrentamento dos “problemas da juventude”. Isso se expressa, por exemplo, na criação de programas esportivos, culturais e de trabalho orientados para o *controle social do tempo livre dos jovens*, destinados especialmente para os moradores dos bairros periféricos das grandes cidades brasileiras (p.8; grifos meus).

Ocupar o tempo, combater a ociosidade, canalizar a energia juvenil para atividades como o esporte ou a “cultura popular” faz parte da agenda explícita ou implícita de grande número de intervenções destinadas a esses jovens, em detrimento muitas vezes da lógica do direito que deveria nortear as mesmas.

Se a preocupação social a respeito do tempo juvenil apresenta um recorte de classe, ela também veicula representações sexualmente diferenciadas. Os jovens são percebidos como sendo suscetíveis ao envolvimento com a criminalidade, principalmente com o tráfico de drogas, enquanto a esfera de preocupação para as jovens é, geralmente, a sexualidade, especificamente a maternidade “precoce”. Cabe lembrar que as atribuições de gênero em relação aos “problemas sociais” não correspondem à realidade empírica, uma vez que também os adolescentes e jovens tornam-se pais nessa fase da vida, bem como as jovens, embora em menor medida, se envolvem direta e indiretamente na criminalidade. O recorte de gênero, entretanto, faz parte da compreensão social dessas questões, compondo assim o cenário em que elas se tornam questões relevantes para o debate público e para a implantação de políticas. Como lembra Carles Feixa, essas representações surgiram paralelas às primeiras concepções sobre adolescência e juventude, como pode ser percebido no seguinte trecho do livro *Adolescence*, de Stanley G. Hall, considerada a primeira obra científica sobre essa fase da vida:

A natureza arma a juventude para o conflito com todos os recursos a seu alcance – velocidade, poder de ombros, bíceps, costas, pernas, queixo – reforçando e engrandecendo crânio, tórax e cintura, o que torna o homem mais agressivo e prepara a mulher para a maternidade (HALL *apud* FEIXA, 2004, p.19)

Em recente pesquisa do Instituto Datafolha sobre o perfil da juventude brasileira⁸³, tais atribuições de gênero ficaram bem evidentes. Ao discutir a questão da inserção profissional, foi apresentada a história de dois irmãos nos seguintes termos: “Os gêmeos Cleuton e Cleiton Souza, de 19 anos, lutam para ser diferentes – dos colegas que viram cair na droga e no crime”. Já na discussão sobre o aborto, são apenas as garotas que dão entrevista. A ideia de que existiria uma “tendência natural” dos homens jovens pobres para o crime, contra a qual é preciso “lutar” atravessa o debate sobre as políticas públicas para juventude no Brasil (ALVIM; PAIM, 2000; LONGHI, 2008; SPOSITO; CARRANO, 2003). No que diz respeito ao debate sobre gravidez na adolescência, pesquisas recentes tentam, de um lado, combater a ideia de que esse evento é necessariamente problemático, como também buscam reintroduzir os garotos na discussão (BRANDÃO, 2003; BRANDÃO; HEILBORN, 2006; HEILBORN et al., 2002; LYRA, 1997). Sem entrar no mérito desses debates, interessa aqui destacar que os dois principais “problemas sociais” que concernem à juventude nos dias que correm – violência e gravidez na adolescência – dizem respeito, indiretamente, às formas legitimadas de uso do tempo, apresentando expectativas de gênero e classe claramente definidas.

Quando conversamos com os jovens, entretanto, o tempo vago não é necessariamente entendido como algo negativo. Antes, ele pode ser percebido como uma oportunidade para o lazer, a sociabilidade, a criação ou, por que não, para a preguiça (FRANCH, 2000; 2002). Como observou Helena Abramo, “A juventude é vista como um tempo da vida em que se pode gozar

⁸³ Especial da Folha de São Paulo intitulado “Sonhos, medos, vontades, dúvidas e certezas do jovem brasileiro”, publicado no domingo 27 de julho de 2008.

da vida e tentar um futuro melhor” (ABRAMO, 1994, p.62). Nos meios populares, sobretudo, ser jovem amiúde significa ter certa licença para a distração, uma vez que a vida adulta comporta privações e dificuldades de todos conhecidas. Entretanto, a “desocupação” também pode ser um sinal de fracasso, de exclusão social e de falta de oportunidades para os jovens e suas famílias – pois não é a mesma coisa não ter o que fazer aos 15 e aos 25, quando se é solteiro e quando se tem filhos, etc.

Por esses e outros motivos, o tempo juvenil aparece como uma encruzilhada de práticas e significados que revelam condições sociais, normas, valores e contradições relativas à vivência da juventude, pondo frequentemente em jogo conflitos e relações de poder. Estudando os jovens em seu cotidiano e conhecendo melhor suas ideias a respeito do futuro, do presente e do futuro, percebemos que o tempo vivido é um vetor de significados em que social e individual se encontram e, às vezes, se desencontram, gerando temporalidades qualitativamente diferenciadas. Ora o tempo passa depressa, ora escoa lentamente, ora se torna pleno, ora se reproduz cansativamente, sendo cada uma dessas experiências mais do que simples recriações subjetivas, mas janelas através das quais observamos alguns dos dilemas e das delícias de ser jovem nos tempos que correm. Se, como diz Guimarães Rosa, “Viver é um descuido prosseguido”, é de descuidos, tanto como de cuidados, que os jovens vão fazendo seu tempo, no encontro do acaso e do sonho, do projeto e do instante, da linha e do ponto, da vida e da morte.

Referências

ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Editora Página Aberta, 1994.

_____. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação. Número especial: Juventude e contemporaneidade*. ANPED, n° 5-6, maio a dezembro, 1997, p.25-36.

ADAM, Barbara. *Time and Social Theory*. Cornwall: Polity Press, 1990.

_____. *Modern times: the technology connection and its implications for social theory*.

Time and Society,1(1), 1992, p.175-92.

_____. *Timewatch*. The social analysis of time. Cambridge: Polity Press, 1995.

ALVIM, Rosilene. Olhares sobre a juventude. *Comunicações do ISER: ano 21, Edição Especial: Juventude, cultura e cidadania*, 2002.

_____.; PAIM, Eugenia. Os jovens suburbanos e a mídia: conceitos e preconceitos. In: ALVIM, Rosilene; GOUVEIA, Patrícia (org.). *Juventude anos 90: conceitos, imagens, contextos*. Rio de Janeiro: Contra Capa/Gestão Comunitária: Instituto de Investigação e Ação Social, 2000, p. 13-33.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. (Biblioteca Central: 301.185.1 A698h)

AUBERT, Nicole. *Le culte de l'urgence*. Paris: Flammarion, 2003.

AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas, SP: Papirus, 1994.

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. O presente e a juventude. In: BRUNI, José Carlos et al. (orgs.) *Decifrando o tempo presente*. São Paulo: Editora UNESP, 2007, pp.45-68.

AZEVEDO, Thales de. Ciclos da vida. In: *O cotidiano e seus ritos: praia, namoro e ciclos da vida*. Recife: Editora Massangana, 2004.

BAUMAN, Zygmund. *Vida em fragmentos*. Sobre a ética pós-moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

_____. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

262

_____. Time and space reunited. *Time & Society*, London, vol. 9 (2/3), 2000, p. 171-

185.

_____. *Amor líquido*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BRANDÃO, Elaine Reis. *Individualização e vínculo familiar em camadas médias*. Um olhar através da gravidez na adolescência. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2003.

_____.; HEILBORN, Maria Luiza. Sexualidade e gravidez na adolescência entre jovens de camadas médias do Rio de Janeiro, Brasil. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 22(7), julho 2006, p. 1421-1430.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. (A era da informação: economia, sociedade e cultura). V.1. 2ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

DEBERT, Guita Grin. Envelhecimento e curso de vida. *Revista de Estudos Feministas*, ano 5, 1º semestre, 1997, p.120-128.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. *Os Nuer*. Uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

FEATHERSTONE, Mike. O Curso da Vida: Corpo, Cultura e Imagens do Processo de Envelhecimento. In: DEBERT, Guita Grin (org.). *Antropologia e Velhice*. Col. Textos Didáticos, IFCH, UNICAMP, Campinas, 1994.

FEIXA, Carles. *El reloj de arena: Culturas juveniles en México*. México: Causa Joven, Centro de Investigación y Estudios sobre la juventud, 1998.

_____. Buscarse la vida, buscarse la muerte (Prólogo). In: SERRANO AMAYA, José Fernando. *Menos querer más de la vida*. Concepciones de vida y muerte en jóvenes urbanos. Bogotá: Departamento de Investigaciones de la Universidad Central y Siglo del Hombre Editores, 2004, p. 19-29.

FORTES, Meyer. *O ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico*. Brasília: Ed. Universitária de Brasília, 1974.

FRANCH, Mônica. *Tardes ao léu*. Um ensaio etnográfico sobre o tempo livre entre jovens de periferia. Dissertação (Mestrado em Antropologia), UFPE, Recife, 2000.

_____. Nada para fazer? Um estudo sobre atividades no tempo livre entre jovens de periferia no Recife. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 19, n.2, jul./dez., 2002, p.117-134.

_____. *Tempos, contratempos e passatempos*. Um estudo sobre práticas e sentidos do tempo entre jovens de grupos populares do Grande Recife. Tese (Doutorado em Antropologia), PPGSA/UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

GALLAND, Olivier. *Sociologie de la jeunesse*. Paris: Armand Colin, 2004

HAREVEN, Tamara. Synchronizing individual time, family time, and historical time. In: BENDER, John; WELLBERY, David E. *Chronotypes*. The construction of time. Stanford, California: Stanford University Press, 1991, p. 167-182.

HARVEY, Daniel. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

HEILBORN, Maria Luisa et al. Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 8, n.17, p.13-45, junho de 2002, p. 13-45.

JONHSON-HANKS, Jennifer. On the limits os life stages in ethnography: toward a theory os vital conjuntures. *American Anthropologist*, 104 (3), 2002: 865-880.

LASÉN, Amparo. *A contratiempo*. Un estudio de las temporalidades juveniles. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2000.

LECCARDI, Carmen. Facing uncertainty. Temporality and biographies in the new century. *Young*, v. 13 (2), 2005a, p.123-146.

_____. It tempo comme strumento di analisi sociale. In: CRESPI, Francesco (a cura di). *Tempo vola*. L'esperienza del tempo nella società contemporanea. Bologna: Il Mulino, 2005b, p. 23-29.

LEVI, Giovanni ; SCHMITT, Jean-Claude. *História dos jovens I: Da Antiguidade à Era Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LONGHI, Marcia Reis. *Viajando em seu cenário: reconhecimento e consideração a partir de trajetórias de rapazes de grupos populares do Recife; Programa de pós-graduação em Antropologia/UFPE, tese de doutorado. Recife, 2008.*

LYRA, Jorge. *Paternidade Adolescente: uma proposta de intervenção*. São Paulo: 1997. 182p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), PUC/SP, 1997.

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, Maria Alice (Org.). *Mannheim: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1982.

NOWOTNY, Helga. *Le temps à soi*. Genèse et structuration d'un sentiment du temps. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 1989.

PAIS, José Machado. *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

RAMPAZI, Marita. Condizione giovanile e esperienza del tempo. In: CRESPO, Franco. *Tempo vola*. Bologna: Il Mulino, 2005, p. 31-39.

SENNET, Richard. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. ; CARRANO, Paulo. Juventude e políticas públicas no Brasil. In : LEÓN, Oscar D'Ávila (ed.). *Políticas públicas y juventud en América Latina: políticas nacionales*. Viña del Mar : Ediciones CIDPA, 2003.

VAITSMAN, Jeni. *Flexíveis e plurais*. Identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

VAN GENNEP, Arnold. *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Vozes, 1978.

Indisciplina: apontamentos de um (etno)psicólogo clínico sobre as políticas do saber no campo psi (e adjacências)⁸⁴

Luis Felipe Rios⁸⁵

Universidade Federal de Pernambuco

O convite para compor este Fórum Temático me causou certo “constrangimento”. Mais uma vez me senti percebido como (e propositadamente utilizando de um termo caro à Sociologia da Religião) desregulado da (doutrina) Psicologia. Fui “pego” na indisciplina. Este sentimento é recorrente e remete a uma questão, nem sempre formulada tão explicitamente, ou diretamente dirigida para mim, e que pode ser resumida da seguinte forma: “Mas, Luís Felipe, faz Psicologia?”

A questão tem a ver com meu múltiplo pertencimento disciplinar, que passa pela Psicologia (Graduação), Antropologia (Mestrado) e chega à Saúde Coletiva (Doutorado). Talvez, tudo se resolvesse se, “ao voltar” para a Psicologia, com o concurso para ministrar aulas da área da Psicologia Clínica na UFPE, eu tivesse “abandonado” a Antropologia e passado a “professar” apenas Psicologia. Mas, por gosto (nas duas acepções da palavra: vontade e prazer) continuei (me) fazendo (n)o duplo pertencimento, na expectativa de bem

⁸⁴ Quero agradecer à Prof. Lindair Araújo, que, quando fui estagiário na clínica escola onde atualmente atuo como supervisor, iniciou-me nas teorias e técnicas da psicoterapia infantil, modalidade de promoção à saúde mental que utilizo como exemplo para a discussão neste texto, e à Erika Ramos, que na ocasião de seu estágio curricular foi co-protagonista do caso clínico que utilizo para ilustrar as questões sobre as quais reflito neste artigo. Também agradeço as contribuições da Profa. Marilyn Dione de Sena Leal, que leu e comentou a primeira versão deste texto.

⁸⁵ Laboratório de Estudos da Sexualidade Humana; Programas de Pós-Graduação em Psicologia e em Antropologia/UFPE; E-mail: lfelipe-rios@gmail.com.

concretizar o meu terceiro campo de localização, por “natureza” interdisciplinar: a Saúde Coletiva.

Resolvi, com a interpelação do convite, enfrentar a acusação de indisciplina, e tentar esclarecer as razões de eu querer e mesmo necessitar permanecer nesta posição “marginal”, quando me proponho a refletir sobre, e intervir para, a promoção da saúde das pessoas e coletividades.

Que é Psicologia?

Nesse movimento analítico, e quase que por associação livre, a pergunta - “e você faz psicologia?” - me remeteu à outra. Esta, me parece, atormenta a (quase) todo/a psicólogo/a: “Que é Psicologia?”. Eu sempre a elaboro para os meus alunos de uma forma mais coloquial e irônica: “Será a Psicologia um balaio de gatos?”.

Brincadeiras à parte, o fato é que a questão sobre a identidade da Psicologia foi formulada e desdobrada, desde a Filosofia, no clássico artigo de Georges Canguilhem (s/d). Nele o autor não poupa esforços para apontar o que vai denominar “pacto de convivência” (mais corporativo que epistemológico) que nosso campo tenta empreender para se afirmar como ciência (una). Pacto de convivência porque, aos olhos dele, nunca conseguimos chegar a um consenso sobre uma clara definição sobre o que nos mantém unidos: se é o objeto que investigamos ou o método que utilizamos. Aliás, até acho que nem estamos tão perto do tal pacto, uma vez que temos, sim, uma variedade grande de (in)definições de objeto e uma também diversidade de métodos concorrentes e em disputa para afirmar o “verdadeiro” fazer científico em Psicologia - daí minha comparação das psicologias com os gatos, que, postos no balaio, vão se arranhar na tentativa de fugir uns dos outros.

As reflexões de Canguilhem (s/d) tomam como o atualizador destas contradições à proposta de Daniel Lagache, que, em 1949, e 10 anos antes da publicação do “Que é Psicologia?”, havia

fundado a Psicologia Clínica francesa. Lagache, ao apresentar a Psicologia Clínica como uma possibilidade de aplicação científica e de produção de conhecimento, uma disciplina acadêmica, sente também a necessidade de afirmar uma espécie de “Psicologia Geral”, que desse conta das Psicologias; em especial da convivência, numa mesma rubrica, da Psicologia Experimental e da Psicologia Clínica. Nesse momento, ele incorpora um conjunto maior de saberes psi dentro da Psicologia, que ele define como ciência geral da conduta humana. Assim, além da Experimental e Clínica, adiciona (no Balaio) a Psicanálise, a Psicologia Social e a Etnologia (cf. Plaza, 2004).

Canguilhem (s/d), então, vai objetar, e saindo da polêmica sobre o que define uma ciência (se é o método ou se é objeto), que não se pode definir a Psicologia como ciência geral da conduta, e que reúna experimental e as outras Psicologias, até que se resolva a questão de se o animal (se) produz ou não (na) linguagem, como o faz o humano. Afinal, o fazer experimental se fazia (e se faz), sobretudo, com animais.

Sem querer me aprofundar nas querelas – que, como mostra o filósofo, remetem às variadas tradições epistemológicas (e filosóficas) que deram nas múltiplas espécies de Psicologia, e que hoje tentam conviver conjuntamente – comecei a perceber que, de algum modo, eu próprio atualizo o incômodo da Psicologia, na medida em que faço Psicologia Clínica e Etnologia, na expectativa de dar conta, ao meu modo, da tal teoria geral da conduta. O agravante: se para Lagache, Etnologia é Psicologia; nem para os Etnólogos nem para a Psicologia esse acoplamento é ponto pacífico.⁸⁶

⁸⁶ Muito pelo contrario, desde Durkheim muita tinta tem sido gasta para separar uma da outra e, mais ainda, hierarquizar-las na ordem das Ciências Humanas – uma anedota de corredor: um professor, celebre sociólogo pernambucano, ao saber que eu havia ingressado no mestrado em Antropologia, me disse que eu finalmente havia ascendido no rol das ciências, mas ainda me cabia um próximo passo: chegar à Sociologia...

Minha posição teórico-epistemológica

Tomando esse mesmo incomodo dos psicólogos em responderem sobre o que são (Cientistas?) através do que fazem (Psicologia? Qual?), Michel Foucault (2006b) responde à crítica de Canguilhem (s/d) dizendo que, ainda que investigando os ratinhos, o psicólogo pergunta, através de seus experimentos, pelo humano. Propõe o sentido como o objeto da psicologia; e a aproximação com as outras “ciências do espírito” (DILTHEY, 2002) como condição mesma de realização da tarefa que a própria Psicologia se imputou, ao recortar como objeto a dimensão de ser produtor e produto de sentidos, característica do animal humano (FOUCAULT, 2006a).

Nesse quadro reflexivo, a Psicologia, ainda que possa ser tomada, como propõe Wilhelm Dilthey (2002), como a base das demais Ciências do Espírito – na medida em que só acessamos os fenômenos históricos, sociológicos e antropológicos através (dos psiquismos) das pessoas –, precisa reconhecer que “a estrutura psíquica” se faz em conexão com o “espírito do tempo”. Portanto, o desenvolvimento pessoal é condicionado historicamente. Ademais, Dilthey (2002) traz (de volta) para a Psicologia aquilo que vinha sendo banido do campo experimental, por impossibilidade de controle: afeto e volição.

Para Foucault (2006a) esse movimento de (re)demarcação do objeto da Psicologia (o sentido), e afirmação enquanto Ciências Humanas (ainda que pendularmente em relação às Ciências da Natureza) se deu por três caminhos: a Psicologia compreensiva de Dilthey, foi um deles; também aponta Janet, e sua noção de Conduta, enquanto reação submetida a uma regulação interna (sentimentos) ou externa (a conduta do outro); e, por fim, a via psicanalítica. Esta, conforme o autor, também vai apontar a historicidade inerente à construção dos sentidos sobre a vida; e enfatizar o caráter interpretativo de sua empreitada do compreender os processos (psicopatológicos) de significação.

Mas, lembro, a tentativa de unificação proposta por Foucault (2006a e 2006b) continua a resvalar nas disputas por (in)definição do objeto. Ainda assim, a solução de Foucault (2006a), que também é a de Jerome Bruner (1990), me satisfaz, e é a partir dela, que empreendo o meu fazer em Psicologia. E, como recomendam Dilthey (2000), Foucault (2006a) e Bruner (1990), exercito-o fazendo dialogar com Antropologia e História na perspectiva de construir instrumental em promoção à saúde eticamente orientado.

O pecado da (im)pureza, demarcações disciplinares

Às vezes me pergunto se, ao questionarem se faço Psicologia, as pessoas não estão demonstrando a sua própria dificuldade de lidar com o híbrido, que marca a sociedade ocidental e também a ciência (cf. HARAWAY, 1994 e 1995). Por outro lado, no caso da Psicologia, me pergunto se não há aí um temor de reconhecer que aquilo sobre o que os psicólogos teorizam encontra-se melhor realizado na casa alheia. Neste caso, para estas pessoas, talvez seja melhor manter a tradição disciplinar da Psicologia, fechada em si mesma. Seria um medo de perder o estatuto de possuir uma independência teórica (disciplinar), e findar por perceber-se como estando sob a tutela de outra prima-irmã.

De certo modo, minha localização fronteira (dentro, fora e nas bordas da Psicologia) permite uma maior amplitude para fazer a leitura das teorias, e, assim, melhor localizar a genealogia dos construtos. Também perceber que boa parte dos conceitos mais instauradores de novas e aprofundadas compreensões sobre os fenômenos humanos surgiu, ali mesmo, nas perigosas faixas de fronteira. São conceitos que tentam dar conta de fenômenos que não respeitam as delimitações do modo de operar das disciplinas científicas modernas, quando se atém a níveis de realidade arbitrariamente muito bem marcados (NICOLESCU, 2000).

Compartilho da compreensão de que, e para não merecer a segunda linha de críticas que o filósofo faz aos psicólogos (CANGUILHEM, s/d), para além das purezas teóricas e

disciplinares, um conhecimento científico deve ser avaliado pela sua utilidade para a humanidade. É neste âmbito que percebo, mais que nunca, a necessidade do passeio pelas outras disciplinas. Porque nem as técnicas nem as teorias construídas na seara da Psicologia são suficientes para compreender e empreender (transforma)ções potentes e eticamente orientadas, por exemplo, em relação às demandas de sofrimento sobre as quais somos chamados a operar na clínica psicoterápica.

Como nos lembra Monique Augras (1995), as teorias psicológicas padecem de muitas impropriedades. Algumas teorias são de tanta “pureza” (no sentido de ciência básica), que não se vê em que podem ter utilidade para a humanidade. Quando emergem da clínica, enquanto fazer em ciência aplicada, como é o caso da Psicanálise e de outras abordagens utilizadas para orientar as psicoterapias, por outro lado, tendem a universalizar, para todo e qualquer contexto, seus construtos, elaborados a partir do comportamento “anormal”, das práticas discursivas entabuladas no contexto psicoterapêutico, circunscrito por condições de classe (gênero, raça, idade, geração, etnia...) dos clientes, pertencentes a um dado contexto sociocultural.

É certo que são estas as condições de produção do conhecimento no estudo dos processos de mudança que acontecem no âmbito da psicoterapia (LÉVY, 2001). O objeto e as questões, pedem o estudo de caso (D'ALLONES, 2004). Entretanto, não precisamos voltar para a posição positivista (a supremacia do método experimental) para reconhecer os limites de generalização de um conhecimento assim produzido. O que precisa ser compreendido é que o conhecimento sobre o humano se faz no diálogo entre pesquisadores, suas questões, os métodos utilizados para respondê-las, mediados por suas posições (HARAWAY, 1995). Para sanar o equivoco das generalizações e universalizações, o caminho pode ser fazer dialogar o produzido através do método clínico com as produções sobre o “tornar-se humano”, considerando uma variedade de contextos (macros e micros) de desenvolvimento, ampliando o olhar sobre a estruturação psíquica para além das classes médias da Europa e Estados Unidos (os

clientes que possibilitaram o surgimento dos construtos da Psicanálise, Gestalt, Psicodrama, ACP etc.). Produções que, em adição, descrevam e compreendam os sujeitos “normais”, fora do espaço do consultório.

Desde sua fundação, a Psicologia quando se quer ciência aplicada, pede pelo diálogo interno e com outras ciências como modo de dar conta dos muitos vieses, aos quais conhecimento básico e aplicado são sujeitos (PLAZA, 2004).⁸⁷ Um caminho seria o recurso à erudição, intra e extra campo disciplinar, já muito bem apontado por Mary Jane Spink (2010).

Ciência Geral da Homossexualidade – etnologia e clínica

Quero, através de um fragmento de caso clínico em psicoterapia, dar um exemplo de como Antropologia e Psicologia podem dialogar e ajudar a realizar a tarefa de prover a saúde, em um dos espaços de atuação que mais comumente são referidos como próprios aos psicólogos.

Ao longo de minha trajetória acadêmica venho investigando as homossexualidades; o modo como as comunidades e pessoas as constituem, e como os indivíduos se fazem a partir do que as culturas lhes oferece. Procurei por tais processos nos circuitos de homosociabilidade e nas religiões afro-brasileiras do Recife e do Rio de Janeiro (RIOS, 1997 e 2004). No doutorado, enquanto investigava as carreiras sexuais de jovens com práticas homossexuais, me deparei com a Psicologia como um importante recurso buscado por pessoas e famílias, em itinerários terapêuticos para a lida com o sofrimento da diferença.

⁸⁷ Infelizmente, na prática profissional, as teorias que orientam a clínica viram quase senso comum, tornam-se instrumentos técnicos e perdem o caráter de saber provisório. Tenta-se adequar as pessoas aos construtos, e não refletir sobre as suas pertinências técnicas e heurísticas. Para funcionarem no regime de ações capazes de produzir conhecimento, as abordagens psicológicas em psicoterapia devem ser tomadas como fonte de hipóteses, que podem ser refutadas na volta ao mundo do vivido.

Tomei, em seguida, tal questão. Investiguei o modo como psicólogos lidam com as homossexualidades e transgerações na psicoterapia infanto-juvenil. Identifiquei uma dificuldade especialmente eloquente entre psicólogas que se utilizam dos marcos psicanalíticos para orientar o trabalho (RIOS e NASCIMENTO, 2007). Dentre estas, era comum a persistência do preconceito e discriminação. Além disso, me deparei com a carência de referencial mais pragmático, tal como estudos de caso, que ajudem o psicólogo a por em prática a resolução 01/99 do Conselho Federal de Psicologia, que regula o fazer em relação às homossexualidades. Na “literatura nativa” que pude consultar, os livros sobre atendimento psicoterápico infanto-juvenil, as questões de homossexualidade, quando tratadas, em geral apareciam como desvio ou inerente à moratória da adolescência, que feito os devidos encaminhamentos (técnicos), tinham a tendência a serem superados numa (hetero)sexualidade normal, quando da *adultez*.

Mas, o mundo está sempre pronto a nos apresentar surpresas e desafios. Chega à clínica da universidade o meu primeiro cliente com queixa de “efeminamento”; nas entrelinhas, “homossexualismo”. Um menino de oito anos, Fabinho (nome fictício), trazido à instituição pela avó. Ele seria atendido por Érika Ramos, sob minha supervisão.

Psicoterapia e homossexualidade - pertinência

Chegado o caso no grupo de estagiários, uma série de questões começaram a circular. Considerando a resolução 01/99, seria suficiente dizer para a avó, que trazia Fabinho à Clínica, que homossexualidade não se constitui em problema psicológico? Sugerir que voltassem pra casa e seguisse com suas vidas? Ora, ainda que a homossexualidade não seja um fenômeno psicopatológico, esta, como muitos outros fenômenos humanos, muitas vezes, faz sofrer. Somos sabedores dos casos de depressão e suicídio comuns entre pessoas com práticas homossexuais, e relacionados aos processos de estigmatização (RIOS, 2004). Ademais, se nós nos recusássemos a atender Fabinho, muito

provavelmente a família continuaria sua busca por ajuda, e, fatalmente, encontraria alguém pronto a tentar “corrigi-lo”. Por tudo isso, aceitamos a tarefa de recebê-lo em atendimento.

Nas entrevistas iniciais a avó relata que a busca se devia ao fato de ele gostar de brincar e dançar como as meninas fazem; comenta que já o surpreendeu em brincadeiras sexuais com meninos. Dá a entender que para ela o jeito dele ser não era um grande problema; mas que o pai já o espancou algumas vezes por conta desses comportamentos. Teme um desfecho trágico. Fabinho morava com ela; o pai morava com a esposa, em segundo casamento, em outra localidade. A mãe do garoto engravidou adolescente, não conviviam com regularidade; viam-se de tempos em tempos, a relação entre os dois foi descrita como boa, porém como parecendo mais de irmãos que de mãe-filho.

Potencialidade da teoria

Chegado o caso, a primeira questão que meus estagiários colocaram foi a de como a Psicanálise, nossa teorização de base para a psicoterapia, lida com o “efeminamento” e a homossexualidade. Eu estremei nas (literalmente) bases (teóricas). Ao invés de responder compartilhei a questão: “Será que os recursos teóricos que comumente usávamos no grupo de estágio seriam potentes para nos ajudar a conduzir o processo?”

Eu próprio me deparei com os impasses que a psicanálise oferecia às minhas entrevistadas de 2005 e 2006, para dar conta da homossexualidade na clínica infanto-juvenil (RIOS E NASCIMENTO, 2007). Compartilhei com os estudantes as reflexões que aquela pesquisa trouxe e o desafio que precisávamos superar. Mas, quase que simultaneamente lembrei que a Psicanálise é um campo plural. Já a utilizávamos criticada, a partir dos apontamentos de teóricas feministas, como Gayle Rubin (1993) e Judith Butler (2002). Estas e outras teóricas e teóricos ofereciam recursos para, sem abandonar por completo as formulações psicanalíticas, compreender criticamente a subjetivação feminina,

racial e dos outros tantos marcadores que resistiam (e ainda resistem), intocados, no “inconsciente teórico” da teoria psicanalítica clássica.

Do mesmo modo, o próprio fato de estar cuidando, na maioria das vezes, de crianças pequenas, me levava a sair dos construtos mais ligados ao modelo fálico-edípico de pensar a subjetivação, do mesmo modo a não assumir a rigidez sobre a estruturação psíquica (psicose, neurose, perversão) que as abordagens psicanalíticas construídas com adultos, em geral, carregam. Considerando essas críticas, o grupo de estágio se apoia nas reflexões do psicanalista argentino Ricardo Rodulfo (1990), para orientar a prática.

Articulando de modo muito próprio as concepções de Winnicott e Lacan, na teorização de Rodulfo (1990) a criança é concebida como ativa desde o começo de sua existência, quando, incessantemente, busca no corpo do Outro (os cuidadores, suporte da cultura e do mito familiar⁸⁸) um espaço para se inscrever e se constituir. O mito familiar é entendido como o entrelaçar de cadeias de significantes (verbais e não verbais), que surge quando se dá o encontro daqueles que se propõem a cuidar da criança – em geral, mas nem sempre, o pai e a mãe. O processo de subjetivação tem início no encontro entre recém-nascido e adultos, onde os últimos se oferecerem enquanto fonte de significantes (mito) para a criança se constituir. Não obstante, não é só a criança que é ativa no processo. Os adultos também o são, e eles podem desejar uma criança para muitos fins: para que ela permaneça suas extensões; para que assuma o lugar de alguém que se foi; para dar concretude a um conflito do grupo que a acolhe.

⁸⁸ E aqui, pode-se perceber que, já em Rodulfo (1990), a influência da Antropologia está presente; do mesmo modo a influência da História. Do ponto de vista técnico, três ou quatro encontros iniciais são dedicados a realização de uma anamnese, realizada no estilo do preconizado pela História Oral. Através desse contato inicial com o grupo que chega em busca de ajuda, as memórias sobre a família e sobre a criança são recuperadas. Esse material servirá de base para compreender quem é a família e a criança, qual o lugar que esta última assume naquela micro-cultura (a família). A compreensão da rede de signos e significados familiares (BRUNER, 1990) permite, com maior brevidade, mais assertividade na lida com a criança e no entendimento de queixas e sintomas.

Nesse emaranhado de desejos, a tarefa da criança seria a de “se dar um corpo” retirando, do corpo do Outro, significantes que a representem. No início do processo estes significantes vêm com a marca daqueles que os doam (significantes do superego), mas paulatinamente a criança vai singularizando (significantes do sujeito). Nessa teorização o processo de sofrimento psíquico se instaura quando há crise no processo de significação (fazer deslizar a cadeia de significantes e, assim, dar singulares e prazerosos sentidos às coisas de si e do mundo), na tarefa de transformar significantes do superego em significantes do sujeito. Do ponto de vista da avaliação psicológica, são elementos que sinalizam a necessidade de psicoterapia, além de sintomas e queixas, a compulsão à repetição expressas no uso recorrente de determinados brinquedos, utilizados de modos estereotipados, pouco criativos, e resultando em brincadeiras pouco prazerosas.

Grosso modo, o processo terapêutico se institui recorrendo ao instrumento que a criança se utiliza para se fazer, a própria brincadeira, de modo a, com o jogo interpretativo, fazer a cadeia de significantes voltar a se deslocar. Perlaborar⁸⁹ na brincadeira, na expectativa de que esta se torne mais criativa e mais prazerosa, e apostando que o processo (re)iniciado no *setting* clínico se estenderá para o mundo.

A demanda

Tudo isso significa dizer que não estávamos muito preocupados com o Édipo de Fabinho e sua estrutura psíquica; mas em entender qual o lugar que lhe estava sendo dado no mito familiar – era desejado? Para que? – e o que ele estava fazendo disso – quais seus próprios projetos e desejos?. Perceber em que medida ele conseguia se fazer e se autonomizar a partir do corpo do Outro

⁸⁹ Conforme Cavalcanti (2004), a invenção do conceito de "perlaboração" por Freud objetivou dar conta de fatos da clínica que apontavam que o conhecimento do esquecido não apaziguava a angústia. “O aparelho psíquico precisa modificar-se pela abertura, à força das experiências, de caminhos novos, para tornar-se capaz de aceder ao mundo de outra maneira; para isso, não é preciso "saber". Analista e analisando desistem de rastrear, de perseguir na consciência tudo o que se passa no eu e no mundo”.

constituente, a Cultura que chega até ele a partir dos cuidadores – a Família.

Não nos preocupava saber as origens das identificações que Fabinho estabelecia, e como elas redundavam na organização erótica que se apresentava nele através do gostar de se movimentar como fazem as meninas e gostar de apreciar os garotos. Afinal, que mal haveria nisso?

Interessava-nos, sim, perceber junto com ele, e porque somos sabedores da homofobia generalizada que marca a sociedade brasileira, como a estigmatização o afetava e se ele tinha recursos para dela se proteger. Neste caso, a ideia de proteção encontra-se relacionada ao processo de estigmatização internalizado pela criança, ou seja, em sua vivência subjetiva, que poderia refletir em sua auto-imagem e/ou construção identitária, inclusive a identidade de gênero. Mas, também, a proteção contra a violência paterna, devido à rejeição que o pai nutria pelo filho, a partir de suas próprias fantasias sobre homossexualidade (instituída pela coletividade).

Finalizada as entrevistas com a família o processo psicoterápico propriamente dito se inicia, com limitação de um ano de atendimentos semanais. No primeiro encontro, sozinho com o garoto, a terapeuta explicitou-lhe a queixa da avó, e, ao longo do primeiro mês de terapia, conjuntamente, demarcaram uma demanda a ser trabalhada: como lidar com a família e a sociedade, que não vêm com bons olhos o seu jeito de ser.

A biografia iluminada pela etnografia: potencializando a psicoterapia

Situado o caso, que não terei chances de contar em detalhes, quero ilustrar, a partir de alguns fragmentos, a importância do diálogo, que, enquanto antropólogo-psicólogo, pude empreender. O diálogo entre o fazer etnográfico (RIOS, 1997; 2004 e RIOS e NASCIMENTO, 2007), que buscou compreender as produções coletivas dos homens com práticas homossexuais para se proteger

do estigma e se afirmarem prazerosamente no mundo, e o fazer clínico, que apontava para os processos de Fábio dar sentido a si mesmo e ao mundo, a partir do significante (corporificado) “efeminado”, e as possíveis crises estabelecidas, ou que viessem a se estabelecer, na sua trajetória individual e familiar.

Algumas modalidades de brincadeiras foram bastante recorrentes ao longo da psicoterapia, elas deram suporte para o garoto expressar-se. Quero me deter em duas delas, que chamarei aqui de *brincadeiras de transformar* e *brincadeiras de encenar*. A primeira modalidade brincadeira consistia de, em quase todas as sessões, trazer alguns objetos, que criativamente eram transformados em outros: papéis e latinhas que viravam, em geral, “porta” várias coisas – retrato, lápis, sabonete etc. A segunda modalidade se realizava através da preparação de encenações, apresentadas, em um segundo momento, para a avó. Em geral, as encenações eram feitas com fantoches, ensaiada com a terapeuta, que podia ou não participar da dramatização, e, só então, apresentada à espectadora.

Essas modalidades de brincadeiras puderam ser mais bem compreendidas com a ajuda da etnografia. Elas remetiam, por exemplo, ao que encontrei sobre a experiência da hibridização, expressas nos mitos do Orixá Logun-edé, quando de meus primeiros estudos sobre homossexualidade nos terreiros (RIOS, 1997). Na minha leitura, os mitos são construções coletivas que situam as práticas, condutas, emoções, desejos, intenções e interdições possíveis de serem atualizadas pelas pessoas em dado contexto. No caso de Logun, os mitos eram recorrentemente utilizados para falar, genericamente de pessoas com práticas homossexuais, e, em especial dos jovens homens que usam de coisas concebidas como femininas.

Nos mitos de Logun, transformações (em cavalo marinho e pavão) e encenações (no reino da mãe, para ir a festas) eram utilizadas pelo jovem orixá que mistura coisas do masculino e feminino. Transformações surgiam ora como punição, ora para seduzir, ora para entrar em lugares proibidos, ora para fugir dos ataques dos agressores. De certa forma, Fabinho ensaiava no espaço terapêutico formas de lidar com a estigmatização hegemônica às

homossexualidades e transgerações. Saber bem utilizar se tais recursos pode ser condição de existência frente às investidas violentas da sociedade englobante – no caso dele, muitas vezes atualizada pelo próprio pai.

Em termos de conteúdo, vou trazer algumas situações, que, inclusive, causaram a mim e à estagiária bastante surpresa, na medida em que ainda estávamos guiados pela lógica dicotômica, que separa “comunidade entendida”⁹⁰ do resto da sociedade, e também o mundo adulto do mundo infantil.

Em determinado momento do processo, Fabinho começou a brincar de “bandeira”. Com os objetos que ele trazia de fora do *setting*, e por iniciativa dele, construía, ele e a terapeuta, as mais variadas modalidades de bandeiras. Aqui, mais uma vez a etnografia veio a esclarecer: bandeira é uma metáfora bastante utilizada entre os “entendidos”. A bandeira do arco-íris é um dos principais símbolos do movimento LGBTT. Mais que isso, o “dar” ou “não dar bandeira” possuem algumas acepções. Fala-se que alguém está “dando bandeira” quando propositadamente exhibe traços concebidos como femininos para sinalizar homossexualidade para algum pretendente ou confrontar pessoas e grupos. Do mesmo modo, alguém pode ser “bandeiroso” quando permanentemente apresenta características do feminino (chamado também: “pinta” / “pintoso”), ainda que de forma não intencional. Os termos também são utilizados para indicar exposição à violência homofóbica ou proteção dela.⁹¹

⁹⁰ Modo como prefiro me referir às comunidades homossexuais brasileiras. O termo tem como base a categoria êmica “entendido”, frequentemente utilizada nos circuitos de homossexualidade para se referir às pessoas que compartilham dos códigos para interagir sexual, afetiva e fraternalmente nestes mesmos circuitos, independentemente de marcações identitárias pautadas no gênero e nas posições sexuais (cf. RIOS, 2004).

⁹¹ Não é nenhuma novidade em psicoterapia o uso da cultura para informar lacunas na significação de determinados processos que cliente e/ou terapeuta não conseguem compreender tão bem. Carl Gustav Jung (1985) chama este recurso técnico de amplificação. Para ele, a amplificação deveria ocorrer em planos crescentes de universalização. Assim, os conteúdos conscientemente desconhecidos pelo cliente deveriam ser colocados em relação com os seus sentidos na cultura familiar. Só nos casos em que estes não aparecessem em um nível menor, se passaria ao seguinte. Desse modo, se não aparecesse na família, dever-se-ia investigar, se haveria sua ocorrência no bairro, cidade, estado, região ou país. Em último caso, se não aparecesse nesses níveis, poder-se-ia recorrer às produções mais amplas da

A chegada das bandeiras à cena terapêutica permitiu estabelecer conexões com as brincadeiras de transformação e o jogo de encenações. Nossas intervenções consistiam em relacionar o jogo das cenas e transformações à necessidade de aparecer e desaparecer, dar relevo circunstancialmente a aspectos de si, o que não implica em deixar de se ser quem é e como se gosta de ser. Nessa linha, em certa ocasião a terapeuta pergunta o que a bandeira de Fábio representava. “As minhas invenções”, diz ele; e devolveu a questão para a terapeuta, que responde: “as possibilidades das pessoas serem reconhecidas em suas diferenças”.

No caminhar das interpretações, Fabinho, como que sinalizando o deslizamento em suas cadeias de significantes, traz um maço de jornais velhos para a psicoterapia. De uma matéria jornalística, que apresentava como título homossexualidade e era ilustrada com uma foto da bandeira do arco-íris, ele se põe a construir mais uma bandeira. A partir dessa associação, foi trabalhado de modo um tanto mais explícito o significado daquela bandeira, e, mais uma vez, ressaltado que aquelas pessoas davam bandeira quando queriam afirmar direitos ou paquerar, mas, se invisibilizavam nos momentos em que precisavam/queriam se proteger.

Outra cena bastante interessante foi a do anel de noivado da terapeuta. No dia que ela passa a utilizá-lo, ele pede para contornar a mão dela com lápis de cor, imprimindo a mão no papel, de modo que a forma da aliança se sobressai no desenho. Em seguida ele começa uma brincadeira onde casais (heterossexuais e homossexuais) de bonecos são postos em relação de namoro. A princípio, ele estabelece as parcerias, e cria com uma voz grave, insultos aos casais que fugiam da heteronorma. A

humanidade. Sobretudo no caso de conteúdos causadores de muito sofrimento, mas pouco compreensíveis por destoar do comum para determinado contexto cultural, colocá-los em relação com as produções históricas dos seres humanos, enquanto cidadãos do mundo, daria, na visão de Jung, um sentimento de re-humanização para aquele que sofre. No caminho inverso, tenho utilizado a amplificação na construção da etnografia. Nem sempre temos chance de perguntar o significado de todas as categorias enunciadas, a todos os nossos interlocutores. A partir da técnica da amplificação podemos recorrer às falas dos outros entrevistados como estratégia para melhor compreender os significados e os sentidos produzidos por alguém sobre algo (RIOS, 1997 e 2004).

terapeuta intervém colocando que embora tais parcerias não sejam bem reconhecidas socialmente, são legítimas e possíveis.

Por fim, mais uma cena. Certa feita, já para o final do processo terapêutico, Fabinho menciona que odiava macumbeiro. Uma chance para a terapeuta trabalhar mais uma vez os processos de estigmatização. A terapeuta pergunta se ele já havia ido a um terreiro de candomblé. Ele diz que não. Ela pede que ele realize uma pesquisa sobre as religiões afro-brasileiras, e numa sessão seguinte tem a chance de discutirem sobre o preconceito contra o diferente a partir da religião, e fazer mais uma conexão com aqueles dirigidos aos homossexuais e transgêneros.

O aprendido

Não poderei me estender muito mais no caso de Fabinho, mas quero dizer que do começo ao fim observamos que Fabinho era uma criança “normal”. Não que ele não sofresse. O sofrimento é da condição humana. Pareceu-nos que ele não precisava de terapia para dar conta de suas crises e sofrimentos. Ele fazia isso brincando, com muito prazer e criatividade. Não havia compulsão à repetição, brincadeiras estereotipadas que apontassem para uma crise de sentido, com impossibilidades (circunstanciais) de ele dar caminho.

Não obstante, tínhamos a queixa da avó, e a ausência do pai na terapia, que nunca atendeu ao nosso chamado. Ao longo do processo trabalhamos a forte aliança que existia entre Fábio e a avó, e retomamos a enunciação de que para ela os usos de coisas do feminino, como apresentado pelo garoto, não tinha problemas. Em algumas ocasiões, e com permissão do nosso cliente, colocamos para a avó a “normalidade” dele, mas também o estigma que circula contra os meninos que gostam de ser diferentes. Sentimos certo alívio por parte da avó, e a intenção de se oferecer como “cuidadora suficientemente boa”.

Posso dizer que o processo de Fabinho foi enriquecedor para mim, para Érika e para ele. Pudemos com essa experiência dar

concretude àquilo que eu havia discutido junto com Ítala Nascimento, quando investigamos o fazer clínico em homossexualidade (RIOS E NASCIMENTO, 2007): a clínica como espaço político, onde é preciso afirmar as múltiplas possibilidades eróticas: a experiencição dos prazeres corporais, que passam, inclusive (mas não só), por querer brincar sexualmente com corpos do mesmo sexo, e brincar com o próprio corpo a partir do que comumente é entendido como pertencendo ao outro sexo. Apontamos o fazer psicológico como capaz de se inscrever na luta por justiça erótica, mais explicitamente se engajando na disputa pela verdade do sexo na sociedade contemporânea.

Não obstante, o processo de Fabinho nos fez ver que precisamos ter em conta que esta afirmação por justiça erótica se dá em meio aos sentidos opressivos compartilhados - e tanto nós, terapeutas, como Fabinho, precisávamos reconhecer e lidar com isso: o jogo das cenas que também é o jogo do armário, sobre o qual meus informantes do Rio de Janeiro falavam (RIOS, 2004), se instituiu no processo terapêutico em curso. De outro modo, a dimensão política do processo terapêutico se revelou não apenas na possibilidade de afirmar caminhos de subjetivação tidos como marginais (meninos dançarem como as meninas dançam, as parcerias homossexuais, etc), ainda que legítimos; mas, e sobretudo, no fato de precisarmos nos engajar na dinâmica mesmo da visibilização/invisibilização, de modo a manter o nosso cliente no processo. Refiro-me, sobretudo, à lida com a família, atualizada na figura da avó. Só quando nos asseguramos que ela não boicotaria o processo com uma confirmação de normalidade (recorrentemente questionada), afirmamos explicitamente o caminho erótico tomado por Fábio como positivo.

Tomando esse pano de fundo, pudemos discutir com Fábio as questões relativas à autonomia do sujeito, apontando a falácia do individualismo. Com ele consideramos a condição de coautoria das trajetórias individuais: ele era na relação com pai, mãe, avó, vizinhança, escola...

Talvez a parte mais dolorosa, para nós, foi nos darmos conta de nossa precariedade em deixá-lo a salvo da violência, e perceber

que ele, muitas vezes, mesmo sabedor dos perigos, e talvez por que já estivesse inscrito mesmo na sociedade da segurança, onde o risco é ingrediente da excitação (SPINK, 2010), vez por outra relatava cenas em que se deixava levar pelas “tentações” de obter prazer no confronto – em especial confrontando o próprio pai, se negando à cena. A terapia de Fabinho nos remetia à vulnerabilidade e tentação como ingredientes fundamentais da condição humana (CAVARERO E BUTLER, 2007; RIOS et al, 2008)

Do mesmo modo, pudemos refletir sobre como subsidiar projetos de felicidade, para além do que nos era apresentado como queixa, arrastando a crítica sobre os processos de estigmatização, e perspectiva de promoção de solidariedade em resposta àquele, do umbigo (sexualidade-gênero) para o mundo (intolerância religiosa, racismo etc.).

Porque prefiro ser indisciplinado: profissão de fé!

O desenvolvimento do processo psicoterápico de Fábio foi possível, porque nós nos dispomos ao diálogo com ele; e, por causa dele, ao diálogo com a cultura “entendida” através da etnografia. Pudemos assim realizar uma Psicologia compreensiva, no sentido dado por Dilthey (2000), cuja condição é estar atento ao “espírito do tempo” enquanto chave para compreender a estruturação dos psiquismos. Se para nós a pessoa se faz na linguagem, reconhecer aquelas categorias mais caras aos processos de subjetivação “entendida” (verbais, como “dar bandeira”, e não verbais como o jogo de transformações e de cenas) permitiu não a mera troca de palavras, mas o diálogo da (transform)ação.

Fabinho e outros de nossos pequenos clientes, que são investidos eroticamente de forma precária por serem marcados por gênero, raça, classe e orientação sexual, pedem por uma intervenção psicológica *queer*, *feminista* e/ou *pós-colonial*. Há a necessidade da crítica aos sistemas opressivos e a redescritção das teorias psicológicas através do diálogo interdisciplinar. A falta do co-pertencimento cultural, que ajude o terapeuta a situar a

subjetivação da pessoa em situação de ajuda, pede a etnografia (no sentido lato). Esta não é apenas uma atitude voltada ao melhor conhecer. Inscreve-se, sobretudo, como posicionamento ético, na medida em que nos ajuda a realizar a análise das implicações (pessoais, institucionais e teóricas) (LÈVY, 2001) de modo a não atuarmos de forma etnocêntrica, moralista e ortopédica. Nesse contexto, a interdisciplinaridade é importante ferramenta analítica e interventiva. Nem todo tempo temos condições de etnografar, nós mesmos, com exaustão, sobre tudo e nos mais variados contextos. O caso de Fabinho permitiu que eu articulasse o que acumulei enquanto etnógrafo, biógrafo e clínico – empreendesse uma intervenção e construísse o conhecimento que aqui apresento.

Para muitos outros clientes, a etnografia veio realizada por meio de outros estudos; veio das reflexões sobre racismo, das pesquisas sobre a estética das culturas populares, das investigações sobre a moralidade evangélica etc. Mas, sublinho, algumas pessoas devem trabalhar na fronteira. Até para afinar a discussão, ainda lacunar, sobre o engendramento da pessoa: sobre como nos tornamos seres engenerados, sexuais, racializados... E mais, ainda que sejamos todos situados pela cultura, também somos todos autores de “divergências” das “normas”. Precisamos questionar, desde a Psicologia, como isso acontece. Também, como os humanos lidam com os múltiplos pertencimentos aos quais somos chamados no mundo contemporâneo.

São estas questões que me levam a fazer em alguns momentos algo que está mais próximo da Antropologia da pessoa, em outros da Antropologia psicológica, ou da Psicologia da cultura, ou ainda da Etnopsicologia, ou de uma Clínica Psicoterápica *Queer*; ou da Pesquisa-ação. O que mantém coerente o meu projeto acadêmico, além das questões que me guiam, é buscar responde-las a partir da escuta das narrativas pessoais (biografias e clínica) e da observação das pessoas em interação comunitária (etnografia e intervenções comunitárias), de modo a apreender as experiências pessoais nos seus dramas coletivos de viverem suas vidas, para melhor compreender o processo de se fazer gente.

Assim, e sem me desculpar por estar na zona liminar, e que me faz ser percebido como impuro, apenas afirmo que só a partir desta posição me vejo como capaz de contribuir para a Psicologia, que, quando se disse ciência, se engajou no projeto utópico de que, desde o conhecimento científico, poderemos construir um mundo melhor. Nesse projeto maior, e por me alinhar no campo da Saúde Coletiva, minha contribuição é construir saberes e tecnologias que contribuam para a transformação de pessoas e de mundos, na perspectiva de que possam sair do sofrimento e se engajar em projetos solidários de felicidade.

Referências

AUGRAS, M. R. A. *Alteridade e Dominação No Brasil - Psicologia e Cultura*. Rio de Janeiro: Nau, 1995.

BRUNER, J. *Actos de Significado*. Lisboa: Edições 70, 1990.

BUTLER, J. *Cuerpos que importan*. Barcelona: Paidós, 2002.

CANGUILHEM, G. O que é a Psicologia? In: *Pensamento político contemporâneo*, Departamento de Filosofia da PUC-Rio, s/d. Disponível em http://geocities.yahoo.com.br/guaikuru0003/oquepsi.html#_ftnref2, Acesso em: 25 de maio de 2011.

CAVALCANTI, M. T. Sobre o "dizer verdadeiro" no espaço analítico. *Ágora* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, Jan. 2004. .

CAVARERO, A. e BUTLER, J. Condição humana contra "natureza". *Estudos Feministas*, 15(3), 647-662, 2007.

D'ALLONES, C. R. O Estudo de Caso: da ilustração à convicção. In: GIAMI, A. e PLAZA, M. (Orgs.). *Os procedimentos Clínicos nas Ciências Humanas. Documentos, Métodos, Problemas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

DILTHEY, W. *Psicologia e compreensão*. Lisboa: Edições 70, 2002.

FOUCAULT, M. (1957) A psicologia de 1850 a 1950. In: MOTTA, M. (Org.). *Michel Foucault. Problematização do Sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a

FOUCAULT, M. (1965) Filosofia e Psicologia. In: MOTTA, M. (Org.). *Michel Foucault. Problematização do Sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5), 07-42, 1995.

HARAWAY, D. Um manifesto para o cyborg: ciência, tecnologia e feminismo socialista na década de 80. In: HOLLANDA, H. (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

JUNG, C. 1985. *Fundamentos de Psicologia Analítica*. Petrópolis: Vozes.

LÈVY, A. *Ciências clínicas e organizações sociais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

NICOLESCU, B. Um novo tipo de conhecimento: transdisciplinaridade. In: NICOLESCU, B. *Educação e transdisciplinaridade*. Brasília: UNESCO, 2000.

PLAZA, M. A Psicologia Clínica: os desafios de uma disciplina. In: GIAMI, A. e PLAZA, M. (Orgs.). *Os procedimentos Clínicos nas Ciências Humanas*. Documentos, Métodos, Problemas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

RIOS, L. F. ; NASCIMENTO, Í. F. Homossexualidade e psicoterapia infantil - possibilidades e desafios para a construção dos direitos sexuais na clínica psicológica. *Revista Psicologia Política*, v. 7, p. 3, 2007

RIOS, L. F. et al . Os cuidados com a "carne" na socialização sexual dos jovens. *Psicol. estud.*, Maringá, v. 13, n. 4, Dec. 2008.

RIOS, L. F. *Lôce lôce, metá rê-lê! Homossexualidade e transe(tividade) de gênero no candomblé de nação*. Dissertação de mestrado, UFPE, 1997.

RIOS, L. F. *O Feitiço de Exu: Um estudo comparativo sobre parcerias e práticas homossexuais entre homens jovens candomblesistas e/ou integrantes da comunidade entendida do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado, UERJ, 2004.

RODULFO, R. *O Brincar e o Significante: um estudo psicanalítico sobre a constituição precoce*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

RUBIN, G. *O tráfico de mulheres: notas sobre a "economia política" do sexo*. Recife, SOS Corpo, 1993.

SPINK, M. J. P. Social Psychology and health: assuming complexity. *Quaderns de Psicologia*, v. 12, p. 7-21, 2010.

Micropolíticas de inclusão-exclusão escolar: a indisciplina como analisador

Marisa Lopes da Rocha e Nair Iracema Silveira dos Santos⁹²

Universidade Estadual do Rio de Janeiro e Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Este artigo tem como perspectiva colocar em discussão micropolíticas agenciadas nas escolas de ensino fundamental que, mesmo com a proposição de uma educação inclusiva, tem favorecido a modos de subjetivação excludentes nesse processo. A (in)disciplina que vem ganhando expressão nas escolas, será tomada como um analisador das práticas, considerando o uso do tempo-espaço no cotidiano da formação. Buscamos relacionar as tecnologias do corpo na sociedade de controle e as formas de resistência nas suas implicações com o processo de saúde/adoecimento no magistério. É também nosso desafio contribuir tanto para a formação dos psicólogos que trabalham com a educação, como para a ampliação da interferência dos educadores na gestão da atividade escolar.

Engendrada nas condições e circunstâncias do processo educacional a indisciplina escolar, na atualidade, vem se constituindo como uma problemática generalizada que independe de classe social e da rede pública ou privada de ensino. Certamente que há muitas questões na educação que são responsáveis pelo estresse e outros adoecimentos do corpo docente, mas a dificuldade de lidar com os alunos em sala de aula é apontada, pelos educadores, como uma das mais complicadas a

⁹² E-mails: marisalrocha@uol.com.br; niss@terra.com.br

enfrentar. No entanto, é importante ressaltar que, se nos deparamos com uma pluralidade de antigas questões que ainda se apresentam na escola demandando mudanças como é o caso das condições em que se realiza o trabalho, novos fatores tornam a educação mais complexa. Estamos nos referindo aos dispositivos de inclusão que estão em marcha e às tecnologias de poder que, dedicadas ao disciplinamento dos corpos, estão implicadas com o controle da transformação da vida pelas políticas de gerenciamento dos riscos. É o que Foucault (2008a) chamou de biopolítica, pontuando um deslocamento na ênfase do objeto corpo individual para processos mais globais ligados à gestão da vida de populações, tais como natalidade, mortalidade, doenças, vulnerabilidades. O desenvolvimento tecnológico e as transformações na sociedade industrial destacaram algumas tendências disciplinadoras, com novos mecanismos de dominação, em que as formas de controle dos corpos se dão em tempo integral e ao ar livre, sendo a formação permanente e a competição na ordem da produtividade.

- E como fica o aparato da formação escolarizada nas novas tendências constituídas pelo que chamamos de desinstitucionalização, cujo ponto de partida está no reconhecimento de que a vida educacional ainda está regulada por modelos hegemônicos tradicionais que estão em tensão com a heterogeneidade de formas de inserção num mundo cada vez mais acelerado e mutante. Instituições que atravessam o processo educacional, como infância, adolescência, normalidade e disciplina são cada vez mais questionadas na sociedade que se constrói pela multireferencialidade. Procedemos, deste modo, à crítica ao estatuto da Verdade, o que coloca em discussão o poder das teorias, das organizações e formas estabelecidas no que tange ao conhecimento e às relações político-institucionais, afirmando a complexidade e a urgência da construção de novos territórios de referência.
- Eis uma questão a aprofundar, pois, se os corpos disciplinados tinham seu mais importante reduto “nas operações de confinamento, quadriculamento, distribuição,

atribuição de funções, hierarquização” (VEIGA-NETO 2002, p.172), congelando o tempo no espaço ritualizado, na medida em que a velocidade e a mobilidade são as principais ferramentas de dominação, como a escola lida com a contingência e a permanente criação de novos lugares para o aprender? Como convivem corpos nem tão dóceis, antigas e novas hierarquias educacionais, gerações em choque no cotidiano escolar? É o que buscamos polemizar.

Nossa preocupação situa-se na compatibilização de análises macro (mundo das representações que dão sentido e forma às tradições da racionalidade moderna) e micropolíticas (forças, tensões e circunstâncias constitutivas das relações entre educadores e educandos que produzem a realidade). Tal perspectiva aponta para a investigação da gênese do campo educacional e das histórias singulares que neste vão sendo tecidas.

Histórias que atravessam a educação escolarizada

Do século XVIII ao XIX, a formação escolar ganha consistência nas tecnologias de disciplinamento com a perspectiva de gerir a vida de forma capilar, canalizando forças para a produção industrial que demandava regulação precisa e adestrada para o trabalho. Segundo Foucault (1977), o biopoder foi indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, assegurado pelo controle dos corpos em instituições como a escola, a família, o exército, além das tecnologias de autogoverno que conjugaram ampliação das forças e assujeitamento. Em *Vigiar e Punir* (1989), o autor ressalta que o adensamento das organizações sociais, entre elas a escola, trará como questão o controle das atividades no que tange à técnica e ao modo/tempo de funcionamento. A divisão de trabalho demandava ampliação da hierarquia especializada e atenção aos desvios em que a promessa de ascensão ou rebaixamento na estrutura traça os limites, regulamentando certa homogeneidade.

Porém, no contemporâneo, as instituições de confinamento e de adequação dos corpos ao sistema produtivo sofrem mudanças e entram em crise, apontando para um mundo de fluidez e desterritorializações. Guimarães (2009) afirma que a escola como um sistema aberto se constitui em um mercado de serviços, de projetos e de produtos para seus usuários, e é a capacidade de consumo de seus modelos, de autonomia para estar entre os melhores, que “garante” a viabilidade de ascensão na vida ou a impotência enquanto perda da expectativa de estar na concorrência pelo sucesso. Aceleração, isolamento, (in)dividualização e competitividade são mecanismos redimensionados na sociedade da (in)formação, cujo controle social se dá à distância e de maneira contínua pelas tecnologias da informatização e marketing, como funcionamento eficiente e ágil do capitalismo empresarial na lógica mutante de curto prazo. Na pós-modernidade, a motivação se constitui em motor de aperfeiçoamento pessoal, apontando para modos de subjetivação “empresa” pelo autocontrole e autoavaliação. Na escola “mercado” se multiplicam as práticas de avaliação dos produtos para o controle de qualidade e a otimização dos processos, incluindo aí as diagnósticas, sendo consideradas práticas de “segurança”, já que identificam os corpos e definem as ações do momento seguinte. Frente a todas as incertezas produtoras de medos, indecisão e agitação dos corpos, a medicalização tem sido um procedimento generalizado funcionando como mantenedora da ordem.

Para que possamos polemizar a (in)disciplina na escola, produzindo outros possíveis que intervenham na lógica e nas condições que favorecem seu aparecimento e convivem com sua existência, é necessária uma análise mais ampla da organização da escola e das relações de formação que ganham consistência na atualidade, dando visibilidade às tecnologias do corpo e aos efeitos na saúde/adoecimento de professores e alunos. A atenção à micropolítica do cotidiano é fundamental nesse percurso de análises, tensionando os sentidos e usos do tempo-espço nas relações do trabalho escolar e facultando a problematização das

transformações pelas quais passa a sociedade do disciplinamento ao controle.

Através da visão foucaultiana, Veiga-Neto (2008) busca assinalar o deslocamento de ênfase das formas de subjetivação na sociedade atual que vai da docilidade à flexibilidade, sendo os corpos dóceis efeito do aparato disciplinar e os corpos flexíveis do controle pós-moderno, embora ambos funcionem na perspectiva do assujeitamento.

A questão que se coloca hoje para a escola é de que modo esta pode “dar conta” dos desafios impostos pela sociedade que demanda disciplina e flexibilidade, abraçando e combatendo o que considera “novo” em termos de tecnologias, práticas e valores. Se antes a tarefa do educador era discriminar, identificar, para compensar o que se apresentava como diferença, agora trata-se de incluí-la com criatividade e, quase sempre, nas precárias e adversas condições de trabalho. A partir das contribuições de Negri e Hardt, Fonseca e colaboradores (2008) destacam que a passagem da sociedade disciplinar, que preconiza a hierarquia, o ajustamento e a separação entre pensar e executar, para a sociedade de controle traz o desafio da complexidade à atividade de formação. Segundo a autora e colaboradores, isto se dá na medida em que a produção de conhecimento e de riquezas atravessa necessariamente a produção de subjetividade “de forma que as organizações estão colocadas diante do desafio de inventar novas tecnologias de gestão, pois controle, disciplina e obediência não geram conhecimento, criatividade, inteligência coletiva, engajamento subjetivo, responsabilidade” (FONSECA et al, 2008, p.505).

No esteio foucaultiano, Sibília (2003) estabelece que cada vez mais são os dispositivos tecnológicos que vêm produzindo corpos e almas atravessados por novos anseios, expectativa e temores. O fundamental, segundo a autora, é que a tecnociência, principalmente nas áreas da informática, telecomunicações e biotecnologias compõe uma imensa *matriz sociotécnica*.

Existem agenciamentos coletivos, usos e apropriações das tecnologias por parte dos sujeitos, que, por sua vez, também vivenciam seus efeitos em seus próprios corpos e subjetividades. Os aparelhos e ferramentas exprimem as formas sociais que os produzem e lhes dão sentido, formando redes, teias de pensamento, matrizes sociais, econômicas, políticas, que permeiam o corpo social inteiro e estão inextricavelmente ligadas às novas tecnologias. (SIBÍLIA, 2003, p. 11)

Assim, na sociedade chamada do conhecimento ou globalizada, ou ainda sociedade em rede, as novas tecnologias são o suporte de comunicação e controle, apontando para novas preocupações metodológicas no gerenciamento do trabalho flexível, no fomento a novas habilidades como abstração, sociabilidade, criatividade, que podem gerar integração ao sistema e controle frente ao que se apresenta como resistência.

Indisciplina como dispositivo analisador e resistência

A indisciplina que ganha visibilidade na educação de hoje é efeito de uma lógica que deixa de fora o quê? A questão é quando nos concentramos nos comportamentos considerados indisciplinados, o que estamos deixando de ver, de pensar, no que não interferimos?

Na perspectiva de Foucault (2008b), a resistência é intrínseca ao poder, não havendo um lugar específico de onde surja ou se concentre; pelo contrário, sua emergência é múltipla. Do mesmo modo que as relações de poder se organizam e se deslocam por todo o tecido sócio-institucional, as relações de resistência são moleculares, espalhadas e móveis por todos os fios de composição da vida. Resistir, na atualidade, não se restringe ao enfrentamento do poder territorializado por uma dialética de oposição; resistir é interferir na criação de territórios de experiências que possam gerar outros possíveis nos modos de subjetivação. Para Oliveira (2007, p. 33) “O potencial da vida cotidiana está em cena: a

socialidade cotidiana é eminentemente cultural”⁹³. Trata-se, portanto, de movimentos de suspensão que se modificam instantaneamente após atualização para engendrar sempre novas formas – indisciplina dos corpos que abala o controle. Para a autora, “A sociedade capitalista não controla os indivíduos apenas pela consciência ou pela ideologia: seu controle começa no corpo, no somático, no corporal. O corpo é, assim, uma realidade biopolítica” (idem) e o poder se efetua na vida, que será o foco de luta-política.

Nas escolas públicas brasileiras emergem novas questões que se misturam às já tradicionais, e novas tecnologias são acionadas para dar conta do que se apresenta como resistência. A indisciplina tem se caracterizado ora como violência contra o patrimônio, ora como conflito entre alunos e destes com os professores, ora ainda pelo que vem se convencendo chamar de “infrequência”. A infrequência não se configura como evasão, pois esta é a saída definitiva ou, pelo menos, prolongada do aluno do espaço escolar. Na educação, a infrequência significa alternância, irregularidade na presença, um efeito mais temporal que territorial do processo, e o sentido dado pela administração pública do ensino para o fenômeno é o de irresponsabilidade, abandono, descumprimento de um direito por parte dos adultos para com crianças e jovens.

Os novos dispositivos de inclusão social montados em todo o país em nível da educação municipal, considerados como ágeis e flexíveis pelo poder público, visam não só abrir espaço aos alunos do ensino especial, mas à montagem de um sistema de "controle eficiente, utilizando instrumentos que propõem redes de atenção ao aluno inconforme. Relacionados pelas autoridades com a assistência prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), esses mecanismos, uma vez disparados pelo professor, desencadeariam ações rápidas para o retorno do aluno à sala de aula ou para a melhora de suas médias, já que as faltas da criança ou os resultados não satisfatórios de seu desempenho, num curto

⁹³ Para Oliveira (2007, p.18) “Cabe pontuar que cultura é entendida aqui como o feixe de relações que permite a conversa entre partes distintas, aproximando-as”.

espaço de tempo, seriam visíveis pelos responsáveis por sua formação.

É assim que passam a funcionar no Rio de Janeiro os mecanismos de comunicação via celular entre escola e família, para controle em tempo real dos alunos e das famílias, e em Estados como Rio Grande do Sul e Bahia, entre outros, o preenchimento da Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente (FICAI), mobilizando professores, direção, membros do Conselho Escolar e do Conselho Tutelar, no controle dos movimentos para o retorno imediato do aluno. Consideradas medidas de proteção, tais disposições são marcadas por palavras como participação, sensibilização, parceria, coletivização e rede, na tentativa de limitar as novas expressões da complexidade do trabalho educativo. Infinitos procedimentos de preenchimento de relatórios, atas de reuniões, gráficos, consultas a colegas, vizinhos e visitas domiciliares são processadas, sendo que no fim da linha está o Ministério Público, como instância última para “garantir” a eficácia das ações pela responsabilização criminal dos familiares por abandono intelectual. Através da FICAI verifica-se também se a criança e família são beneficiadas em algum programa social, como é o caso da bolsa-escola. É importante, no entanto, ressaltar que a novidade é que a judicialização da sociedade chega também à escola como saída para seus velhos/novos problemas, ampliando muito a tarefa dos educadores, que já não conseguem acelerar mais o processo e continuam a trabalhar em condições bastante difíceis, sem que estas entrem em discussão, ampliando a medicalização de professores e alunos.

Abordamos a indisciplina na escola como algo intrínseco ao processo de trabalho, entendendo-a como uma expressão das instituições político-pedagógicas vinculadas às maneiras de pensar/fazer educação que, pela intensidade em que vem se produzindo, tem levado grande parte dos educadores ao adoecimento e os alunos aos encaminhamentos para especialistas. O trabalho do professor nunca foi uma atividade de fácil realização pelas condições em que se realiza e os efetivos investimentos na educação. Podemos evidenciar nas análises de

Simões et al (2008, p. 38), que investigam o adoecimento de professores desde o século XIX no Brasil, o registro de solicitação de licença por professores primários e a declaração de que “o magistério era nocivo à saúde”.

Nossa experiência nos últimos anos em educação (ROCHA & UZIEL, 2008; SANTOS, 2006) vem mostrando que a organização escolar não é só uma condição técnica de realização do trabalho de formação, mas, antes, um processo de escolhas político-institucionais que produz concomitantemente modos de trabalhar e modos de subjetivar, devendo ser um objeto de estudo e intervenção coletiva.

Em Fonseca (2005), a relação das práticas sociais de trabalho e das práticas de gestão encontra-se atravessada no mundo atual pelo que se denomina *trabalho imaterial*. Inspirada em Lazzaratto e Negri (2001), a autora afirma que se trata de reconceituar a categoria *trabalho* que, da matriz industrial que operava com capital estável, passa, no neoliberalismo, a tecnologias que devoram a força de trabalho, encarnando no cérebro do trabalhador a potência de trabalho. A ferramenta principal de trabalho, então, está no trabalhador, o que, por um lado, aprisiona-o em uma rede de produção de sentidos e práticas, mas, por outro, depende de seus afetos, de sua razão e de suas ações.

Contudo, mesmo concebendo que toda a forma de trabalho se encontra saturada de normas de vida, de formas de exploração da natureza e dos homens uns pelos outros, que se encontra, enfim, regrada e normatizada por saberes concentrados da história passada, não podemos atribuir a tal peso histórico uma função prescritiva unívoca que se torna capaz de determinar por si só o que vai passar na atividade de trabalho. (FONSECA, 2005, p.7)

O que se coloca em jogo não é uma luta fácil, pois é a forma como são acolhidas e enfrentadas as perturbações criadas nos encontros entre a história, que traz os hábitos naturalizados e saberes instituídos, os instrumentos administrativos de controle, a resistência dos corpos que se afetam no exercício da ação e a

capacidade de criar territórios comuns que ativem um pensar/fazer singular. Se toda gestão implica escolhas que vão concretizar ações e percursos, trabalhar é necessariamente repetição do mesmo e do que faz diferença, um dobrar e desdobrar que inventa o trabalho e os sujeitos. Conforme Santos (2006, p. 146), “Estamos utilizando a expressão D’Obras, entendendo que só podemos falar das relações como modos de relação constituídos como dobras desse campo de forças que faz acontecer a escola...”

Cotidiano escolar - modos de trabalhar na escola

Pensamos o cotidiano escolar como um campo de forças onde se entrecruzam discursos, instituições, individualizações, práticas, acontecimentos, regulamentos, políticas de governo, políticas de Estado, vidas e mais vidas. Quando nomeamos uma escola, encerrando-a no enquadre “pública” ou “privada”, “escola de periferia” ou “escola de elite”, não damos conta da sua complexidade e da sua diversidade. As mudanças, de qualquer ordem, não se processam em tempos e espaços iguais em toda a rede que integra as instituições de ensino; em uma mesma escola encontramos diferentes temporalidades. No contexto das inovações tecnológicas, encontramos numa sala de professores de uma escola pública, em pleno uso, um computador e um retroprojeto, demarcando expressões do velho e do novo a compoem cenários plurais no presente que caminha a passos lentos, mas que tem suas nuances na velocidade dos tempos pós-modernos.

O cotidiano escolar opera com relações em d’obras (SANTOS, 2006), constituídas em vários planos, algumas configurando-se por linhas mais duras, outras mais flexíveis, de maior plasticidade. Em um plano destacamos uma “dobra burocrática” e neste as palavras de ordem podem ser: cumpra a lei, burocratize-se, organize-se, controle a fala e os corpos, siga o calendário, o conteúdo, disciplinarize e escolarize-se ao máximo. Uma arte de governar, como diria Foucault (2008b), se atualiza na escola através de uma

série de prescrições, relatórios, cadernos, planos, calendário, 200 dias letivos.

Em outro plano temos a “dobra da carência”, intensificando na escola um modo de relação “carenciado” no qual todos se sentem roubados e castrados na sua capacidade desejante. É a marca da impotência e da falta. A escola se expressa em um campo de promessas não cumpridas, uma escola que não consegue ensinar, que não consegue atender expectativas de pais e estudantes, que é palco de agressões, que faz minguar as forças dos professores e estudantes, que se constitui objeto de intervenção para outras forças – conselho tutelar, justiça restaurativa, polícia, projetos sociais, mais programas compensatórios.

A escola, “dura e carenciada”, é também constituída por outros planos, alguns apontando suas potencialidades e virtualidades. Em outro trabalho (SANTOS, 2006) chamamos de dobra barroca – dobra sobre dobra – um plano que comporta rupturas, em que se agenciam diferenciações, singularidades e que nos diz da potência da escola e dos paradoxos que a compõem. Alguns acontecimentos propiciam o desmanche, certa ruptura com esses modos tão duros, tão fixos de funcionar. Pode ser uma pessoa, uma situação, um grupo, um vento, uma tempestade.

Trazemos aqui registros de nosso diário de campo sobre uma experiência com uma escola do Rio Grande do Sul, no ano de 2001. Após a destruição da escola por uma tempestade, as aulas foram deslocadas para um espaço cedido pela comunidade. Os espaços eram poucos e a circulação de professores acontecia em corredores estreitos, o que determinava encontros físicos diários e conversas que se processavam também nos corredores, pois neste espaço provisório não havia sala de professores. O deslocamento físico era coextensivo a outros deslocamentos, outras afetações, outros olhares, outras escutas, as diferenças se explicitavam mais, mas tal movimento permitia ações criativas no processo de trabalho. As carências que espreitavam o cotidiano se diluíam, colocando em cena outras discussões, tais como - os estudantes pediam aula; os pais pediam reunião para discutir estratégias de recuperação da escola; os professores precisavam falar para combinações dos

arranjos necessários, horário do uso do pátio, das salas, como criar estratégias coletivas para o trabalho e organizar a luta de todos para manter a escola funcionando.

Avançamos no tempo, abril de 2011, tragédia no Rio de Janeiro, um ex-aluno entra na escola e atira compulsivamente em vários estudantes, morrem 12 e outros ficaram muitos feridos, famílias com perdas irreparáveis, o país nas manchetes internacionais, todo o aparato institucional e discursivo entra em cena – mídia, segurança pública, disciplinas diversas (psiquiatria, psicologia, pedagogia, direito). No exato momento em que morrem jovens indefesos, os discursos enunciam um sujeito marginal, bandido, louco, mas também vítima de “bullying”. Na trajetória de Wellington, a escola aparece como uma gigante – a escola na qual estudou, na qual viveu experiências intensas boas e ruins – continua viva em sua lembrança e é na escola que precisa fazer algo para ganhar visibilidade de um outro lugar que não mais o frágil menino, indefeso, esquisito, que provocava risos e piadas entre os colegas. A escola na qual aprendeu a respeitar seus professores é também a escola que se faz expressão dos ressentimentos, da invisibilidade, do lugar por onde os afetos transbordam, onde tudo vira “indisciplina”, bullying, ou infração, mas onde tudo pode escapar do controle. Nessa tragédia que parece de um lado explicitar um ato agressivo de um ex-aluno com a escola, com a vida na escola, explicita também a importância da escola para o menino esquisito e frágil, que mesmo no ato de loucura preserva a figura dos professores e escolhe morrer na escola. Na face da criminalização, muito fácil resolver tal problema, intensificam-se as revistas, a presença de guardas, da polícia nas imediações; na face do pedagógico mais rigidez disciplinar, olho estendido aos comportamentos agressivos e fora de ordem, mais ações de qualificação para professores; na face da saúde mental, é preciso olhar para as relações familiares, para as formas de cuidado, para as redes de vizinhança e de contato do estudante. Nesta lógica, as intervenções se pautam por estratégias de mais controle e culpabilização, seja dos estudantes, da família e/ou dos educadores e da própria escola que passa a ser objeto de

análise por um conjunto de especialistas e gestores que ocupam lugares de saber e poder.

As duas cenas-acontecimentos que relatamos expõem as fragilidades tanto da escola, quanto do humano que a compõe. No entanto, os dois episódios relatados nos permitem pensar em outro plano de análise, que nos diz da potência desta instituição tão questionada e desvalorizada como espaço de trabalho e de aprendizagens. Nos dois relatos, os acontecimentos expressam um pequeno detalhe - há um “querer”, uma “vontade” de estar na escola e aqui usamos estas duas expressões não no sentido psicológico, mas nos inspirando em Nietzsche (2008), registramos a face inventiva das múltiplas forças em relação no cotidiano da escola. A relação entre estas forças é de tensão, composição e choque - “centelhas” como diria nosso filósofo inspirador.

O campo de práticas que vem enunciando uma escola inclusiva é repleto de paradoxos e repetições. As chamadas estratégias de inclusão e os discursos das políticas públicas não conseguem romper com a lógica da inclusão pela exclusão. Nas últimas décadas estas foram atualizadas, produzindo-se deslocamentos do discurso da integração e de inserção do estudante marcado por alguma deficiência para uma política de inclusão de todos e de reconhecimento das diferenças e das diversidades. Este movimento produz outros deslocamentos com relação aos modos de pensar, agir, se relacionar, trabalhar e educar. Com relação aos estudantes, o discurso do aluno problema, indisciplinado, violento, infrequente está fundido no chamado “aluno de inclusão”, que integra as deficiências, as patologias, as dificuldades de aprendizagem, as impotências, as vulnerabilidades que causam riscos. São cenários que complexificam os desafios que se apresentam aos atores desta escola que se quer inclusiva. São desafios que impõem esforços na problematização do processo de trabalho na escola, convocando-nos para outras rupturas nas práticas e relações constituídas na interface “educação-saúde-psicologia”.

Desafios para a saúde no trabalho escolar

Abordaremos aqui a escola como espaço de trabalho e de saúde, eixo que entendemos como transversal na construção de práticas coletivas na escola e que avaliamos como uma entrada possível para contribuições da Psicologia. As políticas de inclusão e os tensionamentos que estas produzem têm forçado a desnaturalização das dicotomias e divisões entre as disciplinas e saberes que compõem os regimes de verdade que operam no cotidiano escolar. Também têm sofrido abalos as clássicas separações saúde-doença, indivíduo-sociedade, pensar-fazer, educar-cuidar, trabalhar-ensinar, fora-dentro, exemplos de divisões que sustentam relações entre práticas e especialidades, definindo lugares e formas de intervir. A saúde pode ser um bom analisador para pensarmos a inclusão como uma questão transdisciplinar⁹⁴ na educação, exercício audacioso, mas pertinente para a Psicologia Social, inscrita em um campo disciplinar e no qual é questionada sobre suas especificidades.

Quando falamos em saúde do professor, é importante definirmos saúde, na medida em que nossas experiências de pesquisa também contemplam desafios para intervenção teórico-metodológica nas práticas de formação escolar. Para conceituar *saúde*, recorreremos a Canguilhem (1995), para quem saúde não se define a partir de um padrão externo às pessoas, nem é coisa de especialista, estando, antes, vinculada às forças ativas de um corpo que luta cotidianamente com as condições, exigências e pressões da realidade. Saúde é a potência de um corpo para viver experiências, refletir e desenvolver-se a partir delas.

O que se apresenta como desafio aos psicólogos para a ampliação da saúde do professor na escola é a problematização coletiva, criação de um tempo-espaço produtor de questões acerca das

⁹⁴ A multidisciplinariedade nos fala de diferentes olhares sobre um mesmo foco; a interdisciplinaridade se constitui nos espaços intermediários entre uma área e outra (por exemplo, os estudos em psicopedagogia); a transdisciplinariedade radicalizará suas precedentes, uma vez que se coloca fora desse universo disciplinar, operando com saberes diversos, acima de tudo configurando-se como um saber *indisciplinado* no dizer de Figueiredo (1995).

experiências e da afirmação de práticas singulares que possam potencializar iniciativas. Tal perspectiva, hoje, não se faz sem resistência, sem luta.

Não estaria o discurso atual sobre a inclusão, por tão abrangente, disseminado, reiterativo, entrando na ordem do discurso, e com isso, nas próprias malhas dos dispositivos de poder-saber e de regimes de verdade, já constituídos? (EIZIRIK, 2006, p. 40)

Como escaparmos das armadilhas da lógica em que nos inserimos? Como se articulam táticas de singularização⁹⁵ das práticas escolares? A subjetivação opera em vários planos, compondo modos de trabalhar na escola que se expressam no lamento, na queixa, na carência, no desencanto, no tédio. A impossibilidade de aprender coexiste com a impossibilidade de ensinar, tornando professores e alunos reféns de um processo que não se reduz às vontades, intenções e ações individuais. As mudanças não se efetuarão na exigência da lei, com slogans e programas de treinamento na formação de professores. As intervenções centradas no *como fazer*, que afirmam o especialismo, podem dar lugar às práticas intercessoras⁹⁶ que propiciem o exercício do pensamento, tomando as propostas de inclusão como analisadores dos modos de trabalhar na escola. Romper com a lógica que escolariza o próprio trabalho desafia-nos a dobrar o pensamento, um esforço ético e estético.

As mudanças na escola terão de passar pela análise da subjetivação do trabalho, pela instalação de dispositivos que convidem ao pensamento, forçá-lo como dizia Deleuze (1988), para que novas dobras se configurem. Propomos a desescolarização do trabalho na escola, criando espaços coletivos de análise das

⁹⁵ Processos de singularização, noção trabalhada por Guattari & Rolnik (1986) em *Micropolítica: Cartografias do desejo*, como processos de diferenciação, os quais têm o caráter de ruptura com as formas estabelecidas.

⁹⁶ Essa ideia de intercessores Deleuze (1992) expõe em *Conversações*, para dizer que sempre se trabalha em vários. Podem ser pessoas ou também coisas, reais ou imaginárias, relações que abrem caminhos para o pensamento. Passos e Barros (2000) afirmam que os intercessores operam como figuras híbridas, não podendo ser pensados fora da relação de interferência que se produz entre os domínios determinados.

práticas e das relações que as sustentam. Nesta perspectiva, como psicólogos chamados a colaborar com a formação, é preciso que façamos permanentemente análise das nossas implicações, na relação com a escola, com o público, com os incluídos-excluídos, com o que vai ganhando corpo como diferença, com o trabalho, com o conhecimento, com os educadores, com a própria academia se a estamos representando.

Para tal empreendimento, nos apoiamos no paradigma ético-estético, proposto por Guattari (1993), o qual assim o refere como uma alternativa ao paradigma científico inscrito no universo capitalístico. É o paradigma da criatividade, o qual abriria para rupturas nas práticas naturalizadas e produção de outras subjetividades. O autor chama atenção sobre a não coincidência do paradigma estético com o mundo dos artistas, não se trata de estetizar o mundo, uma vez que neste paradigma a noção de obra de arte também seria problematizada.

A idéia principal consiste no fato de que a essência da criatividade estética reside na instauração de focos parciais de subjetivação, de uma subjetivação que se impõe fora das relações intersubjetivas fora da subjetividade individual. (GUATTARI, 1993, p.29)

No paradigma estético a dimensão ética é priorizada, tomando-a como expansão da vida. Para Rolnik (1995) não se trata apenas de cumprir “normas, respeitar direitos e deveres, mas sim potencializar novos modos de existência, processos de diferenciação, de singularização. Rocha, Montano e Pimenta (2001) vinculam a dimensão ética ao encontro e exercício do pensamento, às experiências de liberdade e autogestão, rompendo com o estabelecido e abrindo outras possibilidades para ações coletivas. A intervenção sob esse eixo da ética precisa ser construída como prática transdisciplinar, operando com a criação de intercessores. Trata-se de *fazer com* e não *intervir sobre*, instalar-se no entre, no meio, uma prática intercessora, como propõe Brasil (2002), minimamente aberta às virtualidades ilimitadas das forças em suas composições e decomposições. Criar elementos de passagem e ao mesmo tempo se fazer intercessor, se colocar entre, sair do

lugar de especialista, de mediador, e ao mesmo tempo provocar o incômodo no outro, acionar o pensamento, dobrar o pensamento. A imagem de um metálogo⁹⁷ produzido por Eizirik (2001) é interessante para pensarmos a composição de práticas que operem nas diferenças. Expomos apenas um fragmento do metálogo, uma conversa entre a autora e uma mestranda quando estas se perguntavam por que a diferença incomoda tanto?

- Sabias que, quando alguém toca uma tecla de piano, as outras também soam?

- Ah, mas então é assim que tu tocas as pessoas, atinges a elas e tocas em outras coisas que têm vibração.

- São encontros e desencontros nas diferenças. Coisas minhas e coisas do outro...

- Como as diferenças têm a ver? Uma soa dentro da outra? São como vibrações: só se ouve o que tu tocas! Não são todas as cordas que vibram, mas todas as que se chamam dó (se esta foi a nota que tocaste!), desde as mais graves até as mais agudas...

- De que forma?

- Aparentemente, uma nota tem que encontrar aquele dedo que a puxa, e as outras vibram a sua volta; mas as outras têm que acompanhar seu movimento, mesmo sem saber a origem dele. E depois, não se sabe qual foi a que vibrou primeiro; a tecla original vai mingando sua vibração; imagino que há um momento em que também é esquecida aquela origem, porque todas vibram...

- Talvez o maior medo seja o da vida, de enfrentar o desafio de viver. Viver é aceitar as pequenas e contínuas mortes... da certeza, da possibilidade de saber-se pronto, de ter chegado ao fim e ter que desmanchar e reconstruir, a todo o momento, num movimento quase incansável, a construção da própria vida, tão difícil e sofrida.

⁹⁷ Definido por Bateson (1991) como uma conversa sobre algo problemático em que os participantes se envolvem na elaboração do tema. É um diálogo que vai além de si mesmo. (EIZIRIK, 2001)

- E isso pode ser ensinado, como se ensina a tocar piano? É possível ensinar a ouvir diferentes sons, matizes, tonalidades?

- Talvez isso não se possa ensinar, mas se pode promover a capacidade para querer ouvir, para querer ver, ampliando lentes e flexibilizando posturas, permitindo descobrir que é através das pequenas mortes que se criam as possibilidades de celebrar a vida. (EIZIRIK, 2001, p. 41-42).

O metáfora acima expressa parte dos desafios para educadores na composição de uma escola efetivamente pública, mas também para nós psicólogos nos deslocamentos necessários das nossas práticas de formação e das formas como nos colocamos em campo. A pesquisa-intervenção é uma opção metodológica e ética, entendida como prática intercessora na análise do processo de trabalho e da produção de subjetividade que pode ser apropriada pelo professor, através da análise das circunstâncias concretas em que se realiza a sala de aula e o currículo, os regulamentos e as normas instituídas.

Isto implica a análise dos modos de pensar/fazer e dos mecanismos que estão em jogo na formação enquanto polêmica e conflito - é o contratempo que pode iniciar a construção de outro lugar para os professores, para os psicólogos e para a própria educação na realidade das escolas.

Referências

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei federal nº 8.069 de 1990.

BRASIL, V. V. Ferramentas para uma prática clínica voltada para os direitos humanos: a operação histórica. In: RAUTER, C.; PASSOS, E.; BARROS, R. B. (Orgs). *Clínica e política: subjetividade e violação dos direitos humanos*. Rio de janeiro: Instituto Franco Basaglia/Ed. TeCorá, 2002. p. 151-164.

BATESON, G. Pasos hacia una ecología de la mente: una aproximación revolucionaria a la autocomprensión del hombre. Buenos Aires: Planeta/Carlos Lohlé, 1991.

CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. 4ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

DELEUZE, G. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. *Conversações: 1972-1990*. Rio de janeiro: Editora 34, 1992.

EIZIRIK, M. F. Dispositivos de inclusão: invenção ou espanto? In: BAPTISTA, C. R.; BEYER, H. O. *Inclusão e Escolarização*. Múltiplas perspectivas. Porto Alegre: Mediação, 2006. p.31-42.

_____. Por que a diferença incomoda tanto? In: *Educação e Escola: A Aventura Institucional*. Porto Alegre: AGE, 2001. p. 37-57.

FIGUEIREDO, L. C. A interdisciplinaridade e o conhecimento psicológico. In: _____. (Org.). *Da Epistemologia à Ética nas práticas e discursos psicológicos*. Petrópolis/São Paulo: Vozes/EDUC, 1995. p. 77-83.

FONSECA, T.M.G. Trabalho, gestão e subjetividade. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Disponível em: <<http://www.psicologia.ufrj.br>>, v 2, n. 1, 2005.

_____. T. M. G. et al. Dos Modos de Existência das Tecnologias: Um Trabalho sem Fim. *Revista Fractal de Psicologia*, Niterói, v. 20, p. 12-22, 2008.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

_____. *Vigiar e Punir - história da violência nas prisões*. 5ed. Petrópolis:Vozes, 1989.

_____. *O Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

GUATTARI, F. Entrevistas. Guattari, o paradigma estético. *Cadernos de Subjetividade*, São Paulo, v.1, n.1, p. 29 - 34, 1993.

_____.; ROLNIK, S. *Micropolítica*. Cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.

GUIMARÃES, A. M. *Um olhar a respeito da indisciplina na escola ante a complexidade da sociedade atual*. Disponível em: <<http://aureaguimaraes.blogspot.com>> Acesso em: 03 jan. 2009

LAZZARATO, M.; NEGRI, A. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NEGRI, T.; HARDT, M. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

NIETZSCHE, F. *A vontade de poder*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

OLIVEIRA, L.M.B. *Corpos indisciplinados*. Ação cultural em tempos de biopolítica. São Paulo: Beca, 2007.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. *A Construção do Plano da Clínica e o Conceito de Transdisciplinariedade*. *Psicologia. Teoria e Pesquisa*, Brasília, v.16, n.1, p. 71-79, jan./abr. 2000.

ROCHA, M.L.; MONTANO, S. F.; PIMENTA, T. J. Perspectivas participativas e a pesquisa-intervenção na escola. In: JACÓ-VILELA, A.M.; CEREZZO, A.C.; RODRIGUES, H.B.C. (Orgs.). *Clio-Psyché*. Hoje, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001, p. 251-259.

ROCHA, M. L.; UZIEL, A. P. Pesquisa-intervenção e novas análises no encontro da Psicologia com as instituições de formação. In: CASTRO, L. R.; BESSET, V. L. (Orgs.). *Pesquisa-intervenção na infância e juventude*. Rio de Janeiro: NAU/Faperj, 2008, p. 532-556.

ROLNIK, S. À Sombra da cidadania: alteridade, homem da ética e reinvenção da democracia. In: MAGALHÃES, M. C. R. (Org.). *Na sombra da cidadania*. São Paulo: Escuta, 1995, p. 141-170.

SANTOS, N. I. S. Escola Pública e comunidade: relações em D'Obras. *Revista Vivência*, Natal, v. 31, p. 139-162, 2006.

SIBILIA, P. *O homem pós-orgânico*. Corpo, subjetividade e tecnologias digitais. 2ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

SIMÕES, R. H. S.; SALIM, M. A. A.; TAVARES, J. X. Formas de adoecimento de professores capixabas no século XIX: diálogos com o passado no presente. In: BARROS, M.E.B.; HECKERT, A.L.C.; MARGOTO, L. (Orgs.). *Trabalho e saúde do professor*. Cartografias no percurso. Belo Horizonte: Autêntica, p. 25-42, 2008.

VEIGA-NETO, A. De geometrias, currículo e diferenças. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 79, p.163-186, ago. 2002.

_____. Crise da modernidade e inovações curriculares: da disciplina para o controle. *Sísifo Revista de ciências da educação*, Lisboa, n. 7, p.141-150, set/dez. 2008.

Gênero, sexo e corpo travesti: abjeções e devires⁹⁸

Maria Juracy Figueiras Toneli e Marília dos Santos Amaral⁹⁹

Universidade Federal de Santa Catarina

Contra o dispositivo da sexualidade o ponto de apoio do contra-ataque não deve ser o sexo-desejo, mas os corpos e os prazeres.

Foucault, 1988, p. 147

Aproximações

O Núcleo de Pesquisa *Margens*: “Modos de vida, família e relações de gênero”, do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina consolidou, ao longo de mais de uma década, um programa de pesquisas centradas no grande tema das masculinidades a partir de três eixos fundamentais: paternidade, saúde e violência. Ao longo desses trabalhos que incluem atividades de intervenção, produzimos conhecimentos sobre essas temáticas em contextos variados como os das populações urbanas jovens e adultas, pais adolescentes, usuários dos sistemas de saúde pública, homens com a guarda dos filhos, meninos em abrigos para menores, homens autores de violência sexual, imagens de masculinidades em revistas em quadrinhos, dentre outras. É certo que, ao falarmos de masculinidades e gênero, não estamos nos restringindo a populações de homens apenas. O caráter relacional

⁹⁸ Este texto é extraído de projeto de pesquisa contemplado com auxílio do CNPq. Agradecemos à equipe do Núcleo Margens, que colaborou ativamente para que o projeto fosse elaborado e executado.

⁹⁹ Departamento de Psicologia/UFSC; E-mails: juracy.toneli@gmail.com; mariliapsico@hotmail.com.

do conceito gênero, somado ao seu franco binarismo, obriga-nos a manter uma perspectiva que, mesmo ao pesquisar grupos de homens, orienta o nosso olhar para a assimetria e o caráter de poder que as relações de gênero comportam.

Nesse cenário, os desafios que as novas realidades sociais e tecnológicas nos colocam frente a problemáticas – ainda que não necessariamente novas, mas talvez produzidas de maneiras diferentes – nos incitam à busca permanente de formas outras de pesquisar distintas daquelas nossas “velhas” conhecidas. Trata-se de oportunidades ricas no sentido da reflexão teórico-metodológica que potencializam o movimento da pesquisa. No nosso caso, o conjunto de investigações que realizamos nos levou a algumas considerações fundamentais que se centram na discussão da heteronormatividade hegemônica (binária) que governa os processos de subjetivação e conforma sujeitos normatizados (e dissonantes, sua outra face constitutiva). Nesses processos que incidem sobre a matéria e produzem corpos sexuados, a violência parece ser um efeito (ou estratégia) sempre presente, adquirindo inclusive o formato daquilo que se convencionou chamar de homofobia. As relações entre gênero, sexo e corpo, no entanto, permanecem polêmicas (teórica e politicamente) e, nesse cenário, os corpos desviantes são alvo de discriminação encarnada em situações de injúria e humilhação cotidianas que, por vezes, culminam em atos radicais de crueldade. Que efeitos esses corpos produzem? Quais entrelaçamentos propiciam à aversão que geram? Como investigar essas produções? Como enfrentar a violência da (hetero)norma? São questões como essas que nos inquietam nesse momento.

Corpo-sexo-gênero: que relação é essa?

Pensamos o denominado corpo no entrelace do material com o simbólico, bem como, do sexo com o gênero. Assim, por um lado, problematizamos a disjunção operada pelo binarismo e pela hierarquia presente no sistema sexo-gênero entendendo o contínuo deslizamento e interface entre esse par. Por outro lado,

entendemos a materialidade posta no corpo como associada tanto à dimensão simbólica e discursiva, quanto à biológica e concreta. Essas pontuações incidem na necessidade de que na pesquisa sejam utilizados recursos teóricos e estratégias de produção de conhecimento afeitas à concepção epistêmica e ontológica adotada. Assim, temos recorrido à imagem como recurso que possibilita o contraponto à linguagem calcada de forma acentuada no simbólico e no conceito, uma vez que é na própria auto (re)produção imagética dos corpos das travestis que a fluidez entre corpo biológico e corpo simbólico pode ser analisada.

Uma das preocupações que nos mobilizou durante nossa trajetória foi a de compreendermos melhor os modos de assujeitamento nos contextos urbanos modernos, nos quais uma imagem idealizada do masculino torna-se hegemônica, o que quer dizer que se trata de um modelo que se impõe sobre todas as demais formas de ser no mundo. Como modelo deve-se considerar sua incapacidade de corresponder diretamente ao que homens e mulheres vivenciam. No entanto, a posição de modelo hegemônico implica na constrição de outras possibilidades que, embora existentes, são desqualificadas, deslegitimizadas, menosprezadas, invisibilizadas e, por que não dizer, violentadas em suas expressões. Esse processo inclui as mulheres, mas não apenas. Chama atenção aqui qualquer forma de sexualidade e de corporalidade que não corresponda àquela heteronormativa, expressa pelo binômio masculino-feminino colado a corpos de homens e mulheres (machos e fêmeas). Quanto ao acento à corporalidade e à possível resistência ou fuga no que diz respeito às normas de gênero, um breve preâmbulo relativo às travestis, nossos sujeitos atuais de pesquisa, torna-se indispensável ser feito a partir da pesquisa etnográfica de Marcos Benedetti (2005):

É a incorporação do seu feminino que autoriza as travestis a personificar a ambiguidade, a polissemia de suas relações. Ao mesmo tempo em que produzem meticulosamente traços e formas femininas no corpo, estão construindo e recriando seus valores de gênero, tanto no que concerne ao feminino como ao masculino. A ingestão de hormônios, as aplicações de silicone, as

roupas e os acessórios, o *acuendar a neca*, as depilações são momentos de um processo que é maior e que tem por resultado a própria travesti e o universo que ela cria e habita (Benedetti, 2005, p.131).

Nesse contexto, nossa preocupação caracterizada como uma posição ético-política incidiu até hoje sobre as violências de gênero, em particular, mas não apenas, a exercida pelos homens sobre as mulheres. Buscando alargar nosso espectro temos focado a relação corpo-sexo-gênero no universo das sexualidades desviantes das heteronormativas, inspirados em especial nos processos de subjetivação/objetivação como os entende Foucault (2004[1984]). O modo de subjetivação diz respeito “ao que deve ser o sujeito, sob quais condições está submetido, qual seu *status*, que posição deve ocupar no real ou no imaginário para se tornar sujeito legítimo deste ou daquele tipo de conhecimento (p. 235)”. O indivíduo, por sua vez, é objetivado (torna-se objeto, é problematizado como objeto a ser conhecido) por um saber e neste saber se reconhece como sujeito. Destes processos de objetivação e subjetivação, dependentes um do outro, originam-se jogos de verdade, regras que implicam no que seria o falso e o verdadeiro a partir deste posicionamento do sujeito diante de um determinado saber articulado com os exercícios de poder. Foucault entende a “‘sexualidade’ como um modo de experiência historicamente singular, no qual o sujeito é objetivado para ele próprio e para os outros, através de certos procedimentos precisos de ‘governo’”. (Foucault, 2004[1984], p. 239). A sexualidade é um “dispositivo” que constitui uma rede de práticas, discursos e técnicas de estimulação dos corpos, intensificação dos prazeres e formação de conhecimentos, reforço dos controles e das resistências, de acordo com grandes estratégias de saber e de poder. (Foucault, 1988, p. 100)

Tendo sempre em conta a heteronormatividade hegemônica (Butler, 2003[1990]), entendemos que a primazia do masculino permanece norteando a vida dos sujeitos, particularmente naquilo que Foucault (1988) chama de “a verdade do sexo”, o sexo como segredo do eu. Mais do que isso, o masculino é tomado aqui como a “substância”, numa clara referência à perspectiva cartesiana

moderna segundo a qual a unidade e a centralidade do sujeito (da Razão) são tidas como premissas norteadoras da construção do conhecimento e da organização societária.

Recuperando, portanto, a crítica efetuada por diversos pensadores que se debruçaram sobre a problematização da chamada “metafísica da substância” (ou da presença) e suas incidências na produção de pares de oposição que sustentam hierarquias e predicções subjetivas (Butler, 2003[1990], 2006[2004]; Derrida, 1971, 1975; Derrida & Roudinesco, 2004), trata-se, pois, de investigar a relação entre corpo, sexo e gênero.

Entendemos que

El cuerpo implica mortalidad, vulnerabilidad, agencia: la piel y la carne nos exponen a la mirada de los otros pero también al contacto y a la violencia. El cuerpo también puede ser la agencia y lo instrumento de todo esto, o el lugar donde ‘el hacer’ y ‘el ser hecho’ se tornam equívocos. Aunque luchemos por los derechos sobre nuestros propios cuerpos, los mismos cuerpos por los que luchamos no son nunca del todo nuestros. El cuerpo tiene invariablemente una dimensión pública; constituido como fenómeno social en la esfera pública, mi cuerpo es y no es mío. Desde el principio es dado al mundo de los otros, lleva su impronta [...]. (Butler, 2006[2004], p. 40-41).

Pensamos, a partir de Butler, que o corpo não serve como fundamento ontológico, e, portanto, não antecede ao discurso. Isso não quer dizer que possa ser reduzido ao discurso, mas sim que não podemos ter acesso a ele senão por meio do discurso, de sorte que a

matéria não pode ser criada pelo discurso (como advoga certo formalismo idealista) e a matéria é sempre e unicamente materializada por meio do discurso (contrariamente a certo materialismo que redutivamente separa matéria de signos). Todos os signos são eles mesmos matéria [...]. (Butler, 1993, p. 15, 30)

De acordo ainda com Butler (2006[2004], p. 39), “Pero es a través del cuerpo que el género y la sexualidad se exponen a otros, que se implican en los procesos sociales, que son inscritos por las normas culturales y apprehendidos en sus significados sociales.”

Nesse cenário, importa-nos também a noção de sexo e sua relação com o corpo e o gênero. Partimos aqui do princípio de que o sexo é engendrado, não sendo o gerador das normas de gênero e nem se confundindo ou se reduzindo a ele. Deste modo,

a noção de ‘sexo’ permitiu agrupar, de acordo com uma unidade artificial, elementos anatômicos, funções biológicas, condutas, sensações e prazeres e permitiu funcionar esta unidade fictícia como princípio causal, sentido onipresente, segredo a descobrir em toda parte [...]. (Foucault, 1988, p. 144)

A partir de Foucault, embora ele não utilize o conceito de gênero, podemos argumentar que o sexo é uma construção discursiva, histórica dos séculos XIX e XX, que sugere a unidade causal fictícia entre sexo, gênero e desejo. Sexo, para Foucault (1988), é produto, é efeito e não causa ou origem. Em lugar do sexo como causa, ele propõe a sexualidade como um dispositivo, um sistema histórico de discurso e poder que produz a denominação sexo como estratégia de controle e regulação. Continuando com Butler, afirmamos que só podemos chegar à construção do “sexo” por meio da produção contingencial do gênero e o que o sexo possa ser, não o é ou reside fora da política e da cultura. Essa proposição altera, portanto, nossas usuais formas de pensar sexo/gênero/corpo. Ou seja, mais do que afirmar que sexo é diferente de gênero, associando sexo e o corpo à ordem da natureza e gênero à cultura como o fez Beauvoir (2008[1949]), e afirmar como Foucault (1988) ao mostrar a produção histórica do discurso sobre a sexualidade que inclui o que ele chama de sexo, Butler afirma que só conhecemos o sexo por meio do gênero.

Os significados do corpo derivam das normas de gênero e sexualidade, normas essas que operam na cultura, na sociedade, na política. As políticas do corpo, por sua vez, são concernentes

em última instância às normas que fazem/produzem vidas vivíveis. Podemos dizer, portanto, que os corpos são efeitos de uma dinâmica de poder de forma indissociável de suas normas reguladoras, governados, em sua produção pela norma regulatória do sexo. Nesse contexto o imperativo heterossexual permite certas identificações sexuadas, assim como exclui e repudia outras. Este imperativo requer, pois, a produção simultânea de seres abjetos, que não são “sujeitos”, mas que constituem a condição de possibilidade de existência dos “sujeitos” considerados como tal. São os abjetos, os invivíveis, os indizíveis e os inumanos (Butler, 2005) que circunscrevem a esfera do vivível. (Butler, 1993)

Importante se faz não esquecer, no entanto, toda a polêmica que Butler promoveu a partir de seu livro “Problemas de Gênero”, na medida em que suas concepções foram interpretadas como uma negação ou, no mínimo, uma negligência da materialidade, dos corpos e, ao mesmo tempo, uma posição cética extremada que não deixaria saída à subjetivação por meio das normas (à agência do sujeito).

Se o corpo não é um ‘ser’, mas uma fronteira variável, uma superfície cuja permeabilidade é politicamente regulada, uma prática significativa dentro de um campo cultural de hierarquia do gênero e heterossexualidade compulsória, então que linguagem resta para compreender essa representação corporal, esse gênero, que constitui sua significação ‘interna’ em sua superfície? Sartre talvez chamasse este ato de ‘estilo de ser’; Foucault, de ‘estilística da existência’. Em minha leitura de Beauvoir, sugeri que os corpos marcados pelo gênero são ‘estilos da carne’. Esses estilos nunca são plenamente originais, pois os estilos têm uma história, e suas histórias condicionam e limitam suas possibilidades. Consideremos o gênero, por exemplo, como um *estilo* corporal, um ‘ato’, por assim dizer, que tanto é intencional como *performativo*, onde ‘performativo’ sugere uma construção dramática e contingente de sentido. (Butler, 2003[1990], p. 198-199).

Com essa longa citação podemos perceber a concepção de Butler da performatividade de gênero. O gênero requer uma performance repetida que é simultaneamente reencenação e nova experiência daquilo já significado socialmente, de sorte a estabelecer sua legitimação. Essa ação pública (repetição estilizada de atos) é a forma do gênero manter sua estrutura binária, de criar a aparência de substância, uma ilusão identitária assim como as noções de sexo essencial e de masculinidade ou feminilidade o são (Butler, 2003[1990], p.200-2001). Podemos argumentar que o gênero é constituinte da identidade que supostamente é - performativo, portanto - no interior do discurso herdeiro da metafísica da substância.

Ora, essa ficção reguladora do gênero é produzida por meio da violência da norma, da heterossexualidade compulsória e naturalizada que exige a coerência estável e oposicional entre sexo, gênero e desejo. Certamente, a violência normativa é um conceito fundamental nas formulações de Butler (2003[1990]) ao pensar sobre as vidas vivíveis, inteligíveis e legitimadas por meio da norma. Articulada com a noção de inteligibilidade como a capacidade de ser reconhecido como um sujeito - um agente -, a violência normativa desloca nossa atenção da ideia de uma violência exercida sobre um sujeito pré-formado para uma violência que se dá “dentro” do processo de formação da subjetividade. Nesse sentido, podemos dizer que ela é uma violência “primária” na medida em que permite duas operações fundamentais: i. a existência daquilo que tipificamos comumente como violência e que se relaciona com o aparato jurídico, militar, político, cultural e as alterações físicas (violências derivadas), e, ii. o “apagamento” destas últimas. Ou seja, é a violência normativa que permite que o sujeito se submeta às violências do dia-a-dia, assim como a invisibilidade destas. Dois esforços são identificados como fundamentais na obra paradigmática, *Problemas de Gênero*, com respeito à violência normativa: i. o de interromper a capacidade da violência normativa de permitir outras violências, e, ii. o de tornar essas outras violências visíveis quando ocorrerem. O esforço para “fazer a vida possível” mostra-se, portanto, como uma empreitada teórico-política.

A violência normativa conforme Butler a concebe envolve sempre as normas de sexo, gênero e sexualidade. Nesse sentido, pode-se afirmar com ela que o gênero é uma performance com consequências punitivas, uma vez que punimos aqueles que 'falham' na relação de coerência oposicional imposta pela heteronormatividade, desumanizados que são por meio de sua sexualidade ou gênero não-normativo. Os abjetos.

É sobre esses corpos que dirigimos nosso olhar. Nosso objetivo é trazer a público as imagens de corpos abjetos e problematizar o entrelaçamento na construção desses corpos com os planos do subjetivo e do social. Interessa lançar luz sobre as conexões e interfaces da inscrição psíquica e da rede social que articula tanto corpos marcados por caminhos heteronormativos quanto a demanda da rede simbólica disponibilizada pela tradição cultural. Reiteramos que as posições expostas acima implicam concepções sobre a constituição subjetiva e sobre a realidade que demandam o recurso a estratégias de produção do conhecimento articuladas a conceitos e instrumentos não restritos ao simbólico e a linguagem concebida como representação linear e contínua do real. A partir dessa perspectiva com o objetivo de expandir nosso escopo, temos trabalhado com a imagem e, de forma mais específica, com a imagem/vídeo procurando problematizar o intrincado da relação singular/universal e do simbólico/imaginário que atravessa os corpos abjetos. Propomos utilizar o audiovisual como um recurso concomitante ao simbólico e que pode contribuir com o trabalho de pontuar a questão da imagem como intrincada ao simbólico na constituição do psiquismo, bem como, na questão da constituição do gênero/sexo/corpo.

Corpos travestis

O travestir-se é um ato que ainda produz no imaginário do campo social um lugar ao qual se destinam sujeitos e corpos que comungam existências às margens, muitas vezes configurados como abjetos e pouco inteligíveis. Para Louro (2001), as travestis são sujeitos que fazem parte de um grande desafio ao visibilizarem

que as posições de gênero e sexuais se multiplicaram e deslizam entre os esquemas binários. E, mais importante - que se as fronteiras vêm sendo constantemente atravessadas -, o lugar social no qual alguns sujeitos estão dispostos a viver é exatamente a fronteira.

O corpo é o território em que se opera a transformação, por isso pensar a produção deste não se refere a uma espécie de passagem da natureza para a cultura, mas como escreve Vencato (2005) uma passagem entre dois corpos culturais, mediada pelo desejo de se tornar outro, de se tornar uma personagem, uma caricatura de um feminino que talvez nem mesmo exista se pensarmos numa suposta natureza feminina (Maluf, 2002).

No estudo que Sonia Maluf (2002) faz do filme Tudo sobre minha mãe de Pedro Almodóvar, mais especificamente sobre a personagem travesti Agrado, a autora destaca a passagem do filme em que Agrado afirma possuir de mais autêntico em seu corpo, exatamente, o silicone. Sobre este trecho Maluf (2002) propõe uma reflexão:

O desejo travesti é o de tornar-se outro, mas o que Agrado assinala em seu discurso é mais o processo de tornar-se do que o produto final da mudança. Ao apontar para o silicone (e não para os seios simplesmente), ela aponta para o processo, para o movimento inscrito no corpo (Maluf, 2002, p.149).

A visibilidade e a materialidade desses sujeitos parecem significativas por sugerirem, concreta e simbolicamente, possibilidades de proliferação e multiplicação de formas de gênero e sexualidade a partir de seu próprio corpo (Louro, 2004).

Processo que Anna Paula Vencato (2005) ilustra a partir de um diálogo entre as participantes de sua pesquisa com *drag-queens* na Ilha de Santa Catarina no momento em que uma delas está *montada*¹⁰⁰ e tenta convencer uma amiga resistente em se produzir,

¹⁰⁰ Travestida, produzida com trajes e acessórios já postos/montados sobre o corpo; maquiagem pronta somada a trajes e acessórios; todo o conjunto que se vê.

que justificava: “*não tenho mais corpo para isso!*”: “*Corpo? Corpo se fabrica... eu não fabriquei um agora?*” (p.46).

Sobre este discurso Louro (2004) reforça a ideia de que a *drag*, da mesma forma que a travesti, fabrica seu corpo, intervém, esconde, agrega, expõe. Ao exagerarem e acentuarem os traços e marcas corporais convencionalmente femininas, produzem uma espécie de paródia do gênero ao copiar da cópia, uma vez que corpos masculinos e femininos são uma imitação do ideal regulatório a eles imposto pelas normas da cultura.

É o manipular a aparência que faz da travestilidade uma maneira de levar o artifício às últimas consequências, e assim desafiar as normas do determinismo biológico. O corpo, de acordo com Araújo Júnior (2006), torna-se elemento e símbolo de ambivalências, hibridismos e justaposições. Frente a isso, as travestis são a expressão de uma ideia de artificialidade marcante, nos cuidados com a imagem, pela maquiagem e mascaramentos sob e sobre a face, corpo afora e adentro.

A produção de corpos travestis é correlata de modos de vida que são subjetivados por e em meio a esses processos que se inscrevem no corpo e que, por injunções da vida societária, relacionam-se fortemente com formas de exclusão e violências de diversos tipos (Vencato, 2005; Pelúcio, 2004; Araújo Júnior, 2006; Mostaço, 2006; Benedetti, 2005). Mott (1997) indica que o número total de travestis no Brasil está abaixo dos 10.000 indivíduos, número pouco expressivo comparado aos gays e lésbicas. Mesmo assim, as travestis são, segundo o relatório, o grupo mais visado e vulnerável, uma faixa de 27% em número de vítimas. O autor salienta que os crimes são marcados por requintes de crueldade, principalmente, facadas, estrangulamento e tortura do indivíduo, especialmente na rua.

São violências fundamentadas nas normas que deslegitimam a diferença baseada na incoerência daquela que é incapaz de traduzir o biológico na roupa e no gestual, já que, para todo tipo de travesti (homossexual ou não), o desejo (múltiplo, ou seja, além do número dois de gêneros) manifesta-se no tecido da pele e da

vestimenta. Araújo Júnior (2006) comenta que no lugar da sobriedade, está a imaginação, incoerência, no sentido da norma fundante, de infração de tais regras binárias, que denuncia possibilidades de metamorfoses constantes, como é o caso do travestimento.

Mesmo que muitas vezes sejam deslocadas para uma posição de subversão de regras, as travestis ocupam lugares por vezes deslizantes e cambiantes, onde muitas também vêm a expressar uma clara definição do que seria próprio do universo feminino e do masculino, aspectos esses reguladores de comportamentos públicos e privados (Pelúcio, 2004). Ao masculino estariam reservadas características como ativo, racional, “o que manda”, pênis, músculo e pelos. Ao feminino reservar-se-ia o passivo, o passional, “a que obedece”, peito, carne, ausência de pelos. Benedetti (2005) reforça que as travestis ao exporem que querem se sentir mulher, mas não ser mulher, ocupam um espaço peculiar – da ambiguidade. Essa dupla posição das travestis as coloca num espaço onde há exotismo, preconceito, exclusão, mas, ao mesmo tempo, são atribuídas a elas novos valores e olhares presentes na sociedade.

É importante observar que se há um corpo usualmente dado como biológico, muito embora nada tenha de natural, as travestis reconhecem fazer uma construção voluntária sobre ele. Isso aponta para uma construção corporal escolhida, sobreposta à outra construção corporal que se pretende reconhecer como da ordem do natural (Vencato, 2005).

Essa construção, no entanto, muitas vezes parece afrontar a racionalidade binária retomando a discussão do caso da hermafrodita Herculine Barbin, analisado por Michel Foucault (1982). Herculine, que desejava viver tal qual uma pessoa que possuía dois sexos, fora obrigada a adotar a identidade masculina, por um saber médico e jurídico, o que acarretou em seu suicídio. Daí a famosa pergunta de Foucault: “precisamos de um verdadeiro sexo?”. Segundo Foucault (id.), o século XIX é uma época “(...) intensamente dominada pelo tema do hermafrodita –

da mesma forma que o século XVIII foi dominado pelo tema da travesti” (p.76). Ou seja, como pontos rugosos e assimétricos, estranhos corpos devem se prestar ao saber e ao poder, que lançarão seus olhos e sua fala patologizantes.

Silveira (2001) constata que se do corpo “nascem desejos”, essa matriz não é imanente e contínua, como se fosse uma corporeidade fechada cuja natureza ou essência determinaria sua história. A historicidade atravessa e singulariza sujeitos por muitas origens que nem sempre se coincidem e que não incidem sobre o sujeito, mas produzem marcas e sinais sobre a *microfísica* de cada indivíduo. É nessa direção que Butler (1999) rompe com a conexão sexo-natureza e gênero-cultura, ao sugerir que sexo é cultural na mesma medida em que o é o gênero.

Em outras palavras, o sexo é ele próprio, uma postulação, um constructo que se faz no interior da linguagem e da cultura, no decorrer da história. Surge a partir do momento em que o corpo ocupa lugar marcante e marcado pelas múltiplas subjetividades, constituídas por sexualidades *disparatadas*, de indivíduos incansáveis em desestabilizar e deslizar pelos poderes heteronormativos disciplinares.

Considerações Finais

Considerando a força da heteronorma na cultura e seu caráter histórico pensamos que a problematização da produção dos chamados “desviantes” torna-se tarefa urgente. Neste contexto, a relevância está em examinar como estes processos e efeitos ocorrem, tendo em vista que uma multiplicidade de sinais, códigos e atitudes produz referências e define quem é o sujeito. De um sinal ou marca de distinção masculino/feminino as características passam a ser sua causa, aquilo que lhe dá origem (Nicholson, 2000).

Dentro desta concepção pensar sujeitos que escapam da via planejada, corpos que se extraviam e põem-se à deriva é abrir possibilidades para se pensar sujeitos que encontram novas

posições para viver, outro lugar para se alojar ou se mover ainda outra vez. Para estes corpos, seus sinais ou seu funcionamento se modificam ao longo do tempo; eles podem ser negados, reafirmados, manipulados, transformados ou subvertidos. A partir deles, observa-se que são sujeitos empenhados na produção de gênero e na sexualidade e que, ainda que sejam ativos nessa construção, são tomados por uma matriz heterossexual que delimita padrões, ao mesmo tempo em que fornece a pauta para as transgressões. Assim como alguns se conformam, há também os corpos que a subvertem (Louro, 2004).

Finalmente, cumpre esclarecer que pensamos a necessidade nos trabalhos que temos realizado com os corpos travestis, a prerrogativa de um olhar imagético em redes, tendo em vista o que Donna Haraway (2009) chama de “circuito integrado” e o lugar da mulher neste cenário. De acordo com a autora este circuito propõe a ideia de trabalho em uma rede ideológica que “sugere uma profusão de espaços e identidades e a permeabilidade das fronteiras no corpo pessoal e no corpo político” (Haraway, 2009, p. 76). Entre o privado e o público, e propondo o hibridismo destes cenários e de suas percepções, Haraway cita diversos lugares que compõem o circuito integrado e a necessidade de compreendê-los simultaneamente, de sorte que somente dessa maneira poderemos acessar a complexidade do sistema de percepções que são constituídos. Dentre estes estão: a casa, o mercado, o local de trabalho, o Estado, a escola, as clínicas-hospitais e a igreja. As percepções das travestis sobre os sistemas sexo/gênero são tomadas nessa perspectiva, integrando diversas matizes e diversos atores/atrizes, de forma a compor o cenário de miríades que se inter cruzam. Além disso, a autora propõe esta composição em rede a partir de um deslocamento da binaridade sexo/gênero, natureza/cultura, feminino/masculino, público/privado, propondo um deslocamento de corpos e subjetividades para um hibridismo: o ciborgue. Em seu mais contundente argumento, a autora comenta que somos todos/as ciborgues, pois estamos imersos em espaços nos quais não há mais como proceder divisões, somos um misto de corpos atravessados pela técnica e pelas tecnologias (Haraway, 2009).

É a partir dessa perspectiva que temos nos lançado o desafio de pensar o impensável, o inominável, o ininteligível.

Referências

- Araújo Júnior, José Carlos de. (2006). *A metamorfose encarnada: travestismo em Londrina (1970-1980)*. Dissertação, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
- Beauvoir, Simone. (2008[1949]). *O Segundo Sexo vs. 1 e 2*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Benedetti, Marcos. (2005). *Toda Feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária.
- Butler, Judith. (1993). *Bodies that Matter. On the discursive limits of "sex"*. New York: Routledge.
- Butler, Judith. (1999). *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo*. Em: Louro, Guacira L. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Butler, Judith. (2003[1990]). *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, Judith. (2006[2004]). *Deshacer el género*. Barcelona: Paidós.
- Butler, Judith. 2005. *Humain, inhumain. Le travail critique des normes*. Paris: Éditions Amsterdam.
- Derrida, Jacques & Roudinesco, Elizabeth. (2004) *De que amanhã: diálogo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Derrida, Jacques. (1971). *Escritura e Diferença*. São Paulo: Perspectiva (Coleção Debates).
- Derrida, Jacques. *Posições*. (1975). Lisboa: Plátano (Coleção Discurso Social).
- Foucault, Michel. (1982). *Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

Foucault, Michel. (1988). *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.

Foucault, Michel. (2004[1984]). Foucault. Em: Motta, Manoel B. da (Org.). *Ditos e Escritos IV: Foucault. Ética, Sexualidade, Política* (pp. 234-239). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Haraway, Donna. (2009). Manifesto ciborgue. Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. Em: Tadeu, Thomas (Org.). *Antropologia do Ciborgue. As vertigens do pós-humano* (pp. 33-118). Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Louro, Guacira L. (2001). *O Corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica.

Louro, Guacira. (2004). *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica.

Maluf, Sônia. (2002). Corpo e desejo: Tudo sobre minha mãe e o gênero nas margens. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 143-153.

Mostaço, Edélsio. (2006). A arte da borboleta: do casulo ao vôo. *Revista Fênix de História e Estudos Culturais*, 3(4). Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/volumenove.php> Acessado em 14/05/2010.

Mott, Luiz Roberto. (1997). *Homofobia: a violação dos direitos humanos de gays, lésbicas e travestis no Brasil*. Comissão Internacional de Direitos Humanos de Gays e Lésbicas. São Francisco, Califórnia.

Nicholson, Linda. (2000). Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, 8(2), 9-41.

Pelúcio, Larissa. (2004). Travestis, a (re)construção do feminino: gênero, corpo e sexualidade em um espaço ambíguo. *Revista Antropológicas*, 15(1), 123-154.

Silveira, Fernando. (2001). *Michel Foucault e a constituição do corpo e da alma do sujeito moderno*. Dissertação. Departamento de Psicologia e Educação. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

Vencato, Anna Paula. (2005). Fora do armário, dentro do closet: o camarim como espaço de transformação. *Cadernos Pagu*, Campinas, 24, 227-247.

Politizar o abjeto: dos femininos aos feminismos

Berenice Bento

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Introdução

O feminino é o lugar do abjeto, impuro, contaminado e contaminável. Mas o feminino não será pensado neste artigo como sinônimo de mulher. As mulheres fazem parte de um campo emotivo e performático construído como abjeto, mas não se pode derivar daí o feminino como sinônimo de mulher. Este lugar é parcialmente ocupado pelas mulheres biológicas. A sistemática violência contra as mulheres tem uma relação profunda e direta com a cometida contra os *gays* femininos, às travestis e às transexuais.

Para entendermos a natureza da violência contra a mulher e sua persistente reprodução, não se pode circunscrever a análise ao feminino-mulher, mas ao feminino em suas tensões, conflitos e disputas discursivas com os múltiplos femininos e, simultaneamente, em relação aos masculinos. Apontarei níveis diferenciados de exclusão do feminino no feminino, sugerindo que é possível se pensar hierarquias internas no seu âmbito.

Qual o efeito para luta feminista em deslocar o feminino dos corpos de mulheres? No primeiro momento, o artigo apontará a diversidade de vivências do feminino, para depois sugerir que o feminismo refere-se à luta política contra a estrutura naturalizada e binária para os gêneros. Conforme discutirei, o sujeito do feminismo é polimorfo e polifônico.

Violência de gênero e gênero da violência:

Nos últimos anos, notamos uma considerável produção acadêmica sobre as homossexualidades que apontam a desvalorização dos *gays* femininos. Sem preocupar-me em inventariar tais pesquisas, cito algumas:

Isadora Lins França (2009) realizou a pesquisa *“Gordos, peludos e masculinos: homossexualidade, gênero e produção de categorias em São Paulo”*. Segundo a autora, *“a presença de homens gordos, peludos e tidos como afeminados na cena ursina têm criado situações em que ficam bastante expostas as tensões relacionadas a gênero entre esses homens...”* (2009: s/p). E continua:

(...) No entanto, não é necessariamente a presença de homens tidos como afeminados nas festas de ursos que gera incômoda. Embora isso também possa acontecer, é a disputa pelos sentidos relacionados a essa categoria que traz os maiores conflitos. De certa forma, a presença dos afeminados contamina uma categoria de identificação que parecia isolar a associação entre feminilidade e homossexualidade, das quais os ursos procuram se distanciar (França, 2009: s/p).

Um dos entrevistados afirma:

O cara pode fazer o que quiser na cama, mas não precisa achar que virou mulher por causa disso e imitar a Madonna e a Cher na pista de dança. Não tem nada mais ridículo que uma gorda peluda e barbuda dando uma de drag queen...e ainda achar que pode ser chamada de urso! (França, 2009. s/p)

Camilo Albuquerque de Braz (2009) investigou práticas homoeróticas entre homens na cidade de São Paulo em diferentes espaços destinados ao sexo, envolvendo em alguns deles elementos fetichistas e/ou sadomasoquistas (S/M). Dados de campo permitiram ao pesquisador perceber a presença de discursos valorativos da masculinidade e a criação do que o autor

chama de “hipermasculinização” nesses universos. Braz formula a hipótese de que a produção do “macho” como objeto de desejo é um dos elementos da materialização dos corpos e da produção das subjetividades nesses contextos. Uma exigência comum a todos eles é a recomendação de um comportamento tido como “masculino” e a negação da incorporação de performances femininas.

Élcio Nogueira dos Santos (2009) também encontrou nos ambientes das saunas a recusa em aceitar *gays* femininos entre os clientes. Há um vínculo entre feminino e passividade e a relação sexual com um *boy* ou um cliente considerado “afeminado” é um sinal de desprestígio entre os michês.

A pesquisa de Marcelo Natividade (2008) sobre homossexualidade e religião também aponta a aversão que os *gays* femininos produzem em discursos normativos de algumas igrejas inclusivas, cuja hermenêutica e teologia são vinculados à diversidade sexual, reproduzindo modelos de gênero convencionais. A mesma pesquisa mostra, contudo, a transgressão dessas regras e normas em situações de sociabilidade (ou seja, fora dos rituais religiosos), prevalecendo uma relação ambivalente quanto ao gênero: ora de controle e reprodução de modelos dicotômicos, ora de exploração de uma linguagem ambivalente e transgressora, nas quais homens *gays* podem expressar performances ditas 'femininas'. Essa plasticidade, a possibilidade de fazer gênero, de mudar a performance de acordo com os espaços sociais seria a própria “essência” do gênero.

Sérgio Carrara (2005) faz uma análise da virilidade entre os *gays*. Segundo o autor, citando a pesquisa da Datafolha, chamou a atenção o fato de 76% dos entrevistados concordarem, total ou parcialmente, com a ideia de que “alguns homossexuais exageram nos trejeitos, o que alimenta o preconceito contra os *gays*”. E segue:

A pesquisa do Rio revelou que, entre os homens homossexuais, 44,6% preferem parceiros “mais masculinos”, contra apenas 1,9% que os preferem “mais femininos”. Para alguns, por aumentar o preconceito, a

feminilidade parece politicamente incorreta nos homens.(...) A necessidade política de afirmação de uma homossexualidade viril pode não explicar inteiramente a rejeição da feminilidade nos homens. (2005)

Néstor Perlongher (1987) analisou como no mercado do sexo *gay* as hierarquias e cartografias do desejo são pautadas pela presente/ausência dos atributos femininos. A “bicha efeminada” é a corporificação da figura abjeta.

Não estou trazendo para o debate os discursos de médicos, religiosos, políticos. São pesquisas que revelam mecanismos de funcionamento das margens, tendo como recorte de análise gênero e sexualidade. Quantas vezes não escutamos: “*eu não tenho nada contra os gays, mas eles têm que se comportar como homens*”, inclusive entre *gays*.

Para além de pensar o feminino como uma estrutura que se desloca entre os corpos, essas pesquisas também nos relevem as margens produzidas dentro das margens e como a binaridade margem *versus* centro é mais uma das dicotomias enganosas. No entanto, essa afirmação não pode ser diluída em uma despolitização e o apagamento das violências contra *gays*, lésbicas, travestis, transexuais, os meninos femininos e os intersexos. Conforme apontou Preciado (2008),

la diferencia entre uno y outro depende de la resistencia a la norma, de la conciencia de los procesos técnicos (farmacopornográficos) de la producción de la masculinidad e la feminidad, y del reconocimiento social en el espacio público. No hay aquí un juicio de valor implícito: el género trans no es mejor ni más político que el género bio (2008:86).

Tampouco o desejo homossexual é mais ou menos normal que o heterossexual. A diferença está na distribuição desigual de acessos e visibilidades, portanto, no reconhecimento social conferido aos gêneros e às sexualidades inteligíveis.

Outras pesquisas nos apresentam falas de travestis e transexuais que relatam a violência e exclusão a que são diariamente

submetidas. A categoria humanidade está assentada no pressuposto de uma natureza dimórfica dos corpos, na diferença sexual. Essa matriz de reconhecimento exclui dos seus marcos aquelas/es que deslocam as definições de feminino e masculino. Dessa forma, matar uma travesti, transexual ou um *gay* feminino não provoca a mesma ira ou a mesma indignação se comparada ao assassinato de uma mulher biológica, pois tal violência estaria mais identificada com um trabalho de assepsia da humanidade do que propriamente com a violência cruenta. Certamente, essa afirmação pode produzir incômodo porque sugere uma hierarquia da violência. Mas a violência e a punição são hierarquizadas. Não se pode afirmar que há a mesma proliferação de discursos para proteção de travesti, transexual, *gays* e lésbicas se comparada à mulher cromossomáticamente XX¹⁰¹.

Basta um rápido acesso à página eletrônica da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres¹⁰². Lá encontramos inúmeros artigos, pesquisas, legislações, um disque 180 para denunciar violência contra as mulheres, campanhas. É inegável a proliferação de discursos sobre “a mulher” nas últimas décadas. Apropriando-me das formulações de Alcida Rita Ramos (1995), pode-se afirmar que há tempos nota-se uma insistente e persistente produção da mulher hiper-real, um simulacro, uma invenção, que tem pontos de conexão com a realidade e outros tantos de distanciamento.

Parece que as categorias amplamente utilizadas para compreender a situação da mulher na sociedade brasileira são patriarcado e violência. Ou seja, os canais de diálogo entre os estudos sobre as

¹⁰¹ Giorgio Agamben tem sido um dos autores citados em trabalhos que interpretam a violência contra travestis, transexuais, *gays*, lésbicas e crianças e adultos intersexos. Para Agamben (2002), a vida nua, sacrificável pelo Estado, saiu da esfera da exceção e torna-se uma regra. O campo de concentração não é mais uma estrutura arquitetônica e de poder localizável espacial e historicamente. Os Estados contemporâneos exercem suas soberanias de forma total. Se houver concordância com a visão fatalista de Agamben, pode-se inferir que a verdadeira vida nua “pertence” aos corpos interessantes para a composição da população nacional. Travestis, transexuais, lésbicas, *gays*, intersexos são seres que não interessam ao controle do Estado. O controle é um ato de desejo de dominar alguma coisa ou alguém que importa. Dessa forma, a categoria “vida nua” não explica a natureza da violência institucional e não institucionalizada contra os corpos abjetos que não importam (Butler, 1999), vidas que estão abaixo da vida sacrificável.

¹⁰² <http://www.sepm.gov.br>

mulheres e os estudos de gênero (cito especialmente os estudos das masculinidades) e os estudos *queer* (a exemplo das pesquisas sobre travestis, transexuais, *cross dress*, *drag queen*, *drag king*, as homossexualidades) estão bloqueados.

A produção da mulher hiper-real responde mais a uma demanda de manutenção de determinadas posições de prestígio de feministas que operam seus modos operandi pela matriz heterossexual do que por uma busca em desconstruir e problematizar, ou seja, pôr em questão as dinâmicas sociais que produzem os gêneros inteligíveis. O que significa que o velho binarismo estruturalista nunca esteve tão em voga e tão poderoso como agora. Ele está no Estado, em suas políticas, está na militância. Margem *versus* centro, dominado *versus* dominador, homem *versus* mulher, homossexual *versus* heterossexual. Eis apenas alguns dos binarismos. A única diferença possível é o plural de dois.

Gayle Rubin (1984) propõe uma hierarquia sexual na qual os homens heterossexuais brancos estão no topo, pois teriam um considerável capital social e sexual que os localizariam em uma posição de prestígio e poder. Se pensarmos as hierarquias internas ao gênero feminino, teríamos no pico da posição social as mulheres XX e entre elas uma diversidade hierarquizada pela cor da pele, a orientação sexual, o nível de instrução, classe social, origem regional. O cruzamento dos marcadores da diferença produz configurações plurais, tensas e divergentes. Poder-se-ia argumentar: “Ainda assim, as mulheres são vítimas de violência, ocupam as mesmas funções e recebem em média 1/3 a menos que os homens, mesmo nos serviços públicos, onde a retórica do mérito é hegemônica, mesmo aí, são os homens que ocupam os cargos que pagam as melhores comissões via os DAS (Direção e Assessoramento Superiores).” É verdade. Mas esses dados nos revelam dinâmicas da reprodução das relações sociais, particularmente uma fração da reprodução das estruturas das relações de gênero. Seria interessante pesquisarmos quais as posições que os femininos ocupam na sociedade, elegendo, por exemplo, a variável escolaridade.

As travestis, transexuais e *gays* femininos quando, ainda na infância, desenvolvem performances e gostos (por exemplo, os brinquedos) identificados como impróprios para seu gênero são sistematicamente perseguidos nos ambientes escolares. Daí o índice de travestis e transexuais analfabetas ser tão elevado. As mulheres que desenvolvem performances esperadas para seu corpo não serão expulsas da escola. Esse é apenas um exemplo da forma como os capitais internos ao feminino irão se distribuir diferentemente.

Se os *gays* que performam o feminino estão e são mais susceptíveis de agressão, entre as travestis e transexuais essa violência assume tons mais dramáticos. Elas não podem “passar” por homem, afinal, a questão identitária está exatamente na reivindicação existencial de viver o gênero identificado com todas as transformações corporais daí decorrentes. Mas se são as travestis e transexuais vítimas de violência por atualizarem femininos descolados do biológico, poder-se-ia concluir que há em seus discursos a compreensão de que o binarismo e a naturalização das identidades devem ser problematizados e combatidos?

O trabalho de Larissa Pelúcio (2009) e de outras pesquisadoras/es nos apontam discursos de travestis que coincidem na abjeção aos homens femininos. Na cama, até podem ter preferência pela passividade, mas na rua elas querem o homem, o “homem-homem”. E nesse jogo, terminam por repor a ordem na margem, ainda que seja uma ordem parodiada de um centro que habita não o mundo outro, mas está nas subjetividades dos/as marginalizados/as. Essa é a força reguladora da heteronormatividade.

Sugiro que o feminino é o lugar do abjeto, do impuro, contaminado e contaminável. Não há nenhuma novidade nessa afirmação, afinal, o feminismo já discutiu isso há décadas. É verdade. E para corroborar cito o trabalho do historiador Durval Muniz Albuquerque (2003). Em sua genealogia da produção da identidade nordestina, assentada no espaço geográfico, Muniz nos revela que a masculinidade e seus atributos são tão englobantes e universalizantes que até a mulher para ser respeitada tem que ser

“mulher-macho, sim senhor”. Para transitar na ordem de gênero, o feminino nordestino deve incorporar em suas performances e subjetividades elementos masculinos, ou seja, deve negar-se.

Qual a relação que estou tentando estabelecer entre a produção do feminino e a questão das mulheres? Sugiro que ao se falar da mulher não estamos esgotando a complexa questão feminina. As mulheres fazem parte de um campo construído como inferior, mas não se pode derivar daí o feminino como sinônimo de mulher, ou que a mulher engloba e esgota o feminino. Esse lugar é parcialmente ocupado pelas mulheres cromossomas XX. A violência contra os seres abjetos, frágeis, identificados como femininos, não se limita à mulher. Há níveis diferenciados de inferiorização. Se os atributos femininos (emotividade, fragilidade, passividade) posicionam as mulheres como inferiores, quando esses mesmos atributos e performances são atualizados por outros sujeitos passamos a nos mover ao nível da abjeção, do nojo. Muitas vezes, se utiliza conceitos como estigma, abjeção, inferioridade, como sinônimos, mas seus conteúdos expressam relações distintas entre o eu e o outro.

Segundo a ativista *Marjorie Machi*¹⁰³, presidenta Associação das Travestis e Transexuais (Astra), as sentenças “*Não seja mulherzinha!!! Se comporte como homem.*” são as primeiras verdades que irão organizar as subjetividades dos sujeitos, fazendo com que o feminino já nasce maculado pela misoginia conferindo-lhe uma anterioridade em relação à homofobia.

Marlene Wayar (2007) relata que em sua família foram quatro subjetividades maltratadas: sua tia, internada e invisibilizada em um hospício; sua mãe Emma, que decidiu ser órfã desidentificando-se de um padrasto violento e de uma mãe cúmplice; sua tia Lita, por ter tido a dignidade de separar-se de um homem insignificante e prepotente; e ela que, por ser feminina nascida homem, em lugar de optar por esconder-se em uma

¹⁰³ Seminário Nacional Psicologia e Diversidade Sexual, organizado pelo Conselho Federal de Psicologia. Mesa redonda: Desnaturalização das questões de gênero. Brasília, junho: 2010.

performatividade fictícia de homem. Aqui temos uma complexa rede de experiências femininas distintas, mas que encontram na subalternidade e rebeldia os pontos de apego.

Giancarlo Cornejo (2010) foi perseguido durante sua infância por ser reconhecido como um menino feminino. Em uma rica reflexividade, Cornejo aponta que o fracasso de fazer-se homem revelava o fracasso de outro feminino, sua mãe. Ele não foi o único patologizado, seus pais também o foram, especialmente sua mãe, que teve que amargar a dor do fracasso em produzir masculinidade em seu filho. A impotência das instituições médicas e escolar para fazê-lo masculino tem como resposta a patologização do seu corpo.

Mi madre, era así patologizada por su generoso afecto, que por estos “profesionales de la salud” será llamado sobreprotección y excesivo engreimiento, y que (me) generaría un cuadro de neurosis que estaría asociado a un odio hacia las mujeres que sería en el fondo una proyección de un odio iracundo hacia mi madre. Mi madre sería esencialmente patologizada por un exceso también, por un exceso de masculinidad, que se expresaba en su relativa independencia, en su voz, en sus amaneramientos (o en la ausencia de ellos), y en ser la principal proveedora económica en mi hogar. No solo era mi género el disciplinado, lo era también el suyo (Cornejo, 2010: 03).

A sistemática violência contra as mulheres tem uma relação profunda e direta com a abjeção aos *gays* femininos, aos meninos femininos, às travestis, às transexuais. Para entendermos a natureza da violência contra a mulher, e sua persistente reprodução, não se pode circunscrever a análise ao feminino-mulher, mas ao feminino.

Na reiteração do feminino como algo a ser repetidamente dominado, vale lembrar a sentença denotativa, nos termos propostos por J. Austin (1990), que se refere a um estuprador: “*Ele vai ver, quando chegar à prisão será a mulherzinha do outros presos.*” A suposta vingança presente nesse discurso repõe os termos mesmo

da violência contra o feminino, devolvendo-o ao lugar de subalternidade, agora marcado em um corpo de homem. Afinal, passividade é um atributo feminino.

Ao ampliarmos nossa compreensão do lugar do feminino nas relações sociais, teremos efeitos interessantes. Um deles é reconhecimento que as travestis e transexuais podem acessar as Delegacias Especiais de Atendimento às Mulheres com fundamento na Lei Maria da Penha.

O que tenho tentado compreender são as múltiplas formas como uma dada estrutura de gênero se reproduz. No entanto, parece mais eficaz nos atermos aos mecanismos subreptícios de sua produção e a uma genealogia daquilo que chamo de “feminino abjeto” (travestis, transexuais, homens e meninos femininos) desvincule-o dos corpos construídos como mulheres.

Qual o sujeito do feminismo? Qual o gênero do feminismo?

O debate sobre o lugar do feminino e, principalmente o heteroTerrorismo (Bento, 2008) das instituições sociais contra os meninos femininos, deveria ser um debate assumido com maior vigor e ousadia pelo movimento *gay*. Segundo Eve Sedgwick (1991), o movimento *gay* nunca prestou a devida atenção à problemática dos meninos femininos, o que, segundo a autora, parece reforçar a concepção hegemônica de que há desonra em ocupar o lugar de feminino entre os homens *gays* adultos. O perigo está em deixar o menino feminino em uma posição de abjeto inquietante, que pode revelar o abjeto inquietante do próprio pensamento *gay*.

E ao provocar o movimento *gay* para pensar às estruturas de gênero e as normas daí derivadas, sustento que o sujeito do feminismo não é exclusivamente a mulher. Daí pensarmos em termos de um pós-feminismo, uma vez que o local reservado ao feminino termina por atingir a todos nós. O feminismo é uma luta política que não pode estar circunscrita aos marcos de uma identidade calcada em uma determinada estrutura biológica. A reivindicação de uma fala feminista está para além de uma concepção institucionalizada, para além do útero.

A complexificação do feminino e seus deslocamentos significa que estou sugerindo abrir as fileiras do feminismo para aqueles sujeitos que performatizam o feminino? Não. Viver os atributos performáticos e subjetivos definidos como femininos não gera imediatamente uma consciência política do caráter binário e aprisionante das identidades e estruturas de gênero. O feminismo refere-se à disputa política pela explosão das estruturas naturalizantes e binárias do gênero. Há muitas plataformas feministas, muitas filiações teóricas. Sugiro pensar o feminismo como uma plataforma política de transformações radicais. Por mais que as experiências travesti e transexual sejam expressões e experiências de gênero que têm um potencial revolucionário, uma vez que negam a precedência do biológico para organizarem suas identificações, podem ser inteiramente capturadas pelas normas

de gênero, à medida que a luta é pelo reconhecimento nos marcos do binarismo.

A experiência corporal é uma das dimensões para produção da rebeldia. No entanto, se a condição para transformação das relações políticas, sociais, econômicas, sexuais entre os gêneros fosse a presença de um corpo sexuado feminino, a opressão ao feminino teria sido uma ficção histórica. A consciência política e a agência transformadora não são determinadas por estruturas biológicas, por experiência localizável exclusivamente no corpo. Talvez se possa argumentar que o corpo da mulher vive a opressão e esta vivência comum produz uma identidade política. Então, por que as mulheres já não se rebelaram há séculos? Há um nó indissolúvel na tese que busca explicar a consciência política pela experiência corpórea.

Parece-me que a negação em deslocar estes dois níveis, experiência vivida e consciência política, encontra resistência quando se discute lutas que se organizam em torno do corpo¹⁰⁴. Quem pode falar como feministas? Quem pode reivindicar-se politicamente negro/a? A luta pela diversidade sexual e contra a heteronormatividade é bandeira exclusiva dos *gays* e lésbicas? Quem são os sujeitos da luta contra a patologização do gênero? A cada identidade política, um corpo que legitima a fala. Para muitas mulheres é da ordem da ininteligibilidade um homem feminista.

No entanto, quando saímos da esfera das lutas vinculadas à biopolítica, não há grandes problemas em compreender que é possível e desejável que uma burguesa ou burguês abandone sua classe e passe a fazer a luta política. A história recente do Brasil nos revela que foram os/as jovens de classe média intelectualizados que lutaram pelo fim da ditadura militar. Muitos/as foram torturados/as, outras/os morreram. Ora, se é a experiência vivida a que legitima a fala, como compreender (ou defender) esses deslocamentos?

¹⁰⁴ Devo esta análise à pesquisadora Taciana Gouveia no “Encontro de aprofundamento sobre direitos sexuais e direitos reprodutivos”, SOS Corpo, Olinda, setembro/2010.

A consciência política nasce por outros caminhos que não coincidem necessariamente com a experiência próxima. Assumir como minha a dor do outro (Sontag, 2003), sentir-se profundamente tocado pelas violências que são cometidas diariamente contra as lésbicas, por exemplo, e tornar-se lésbico-política significa articular novas formas de organização política e de alianças que vão além dos limites ditados ou inscritos no corpo. Essa possibilidade sinaliza com algo mais: a afetiva possibilidade de construirmos novas estratégias, definições e significados para os chamados sujeitos coletivos.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Nordestino: uma invenção do falo*. Maceió: Edições Catavento, 2003.

AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer. O poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

BENTO, Berenice. *A (re) invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond/CLAM, 2006.

_____. *O que é transexualidade*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2008.

_____. *Gênero: uma categoria cultural ou diagnóstica?*, In: Arilha, Margareth (et all), *Transexualidade, travestilidade e direito à saúde*. São Paulo: CCR, 2010.

BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan. Sobre los límites materiales y discursivos del sexo*. Buenos Aires: Paidós, 1999.

BRAZ, Camilo Albuquerque de. *Men Only: clubes e bares de sexo para homens em São Paulo (Brasil) e Madrid (Espanha)*. In: Anais do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, Rio de Janeiro, 2009.

CARRARA, Sérgio. Só os viris e discretos serão amados? *Folha de São Paulo*, 19/06/2005.

CORNEJO, Giancarlo. *La guerra declarada contra el niño afeminado*. In: Anais, Seminário Internacional Fazendo Gênero, Florianópolis. Agosto/2010.

FRANÇA, Isadora Lins. *Gordos, peludos e masculinos: homossexualidade, gênero e produção de categorias em São Paulo*. In: Anais do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, Rio de Janeiro, 2009.

NATIVIDADE, Marcelo. *Deus me aceita como eu sou? A disputa sobre o significado da homossexualidade entre evangélicos no Brasil*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PPGSA/IFCS/UFRJ, 2008.

PELÚCIO, Larissa. *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de AIDS*. São Paulo: AnnaBlume, 2009.

PERLONGHER, Néstor. *O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRECIADO, Beatriz. *Texto yonqui*. Madrid: Espasa, 2008.

RUBIN, Gayle. Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality. In: VANCE, Carol (ed). *Pleasure and Danger: Exploring Female Sexuality*. New York: Routledge, 1984.

SONTAG, Susan. *Diante da dor dos outros*. Rio de Janeiro: Companhia da Letras, 2003.

RAMOS, Alcida Rita. O índio hiper-real. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 28, n. 10, p. 5-14, 1995.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. How to bring your kids up gay. In: *Social Text*, nº. 29, NYC: Duke University Press, 1991.

SANTOS, Élcio Nogueira dos. *Com negros e bichinhas não: identidades e relações inter-raciais nas saunas de michês em São Paulo*. Anais da SBS, 2009.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. Brasília: Ed. da UnB, 1983.

WAYAR, Marlene. La familia, lo trans, sus atrevesamientos. In: Ají de Pollo (org.). *Parentesco*. Buenos Aires, 2007.

SOBRE OS/AS AUTORES/AS

Adriano Roberto Afonso do Nascimento. Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (2004). Atualmente é professor adjunto do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais e professor-orientador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia/FAFICH/UFMG.

Ana Ludmila Freire Costa. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atualmente é doutoranda da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e pesquisadora do Grupo de Pesquisas Marxismo & Educação, onde desenvolve pesquisas sobre formação e atuação do psicólogo nas políticas sociais.

Andréa Vieira Zanella. Doutora em Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; docente da Universidade Federal de Santa Catarina. Realizou estudos pós-doutorais na Università Degli Studi di Roma La Sapienza, em 2009, e estudos complementares nesse mesmo ano na UFRGS. Atualmente é co-editora da Revista Psicologia & Sociedade. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

Antonio Stecher. Docente do Programa de Estudios Psicosociales del Trabajo, Facultad de Psicología da Universidad Diego Portales (Chile).

Bader Burihan Sawaia. Doutora em Psicologia (Psicologia Social) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1987). Atualmente é professora titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social. Coordena o Núcleo de Estudos da dialética exclusão/inclusão (NEXIN).

Benedito Medrado. Doutor em Psicologia Social pela PUC/SP; docente dos cursos de Graduação e Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco. É um dos fundadores do Instituto Papai e coordena o Núcleo de Pesquisas em Gênero e Masculinidade (Gema/UFPE, cadastrado no CNPq desde 1998); presidente da Abrapso (Gestão 2010-2011). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

Berenice Bento. Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília e Universidade de Barcelona (2003); docente do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Coordenadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Diversidade Sexual, Gêneros e Direitos Humanos - TIRÉSIAS/UFRN. Autora de vários livros sobre sexualidade, gênero e teoria *queer*, entre eles: A (re)invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual (Garamond, 2006); O que é transexualidade (Brasiliense, 2008).

Claudia Mayorga. Doutora em Psicologia Social pela Universidade Complutense de Madri; docente do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais; coordena o Núcleo de Pesquisa em Psicologia Política/UFGM e o Programa Conexões de Saberes na UFGM; é pesquisadora FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais).

Francisco Teixeira Portugal. Doutor em Psicologia pela PUC-Rio em 2002; atualmente é docente do Departamento de Psicologia Social e coordenador do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Gustavo Correa Matta. Doutor em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; atualmente é Pesquisador em Saúde Pública da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio - Fundação Oswaldo Cruz e colaborador da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Jefferson Bernardes. Doutor em Psicologia Social pela PUC/SP; docente dos cursos de Graduação e Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas; integrante da Direção Nacional da ABRAPSO (Gestões 2008-2009 e 2010-2011).

Leny Sato. Doutora em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (1998), livre-docência em Psicologia pela Universidade de São Paulo (2006). É Professora Titular do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo; co-editora dos Cadernos de Psicologia Social do Trabalho. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

Leonardo R. Gonçalves de Oliveira. Estudante de graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ.

Luis Felipe Rios. Doutor em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2004); atualmente é professor adjunto da Universidade Federal de Pernambuco no curso de Graduação e no Programa de Pós-graduação em Psicologia. Coordena o Laboratório de Estudos sobre Sexualidade Humana (LabESHu/UFPE).

Magda Dimenstein. Doutora em Saúde Mental pelo Instituto de Psiquiatria da UFRJ; é docente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN e está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia/PPGpsi. Coordena o Grupo de Pesquisa: Modos de subjetivação, práticas de cuidado e gestão no contexto da saúde mental e coletiva. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

Maria Juracy Filgueiras Toneli. Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo (1997); docente do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Coordena o Núcleo de Pesquisas : modos de vida, família e relações de gênero (Margens/UFSC). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

Marília dos Santos Amaral. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na área de Práticas Sociais e Constituição de Sujeito e linha de pesquisa: Gênero, Gerações e Diversidades; pesquisadora do Núcleo de Pesquisa Modos de Vida, Família e Relações de Gênero (Margens/UFSC).

Marisa Lopes Rocha. Doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; é docente do Departamento de Psicologia Social e Institucional e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

Massimo Canevacci. Possui doutorado em lettere e filosofia pela Università degli Studi di Roma La Sapienza (1973); foi professor titular e pesquisador nessa universidade até início de 2010. Atualmente é Professor Visitante da Universidade Federal de Santa Catarina, com bolsa CAPES.

Mônica Franch. Doutora em Antropologia pelo PPGSA-UFRJ. Atualmente é professora do Departamento de Ciências Sociais e dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia da Universidade Federal da Paraíba. É editora-chefe da Revista Política & Trabalho e coordena o Grupo de Estudos em Saúde, Sociedade e Cultura (GRUPESSC) da UFPB.

Nair Iracema Silveira dos Santos. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2002); docente no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com atividades no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional; tutora do PET Conexões Políticas Públicas de Juventude/UFRGS/MEC/SESU..

Oswaldo Hajime Yamamoto. Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (1994); Professor Titular do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Membro do Comitê de Assessoramento da área da Psicologia do CNPq (2009-2012). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq

Pablo de Sousa Seixas. Psicólogo, Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Doutorando do programa de pós-graduação em Psicologia da UFRN; membro do Grupo de Pesquisas Marxismo & Educação (GPM&E).

Pedrinho Arcides Guareschi. Doutor em Psicologia Social - University Of Wisconsin At Madison (1980), com pós-doutorados em Wisconsin - EE.UU. E Cambridge - Inglaterra. Atualmente é professor convidado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA).

Ricardo Pimentel Mélo. Doutor em Psicologia Social pela PUC/SP; docente do curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará; integrante da Direção Nacional da ABRAPSO (Gestão 2010-2011); colaborador do Núcleo de Práticas discursivas da PUC/SP.

Taciana Gouveia. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (1993), educadora feminista.

Wedna Galindo. Doutoranda em Psicologia Clínica pela Universidade Católica de Pernambuco, na linha de pesquisa Práticas Psicológicas Clínicas em Instituições; Bolsista da Facepe (Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco). É psicóloga no CTA-Recife (Centro de Testagem e Aconselhamento em DST-HIV/Aids).

PSICOLOGIA SOCIAL E SEUS MOVIMENTOS: 30 ANOS DE ABRAPSO

FORMATO

16 x 23 cm

TIPOGRAFIA

Calibri

Trebuchet MT

Book Antiqua

PAPEL

Capa em Triplex 250g/m²

Miolo em Offset 75g/m²

Montado e impresso na oficina gráfica da

Editora
Universitária  **UFPE**

Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20 | Várzea,

Recife - PE CEP: 50.740-530

Fones: (0xx81) 2126.8397 | 2126.8930 | Fax: (0xx81) 2126.8395

www.ufpe.br/edufpe | livraria@edufpe.com.br | editora@ufpe.br